

Albuquerque

REVISTA DE HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

A stylized, grey, hand-drawn map of the state of Mato Grosso do Sul, Brazil, positioned to the right of the journal title. The map shows the state's irregular borders and is rendered with a thick, textured stroke.

ISSN 1983-9472

Albuquerque: revista de História	Campo Grande, MS	v. 1 - n. 1 - p. 1-246	Jan./Jun. 2009
----------------------------------	------------------	------------------------	----------------



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO SUL**

Reitora:

Célia Maria da Silva Oliveira

Vice-Reitor:

João Ricardo Filgueiras Tognini

Câmara Editorial

Coordenador - Valmir Batista Corrêa (Campus de Aquidauana - UFMS); **Secretário** - Carlos Martins Junior (Campus de Aquidauana - UFMS); Alexandre Pierezan (Campus de Nova Andradina - UFMS); Eduardo Gerson de Saboya Filho (Campus de Corumbá - UFMS); Emilia Mariko Kashimoto (Museu de Arqueologia - UFMS); Ezio Luiz da Rocha Bittencourt (Campus de Nova Andradina - UFMS); Gilson Rodolfo Martins (Museu de Arqueologia - UFMS); Jérri Roberto Marin (Campus de Campo Grande - UFMS); Lupercio Antônio Pereira (Universidade Estadual de Maringá - UEM); Vitor Wagner Neto de Oliveira (Campus de Três Lagoas - UFMS).

Conselho Científico

Adelina Pusineri (Museo Andrés Barbero - Asunción/Paraguay); Adhemar Lourenço da Silva Jr (Universidade Federal de Pelotas - UFPel); Adriano Luiz Duarte (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC); Albana Xavier Nogueira (Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal - Uniderp); Aldrin Armstrong Silva Castellucci (Universidade do Estado da Bahia - UNEB); Ana Paula Squineo (Campus de Campo Grande - UFMS); Carla Villamaina Centeno (Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal - UNIDERP); Eudes Fernando Leite (Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD); Fernando Teixeira da Silva (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP); Francisco Alves da Silva (Universidade Paulista - UNIP); Francisco Alambert (Universidade de São Paulo - USP); Gilberto Luiz Alves (Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal - UNIDERP); Lúcia Salsa Corrêa (UFMS); Maria Celma Borges (Campus de Três Lagoas - UFMS); Otávio Canavarros (Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT); Paulo Roberto Cimó Queiroz (Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD); Paulo Roberto de Almeida (Universidade Federal de Uberlândia - UFU); Paulo Roberto Ribeiro Fontes (Fundação Getúlio Vargas - CPDOC); Ricardo Luis Vicente Pavetti (Universidad Nacional de Asunción - Paraguay); Robert W. Wilcox (Northern Kentucky University); Silvia Regina Ferraz Petersen (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS); Tito Carlos Machado de Oliveira (Campus de Aquidauana - UFMS).

Revisão: A revisão gramatical é de responsabilidade dos(as) autores(as).

Capa: Marília Leite e Lennon Godoi

Ilustração da capa: Albuquerque. Comissão Francis Castelnau, 1845.

(Coletado por Luiz Alfredo Marques Magalhães).

Revista Albuquerque

Órgão Oficial dos Cursos de História da UFMS

Endereço eletrônico: revista_albuquerque@nin.ufms.br

Editora UFMS

Endereço eletrônico: conselho@editora.ufms.br

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
---------------------------	---

ARTIGOS

CANAVARROS, Otávio.

<i>A Imprensa Cuiabana de Antanho (1910-1920)</i>	11
---	----

MARTINS JR., Carlos.

<i>Expedição Científica Roosevelt – Rondon. Um Aspecto das Relações Brasil – EUA e da Consolidação do Mito Rondon</i>	25
---	----

CORRÊA, Valmir Batista, CORRÊA, Lúcia Salsa.

<i>O Dilema da Produção de Tanino na Fronteira Brasil – Paraguai</i>	55
--	----

CASTILHO, Maria Augusta de.

<i>História, Identidade e Memória Local: Aspectos da Igreja Católica em Campo Grande – MS</i>	77
---	----

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de.

<i>Reformas Educacionais Mato-Grossenses e a Institucionalização dos grupos escolares (1910 – 1930)</i>	105
---	-----

PEREIRA, Lupercio Antonio.

<i>O Pensamento Industrialista na Formação do Estado Nacional Brasileiro. Análise de um Escrito de João Severiano Maciel da Costa (1820)</i>	131
--	-----

NOGUEIRA, Albana Xavier.

<i>Pantanal: Entre o Apego às Antigas Tradições e o Apelo às Mudanças</i>	145
---	-----

BORGES, Maria Celma.

<i>Homens, Mulheres e a Natureza: a Violência e a Resistência na Luta pela Terra no Extremo Oeste Paulista</i>	165
--	-----

CADERNO ESPECIAL

CASTELNAU, Conde de.

*Relatorio da viagem de Cuiabá ao Forte d'Olimpo
e volta a Villa Maria, pelo Sr. Conde de Castelnau, 1845* 197

CAMPESTRINI, Hildebrando.

As Derrotas do Sertanejo 207

RESENHAS

BRITO, Silvia Helena Andrade de.

Reconstituindo as Teias da Relação entre o Universal e o Singular 229

CENTENO, Carla Villamaina.

A Fronteira Referida à Nação 237

Apresentação

Os cursos de graduação de História da UFMS (instituição estadual que se federalizou com a criação do estado de Mato Grosso do Sul) remontam o ano de 1968, ramificados nas cidades de Corumbá, Aquidauana, Dourados e Três Lagoas.

Nos primeiros tempos, seus dirigentes enfrentaram grandes obstáculos, como a falta de uma experiência consolidada na área da educação universitária, lugares distantes com precária infra-estrutura e salários pouco estimulantes. As dificuldades eram atenuadas apenas pelo voluntarismo de uns poucos. Entretanto, num esforço ingente, ocorreu uma migração de jovens professores, em sua maioria recém-formada na área de humanidades, que viria mudar a face da instituição.

Necessitando adequar seu corpo docente para atender a legislação vigente, a universidade criou um programa de capacitação através de bolsas de estudo visando a realização de cursos de pós-graduação nos grandes centros do país, para obtenção de titulação e estímulo à produção científica. Aliás, a região já era, à época, um laboratório vivo inexplorado.

Com pesquisas concluídas e a necessidade de sua divulgação, a universidade criou, mediante a iniciativa de alguns de seus professores, alguns periódicos em vários centros universitários, porém de caráter pluralista, de conformidade com a diversidade dos campi e das áreas de conhecimento implantadas na instituição. Eram revistas abertas que oportunizaram a participação de todos os interessados, desde que enviassem seus artigos de acordo com os padrões da época para a publicação científica.

Anos mais tarde, numa nova etapa da trajetória da universidade federal, foi criada a revista *Fronteiras*, específica para a publicação de pesquisas históricas,

no campus de Dourados, como ferramenta obrigatória do programa de mestrado em História. Com a criação da UFGD, tanto o programa de mestrado quanto esta revista permaneceram de forma definitiva na nova instituição.

Dessa forma, um novo desafio apresentou-se à UFMS e aos seus professores de História, estimulados diante da tarefa de implantar um programa de pós-graduação *stricto sensu* e um veículo que corresponda às necessidades de divulgar o melhor da produção científica de História da UFMS, que hoje se encontra em fase de maturidade e consolidação de seus grupos de pesquisa nessa área. Criar uma nova revista de História é tarefa desafiadora, sobretudo quando se objetiva também veicular um instrumento interlocutor entre as instituições e os pesquisadores que se dedicam a essa área para ser um registro do que se produz na vanguarda das pesquisas históricas contemporâneas.

Pela posição privilegiada de Mato Grosso do Sul, bem como pelo patamar da produção alcançado na UFMS, é o momento de se construir um programa de pós-graduação em História, inicialmente em nível de mestrado. Nesta perspectiva, a revista deverá espelhar também as temáticas e tendências dos estudos e resultados desse futuro programa, publicando artigos de fundo teórico, relatórios de pesquisas produzidos pela comunidade dos cursos de História, dossiês temáticos, documentos históricos comentados e analisados. A revista deverá ainda abrir suas páginas à produção de professores e pesquisadores de outras instituições nacionais e internacionais, de acordo com parâmetros da crítica, da avaliação, da credibilidade externa e da excelência científicas.

Por fim, o nome da revista, a ser identificado com os marcos propostos, remete historicamente à figura extraordinária do capitão-general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, que governou a capitania de Mato Grosso no século XVIII, de 1772 a 1789, consolidando o domínio português na região oeste da colônia.

Em 1775, dentro do seu projeto político-administrativo, Luiz de Albuquerque ordenou a fundação, nos limites com o império colonial espanhol, do Forte de Coimbra, mesmo em precárias condições. Como suporte ao seu abastecimento, instalou mais acima a missão de Nossa Senhora da Misericórdia, administrada por padres franciscanos, para criação de gado e pólo de atração da população indígena do Pantanal. Pouco tempo depois, esse pequeno povoamento passou a

ser conhecido pelo nome de Albuquerque, homenageando assim o capitão-general de Mato Grosso.

No ano de 1778 foi fundada uma outra povoação nas altas barrancas que margeiam o rio Paraguai, que também recebeu o nome de Albuquerque, e que se tornaria mais tarde, por volta de meados do século XIX, a vila de Corumbá.

O mesmo nome Albuquerque dado a dois lugares diferentes, embora próximos, decerto expressou o respeito dos súditos da capitania pelo seu comandante e capitão-general, que demonstrou competência administrativa e visão de futuro, promovendo de fato medidas que garantiram a posse de territórios litigiosos para o império de Portugal. Do plano traçado para a ocupação de territórios importantes à margem direita do rio Paraguai, na imensa região dos pantanais até o vale do Guaporé, resultou as linhas lindeiras, que até os dias de hoje desenham o oeste do Brasil no mapa do continente sul-americano.

O distrito de Albuquerque existe até hoje, pertencente ao município de Corumbá, e sua importância é histórica por representar um marco e um momento significativo nos primórdios do processo de desenvolvimento de uma região, que atualmente corresponde ao estado de Mato Grosso do Sul.

Assim sendo, a revista **Albuquerque** vem à luz para tornar-se também num marco dos estudos históricos em Mato Grosso do Sul, atendendo a um legítimo e antigo anseio dos pesquisadores, docentes e discentes dos cursos de História da UFMS.



Artigos

A Imprensa Cuiabana de Antanho (1910-1920)

Otávio Canavarros*

Examinaremos o caso do jornal “A CRUZ”, sem dúvida, o mais representativo da Cidade, do ponto de vista cultural. Falaremos tanto de práticas de leitura no jornal, como das qualidades e limitações de um órgão impresso no interior, suas características culturais e materiais, tais como dimensões, tiragens, circulação geográfica e recepção social, naquele universo acanhado da primeira metade do século XX, em Mato Grosso. Era o jornal, indiscutivelmente, o principal meio de cultura letrada de então.

Palavras-chave: Cuiabá. Leitura. Imprensa.

We'll analyse the case of the newspaper “A cruz”, without a doubt, the most representative of the city, from the cultural point of view. We'll discuss as much as reading practice on the newspaper, as of it's materials and cultural characteristics, such as dimensions, issue, geographic circulation and social reception, of that timid universe of the first half of XX century, in Mato Grosso. It was the newspaper, it was unquestionable, the principal way of lettered culture of then.

Key words: Cuiabá. Reading. Press.

Apresentaremos neste artigo uma pequena amostra de nossa pesquisa sobre a *História da leitura em Cuiabá através da imprensa (1910/1940)*. Deve-se entender essa leitura como dos/nos jornais editados em Cuiabá no período, conforme conceito desenvolvido por Tânia Regina de Luca¹. Optamos pelo jornal *A Cruz* por ser o menos politizado no sentido partidário, de então. Não havia jornal partidariamente neutro, no sentido rigoroso do termo, mas *A Cruz, órgão da Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso*, procurava fazer a política católica no contexto mato-grossense da primeira República. Tinha enfoque cultural e preocupação catequética, doutrinária, procurando travar embates de idéias e valores, evitando as configurações personalísticas e partidárias.

* Doutor em História. UFMT/Cuiabá/MT. otaviocanavarros@terra.com.br

¹ LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”, in: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. pp. 111-153.

Nasceu sob o pontificado de Pio X, aquele que assegurava aos católicos que “venderia todas as suas alfaías” para não se interromper a publicação da *Difesa*. A Igreja estava preocupada com duas atividades, naquela quadra: a educação dos jovens e o confronto ideológico, portanto, as questões referentes à escolaridade e à imprensa. Logo a seguir, outro papa irá declarar que o maior descuido pastoral moderno foi o “abandono” da causa operária, conduta que exigia remissão. A pastoral católica, na *belle époque*, tinha muitos fronts sociais, políticos, culturais, etc. No contexto republicano brasileiro, havia agravantes, pois a separação Igreja-Estado era recente, após séculos de Padroado. Isso exigia reformas nas instituições e nas mentalidades. Trabalho gigantesco.

Em Mato Grosso, foi providencial para o catolicismo a chegada a Cuiabá, em 1894, dos padres salesianos, recém-aportados em Niterói, onde primeiro fundaram o seu colégio. Era antiga essa reivindicação do bispado de Cuiabá, intermediada por cartas a D. João Bosco. E os salesianos chegaram e com eles um Lyceu polivalente, de artes e ofícios diversos (oficinas de alfaiataria, ferraria, carpintaria e curtição) profissionalizante e inovador, contando com laboratórios de Química e Física, oficina gráfica, observatório meteorológico, biblioteca e espírito missionário para a catequese de índios (Bororo e Xavante). Foi, sem dúvida, o grande acontecimento cultural em Cuiabá no final do oitocentos: o Lyceu Salesiano São Gonçalo equiparado, em 1902, ao Ginásio Nacional do Rio de Janeiro. Essa instituição, sem dúvida, muito contribuiu para arejar a cultura cuiabana, até então, muito provinciana. Não pararam aí os dom-bosquinos: criaram a Escola Agrícola de Santo Antônio, no Coxipó, em 1897, o Colégio Santa Tereza, em Corumbá, em 1899, a Colônia Indígena do Sagrado Coração de Jesus, em 1901, a Colônia Imaculada Conceição, em 1903, a Colônia de São José de Sangradouro, em 1907, além de um externato para meninos, em Registro do Araguaia, em 1915.²

Chegaram com ímpeto, os salesianos. Não esqueçamos que, dentre as suas oficinas de artes, havia uma gráfica que tem tudo a ver com a história do nosso

² FRANCISCO, Adilson José. *Apóstolos do progresso: a prática educativa salesiana no processo de modernização de Mato Grosso (1894 – 1919)*. Cuiabá: IE/UFMT, dissertação de mestrado, 1998, p. 18.

jornal. A época era particularmente de ceticismo e de anticlericalismo, fruto da publicidade positivista e cientificista reinante. Havia um clima de estranhamento recíproco entre o clero, principalmente da alta hierarquia, e os republicanos mais radicais. Episódio emblemático disso ocorreu em Cuiabá, em 1909, quando o bispo D. Carlos Luiz D'Amour, conde romano e de posições ultramontanas, oficiou missa fúnebre pelo falecimento do presidente Afonso Pena, “mas não permitiu a entrada da bandeira nacional no recinto da Igreja, por esta trazer... inscrição do lema positivista”.³ Foi um escândalo, mudaram até o nome do antigo Largo da Matriz para Praça da República, conjuntura logo capitalizada pelos chamados livre-pensadores para fundarem um jornal *A Reação* (1909/1914), de viés nitidamente anticlerical. Nesse momento, *para contrapô-lo surge A Cruz*, o periódico mais longevo de Mato Grosso, após o *Diário Oficial*. Veio para o confronto, *conforme o editorial de abertura... A Cruz será a nossa bandeira. O Evangelho o nosso código. Por Deus e pela Pátria o nosso lema. Catholicos e brasileiros sempre*.⁴

Após essa contextualização, estamos em condições de adentrar no objeto específico do artigo que é a apresentação sumária dos conteúdos mais significativos e formas estruturantes do periódico, suas características maiores, através de análise de extrato de matérias divulgadas na sua primeira década de existência, vale dizer, entre 1910 e 1920. O jornal contou com uma plêiade de colaboradores, dirigidos por dois redatores-chefe, o primeiro, frei Ambrósio Daydé, franciscano culto, belga de nascimento. Dirigiu *A Cruz* até 1925, quando foi substituído pelo escritor José Barnabé de Mesquita, cuiabano, poeta e desembargador da Justiça. Foi um jornal inicialmente quinzenal que se transformou em dominical no seu primeiro aniversário. Tiragem de 1.000 exemplares, logo expandida. Tinha assinantes pacientes por quase todo o interior mato-grossense. Não descuidava da literatura prosaica em crônica e folhetins e da poesia parnasiana, geralmente, formatada em sonetos. A assinatura anual variou na década entre 5\$000 e 6\$000 réis e o número avulso entre \$200 e \$300 réis.

³ MORAES, Sibebe de. *O episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour (1878 – 1921)*. Cuiabá: ICHS/UFMT, dissertação de mestrado, 2003, p. 34.

⁴ Id., *ibid.*, p. 33.

As quatro páginas tinham a seguinte configuração: na primeira havia as manchetes, os editoriais, os expedientes, as pastorais e avisos da Igreja e a seção de *Telegrammas*, nacionais e internacionais. Esta seção, muitas vezes, era deslocada para a segunda página (Pelo Mundo), onde tínhamos as crônicas, folhetins de rodapé, poesias, e matérias mundanas. A terceira página era tomada pelos anúncios, geralmente de profissionais liberais (médicos, dentistas, advogados), casas comerciais, hotéis, oficinas, cafês, etc. Reclames ocasionais de vendas, como casas, terrenos, mobílias e peças diversas, além de aluguéis e serviços. Os cafês com os produtos gelados estavam surgindo na cidade por essa época, quando foram fundadas também as primeiras fábricas de cerveja na região. Anteriormente, consumiam-se bastante as cervejas importadas de Flandres e da Bavieva, no tempo dos vapores do Prata, quando essas caixas faziam-se acompanhar pelo bom vinho de Borgonha ou de Bordeaux, do Porto, além das manteigas e queijos franceses. Mesmo o Brasil litorâneo ainda importava manteiga francesa, latas e barricas da marca preferida, Magny Isigny, até a Grande Guerra de 1914.⁵ A última página era reservada para complementar os anúncios e as continuções dos comentários e matérias das páginas interiores. Nas ocasiões comemorativas, as edições vinham encorpadas com mais duas ou quatro folhas.

Juridicamente, respondia pelo jornal a seção mato-grossense da *Liga Social Catholica Brasileira*, entidade de direito privado, constituída por intelectuais e católicos de destaque na sociedade para implementarem ações ligadas às pastorais da alta hierarquia da Igreja católica. Em Cuiabá, dirigiam a entidade juizes, advogados, professores e demais profissionais liberais com as respectivas esposas.

Nos dez primeiros anos da existência do órgão de imprensa, cuja redação funcionava no Seminário Episcopal e cuja tipografia era salesiana, pudemos levantar cerca de 12 gêneros de matérias jornalísticas, quais sejam: Editoriais, Cartas Pastorais e Expedientes da Igreja, Campanhas, Notícias e Reportagens, Po-

⁵ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer et alii. “Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820 – 1930 – resultados preliminares”. In: *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, v. 25, n. 4, out./dez., 1971, p. 239.

lêmicas, Anúncios, Crônicas Gerais e Folhetins, Efemérides, Propagação Doutrinária, Assuntos da Cidade, Referências de Leitura, Registros (Sociais, Políticos e Culturais). O material iconográfico, geralmente se restringia às fotos “oficiais”, repetitivos clichês, para ilustrar a primeira página e ao material de publicidade comercial, na seção de anúncios, onde havia maior diversidade.

Da nossa classificação geral do material em 12 gêneros, desejaríamos destacar o conjunto formado por Editoriais, Polêmicas, Campanhas e Propagação Doutrinária, que constituía a razão de ser do órgão: a difusão da fé e doutrina católicas. Houve muitas polêmicas. Dá a impressão, até, que os frades e colaboradores as procuravam. Não fugiam ao debate, em qualquer nível de dificuldade intelectual. Filosofia (contra livre-pensadores), teologia (contra reformados), filologia (contra gramáticos positivistas) e ciência (contra céticos e agnósticos). O grau de dificuldade era imenso, haja vista a maré montante do cientificismo empírico-materialista em voga e as críticas à liberal modernidade das quais dão testemunho a *Quanta Cura* (1864) e o *Syllabus*, de Pio IX, em cujos princípios pregou o arcebispo D. Carlos, desde o início do sacerdócio. Foram realmente à luta os padres e só sossegaram em 1969, após quase 60 anos, quando a nova mídia, mais eficiente, dispensava o jornal.

Dentre as principais Polêmicas de *A Cruz*, devemos citar as réplicas aos jornais *O Matto-Grosso*, órgão do Partido Republicano de Matto-Grosso, e *O Debate*, órgão do Partido Republicano Conservador, em 26 de novembro de 1911 e 28 de janeiro de 1912, respectivamente. Divergia das duas facções hegemônicas no Estado, dos Celestinos e dos Azeredos. Não era pouca coisa, na época dos coronéis. Depois, o jornal comprou séria briga com os dois professores contratados em São Paulo para a Escola Normal de Cuiabá: Gustavo Kuhlman e Leowigildo de Melo, representados pelo jornal *A REAÇÃO*, a propósito de etimologia, pedagogia e atitudes morais. Essa polêmica envolvia vários setores e personagens da sociedade cuiabana, transcorreu desde julho de 1912 até julho de 1913, emendada que foi com a discussão a propósito da reforma ortográfica proposta pela Academia Brasileira de Letras, em artigo da edição de 06 de julho de 1913. Mas, em 22 de novembro de 1914, *A Cruz* provocava jocosamente: “Morreu *A Reação*”. Só faltava pedir contrição respeitosa.

Não fecharia, porém, a década sem que os católicos, os religiosos em geral e os redatores do jornal saboreassem pequena e significativa vitória, estampada

na primeira página da edição nº 412, de 19 de janeiro de 1919: “Dia de Ação de Graças”, o Presidente da República decretou o dia 28 de novembro, no Brasil! “Na discussão do Decreto na Câmara, diz o jornal, os senhores deputados andaram numa confusão enorme, numa desorientação completa... Os deputados do Rio Grande do Sul, contistas às ordens do... Sr. Borges de Medeiros... protestaram energicamente...” Nada adiantou. Os tempos mudaram e, com isso, os homens e suas consciências, lembrando a famosa passagem camoniana. No meio houve uma grande guerra, a mais terrível até então. Do orgulho da *belle époque* passou-se para uma grande depressão moral da Europa dos *gueules cassés*... Na antiga Rússia dos Romanov, soviets de mujiques e soldados ocupavam S. Petersburgo.

“Todos os acentos sensíveis ao ouvido externo se extinguíram”, disse Ruy Barbosa, em missa campal de novembro de 1918, comemorando o fim do conflito. “Só no íntimo d’alma vibram as vozes interiores... Nunca, nunca essa evidência... como nestes dias de inaudito negrume, quando a humanidade, crucificada pelo moderno paganismo, experimenta o martírio... pondo na soberba e no ódio, na violência e na guerra a flor da sua ciência e das suas artes... da sua riqueza e dos seus progressos...”⁶

Entre as Campanhas mais notáveis encampadas pelo jornal, destacaram-se duas, especialmente: aquela sobre a chamada Escola Neutra e a defesa da catequese missionária católica com críticas ao SPI (Serviço de Proteção aos Índios), questões de monta que ocuparam os redatores de *A Cruz* por dois longos anos consecutivos (1912-1913). Na verdade, a querela da Escola Neutra ou do ensino leigo, como se dizia, vai se arrastar por toda a Primeira República até a Constituição de 1934, quando o clero conseguiu introduzir a disciplina Religião, facultativamente, nos currículos escolares. O argumento principal dos religiosos não era contra a Escola Pública, nem contra a escola leiga, em si. Era contra a falta de orientação religiosa nos currículos, pois consideravam essa prática pedagógica nociva à formação moral dos jovens, em nada contrária à liberdade de crença ou de princípios filosóficos. Não reivindicavam mais subsídios públicos (concedidos pela Assembléia

⁶ BARBOSA, Ruy. “Um discurso notável”, in: *A Cruz*. Cuiabá: ed. n. 402, de 10/XI/1918, p. 02.

Legislativa), pois os salesianos concediam bolsas aos órfãos e carentes corriqueiramente, cobrando, no entanto, mensalidades dos alunos de famílias abastadas. Havia uma preocupação bi-fronte: a formação para as massas (profissionalizante) e para as elites dirigentes (humanística). Houve até cursos noturnos para operários e aprendizes.⁷ Em certo sentido, na questão da obrigatoriedade e da universalização da escolaridade, já praticavam a idéia de uma “escola para todos”, pregada por Comenius, o autor da *Didática Magna*, no século XVII.⁸

Portanto, pedagogicamente, a discussão que se seguiu sobre os princípios da Escola Ativa não causou maior estranheza e apreensões aos salesianos, que já implementavam intuitivamente algumas das suas diretrizes metodológicas, pois: *prever, internar, disciplinarizar, individualizar, homogeneizar, e educar para e pelo trabalho não são práticas exclusivas dos salesianos... tais práticas articulam-se à gênese e constituição da própria modernidade e do modelo de escola por ela instaurado.*⁹

Pois a segunda modernidade, é bom lembrar, é/era uma “sociedade disciplinar”, constituída por dois processos complementares e interdependentes: a subjetivação e a disciplinarização do indivíduo. A divergência maior, o cerne do problema, não era de natureza pedagógica, sim política, na questão do ensino religioso nas escolas laicas ou públicas. Por uma ironia da história, foi com Getúlio Vargas, um discípulo do positivista Borges de Medeiros, que essa questão começou a ser superada, a partir de 1931, com a reaproximação política Igreja-Estado, em novos termos, resguardadas as autonomias respectivas.

Outra Campanha estrondosa de *A Cruz* foi aquela referente à defesa da catequese religiosa dos índios e, por tabela, de críticas ao SPI e ao seu diretor geral, o cel. Cândido Rondon. A Campanha durou anos, mas o seu foco ocorreu entre dezembro de 1912 e março seguinte. Foi deflagrada por questões acidentais do cotidiano dos indígenas, envolvendo acusações de violências contra eles

⁷ FRANCISCO, Adilson José. *Op. cit.*, p. 91.

⁸ Id., *ibid.*, p. 37.

⁹ Id., *ibid.* p.25.

perpetradas. Mas, na verdade, o que se discutia era a orientação geral de duas correntes opostas que se configuravam: *uma religiosa, que se baseando nas experiências defendia a catequese católica como única solução compatível; a outra leiga, de base positivista, que defendia a primazia do Estado no trabalho de assistência e proteção ao índio. Esta última requeria sua justificação na laicidade do Estado: “sendo o Estado leigo, leigo deve ser a assistência”*.¹⁰ Era a disputa ideológica por corações e mentes e de espaço de poder no ambiente republicano. Solicitados pelos governos estaduais desde 1891, antes portanto da chegada dos dombosquinos a Cuiabá, os missionários salesianos não pouparam esforços e, ainda na primeira década do século XX, já haviam instalado quatro colônias entre os Bororo (chamados Coroados), quando lhes foi atribuída a administração de mais uma, a quinta, a Colônia de Palmeiras, geradora do incidente. Com a fundação do SPI, em 1910, as suscetibilidades das partes afloraram. O debate foi nacional, pois na imprensa carioca reverberavam as acusações recíprocas.

Carlos de Laet, escritor consagrado e membro da Academia Brasileira de Letras, dele tomou parte com vários artigos, todos favoráveis aos catequistas católicos. *A Cruz* reproduzia-os amiudamente, destacando-os com manchetes do tipo: “Campanha indigna contra a catechese catholica – A protecção aos índios transformada em perseguição aos padres” (29/XII/1912, nº. 107). Nesse artigo, intitulado *Rondon versus Rondon*, Carlos de Laet, resumia os demais e as posições dos missionários salesianos. Iniciava destacando o ofício do Diretor Geral do SPI, cel. Rondon, ao ministro de Agricultura de então, datado de 01 de dezembro de 1912, no qual “articula graves acusações contra a missão salesiana de catechese de Matto-Grosso”. Daí, o articulista descreve o histórico dessas missões, desde a primeira, chamada Colônia dos Coroados, às margens do Rio São Lourenço, ainda no século XIX, até o caso da incipiente, o das Palmeiras.

Visitantes e informantes oficiais ou não, diz o artigo, sempre deram do esforço dos padres o mais grato e elogioso testemunho. O nome do P(e).

¹⁰ RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil Moderno*. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1982, pp. 31-32 apud FRANCISCO, Adilson José. *Op. cit.*, p. 105.

Antonio Malan, virtuoso chefe dessas missões, tem sido equiparado aos dos grandes beneméritos da catechese, entre os quais incluía os jesuítas Nóbrega, Anchieta e Vieira. Após essas considerações, o autor enumera testemunhos registrados de várias personalidades, entre as quais os do general e ex-ministro republicano, Serzedelo Corrêa, propugnando na Câmara dos Deputados um auxílio de custo às missões salesianas por ser essa obra uma das mais grandiosas que em prol dos índios se têm effectuado no Brasil... Arrolou também a do Presidente do Estado, Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, que em sua mensagem à Assembléia Legislativa de Matto-Grosso, em maio daquele ano, não poupou elogios aos missionários.

Fechando o rol de testemunhos, Carlos de Laet transcreve no artigo várias colocações e conceitos emitidos em 05/VII/1911 pelo próprio Rondon que, “já foram divulgados, mas nada se perde com repetir alguns. Assim é que o illustrado e leigo catechista, depois de inspecionar um dos estabelecimentos salesianos, escreveu isto”:

Visitando, pela primeira vez, na qualidade de Director Geral do Serviço de Protecção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionaes, a Colônia Immaculada (do Rio das Garças) de direcção dos Revmos. Padres Salesianos de Matto-Grosso, levo a melhor impressão do estado em que a encontrei, e mantendo as esperanças de vel-a desenvolver (sic) rapidamente, de modo a poderem os índios bororos que a constituem se encorporarem (sic) dentro de poucas gerações a nossa sociedade, com proveito geral para a Humanidade. Nessas condições, além dos conselhos verbaes que emitti (sic) à sua digna Directoria, no sentido de approximar a sua direcção, tanto quanto seja possível, do plano geral consignado nas instruccões organizadas pela Directoria Geral, deixo aqui expressas as minhas congratulações à digna Inspectoria Geral da Missão Salesiana Mattogrossense, com os sinceros votos que faço pela verdadeira prosperidade da Colônia e felicidade completa dos nossos irmãos fetichistas.¹¹

O articulista elencou outros testemunhos do *Director Geral* do SPI, todos elogiosos à ação do Pe. Malan e demais missionários. Nenhum registro desabonador ou de quaisquer atos de violência. Ainda não satisfeitos, os redatores do jornal publicaram, na primeira página dessa edição de 29/XII/1912, muitas

¹¹ Apud LAET, Carlos de. “Rondon versus Rondon”, in: *A Cruz*. Cuiabá: ed. n. 107, de 29 de dezembro de 1912, p. 01.

declarações de moradores e fazendeiros circunvizinhos de Palmeiras (da Campina, de Bocaininha, por exemplos), nas quais testemunhavam “tracto extremamente amável... não nos constando de nenhum attentado contra a vida, nem de outros actos violentos praticados contra os referidos índios, (e) declaramos sem fundamento as accusações feitas contra os referidos padres”.

O alvoroço agitou a imprensa nacional e adentrou pelo ano de 1913, sendo crescente o apoio aos salesianos nesse episódio conhecido popularmente como “caxinguelê de Palmeiras”. Depois foi amainando à medida que se aproximava a chegada do ex-presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt ao Brasil e a Mato Grosso, de cuja comitiva Rondon foi oficialmente designado, pelas autoridades brasileiras, assessor e guia nos sertões amazônicos.

Dentre as inúmeras reportagens e matérias de *A Cruz* na primeira década de existência (1910-1920), destacamos aquelas sobre a inauguração da Biblioteca Pública de Cuiabá, fundada pela Secretaria do Interior e Justiça, com doações da população da cidade. Outros destaques, ambos do fatídico mês de agosto de 1914, referem-se à conflagração européia (de 02/VIII) e à morte de Pio X (de 23/VIII). Conjunto fúnebre, sob todos os aspectos.

Àqueles que pensam que as práticas de coação física ou trabalho compulsório são mais recentes, lembramos a reportagem do jornal, de 30 de março de 1913 à página 02, intitulada “Scena de sangue”, na qual é descrita a violência usineira (de capangas da Usina de S. José, em Couro de Onça, no município de Santo Antônio) contra os trabalhadores rurais. Ilegalismos e violências perpassavam as experiências de vida no interior, na época da República dos coronéis. Reclamar para quem? Para o delegado, ao intendente, ao governador? Lenta foi nossa caminhada para a cidadania, o poder privado ainda dava as cartas pelo grande sertão, como lembra a matéria sob o título forte *A escravidão em Matto-Grosso*, no n.º. 369 de *A Cruz*, de 17 de março de 1918. Não foi sem propósito a intervenção do Exército nas Usinas do Rio-abaiixo no pós-1930, ecos do tenentismo. A Ordem pública e a Ordem privada disputavam espaços de poder. Há outras denúncias de abusos semelhantes cometidas contra trabalhadores.

Cabe lembrar também, entre as matérias jornalísticas, o retorno a Cuiabá do Dr. José de Mesquita, recém-egresso da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco de São Paulo, em 05 de março de 1914, pelo vapor. Foi uma festa entre

familiares e amigos desse intelectual que muitas alegrias daria às suas hostes e à cidade das palmeiras imperiais, que tão bem soube contar. Aliás, nesse longínquo 1914, Cuiabá celebrou duas passagens significativas da sua história: a volta de José de Mesquita, em março, e a consagração episcopal de D. Francisco de Aquino Corrêa, poeta-mor da Cidade Verde, no dia de Natal. Esses dois homens fizeram a diferença da elite intelectual cuiabana na primeira metade do século, ambos primícias do Liceu São Gonçalo, registre-se.

Nas referências aos lançamentos de livros, revistas e almanaques no período, destacaremos, eventos como: da *Revista Jurídica do Estado*, em novembro de 1913; revista infantil *O Beija Flor*, do Rio de Janeiro, em fevereiro de 1914; o *Comercial Almanack Matto-Grosso*, em julho de 1916; o *Anuário do Lyceu São Gonçalo*, em outubro de 1916; a revista *Violeta*, em dezembro do mesmo ano. Dentre os livros e álbuns, são referências obrigatórias: o *State of Matto-Grosso*, em Nova York, março de 1913; *O Código Penal e o Jury*, de junho de 1914 e, no mesmo ano editado em Hamburgo, em janeiro, o *Album Graphico do Estado de Matto-Grosso*, de Cardoso Ayala e F. Simon. Fechando a década, o jornal registrava os lançamentos quase simultâneos, em agosto de 1919, do livro *Poesias*, de José de Mesquita, inaugurando sua produção bibliográfica literária, e o *Datas Matto-grossenses*, do advogado Estevão de Mendonça, vasta compilação de suas crônicas de efemérides regionais, inclusive n' *A Cruz*. Esta, obra de imenso valor heurístico, foi impressa na tipografia da Escola Salesiana de Nicteroi e tem o prefácio de D. Aquino, presidente do Instituto Histórico de Matto-Grosso e do Estado, com a data histórica de 08 de abril de 1919, no bicentenário de Cuiabá.

Aliás, a cidade foi agraciada nesse seu aniversário secular por um festival de eventos comemorativos, sobressaindo a fundação do Instituto Histórico de Matto-Grosso e o ensaio de iluminação elétrica (divulgado em 03/VIII/1919), mesmo que a crônica ainda notasse ruas intransitáveis pela falta de calçamento, cães vadios incomodando a população e registros sanitários de 1916 insuficientes ou preocupantes, como aquele de 37 óbitos provocados por tuberculose pulmonar, e dois por *syphilis* e apenas um por gripe, segundo *A Cruz*, edição n°. 366, de 24 de fevereiro de 1918. Estávamos nas antevésperas da manifestação no Brasil da famosa pandemia mundial da “gripe espanhola” com milhões no seu cortejo fúnebre, milhares deles brasileiros. A *influenza* ocorreu inicial-

mente no Rio de Janeiro em outubro de 1918. Um mês após, a gripe se manifestava antes de 10 de novembro em Campo Grande, Mato Grosso. Vinha mais rapidamente por trem, causando profunda apreensão na população e autoridades cuiabanas. Verdadeiro pânico. Houve até pastoral do arcebispo sobre o surto epidêmico (02/XI/1918). A cidade foi dividida em quarteirões sanitários e, evidentemente, o povo evadiu evitando aglomerações. Lendo *post facto* a estatística da Saúde Pública de 1916, supracitada, com um óbito ocorrido por gripe, pode-se dizer que o cuiabano era feliz, sem saber. A espanhola não deixou saudades, mas imenso pesar. Em nossa memória coletiva de cuiabanos jamais esqueceremos a bexiga de 1867 e a gripe de 1918.

No que se refere às práticas de leitura, merecem registro a inauguração da Biblioteca Pública de Matto-Grosso, em 03 de maio de 1912, com intensa participação da população na formação do seu acervo através de generosas doações; a venda ocasional de acervos particulares constatada por anúncio no jornal em 05 de maio de 1918 e, finalmente, dois interessantíssimos artigos sobre Mato Grosso. O primeiro de Nelson Avellar, mato-grossense residente no Rio de Janeiro, intitulado *Terra longínqua*, publicado em 06 de abril de 1913, na página 02, é uma crônica sobre o “espírito de corte” que havia na Capital da República a propósito do interior do Brasil, lugar do sertão e da barbárie. O autor faz uma glosa dessas representações com refinado humor e condescendência intelectual para essa *snob high society* da época. Outro aspecto a destacar nesse quadro de circulação de material impresso em Cuiabá é o curioso anúncio no jornal da Livraria e Perfumaria São Sebastião à rua da Assembléia 22 e 22a, onde além de livros forenses da livraria Francisco Alves, o público encontraria “extractos finíssimos”, como *Mes delices*, *Coeur de Jannette*, *Cuir de Russie*, além do fatal, *Royal Houbigant...*

O segundo artigo reportado acima, assinado por F. Rodrigues, provavelmente Firmo Rodrigues, era uma crônica de costumes, o excelente *Hábito de família*, à página 04 da edição do jornal, de 15 de maio de 1913. Nela, estávamos ainda no Império, quando dominavam os partidos Liberal e Conservador. O jornal *O Liberal* circulou em Cuiabá entre 1871 e 1882. Diz a crônica:

Não há muitos annos desaparecera do numero dos vivos, nesta cidade, um velho alfaiate analphabeto, mas, que apesar disso, era muito dado à leitura de jornaes e almanaks. Dizer, porem, que elle lia é um erro porque mestre C. mal sabia desenhar

o próprio nome quando nas eleições ia levar seu voto; eram a esposa, os amigos mais íntimos e alguns vizinhos que lhe liam, aos domingos, O Liberal, órgão do partido a que elle se ufanava de pertencer, sempre que o contemplavam com um emprego publico.

Citamos esta passagem por considerá-la não apenas saborosa, como muito instrutiva aos que se dedicam à História da Leitura, sob o prisma de Roger Chartier. Eis aí, mesmo que de criação literária, um exemplo de representação, bem realista, dos nossos tipos populares, quase folclóricos, praticando a chamada leitura coletiva em voz alta, muito comum até hoje. Naquele universo populacional esmagadoramente analfabeto, em que dominava absoluta a oralidade, a cultura letrada tinha acesso às massas, principalmente pela imprensa e pelo teatro, como hoje tem pelo rádio e pela televisão, além, é claro, através das práticas eclesásticas e escolares, em amplo sentido. Queremos apenas lembrar a tese da circularidade das idéias e das culturas, erudita e popular, como demonstraram Mikhail Bakhtin, no seu estudo sobre o contexto renascentista de Rabelais e Carlo Ginzburg, no já clássico *O queijo e os vermes*. Talvez, mais ainda, possamos falar numa espécie de simbiose interativa entre a oralidade e a escrita ou, a voz e a letra, no sentido do belo livro de Paul Zumthor.¹²

À guisa de conclusão, reafirmaremos nossas palavras, em artigo publicado há alguns anos:

A História do Brasil às vezes nos surpreende e ainda reserva bons motivos de alegria àqueles que se aventuram por suas veredas. Ao pesquisarmos o processo de aquisição de material impresso na sociedade mato-grossense, desde a instalação da imprensa no Brasil, deparamo-nos com um fenômeno curioso: a imprensa foi o grande meio propagador de idéias, de entretenimento, enfim, de informação para o público leitor no Brasil. Nós os contemporâneos da moderna mídia eletrônica, não temos a menor idéia do significado da imprensa, principalmente daquela local, no século anterior à radiofonia. No caso de Cuiabá, a expressão do seu vulto chama a atenção não apenas pela importância, como também pela intensidade e quantidade de pequenos e efêmeros jornais que reluziam em algumas poucas edições.¹³

¹² Cf. ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

¹³ CANAVARROS, Otávio, SILVA, Graciela Rodrigues da. “A imprensa mato-grossense antes da era do rádio”. In: *Territórios e Fronteiras*. Cuiabá: Revista do PPGHIS/UFMT, v. 3, n. 01, jan.-jun. 2002, p.22.

Expedição Científica Roosevelt-Rondon. Um Aspecto das Relações Brasil - EUA e da Consolidação do mito Rondon

Carlos Martins Junior*

Entre novembro de 1913 e maio de 1914 ocorreu, em Mato Grosso, a “Expedição Científica Roosevelt-Rondon”. Realizada durante o processo de consolidação da fronteira noroeste do Brasil, tal experiência foi narrada por Theodore Roosevelt no livro *Through the Brazilian Wilderness*, publicado em 1914. Acentuando a interpretação de que a Expedição obedecia a princípios puramente “científicos” e formulando um perfil de Rondon como homem de “ciência” e “civilizador” das populações indígenas, elementos referenciais para a construção do culto à sua personalidade, Roosevelt contribuiu para obscurecer as reais motivações que ensejaram o evento. Acompanhando o processo histórico que ensejou a Expedição, pretendo apontar que sua execução atrelou-se aos projetos de colonização em desenvolvimento em Mato Grosso e à política pan-americana praticada pelo Ministério das Relações Exteriores.

Palavras-chave: Mato Grosso. Colonização. Rondon.

Between November 1913 and May 1914 there occurred, in Mato Grosso, the “Roosevelt-Rondon Scientific Expedition”. Carried out during the consolidation process of the north-

R eferindo-se à “grande expedição de reconhecimento” ao Madeira, explicitou Rondon, em uma de suas conferências, que nenhum outro rio suscitou tantas e tão duradouras dúvidas, como o correspondente à nascente descoberta a 16 de julho de 1909, à qual foi dado o nome de cabeceira do Uru. Entre os membros da “coluna exploradora” composta por ele, pelos tenentes Lira e Amarante, e pelo zoólogo do Museu Nacional Alípio de Miranda, alguns consideravam que as águas daquela cabeceira corriam para o Guaporé, enquanto outros entendiam que elas seriam do Madeira. O problema precisava ser estudado e resolvido, tanto pelo interesse despertado do ponto de vista “potamográfico”, quanto para o prosseguimento dos trabalhos de constru-

* Professor Titular de História. Campus de Aquidauana/UFMS. cmartins@dr.com

west frontier of Brazil, such experience was narrated by Theodore Roosevelt in his book *Through the Brazilian Wilderness*, published in 1914. By enhancing the interpretation that the Expedition followed merely “scientific” principles and by drawing a profile of Rondon as a man of “science” and a “civilizer” of indigenous populations, major elements for building up the cult to his personality,

Roosevelt helped to make the true motivations of the event obscure. Following the historic process which motivated the Expedition, I intend to point out that this enterprise was linked to the settlement projects under way in Mato Grosso and to the pan-American policy practiced by the Ministry of Foreign Affairs.

Key words: Mato Grosso. Settlement. Rondon.

ção da linha telegráfica de Mato Grosso ao Amazonas, cujos trabalhos de reconhecimento do território haviam sido iniciados em 1907.

Para examiná-lo de perto, foram constituídas três turmas. Uma delas, dirigida pelo tenente Amarante, ficou encarregada de prolongar o reconhecimento na direção Norte. A segunda, com o tenente Lira, dirigiu-se para o Oeste; e a terceira comandada por Rondon, seguiu primeiro para o Sul, depois para o Noroeste, descobrindo um novo ribeirão, que pareceu ao Comandante ser a “primeira água vertente do chapadão para o vale do Guaporé, em cujo rio ela entra, provavelmente, pela foz denominada Corumbiara”¹. Disso resultou a eliminação da hipótese de correrem as águas da cabeceira Uru para o Guaporé, ficando, pois, resolvida a primeira dúvida ensejada pelo curso do rio correspondente àquela nascente.

Quando as turmas de Rondon e do tenente Lira retornavam para o Leste, depararam com outro riacho com largura aproximada de 12 metros correndo no sentido nor-noroeste. Nova controvérsia surgiu: de onde provinha ele? Da cabeceira do Uru, ou do rio denominado Toloiry-inazá? Não sendo possível responder a pergunta na ocasião, decidiu o Comandante assinalar aquelas águas com o nome de “Dúvida”, por considerar serem elas as mesmas que lhe haviam acabado de criar tantos problemas na discriminação das bacias do Guaporé e do Madeira.

Na seqüência dos serviços de “reconhecimento”, a “coluna expedicionária” de 1909 teve novamente de atravessar o curso daquelas águas, justificando mais uma vez o nome assinalado para elas por Rondon. Pois enquanto para ele os homens ainda estavam no “Dúvida”, entendia o tenente Lira tratar-se de outro rio.

¹ RONDON, Cândido Mariano da Silva. *Conferências de 1915*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1916, p. 87.

Terminada a “expedição de 1909”, quando se tornou necessário reunir num único conjunto os elementos geográficos da área explorada, pareceu lógico ao serviço de Cartografia da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, ou “Comissão Rondon” como ficou popularmente conhecida, mapear o rio da “Dúvida” como afluente do Comemoração de Floriano, o qual, com o Pimenta Bueno, formam o Ji-Paraná. Esse quadro persistiu até junho de 1913, quando o tenente Amarante, encarregado de proceder ao levantamento completo do Comemoração de Floriano, reconheceu não ser correta a hipótese de ser o “Dúvida” seu afluente. Avisado, Rondon formou a opinião de que, nesse caso, o “Dúvida” só poderia ser a parte superior de um rio conhecido, pela sua foz no Madeira, com o nome de Aripuanã.

Por outro lado, sabendo-se que, em certa altura, o Aripuanã dividia-se em dois braços, tornava-se impossível determinar de antemão a qual deles correspondia o rio descoberto durante a “expedição de 1909”, sendo esta uma outra questão importante a ser resolvida. Reconheceu Rondon, que só a exploração e o levantamento completo do rio da “Dúvida” podiam fornecer os dados para que fossem eliminadas todas aquelas dificuldades.

Foi nessas circunstâncias e nesse cenário que se desenrolou, de 11 de novembro de 1913 a 5 de maio de 1914, a “Expedição Científica Roosevelt-Rondon” cuja experiência Theodore Roosevelt descreveu no livro *Nas Selvas do Brasil*, publicado nos Estados Unidos em 1914 com base nos artigos por ele redigidos durante a viagem². Obra classificada pelo coronel Amílcar Botelho de Maga-

² ROOSEVELT, Theodore. *Nas Selvas do Brasil*. Tradução de Luiz Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976. Publicado com o título original de *Through the Brazilian Wilderness* o livro era, como esclareceu o autor, “um relatório sobre o reconhecimento zoo-geográfico do sertão brasileiro”. Nascido em Nova York a 27 de outubro de 1858, Theodore Roosevelt graduou-se pela Universidade de Harvard, em 1880. Dois anos depois, tornou-se membro do legislativo de sua cidade natal, permanecendo no cargo até 1884. Nomeado pelo Presidente Harrison, em 1889 compôs a junta de serviços civis dos EUA. Subsecretário da Marinha no governo do Presidente McKinley; organizador do 1º Regimento de Cavalaria dos Voluntários dos Estados Unidos ao principiar a guerra hispano-americana; governador nomeado de Nova York. Eleito Vice-presidente da República, em 1900, com o assassinato do Presidente McKinley no ano seguinte, “aquele maldito vaqueiro”, como o chamava Mark Hanna, secretário do ex-presidente, assumiu seu primeiro mandato presidencial. Reeleito em 1904, advogou a necessidade de um exército maior e de uma poderosa armada para os EUA, não escondendo a intenção de ver a expansão econômica e política do país. Em junho de 1905, tomou a iniciativa de uma aproximação entre a Rússia e o Japão, em guerra. A

lhães, principal cronista da “Comissão Rondon”, como pertencente “ao raro número das que se cingem à verdade dos fatos e que revelam da parte do autor qualidades de justa observação dos homens e das coisas”³.

Ao que parece, o projeto de empreender uma viagem ao interior da América do Sul, teria sido inicialmente apresentado a Theodore Roosevelt, em 1908, por um velho amigo, o padre Zahn, que há pouco retornara de uma excursão aos Andes e à Amazônia. Na época, o Presidente estava no final de seu mandato. Seria sucedido, a 4 de março de 1909, por William Howard Taft, e já planejava aproveitar a “folga” para ir à África onde caçaria animais selvagens, uma de suas atividades preferidas, costumeiramente praticada no estado de Dakota⁴. No ano seguinte, percorreria vários países da Europa. Por isso, a idéia de penetrar o continente através dos rios Paraguai, Tapajós, Negro e Orenoco, com destino final em Caracas, só seria retomada em 1913, ano em que aceitou os convites dos governos brasileiro e argentino para realizar uma série de conferências em algumas associações culturais desses países.

O Barão do Rio Branco havia falecido em 10 de fevereiro de 1912. Para substituí-lo no Ministério das Relações Exteriores, o marechal Hermes da Fonseca nomeou o engenheiro militar Lauro Müller. Como parte de seu programa de estreitamento das relações diplomáticas com os Estados Unidos, teria o novo ministro atendido ao desejo manifestado por Roosevelt de atravessar o interior do país, organizando para acompanhá-lo uma comissão brasileira chefiada por seu ex-colega de Escola Militar da Praia Vermelha, o então coronel Cândido Mariano da Silva Rondon. Segundo consta, este só aceitou a incumbência mediante o compromisso de que a viagem assumisse caráter oficialmente “científico”, vinculando-a a interesses “de utilidade para a nossa Pátria”, entre eles o necessário levantamento geográfico do rio da Dúvida e região⁵.

assinatura do termo de paz de Portsmouth lhe valeu a obtenção do Prêmio Nobel da Paz de 1906, justamente o ano em que autorizou a intervenção em Cuba. Ver a respeito, PEREIRA, José Veríssimo da Costa. “Theodore Roosevelt”. Vultos da Geografia do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, ano VI, n. 3, julho/ setembro de 1944, p. 371-374.

³ MAGALHÃES, Amílcar Armando Botelho de. *Impressões da Comissão Rondon*. 4ª edição. Porto Alegre: Editora do Globo, 1929, p.205.

⁴ Cf. PEREIRA, José Veríssimo da Costa. Op. cit., p. 371.

⁵ Cf. RONDON, Cândido Mariano da Silva. Op. cit., p. 89.

A incorporação de objetivos “científicos” à Expedição também aparece na versão do estadista norte-americano:

Quando parti dos Estados Unidos, tencionava fazer inicialmente uma expedição dedicada ao estudo de mamíferos e aves para o Museu Americano de História Natural de Nova York. [...] A finalidade da expedição foi ampliada porque se lhe deu um caráter geográfico e zoológico em consequência da atenciosa proposta do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, general Lauro Müller. [...] Tinha ele enorme interesse na exploração e no desenvolvimento do interior do Brasil e estava convencido de que a minha expedição seria de grande alcance para tornar o país mais conhecido no exterior.⁶

Theodore Roosevelt contatara o padre Zahn e o diretor de ornitologia do Museu de História Natural de Nova York, que colocou à sua disposição dois naturalistas “velhos conhecedores das florestas tropicais da América”: o estudioso de mamíferos Leo Miller, que naquele momento encontrava-se na “floresta da Guiana”, e o especialista em ornitologia George Cherri. Sobre o caráter e as atividades deste último, Roosevelt teceu um comentário no mínimo curioso:

Cherri passara na América tropical cerca de vinte e dois anos coligindo material científico. Como a maioria dos naturalistas que tenho conhecido, era extraordinariamente destemeroso e eficiente, porém de espírito aventureiro ao ponto de ser forçado, por vezes, a interromper seus trabalhos para tomar parte em insurreições. Em consequência disto fora preso duas vezes, sendo que de uma delas ficou três meses recluso e ameaçado de ser passado pelas armas em uma das repúblicas sul-americanas. Em outro país teve ele, numa interrupção de suas pesquisas ornitológicas, de seguir a carreira de *contrabandista de armas* durante dois anos e meio. O chefe revolucionário, cuja causa defendia, subiu finalmente ao poder, e Cherri imortalizou o seu nome em uma nova espécie de tordo. Com esta elegante homenagem ele realizou uma combinação prática entre duas coisas que não têm lá grande afinidade, como sejam: a ornitologia e o contrabando de armas.⁷

Parecia ser grande a simpatia de Roosevelt por esse personagem cujas façanhas, nem tão “científicas”, em diversos países foram inúmeras vezes relatadas em *Nas Selvas do Brasil*.

⁶ Cf. ROOSEVELT, Theodore. Op. cit., p. 17 - 23.

⁷ Cf. Id., *ibid.*, p. 20.

Conversávamos constantemente sobre várias coisas, pois tínhamos os mesmos sentimentos e pontos de vista no que concerne aos deveres do cidadão para com sua família, seu semelhante e para com a pátria, em paz ou em guerra.⁸

Assim, mesmo reconhecendo que as histórias pessoalmente contadas, durante a viagem, pelo coronel Rondon a respeito das explorações, das tribos de índios que visitou e das “maravilhosas coisas que viu” tivessem “um cunho de especial encanto”⁹, eram as narrativas de Cherri, “as mais variadas de toda a comitiva”, que efetivamente pareciam impressioná-lo. Protótipo do “naturalista moderno, do mais vigoroso tipo, que se embrenha pelas terras virgens de todo o mundo”, ao acentuá-lo constantemente Roosevelt parecia sugerir que suas histórias revelavam não só aspectos de um temperamento individual inquieto, mas o espírito de iniciativa e aventureiro do próprio homem norte-americano.

Noutra passagem do livro, o ex-presidente destacou, com certa ponta de entusiasmo, a intervenção feita por Cherri no decorrer de uma conversa, em que os membros da comitiva discutiam sobre as melhores armas para a cavalaria:

[...] alguém manifestou sua opinião sobre a excelência da lança, pelo efeito moral que produz no inimigo. Cherrie meneou a cabeça negativamente; e numa simples digressão revelou imediatamente que estava falando com conhecimento de causa, de experiência própria, quando teve de enfrentar uma carga de lanceiros. Tal fato se deu quando lutava ao lado dos revolucionários venezuelanos, num levante malogrado contra a tirania de Castro. Estava de pé, com cinco venezuelanos, homens de sangue frio e bons atiradores. Foram atacados em campo aberto por vinte lanceiros, partidários de Castro, que surgiram galopando, de local imprevisto, a uns duzentos ou trezentos metros de distância. Tratava-se de uma luta sem quartel, na qual os feridos e prisioneiros eram massacrados, justamente como aconteceu com o presidente Madero, no México. Cherrie percebeu logo, que, se os lanceiros chegassem até onde eles se encontravam, significaria sua morte e a de seus companheiros [...]. Ele e os companheiros começaram a atirar com muita segurança e precisão, de sorte que, em poucos instantes, dez dos agressores já tinham rolado mortos, sendo que o que caíra mais próximo não estava mais do que a cinqüenta passos; os outros recuaram em fuga precipitada. Um homem com sangue frio com uma boa carabina, sabendo manejá-la com destreza, não precisa reear coisa alguma.¹⁰

⁸ Cf. Id., *ibid.*, p. 23.

⁹ Cf. Id., *ibid.*, p. 94 - 95.

¹⁰ Cf. Id., *ibid.*, p. 124 - 125.

Além deles e do padre Zahn, comporiam a expedição o filho de Roosevelt, Kermit, engenheiro especializado na construção de pontes trabalhando no Brasil na época, desaparecido anos depois numa expedição ao Alasca; Anthony Fialla, “antigo explorador das regiões árticas” e que durante a guerra espanhola servira no Esquadrão de Nova York, em Porto Rico; o secretário particular do ex-presidente, Frank Harper e o ex-soldado do exército americano Jacob Sigg. Nas palavras de Roosevelt, a expedição possuía uma feição “tipicamente americana”:

Kermit e eu éramos da velha estirpe revolucionária e em nossas veias corria o sangue de todas as raças existentes deste lado do Atlântico, nos tempos coloniais. O pai de Cherrie nascera na Irlanda e sua mãe, na Escócia; [...] sendo que o pai servira no Regimento de Cavalaria de Iowa durante a Guerra Civil. [...]. O pai do padre Zahn foi um imigrante alsaciano, e sua mãe era, por um lado, de origem americana, descendendo de uma sobrinha do general Braddock. O pai de Miller era alemão e sua mãe francesa. O pai e a mãe de Fialla nasceram na Boêmia, sendo ambos tchecos, tendo servido aquele, durante quatro anos, no Union Army na Guerra Civil. Sua esposa, natural do Tennessee, era também de família revolucionária. Harper era inglês e Sigg suíço. Os nossos credos religiosos eram tão variados como nossas origens étnicas. O padre Zahn e Miller eram católicos; Kermit e Harper, episcopais; Cherrie, presbiteriano; Fialla, batista; Sigg, luterano, e eu pertencia à Igreja Reformadora Holandesa.¹¹

Esta forma de representação do grupo, na qual cada um dos elementos era distinguido pela estirpe (é sintomático a esse respeito o assento sobre as origens familiares da esposa de Fialla), pela posição ocupada no interior da sociedade americana, pela pureza da raça branca e pela variedade de credos cristãos (o que de certo modo aparecia como um indicativo da liberdade religiosa resultante da democracia, considerada típica de seu país), determinaria muitas das condutas, das análises e dos comentários tecidos por Roosevelt durante a viagem pelo Brasil. Conforme um analista da história dos Estados Unidos, parte de sua motivação deveria ser atribuída ao forte senso moral que adquirira na Igreja Reformadora Holandesa e sua ênfase calvinista na justiça. Por outro lado, “o amor pelas suas próprias opiniões freqüentemente obscurecia a verdade no espírito de Roosevelt e o levava a pensar que estava acima do direito e das convenções ordinárias”¹².

¹¹ Cf. Id., *ibid.*, p. 21.

¹² LINK, Arthur S., CATTON, William B. *História Moderna dos Estados Unidos*. V. 1. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965, p. 162.

Ao menos dois incidentes ocorridos no transcorrer da expedição parecem ilustrativos a esse respeito. O primeiro, envolvendo o padre Zahn, ausente nos relatos de Roosevelt, foi tratado no livro *Rondon Conta a Sua Vida*, publicado em 1958. O padre havia decidido ficar em Utiariti, rememorou Rondon, no intuito de batizar o maior número possível de Pareci. Como não haveria mais transportes dali em diante, “resolveu ele, muito facilmente, que continuaria sua missão... carregado pelos índios em padiolas”. “Índio foi feito para carregar padre”, teria explicado, afirmando, ainda, que na África havia muitas vezes utilizado esse “meio de condução”. A isso, Roosevelt teria protestado, dizendo que ele não cometeria tal “atentado aos princípios do coronel Rondon”. Depois de “acalorada troca de palavras”, em que ambos chegaram a se insultar até mesmo em latim, o ex-presidente tomou a seguinte decisão: “Se você não pode andar a cavalo, voltará para Tapirapoã acompanhado por Sigg”¹³.

O segundo incidente refere-se à morte do sargento Paixão, assassinado por um soldado do destacamento da “Comissão Rondon”, que após o crime fugiu floresta adentro. Para Roosevelt, era necessário perseguir-lo e matá-lo¹⁴. Na versão de Rondon o episódio foi narrado da seguinte forma:

Eu e Lyra tínhamos partido à frente, em exploração. Roosevelt mandou um mensageiro nos avisar do ocorrido. Temia uma fuga simulada de Júlio e a resolução, em desespero de causa, de vender caro a vida e a liberdade. Encontrei-o muito excitado.

A partir daí, teria havido o seguinte diálogo entre ambos:

- É preciso mandar ao encalço de Júlio, prendê-lo e matá-lo!
- No Brasil isso é impossível, quem comete um crime é julgado e não assassinado.
- Quem mata deve morrer, assim é em meu país.

Segundo consta, Roosevelt só teria se convencido do contrário frente ao argumento de Rondon, de que seria inútil procurar um homem no “emaranhado da floresta”, e que “por força da circunstância em que ele próprio se colocou”, a fome e a febre tratariam de castigá-lo¹⁵.

¹³ VIVEIROS, Esther. *Rondon Conta a Sua Vida*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958, p. 394.

¹⁴ Cf. Id., *ibid.*, p. 416.

¹⁵ Cf. Id., *ibid.*, p. 416.

Na manhã do terceiro dia após o crime, encontraram-no a pedir ajuda à margem do rio que desciam em exploração. De acordo com o coronel Amílcar Botelho de Magalhães, de sua canoa Roosevelt teria chegado a levar a arma ao rosto para fazer pontaria, desistindo, porém, do intento¹⁶. Na primeira parada, Rondon procurou mostrar a Roosevelt a necessidade de ir buscar o criminoso a fim de entregá-lo à justiça, ao que este não concordou alegando parecer-lhe injusto sobrecarregar a expedição com a guarda de um homem que precisava ser cuidadosamente vigiado. Para ele, a expedição estava em perigo, pois não sabiam onde estavam e quanto deveriam ainda caminhar. Além do mais, havia homens doentes, “deprimidos e quase nus”, sendo necessário, portanto, empregar todos os recursos no sentido de garantir a vida de todos. “– Absolutamente não concordo!”; sentenciou. E voltando-se irritado para Kermit, que procurava intervir, ordenou: “– *Shut up!*”. Ao que o tenente Lira, “sem conseguir se conter”, teria retrucado em português: “– Ele pensa que ainda é presidente!”¹⁷.

Como concluiu Roosevelt: “Não fomos à procura do assassino [porque] a lei não nos permitia passá-lo pelas armas, apesar de se tratar de um soldado que, de sangue frio, deliberadamente matou outro soldado”¹⁸. De todo modo, seu desejo de dar cabo ao criminoso, segundo Rondon “uma natureza moral das mais infelizes”, pode ter sido concretizado, pois após sua “efêmera aparição na margem do rio”, o fim que levou tornou-se para sempre um mistério¹⁹.

Tudo isso é relevante no que diz respeito, tanto aos cuidados com que deve ser abordado o relatório de viagem de Roosevelt, quanto às interpretações que os comentaristas brasileiros fizeram sobre o seu perfil e comportamento pessoal. Nunca é demais ressaltar, que a primeira edição brasileira de *Nas Selvas do Brasil* data de 1944, em meio a circunstâncias semelhantes àquelas que trouxeram o estadista ao país, isto é, da política de aproximação entre Brasil e Estados

¹⁶ COUTINHO, Edilberto. Rondon. *O Civilizador da Última Fronteira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; INL, 1975, p. 18.

¹⁷ Cf. VIVEIROS, Esther. Op. cit., p. 416 - 417.

¹⁸ Cf. ROOSEVELT, Theodore. Op. cit., p. 197.

¹⁹ MAGALHÃES, Amílcar Armando Botelho de. *Pelos Sertões do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941, p. 180.

Unidos. No Prefácio a essa primeira edição brasileira, o então ministro da Agricultura, Apolônio Salles, acentuou que a análise da vida e da obra de Theodore Roosevelt,

partidário, em seus escritos e discursos, do mais sadio pan-americanismo [...] levamos, por força, a encontrar, na sua figura, uma irrecusável similitude com o vulto, hoje universal, do presidente Franklin D. Roosevelt, membro, como aquele, de uma família notável por todos os títulos. Que mais sincera e viva homenagem poderíamos prestar ao autor desta obra, senão a de, ao aproximá-lo do líder de hoje da grande nação norte-americana, aproveitar o ensejo de apontar a ambos como figuras exponenciais e representativas de um povo irmão, que admiramos, queremos e respeitamos. [...] Nesta hora em que nos empenhamos, ao lado dos Estados Unidos, com as mãos dadas e os corações a baterem sincronicamente, numa luta pela sobrevivência dos mais elevados postulados do respeito aos indivíduos e suas idéias, como às nações e seu direito de existir, mais do que oportuno é o lançamento partidário, em seus escritos e discursos, do mais sadio pan-americanismo desta tradução.²⁰

Até então, parte de seu conteúdo popularizou-se, sobretudo, a partir da visão dos militares da “Comissão Rondon”, que durante cinco meses conviveram ao lado do autor. De acordo com o coronel Amílcar Botelho de Magalhães, por exemplo:

As apreciações de Roosevelt têm para nós duplo valor: 1º porque é o julgamento de um grande homem; 2º porque esse homem era escravo da verdade e da lealdade. As suas afirmativas, a sua convicção, o seu modo de argumentar, inteligente e lógico, deixavam transparecer sempre uma grande energia, fazendo recordar constantemente o homem de estado que assumira a responsabilidade positiva da sua célebre frase: “*I took the Panamá*”.²¹

Dentre as “verdades” ditas por Roosevelt, procurava-se chamar a atenção e reforçar as inúmeras referências positivas ao meio e ao homem do interior do país, ao coronel Rondon e sua obra como diretor do SPI e na construção da linha telegráfica, que “levada a efeito exclusivamente com trabalhadores nacionais, na sua maioria mestiços”, representava “um esforço só excedido pelo que havia sido empregado na abertura do canal do Panamá”²². Realizações que apesar de terem

²⁰ Cf. ROOSEVELT, Theodore. Op. cit., p. 15.

²¹ Cf. MAGALHÃES, Amílcar Armando Botelho de. Op. cit., p. 213.

²² Cf. Id., *ibid.*, p. 216.

o valor reconhecido no Brasil, eram “desconhecidas das sociedades geográficas da Europa e dos Estados Unidos”²³.

Contudo, enquanto expressão da visão do outro, seus relatos também estavam preenchidos de notas nem sempre lisonjeiras ao meio ambiente percorrido e sua gente. Isto é, de “verdades” a serem esquecidas ou, no mínimo, reinterpretadas. Embora se esforçasse em apontar, com olhar mais de administrador político que de cientista, os melhores locais, em termos de clima e salubridade, para o estabelecimento de futuros pólos de colonização em Mato Grosso e na Amazônia, por vezes Roosevelt entrou em choque com aqueles que pretendiam transmitir uma imagem positiva e ufanista da região, para ele “quase vazia” ou “habitada apenas por índios inamistosos” e que, por esses e outros motivos, continuava a oferecer “perigo à vida do homem”²⁴.

Tentando ignorar o calor que o fazia “suar por todos os poros”, os ataques de formigas e o turbilhão de insetos que caíam sobre sua cabeça, pescoço, mãos e papéis enquanto escrevia, com “lápiz-tinta” e dois carbonos intercalados entre as folhas do bloco de anotações²⁵, os artigos que se comprometera a mandar, à razão de um dólar a palavra, para um dos grandes jornais de Nova York, acentuou:

Nessas florestas é inacreditável a multidão de insetos que pica, ferroa, persegue e devora as criaturas. A expressão ‘natureza benfazeja’, que não passa de um mito, não iludirá mesmo o mais insignificante ser pensante, se se (sic) vir isolado frente à dureza da vida tropical.²⁶

O fato é que a visita de Theodore Roosevelt ao Brasil foi precedida de um clima de críticas e desconfiança, transformando-se em assunto extremamente delicado e polêmico.

Desde o final do século XIX, tornara-se intenso o debate em torno da crescente influência dos Estados Unidos na América Latina e no Brasil. Em *A Ilusão Americana*, livro de grande repercussão, editado em 1893, Eduardo Prado estu-

²³ Cf. Id., *ibid.*, p. 110.

²⁴ Cf. Id., *ibid.*, p. 194 - 110.

²⁵ CUNHA, Comandante Heitor Pereira da. *Viagens e Caçadas em Mato Grosso* (Três Semanas em Companhia de Th. Roosevelt). 4ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1949, p. 42.

²⁶ Cf. ROOSEVELT, Theodore. *Op. cit.*, p. 139.

dou o período histórico que se estende de 1823, ano em que foi elaborada a doutrina Monroe, até a época da chamada política do *big stick*, patrocinada pelo Secretário de Estado James Blaine, quando o expansionismo americano inaugurou sua presença armada na América Latina. Crítico do desenvolvimento dos *trusts* e cartéis, defensor do liberalismo econômico, o autor enfocou, entre outros temas, o protecionismo norte-americano e a expansão dos monopólios, procurando demonstrar que a aproximação entre os dois países era extremamente prejudicial ao Brasil, uma vez que, a seu ver, o interesse dos Estados Unidos era obter escoamento para o excesso de sua produção, de modo a não sofrer retração industrial²⁷.

Eduardo Prado morreu em 1900, ainda refratário à influência dos Estados Unidos. Rui Barbosa, a quem em grande parte o país deveu a edificação das instituições republicanas segundo o modelo norte-americano, não vacilou em apoiar as suas advertências, cujo livro considerava “feito de ciência, verdade e patriotismo”²⁸. Censurou o apelo do governo Floriano para a “intervenção perigosa” dos Estados Unidos, na Revolta da Armada; e a tentativa de erguer uma estátua a Monroe como sinal de reconhecimento²⁹. Para ele, um pouco de reflexão e de história seriam suficientes para “advertir na facilidade com que, para os estados fracos, se converte em tutela a intrusão doméstica dos poderosos”, e para saber que a Doutrina Monroe, no uso diplomático pelos Estados Unidos, tivera, em todos os tempos, um “caráter exclusivamente americano”³⁰. Era uma “limitação da soberania” das outras Repúblicas, cuja causa a democracia de Washington nunca se irmanara³¹. Vedando o continente à cobiça da Europa, os Estados Unidos não

²⁷ PRADO, Eduardo da Silva. *A Ilusão Americana*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1958. Lançado em plena vigência do estado de sítio devido à eclosão da Revolta da Armada e da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, o livro teve a primeira edição confiscada pelo governo Floriano Peixoto, sendo o autor acusado de monarquista. A segunda edição apareceu em 1917, ano em que o Brasil declarou guerra à Alemanha.

²⁸ BARBOSA, Rui. “Continente Enfermo”. In: BARBOSA, Rui. *O Divórcio e o Anarchismo*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, s/ d, p. 133.

²⁹ BARBOSA, Rui. “Vã Confiança (A Ilusão Americana)”. In: Cf. BARBOSA, Rui. Op. cit., p. 138.

³⁰ BARBOSA, Rui. “Doutrina Monroe: sua origem”. In: Cf. BARBOSA, Rui. Id., *ibid.*, p. 147.

³¹ Id., *ibid.*

fizeram mais do que reservá-lo para os futuros empreendimentos de sua ambição³².

Na análise de Rui Barbosa, a “ilusão americana” passara, no Brasil, por várias transformações, sob a influência dos interesses políticos e da ignorância nacional. Sentia-se ele no dever desmascará-la, “porque a nossa consciência não se pode submeter à co-responsabilidade numa falácia, a que a História e a experiência se opõem”³³.

Embora entendesse que Eduardo Prado, a quem chamara de “panfletário de grande talento”, exagerara ao condenar *in limine* toda a civilização norte-americana, Oliveira Lima foi obrigado a reconhecer, em 1899, que os Estados Unidos realmente caminhavam para se tornar uma grande potência colonial. Eles haviam anexado as ilhas de Hawai, tomado posse de Porto Rico e das Filipinas como despojos de uma guerra que alegavam empreender em nome da “liberdade e da civilização”, e preparavam a invasão de Cuba sob pretexto da manutenção da “ordem pública, desagravo patriótico e sugestão humanitária”. Advertia, então, que “os admiradores brasileiros da América do Norte estavam, com efeito, levando demasiado longe as demonstrações de fraternidade e ameaçavam marear os brios da nação”³⁴.

Em 1906, por ocasião da 3ª Conferência Pan-americana realizada no Rio de Janeiro, Oliveira Lima mostrou ainda maiores reservas diante dos Estados Unidos, especialmente em relação ao “neo-monroísmo” praticado pelo presidente Roosevelt. “É *mister* nunca esquecer”, afirmou, “a primitiva doutrina, a de Monroe, visava, no dizer de seu autor, à exclusão das novas conquistas européias do solo americano, então fremente por libertação; enquanto que a nova doutrina, a do Sr. Theodore Roosevelt, proclama, sem ambages, o dever que incumbe - não diz por delegação de quem - aos Estados Unidos de obrigarem as outras repúblicas de seu continente, as famosas irmãs, a cumprirem suas obrigações para com os estranhos”³⁵.

³² BARBOSA, Rui. “Vã Confiança (A Ilusão Americana)”. In: Cf. BARBOSA, Rui. Id., *ibid.*, p. 137 - 139.

³³ BARBOSA, Rui – “Continente Enfermo”. In: Cf. BARBOSA, Rui. Id., *ibid.*, p. 135.

³⁴ LIMA, Manuel de Oliveira. *Nos Estados Unidos*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1899, pp. 372 – 426.

³⁵ LIMA, Manuel de Oliveira. *O Pan-americanismo* (Monroe, Bolívar, Roosevelt). Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, p. 77.

Em 1912, desenrolava-se nos Estados Unidos a chamada questão Norris. As medidas para sustentação do preço do café, adotadas pelo Brasil desde 1906, encontraram forte resistência norte-americana. Embora os importadores americanos comprassem o produto, nos portos de Santos e do Rio de Janeiro, por 5 *cents* e meio a libra, vendendo-o, depois de torrado, a 25 ou 30 *cents*, o senador Norris, do estado de Nebraska, declarou que a política de valorização brasileira causava um prejuízo anual de cerca de US\$ 35 milhões à economia de seu país. Acusando o Brasil de manter conchavo com alguma grande corporação internacional, argüiu a violação da Lei Sherman, antitruste, pedindo, em 1911, a abertura de inquérito. O então Presidente Taft acolheu a denúncia, e, de acordo com a petição da *Court of Claims*, de Nebraska, abriu processo contra o Comitê de Valorização.

Em discurso proferido perante a Sociedade Pan-americana, em 30 de maio de 1912, o embaixador brasileiro em Washington, Domício da Gama, abordou publicamente, na presença do próprio Secretário de Estado Knox, o caso do café, criticando o endosso por parte do governo americano de “uma doutrina algo arbitrária e inteiramente revolucionária, de pagar a mercadoria dos outros não pelo preço que eles pedem, mas pelo que os Estados Unidos, isto é, os negociantes americanos quiserem pagar”, os quais pareciam “dispostos a impô-la mesmo com o sacrifício de uma velha amizade internacional [...] e com o descuido da consideração devida a um Governo amigo, que toca aos limites da descortesia internacional”³⁶. Assim como os sul-americanos tinham muito que aprender dos “novos métodos” com que os Estados Unidos tratavam os países estrangeiros, acrescentou o embaixador brasileiro, “os norte-americanos ainda têm que aprender o caminho dos nossos corações”³⁷.

Referindo-se a um telegrama datado de 25 de dezembro de 1912, enviado pelo novo ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, ao embaixador brasileiro em Washington, comentou Moniz Bandeira:

Lauro Müller desaprovou o discurso e Domício da Gama lhe pediu para não divulgar sua atitude, que enfraqueceria a posição da Embaixada brasileira, na questão com as autoridades de Washington. Antes, o Chanceler (Rio Branco) refreava os arroubos pan-

³⁶ BANDEIRA, Moniz. *A Presença dos Estados Unidos no Brasil* (Dois Séculos de História). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, p. 188.

³⁷ Cf. Id., *ibid.*, p. 188.

americanistas de seu embaixador (Nabuco). Mas o falecimento dos dois inverteu a situação. Agora, o Embaixador em Washington precisava conter os excessos servis do Chanceler. Domicio da Gama dizia que o Brasil devia aproximar-se dos latino-americanos [...]. O Brasil, segundo ele, não precisava de uma *proteção hipotética* e sim de *amizade sem dependência*. Domicio da Gama compreendia que os americanos se empenhavam em conquistar o mercado brasileiro e nele conservar e desenvolver sua posição. Convinha aos brasileiros utilizar essa vantagem.³⁸

De acordo com alguns dados econômicos, por volta de 1912 os Estados Unidos absorviam aproximadamente 36% das exportações brasileiras. Desde 1870 compravam mais da metade da produção de café e eram os maiores consumidores de cacau da Bahia. Por essa época, perto de 60% da borracha vendida em Nova York procedia da Amazônia. Por outro lado, os produtos americanos ainda não encontravam condições de competir livremente com os europeus, só penetrando no mercado brasileiro mediante o protecionismo tarifário, ao que tudo indica obtido frente à constante ameaça, nunca concretizada, de taxaço da entrada de café no país.

Só no início da Primeira Guerra Mundial, por volta de 1915, os EUA sobrepujariam a Inglaterra e a Alemanha nas relações comerciais com o Brasil, tomando a liderança nas importações e exportações. Antes disso, a competição entre americanos e ingleses não se limitava ao comércio exterior brasileiro. Grupos monopolistas dos dois países disputavam, muitas vezes associados, fontes de matéria-prima e o controle dos meios de comunicação e transportes.

Em princípios da década de 1910, teve início a luta pelo monopólio das minas de ferro no país. Entendendo que o Brasil, exportador de ferro bruto, precisava “fabricar sem excesso de custo” parte das importações de aço que consumia³⁹, o presidente Nilo Peçanha tentou concretizar a produção siderúrgica nacional, utilizando-se do meio que lhe parecia mais viável na época: os investimentos ingleses⁴⁰. Durante o governo Hermes da Fonseca o projeto parece ter sido aban-

³⁸ Cf. Id., *ibid.*, pp. 188 – 189.

³⁹ CONGRESSO NACIONAL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 4, 1909, p. 564.

⁴⁰ PEREIRA, Osny Duarte. *Ferro e Independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, pp. 67 – 68.

donado, entregando-se à *Brazilian Iron & Steel Company* o monopólio da exportação do minério.

A exploração da eletricidade, cujo monopólio fora entregue ao americano William Reid em 1889 passou, com o apoio do embaixador americano David Thompson, para as mãos do grupo canadense *Light & Power*; que detentor do mercado paulista conquistou o mercado do Rio de Janeiro em 1905.

Aproveitando-se de uma brecha legal aberta pelos governos do Pará e do Amazonas, os quais, em 1902, concederam ao empresário Joaquim Gonçalves Lalor o direito de estabelecer estações radiotelegráficas ao longo dos rios Tocantins, Purus, Madeira e Amazonas como meio de “remediar” a deficiência dos serviços prestados pelos cabos subfluviais da *Western Telegraph Co.*, sujeitos a constantes interrupções, em 1905 a *Amazon Telegraph Co.*, empresa britânica que operava na Amazônia desde 1895, também solicitou concessão para operar com radiotelegrafia na região, no que foi imediatamente seguida pela americana *Wireless Telegraph and Telephone Co.* e pela *Compagnie Française des Cables Telegraphiques*⁴¹. A batalha que se seguiu envolveu desde a diplomacia, através do Barão do Rio Branco, até juristas congressistas e técnicos da Repartição Geral de Telégrafos, cujos pareceres expressavam tendências mais ou menos liberalizantes, quanto à definição das responsabilidades e da forma de controle da “transmissão do pensamento” no país.

⁴¹ Os governos dos estados do Pará e Amazonas agiram com base no artigo 9º da Constituição Federal de 1891, cujos parágrafos 1º e 4º dispunham ser “da competência exclusiva dos estados estabelecerem linhas telegráficas entre os diversos pontos de seus territórios, e entre estes e os outros estados que não se acharem servidos por linhas telegráficas, resguardando-se à União o direito de desapropriá-las quando for de interesse geral”. Alegando que os “interesses dos telégrafos da União” vinham sendo freqüentemente lesados por concessões estaduais e municipais, e apelando para o preceito previsto nos artigos 7º e 34º, números 4 e 15, da Constituição de 1891, os quais definiam, respectivamente, ser de competência da União decretar de Correios e Telégrafos federais, cabendo ao Congresso Nacional legislar sobre tais serviços, em 1908 a Direção Geral dos Telégrafos solicitou que os pedidos de concessão a particulares fossem sustados, até que o Supremo Tribunal Federal decidisse sobre a sua legalidade. Para um aprofundamento do tema, sugiro BHERING, Francisco. *A Propósito da Jurisprudência Telegraphica*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1915; MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. *A Radiotelegrafia no Brasil*. Elementos Históricos. Memória Organizada de Ordem de S. Exa. o Sr. Dr. José Barbosa Gonçalves, em dezembro de 1913, pelo Engenheiro Francisco Bhering, Membro da Comissão Mista Civil e Militar de Radiotelegrafia. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

Foi, justamente, nesses primeiros anos do século XX, que o capitalista americano Percival Farquhar voltou suas atenções para o Brasil, tornando-se, em 1905, representante da *Société Anonyme du Gaz* do Rio de Janeiro, empresa vinculada aos interesses da *Light & Power*. A partir daí Farquhar, aos poucos, estenderia seus interesses a outros campos da economia.

Por volta de 1908, a *Brazil Railway Co.*, principal empresa do sindicato representado por Farquhar, adquiriu de um grupo francês a concessão da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande. Pouco depois, a *Brazil Railways* incorporou a rede ferroviária do Rio Grande do Sul, arrendou a Sorocabana, comprou ações da Mogiana e da Paulista, obteve a concessão da Madeira - Mamoré e os direitos da Vitória - Minas. A essa altura, o Sindicato Farquhar também dispunha de frigoríficos, de indústrias de papel, de cadeias de hotéis e de grandes áreas de terras, além de administrar os portos do Pará (*Port of Pará*) e do Rio Grande do Sul. Simultaneamente, fundara a *Southern Brazil Lumber & Colonization Co.*, com vistas à extração de madeira no Paraná, e a *Amazon Land Colonization Co.*, para a exploração da borracha da Amazônia.

Durante a sua passagem pelas fazendas do pantanal mato-grossense, Theodore Roosevelt teve a oportunidade de visitar a “grande e longínqua empresa” *Brazil Land and Cattle Company*, correspondente à fazenda Descalvado, de propriedade do Sindicato Farquhar e sob a direção de Murdo Mackenzie, “cidadão e criador que não encontraríamos melhor nos Estados Unidos”⁴². Conforme seu relato, receberam-no “calorosamente” o administrador McLean e seu assistente Ramsey, “velho amigo do Texas”. Entre os outros auxiliares, informou, havia alguns belgas e franceses, talvez remanescentes do Sindicato Belga *Produits Cibils* de quem a empresa foi adquirida, sendo a mão-de-obra composta de paraguaios, brasileiros e de “uns poucos índios”. Segundo o visitante, formavam “um grupo disposto; todos conduziam armas que sabiam manejar com habilidade,

⁴² Cf. ROOSEVELT, Theodore. Op. cit., p. 90. O autor referia-se ao empresário canadense Alexander Mackenzie, que contando com a ajuda de Percival Farquhar construiu a *Light & Power*. Demonstrando o entrelaçamento de interesses dos grupos internacionais, Charles Dunlop citou o fato de que a Alexander MacKenzie cabia responsabilidade de assinar os cheques da *Société Anonyme du Gaz*, empresa representada por Percival Farquhar, cuja direção técnica estava a cargo do engenheiro americano A. B. Slater. DUNLOP, Charles Julius. *Apontamentos para a História da Iluminação da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Rio Antigo, 1949, p. 71.

de vez que a fazenda não dispunha de outro meio de defesa contra ladrões de gado, que atravessando constantemente a fronteira da Bolívia, davam margem a refregas repetidas”⁴³.

Localizada em região com “extraordinárias possibilidades para a criação de gado”, havia na fazenda, de acordo com a descrição de Roosevelt, cerca de 70 mil cabeças, curtume, açougue oficina de latoeiro, igreja e vários outros prédios “com todos os graus de conforto”, destinados a trinta ou quarenta famílias, além da grande e bela casa de dois pavimentos, na margem do rio, que entre limoeiros e flamboyants, exibia a brancura de suas paredes”⁴⁴. No armazém, o ex-presidente norte-americano pôde constatar a existência de “pilhas de peles de onça, puma jaguatirica, jaguarundi, jaguar “e uma grande pele de lobo vermelho”, todas adquiridas de vaqueiros e “índios mansos” da região, cuja “matança bárbara e destruidora” ia, de acordo com o comandante Pereira da Cunha, a “mais de mil animais por ano!...”⁴⁵.

Ao que parece, praticamente desde o início de seu funcionamento no Brasil, o Sindicato Farquhar foi alvo de forte oposição. Foi chamado de “máquina de sucção Farquhar” pelo ex-embaixador brasileiro em Washington Salvador de Mendonça, que o acusou de subornar “alguns dos nossos cidadãos de maior fama e goelas ainda maiores”⁴⁶. Além disso, denunciou suas atividades na Amazônia: “O Sr. Farquhar [...], depois de haver por meio da Amazon Land Colonization Co.

⁴³ Cf. ROOSEVELT, Theodore. Op. cit., p. 89.

⁴⁴ Cf. ROOSEVELT, Theodore. Op. cit., pp. 90 – 91.

⁴⁵ Cf. CUNHA, Comandante Heitor Pereira da. Op. cit., p. 64. Embora estranhando que, apesar de localizada no limite de fronteira com a Bolívia, a fazenda fosse controlada por estrangeiros, Pereira da Cunha não escondeu seu entusiasmo pela eficiência dos americanos em relação aos antigos proprietários europeus. Esse “colosso”, escreveu, possuía na época em que era controlada pelos belgas 500 mil cabeças de gado. Mas estes, “no afã de fabricar o seu produto [extrato de carne], estúpida e criminosamente abatiam tudo quanto repontava o rodeio sem olhar sexo nem idade; juntava-se a isso o roubo que, constantemente, praticavam na fronteira com a Bolívia, e que, segundo nos informaram [...], chegava a ser de mil cabeças por mês; pois ainda assim, após trinta anos de domínio belga e manutenção de tal regime, a nova companhia encontrou 60 mil cabeças, que não serão facilmente dizimadas, pois que, além de não prosseguirem na matança estúpida, mantém os novos proprietários [...] uma polícia ativa e numerosa, e capaz de evitar a continuação dos roubos”.

⁴⁶ MENDONÇA, Salvador de. *A Situação Internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1913, pp. 10, 11 e 19. Salvador de Mendonça referia-se, aqui, possivelmente, ao Barão do Rio Branco e seu Embaixador em Washington, Joaquim Nabuco. Estrela que brilhou intensamente nos primeiros anos da República, Salvador de Mendonça jamais escondeu sua amargura e antipatia pessoal pelo Barão, cuja diplomacia criticou violentamente. Relegado ao ostracismo, reivindicou o

se apoderado do Amapá e nele se fortificado, quando visse chegado o momento, pelo método que até hoje tem posto em prática, meteria em sua sacola os governos do Pará e do Amazonas e [...] o Acre, e associados proclamariam a independência da Amazônia, a qual seria reconhecida pelo governo de Washington, e depois era pegar-lhe como um trapo quente”. Todas as terras da Amazônia para o Norte, acrescentou, ficariam sob o “protetorado do americano e o Golfo do México e o Caribe seriam como um lago ianque”⁴⁷.

Contra o Sindicato Farquhar e os monopólios estrangeiros também se levantou Alberto Torres, denunciando, em 1914, o suposto projeto de instalação, num momento em que a República atingia a maioria no país, de “colônias de mineração como as da África do Sul”, que exploravam o trabalho bruto dos “fellahins” e dos negros⁴⁸.

Em linhas gerais, era essa a situação quando Theodore Roosevelt desembarcou no Brasil para realizar conferências e, posteriormente, adentrar o Mato Grosso e na Amazônia. Falando no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em outubro de 1913, ressaltou:

Desejo ver aumentar o tráfego entre os Estados Unidos e todos os países sul-americanos: o essencial em tal intercuro é a capacidade de inspirar confiança. Portanto, de todos os pontos de vista, penso que os Estados Unidos devem agir escrupulosamente, de modo a inspirar confiança às repúblicas irmãs. É por isso que sinto especial orgulho nacional em haveremos desocupado Cuba duas vezes e em termos

pioneirismo no estreitamento das relações com Washington e acusou Rio Branco de, junto com Joaquim Nabuco, prostrar o Brasil aos pés dos Estados Unidos, potência hemisférica. “Quando, pois, o Barão do Rio Branco mandou o Sr. Joaquim Nabuco descobrir a América do Norte, ela já estava descoberta, medida e demarcada [...] Dos esforços combinados de Joaquim Nabuco e Rio Branco em favor das boas relações entre o Brasil e os Estados Unidos, conheço apenas a célebre moção que à quarta Conferência Internacional Americana de Buenos Aires teve ordem de apresentar, em julho de 1910, a Delegação do Brasil, e em que Joaquim Nabuco queria que nós outros Latinos manifestássemos aos Estados Unidos o nosso “reconhecimento” pela doutrina de Monroe e o Barão do Rio Branco o nosso “aplausos” à dita doutrina. Às objeções da Argentina e do Chile devemos nós outros Latinos do Continente Americano não ter sido endossada tal doutrina nem agradecido e aplaudido esse protetorado, ofensivo de nossa dignidade de nações soberanas”. Cf. MENDONÇA, Salvador de. Op. cit., p. 255.

⁴⁷ Cf. MENDONÇA, Salvador de. Op. cit. pp. 28 – 30.

⁴⁸ TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro*. Introdução a um Programa de Organização Nacional. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933, p. 95.

intervindo em São Domingos puramente em benefício de São Domingos. Não há capítulo mais brilhante de nossa história do que o que registra esses feitos. Os Estados Unidos não desejam o território dos seus vizinhos: desejam sua confiança.⁴⁹

É sob o aspecto da busca de “confiança” por parte das nações do continente, que os objetivos da Expedição Roosevelt e seu apelo científico se revelam, especialmente quando se sabe que a América Latina constituía um dos terrenos de predileção para as rivalidades culturais das potências internacionais.

É preciso lembrar, que no decorrer do século XIX, mais acentuadamente em sua segunda metade, até as vésperas da Primeira Guerra Mundial, a ciência era apresentada como modelo e base para a organização do mundo. Em razão de seu “universalismo”, ela passou a ser vista como uma espécie de língua universal, capaz de favorecer as boas relações entre os países.

Coincidindo com o período, o surgimento dos Estados-nações foi nutrido pela emergência do nacionalismo e vice-versa, no bojo do qual também se verificou o crescimento do nacionalismo cultural ou científico, tanto mais forte porque vinha acompanhado de uma nova consciência a respeito da ciência nas relações de força entre as nações.

No final do século XIX, a ciência foi, progressivamente, sendo percebida pelas potências mundiais como um importante investimento para o desenvolvimento de seus impérios, para a influência política e econômica e para as relações de força entre elas. Noutros termos, pode-se afirmar que a ciência ganhava um aspecto utilitário, menos cultural e mais próximo da economia. Em consequência da Revolução Industrial, ela seria cada vez mais solicitada a contribuir com o desenvolvimento econômico, para o melhoramento da condição humana, para a expansão imperial e para a melhoria das relações de força entre as potências rivais. Não é de estranhar datarem dessa época a criação, na maioria dos chamados países desenvolvidos, de organismos destinados a promover o “irradiamento” intelectual, a língua, as relações científicas. Nas palavras de Rondon:

É preciso notar que era o ex-presidente um apaixonado pelos estudos de história natural. Quando no governo dos Estados Unidos dispensara especial aten-

⁴⁹ ROOSEVELT, Theodore. *Internacionalismo Americano*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1913, p. 4.

ção ao Museu de História Natural de Nova York, mandando consignar forte dotação orçamentária, para prover às necessidades de um estabelecimento modelar.⁵⁰

Aos poucos, os próprios conflitos entre as grandes potências iriam se traduzir por uma convocação da ciência para fins de propaganda, o que se verificaria particularmente durante a Primeira Guerra Mundial. Sob esse aspecto, o fim da partilha do mundo pode ser apontado como o último elemento a entrar em jogo. Além do uso das atividades científicas para marcar seu território e zonas de influência, a cultura, a ciência e, mais amplamente, as atividades intelectuais, foram utilizadas para criar redes de amigos que, esperava-se, assumissem o papel de grupo de pressão por ocasião de conflitos futuros.

Visto dessa maneira, não devem ser tomadas como casuais, mas sim como elementos carregados de profundo conteúdo simbólico, as referências feitas por Roosevelt a Rondon como “um bom naturalista, homem de ciência, estudioso e filósofo”, e vice-versa. Apesar do início da expedição ter sido marcado pela dificuldade de comunicação, “falávamos em inglês, português, mal francês, e alemão estropiado”, era a linguagem “universal” da cultura e da ciência que os unia em torno de um nível de “civilização”:

O coronel Rondon, airoso, elegante, ágil e marcial, compulsava um livro clássico de geografia astronômica. Padre Zahn lia uma novela de Fogazzaro. Kermit lia Camões e dois romances brasileiros: *O Guarani* e *Inocência*. Eu também me deleitava com *Quentin Durward*, Gibbon e a *Canção de Rolando*.⁵¹

Não obstante, a desconfiança foi a tônica que marcou a sua visita. Para muitos, o verdadeiro propósito da viagem que realizaria ao Mato Grosso, que tanto empenho vinha exigindo do governo, era unicamente satisfazer seu desejo de completar, “nas selvas do Brasil”, o ciclo de sua carreira de caçador iniciada no continente africano. Opinião, ao que tudo indica partilhada inclusive por Rondon, que apoiado nas notícias veiculadas pela imprensa a respeito da fama de caçador adquirida por Roosevelt desde sua viagem à África, teria observado ao ministro das Relações Exteriores só estar disposto a desempenhar a função para a qual

⁵⁰ Cf. VIVEIROS, Esther. Op. cit., p. 377.

⁵¹ Cf. ROOSEVELT, Theodore. Op. cit., p. 111.

este o havia designado, mediante o compromisso de que a “excursão” não se resumiria a um “mero passeio de *sport* mais ou menos perigoso”⁵².

A interpretação não era de todo incorreta, observando-se, com base em alguns relatos pontuais, o enorme interesse de Roosevelt em relação a qualquer tipo de caça e por onças, em particular, revelado já no início da viagem quando de sua passagem pelas fazendas do pantanal mato-grossense. Conforme o coronel Amílcar Botelho de Magalhães, ao saber que o governador do estado e Mato Grosso o aguardava, com grande comitiva, na fazenda São João, às margens do rio Cuiabá, onde lhe seria oferecida uma caçada, Roosevelt teria declarado a Rondon que “apesar de ser um homem da cidade e não um sertanejo, *não tinha ele nenhum medo do rio da Dúvida, mas estava com pavor da fazenda São João, por causa do protocolo, com qual seria muito difícil caçar-se...*”⁵³.

Numa passagem do livro trazendo relatos de suas experiências como caçador em Mato Grosso, citou o comandante Heitor Pereira da Cunha, oficial da Marinha brasileira que durante treze dias teve a oportunidade de acompanhar os membros da Expedição Roosevelt - Rondon, que depois de ter abatido duas onças durante a caçada que lhe fora oferecida na Fazenda das Palmeiras, de propriedade do ex-governador de Mato Grosso, coronel Alves de Barros, “Roosevelt, que até então havia limitado seus conhecimentos de português à palavra ‘obrigado’ e à frase ‘mais café’, ampliou a aplicação do nosso idioma reclamando por duas vezes ‘mais onça’”⁵⁴.

Noutra passagem de seu livro o comandante Pereira da Cunha relatou que ao entrarem no Taquari, a bordo do navio “Nioac”, “bandos enormes de tuiuiús, garças, colhereiros e outras aves orlavam as margens do pitoresco rio [...]; os jacarés pululavam por toda parte... Dentro em breve o navio transformou-se em corpo de atiradores contra esses animais; apareciam armas de todos os sistemas

⁵² MAGALHÃES, Amílcar Armando Botelho de. *A Obra Ciclópica do General Rondon*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1956, p. 14.

⁵³ Cf. MAGALHÃES, Amílcar Armando Botelho de – Impressões..., op. cit., p. 214.

⁵⁴ Cf. CUNHA, Comandante Heitor Pereira da. Op. cit., p. 33. Durante a caçada nessa fazenda, localizada no pantanal do rio Taquari, várias onças foram perseguidas para que o tenente Luiz Thomaz Reis tentasse realizar tomadas para o filme Expedição Roosevelt. Uma descrição do episódio aparece em cf. MAGALHÃES, Amílcar Armando Botelho de. Impressões..., op. cit., pp. 56 - 69.

e calibres, e era uma fuzilaria contínua, ininterrupta, entrecortada de risadas, aplausos, troças e vaias”⁵⁵.

Na versão de Rondon, o mesmo episódio ganhou aspecto bastante suavizado. A edificação de uma “lenda” de que Roosevelt visava a “glória mundial de caçador” teria, segundo ele, levado alguns brasileiros que acompanhavam a comitiva durante a subida do rio Paraguai, a se envolverem “em suposto concurso de tiro ao alvo”. A certa altura, “o mais *bravo* deles encontrou ensejo para bela façanha”, atirando numa biguatinga que “voava descuidosa” perto do navio. Não foi, entretanto, “felicitado”, explicou, “porque, para o Sr. Roosevelt, era imperdoável matar qualquer animal sem um objetivo”. No intuito de “remediar o mal feito”, o Nioaque parou a fim de que o pássaro abatido fosse apanhado e entregue aos taxidermistas⁵⁶.

De todo modo, a versão oficial que os responsáveis pela Comissão procuraram reforçar a respeito dessa questão foi aquela, exposta por Rondon em 1916, segundo a qual as interpretações, comumente veiculadas à época, de que a vinda de Roosevelt ao Brasil possuía finalidades exclusivamente “cinegéticas”, constituíram “uma das maiores injustiças públicas” cometidas contra o estadista norte-americano, por pessoas “que se julgaram no dever de tomar para si o encargo de zelar pelos brios nacionais”, uma vez que as caçadas tinham por único objetivo satisfazer as necessidades do Museu de História Natural de Nova York, cujas coleções ainda estavam destituídas de exemplares do tamanduá, da onça brasileira e “do nosso tapir ou anta”⁵⁷. Com isso, procurava-se reforçar a idéia de que a expedição baseava-se em princípios puramente “científicos”.

Num longo artigo intitulado “Roosevelt no Brasil”, publicado em 3 de outubro de 1913, o jornal mato-grossense *O Debate* dava indicações de outros elementos sobre os quais estava pautado aquele clima de desconfiança. Depois de informar que, apesar de estar “neste momento preocupado em disputar, com príncipes de sólida fidalguia o trono difícil da recente Albânia”, Roosevelt “muito gentilmente” havia aceitado

⁵⁵ Cf. CUNHA, Comandante Heitor Pereira da. Op. cit., p. 27.

⁵⁶ Cf. VIVEIROS, Esther. Op. cit., pp. 381 – 382.

⁵⁷ Missão Rondon. *Apontamentos Sobre os Trabalhos Realizados Pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas Sob a Direção do Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1916, pp. 391 e segs.

o convite para visitar o estado de Mato Grosso, o articulista ridicularizava o plano da expedição, publicado no diário carioca *O Jornal*, em que, entre outras informações, o ex-presidente norte-americano destacava que traria “pouca roupa”:

Começam aqui as dificuldades que vamos sentir para homenagear o Sr. Roosevelt. [...] grifando bem que traz pouca roupa, como poderemos nós fazer-lhe as habituais festas aos estrangeiros que nos procuram? Se é assim, não será possível levá-lo a visitar a Câmara e o Senado: o Sr. Pinheiro Machado se verá coagido a lhe recusar o clássico almoço no morro da Graça, o almoço que deu a Clemanceau, a Pozzi, Mabillean; o Sr. Azeredo por sua vez, não poderá fazê-lo dançar a costumada e velha quadrilha francesa, em seus luxuosos salões abertos em sua honra. Um homem com tão pouca roupa! Como vai ser reduzido o programa, limitando-se, assim, ao Corcovado, Pão-de-Açúcar e Tijuca.

No mesmo tom irônico, expunha e comentava as exigências feitas ao governo brasileiro pelo visitante, como o fornecimento de informações sobre se devia andar a pé ou a cavalo de Corumbá até o Tapajós, canoas para descer esse rio, um guia reunindo as atribuições de intérprete e que, ao mesmo tempo, se incumbisse de auxiliá-lo no “arranjo de comestíveis” e outras necessidades; remadores; “gasolina a vapor” para o seu transporte ao rio Orenoco e outro guia para a parte final da viagem; e, finalmente, ser o chefe da expedição:

Jesus! Que homem complicado esse Sr. Roosevelt! Se o governo soubesse não o teria convidado, porque o nosso intuito era somente que ele viesse ao Rio e a São Paulo, cumprisse os seus deveres sociais [...], fizesse duas ou três conferências, visitasse os cafezais de São Paulo, e depois fosse para os Estados Unidos dizer, mediante razoável comissão, o que dissessem Ferrero, Doumer, Clemanceau, Paul Adam. Não é para outra coisa que fazemos convites para estrangeiros ilustres, mas nenhum deles se lembrou de pedir senão algumas centenas de francos. Agora quer o Sr. Roosevelt aqueles cinco difíceis presentes. Como vai o governo lhe informar se deve andar a pé ou a cavalo? Os senhores abem muito bem que a Repartição de Estatística não está aparelhada para esse fim. Vagamente se murmura que naquelas zonas anda-se mais a pé que a cavalo, e quando se anda a cavalo é a cavalo em boi, mas pode-se dizer ao futuro rei da Albânia que os cavalos de Mato Grosso são bois? Concordará ele com isso? Teremos canoas, teremos ‘gasolina a vapor’? E os comestíveis naquelas paragens, onde às vezes os homens civilizados - apesar do coronel Rondon - correm o risco de ser [sic] pratos excelentes para um banquete de índios? Confessar-lhe isso, é arriscar-se a uma contrapropaganda, como aconteceu com o Sr. Savage Landor.

Remetendo-se à controvertida figura do explorador inglês Walter Savage-Landor, o articulista evidenciava aquela que talvez tenha sido uma das principais preocupações dos responsáveis pela “Comissão Rondon”, em relação a mais essa expedição estran-

geira. Num momento em que os esforços estavam voltados para a construção de uma imagem positiva do interior do país e seus habitantes, pouco antes da chegada de Roosevelt ao Brasil Walther Savage-Landor publicou, em Londres, o livro *Across Unkdown South America*. Nesse balanço de sua viagem exploratória ao vale do Tapajós, o autor ressaltou inúmeros aspectos depreciativos da região, entre eles a indolência e a ignorância do nosso caboclo, a seu ver condenado a uma situação de estéril inferioridade, devido à mestiçagem e as influências do clima tropical ⁵⁸.

Tudo isso talvez justifique, em parte, o estrito controle exercido por Rondon e seus auxiliares, sobre as informações referentes à Expedição Roosevelt-Rondon. Respondendo à solicitação dos editores de incluir em *Missão Rondon*, primeiro livro de propaganda das “expedições” exploratórias Comissão Telegráfica, um capítulo referente à “descoberta” do rio da Dúvida, sob a alegação de que o tema seria pessoalmente tratado nas conferências que faria no teatro Fênix, Rondon prontificou-se a conceder uma entrevista onde, de acordo com o próprio repórter do *Jornal do Commercio* encarregado de realizá-la, “habitado às manhas e negaças dos índios, conhecedor das sutilezas do espírito humano, só diria aquilo que realmente quisesse dizer”⁵⁹.

“Houve quem afirmasse”, questionou o jornalista em certo ponto da entrevista, “que o Sr. Roosevelt viera ao Brasil com as mesmas idéias que para aqui têm trazido tantos estrangeiros ilustres: descobrir o nosso país e o nosso povo e revelá-los ao mundo, o primeiro como cenário de belíssimos quadros da natureza agreste, e o segundo como um composto de mestiços indolentes e boçais, incapazes de se constituir em nação civilizada...” A tal questionamento, respondeu Rondon que o ex-presidente da América do Norte “não descobriu o Brasil”, pois “não acompanha, nos seus processos, a turba-multa [sic] desses hóspedes ilustres, nem

⁵⁸ Foi intensa a campanha nacional desencadeada pelo Escritório Central da “Comissão Rondon”, no sentido de desqualificar a competência intelectual e os atributos morais desse “pseudo-explorador”, cujas “grosserias e falsas referências à nossa gente” eram atribuídas a um sentimento de vingança, em razão de ter sido ele abandonado, em plena selva, pelos guias que contratou. Ver a respeito Cf. MAGALHÃES, Amílcar Armando Botelho de. Pelos..., op. cit., pp. 27-28 e 112-115; Cf. *Missão Rondon*, p. 409, e segs.

⁵⁹ Cf. *Missão Rondon*. Com o acompanhamento e o apoio do Escritório Central da “Comissão Rondon”, o livro condensava, num único volume, uma série de artigos publicados durante o ano de 1915 pelo *Jornal do Commercio*.

reforça o coro das malsinações que eles levantaram contra a índole, o caráter e a moralidade do povo brasileiro. Ele viu nossos patrícios trabalhando e com eles conviveu bastante tempo; pode, portanto, julgá-los com espírito de verdade e de justiça”. Mostra maior do estágio de civilização em que se encontrava o país teriam sido, segundo Rondon, as referências elogiosas por ele feitas à cidade do Rio de Janeiro, de seu ponto de vista não só “mais bela e iluminada do que Nova York, Paris, Londres e Washington, como também superior a essas cidades em polícia, higiene, limpeza e calçamento”, sendo Berlim “a única que se poderia gabar de possuir melhor higiene e limpeza mais cuidadosa”. Acrescentou, por fim, ter Roosevelt colocado no mesmo patamar de igualdade, o empreendimento da transformação “da velha cidade colonial que era o Rio de Janeiro na atual Capital da República”, e os esforços empregados para o “desbravamento do *Far West* brasileiro”⁶⁰.

Das margens do rio Apa, onde Roosevelt e Rondon tiveram seu primeiro encontro, a São Luís de Cáceres, a viagem foi feita a bordo do paquete Nioaque. De Cáceres em diante, território definido por Roosevelt como o “cenário de atuação do coronel Rondon”, o trajeto seria feito a pé ou em canoas.

Iniciada no passo da linha telegráfica, na Chapada dos Parecí, a travessia da “Expedição Científica Roosevelt-Rondon” pelo estado de Mato Grosso encerrou-se a 30 de abril de 1914, na confluência dos antigos rios Castanho e Aripuanã, chegando Theodore Roosevelt a Manaus com a saúde bastante abalada. Há, inclusive, quem afirme que sua morte, em 1919, teria ocorrido em consequência das seqüelas dessa viagem.

Ao longo de mais de 1.000 km do trajeto percorrido, além de inúmeros trabalhos de História Natural cujos estudos foram confiados aos especialistas do Museu Nacional, foram realizados os levantamentos dos ribeirões Festa da Bandeira, “descoberto” pela Comissão Telegráfica em 1912, e Diabase; dos rios Kermit, Marciano Avilla, Capitão Cardoso (ambos os nomes homenageando oficiais auxiliares de Rondon na Comissão Telegráfica), Taunay, 14 de Abril, Branco, Madeirinha, Machadinho (os três na zona de seringais em exploração), Aripuanã, que passou a ser considerado afluente do Dúvida pela margem direita, e não como rio princi-

⁶⁰ Cf. Missão Rondon, pp. 439 – 440.

pal como vinha figurando nos mapas, desde esta confluência até a sua foz no Madeira; e o próprio Dúvida, cujo levantamento teve início a 27 de fevereiro e que, como havia acontecido com o rio Kermit, Rondon, obedecendo a ordens superiores, renomeou de rio Roosevelt, hoje Teodoro. Sobre as cerimônias de “batismo” dos rios Kermit e Roosevelt assim se referiu, em seu livro, o ex-presidente norte-americano:

[...] um pequeno curso de água veloz e de volume igual ao rio da Dúvida no ponto em que iniciamos a viagem, vinha desaguar na margem esquerda. O coronel Rondon e Kermit foram os primeiros a descobri-lo e aquele deu-lhe o nome de Kermit. [...] ao havermos acampado na embocadura do rio Kermit, o coronel Rondon teve grande trabalho em assentar um marco na foz do pequeno afluente do rio da Dúvida. Feito isto, ele me convidou e aos demais companheiros para assistirmos à cerimônia de sua inauguração. Encontramos os camaradas em fila e o coronel se preparou para ler a ‘ordem do dia’. Pregada no marco via-se uma tabuleta com os seguintes dizeres: ‘Rio Kermit’. Então o coronel leu que, de ordem do Governo brasileiro e considerando que o ignorado curso d’água era evidentemente um grande rio, ficaria sendo denominado ‘rio Roosevelt’. Foi para mim uma surpresa, pois tendo sido consultado a este respeito por Lauro Müller e pelo próprio coronel Rondon, havia insistido, assim como Kermit, peremptoriamente que se mantivesse o nome de rio da Dúvida. [...] Aqueles bons amigos, porém, não me quiseram atender e seria, portanto, uma grosseria de minha parte continuar a objetar. [...] No final da leitura, o coronel deu viva aos Estados Unidos, a mim e a Kermit, no que foi calorosamente acompanhado pelos presentes. Nessa ocasião, também eu dei três vivas ao Brasil e depois ao coronel Rondon, ao tenente Lira, ao médico e aos camaradas. Então o tenente Lira lembrou que todos tinham ganho vivas, com exceção de Cherrie e por isso, todos nós erguemos três vivas a ale. A cerimônia terminou na maior alegria.⁶¹

George Cherri seria homenageado com mais do que os três vivas, que lhe foram oferecidos na ocasião. Seu nome também passou a figurar num dos ribeirões localizados à margem esquerda do rio Roosevelt, transformando-se, com isso, no único membro da comissão americana a receber tal homenagem, exceção feita aos dois mais ilustres representantes da mesma. Repetia-se no Brasil, portanto, o que ocorrera na Venezuela, quando este polêmico personagem teve seu nome imortalizado numa espécie local de tordo.

⁶¹ Cf. ROOSEVELT, Theodore. *Nas Selvas...*, op. cit., pp. 179 – 181.

Mais importante que as tão propaladas “descobertas” realizadas durante a “Expedição Roosevelt-Rondon”, as quais certamente deveriam acontecer em razão da intensa atividade da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas naquela área, foi a polêmica nacional que o evento suscitou antes, durante e depois de sua realização, assim como o seu impacto internacional, fazendo com que, a partir daí, a figura e os feitos de Rondon passassem a ser conhecidos também fora do Brasil.

Além da publicação nos Estados Unidos, em novembro de 1914, de *Trough the Brazilian Wilderness*, nesse mesmo ano Roosevelt realizou conferências sobre o tema na Sociedade de Geografia de Nova York, ocasião em que recebeu, em nome de Rondon, o Prêmio Livingstone ofertado por aquela entidade. Em seu discurso durante a cerimônia de premiação, afirmou Roosevelt que a “América pode apresentar ao mundo as suas realizações ciclópicas: ao Norte a abertura do canal do Panamá; ao Sul, a obra de Rondon - científica, prática e humanitária”⁶².

Num livro “aberto à curiosidade dos visitantes” da mesma Sociedade de Geografia de Nova York, passaram a figurar com letras de ouro cinco nomes: Amundsen - o descobridor do Pólo Sul; Peary - o descobridor do Pólo Norte; Charcot - o explorador que mais devassou terras árticas; Byrd - o explorador que mais devassou terras antárticas; Rondon - o explorador que mais se avantajou em terras tropicais, onde também foi descobridor. De outra parte, um busto de Rondon talhado em bronze foi colocado à entrada do Museu Theodore Roosevelt, em Nova York⁶³.

Sob o patrocínio da *National Geographic Society*, em 1915 o filme *Sertão de Mato Grosso* permaneceu oito dias em cartaz na *Broadway*. Em seguida, os cinemas norte-americanos exibiram *Expedição Roosevelt* e uma versão reduzida de *De Santa Cruz*. Em 1918, *Sertões de Mato Grosso* e *De Santa Cruz* foram projetados durante as conferências proferidas por Roosevelt, no *Carnegie Hall*. No decorrer desses anos, Roosevelt também divulgaria sua experiência no Brasil, em conferências realizadas pela Europa. Numa delas, em companhia do próprio Rondon, questionou-se, a respeito do rio da Dúvida, que os portugueses

⁶² Cf. COUTINHO, Edilberto. Op. cit., p. 121.

⁶³ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, v. 236, julho/ setembro de 1957, pp. 470 – 471.

eram há muito conhecedores de sua barra, ao que Roosevelt teria se antecipado afirmando: “Só a barra era conhecida, isto é, alguns poucos quilômetros dos seus 1.500 quilômetros de curso”⁶⁴.

No âmbito interno, foram inúmeras as manifestações “exercitadas por condenáveis paixões de mal compreendido nacionalismo”⁶⁵, objetivando contestar a veracidade, anular ou reduzir “o mérito do descobrimento realizado”, todas elas refutadas através de artigos veiculados pela imprensa, pelo então chefe do Escritório Central da “Comissão Rondon”, capitão Amilcar Botelho de Magalhães. Em longo artigo publicado na edição de 31 de março de 1915 do diário carioca *O Paiz*, explicou o oficial:

O rio da Dúvida continuou a ser um ponto de interrogação, desde 1909 até 1914; e o melhor e mais moderno mapa do Brasil, para a confecção do qual foram aproveitados os trabalhos até então realizados pela Comissão Rondon [...] ainda pontuava o curso do rio da Dúvida descarregando suas águas sobre o rio Ji-Paraná ou Machado. Quando o Sr. Roosevelt e o Cel. Rondon embarcaram em canoas para explorar o rio da Dúvida, tanto ainda era verossímil a hipótese de que poderia ir ele ao Ji-Paraná, que o Cel. Rondon destacou pequena turma de canoeiros [...] para que perpassassem outras no rio Ananaz, prevenido o caso Dúvida lançar-se no Ji [sic], o que reduziria a parte desconhecida ao percurso de quatro dias de descida, provavelmente, tão próximos eram ali os dois vales, o do Ji [sic] e o do Dúvida. [...] O nome Dúvida proveio justamente da discussão das três hipóteses: ir ao Ji [sic], ao Aripuanã ou ao Tapajós, nenhuma delas era absurda, pois que naquele núcleo de cabeceiras desvendadas pelo Cel. Rondon, [...], partiam realmente, [...], águas do Juruena, águas do Roosevelt, águas do Ji-Paraná ou Machado. E esse núcleo de cabeceiras, entre as quais estava a do rio da Dúvida, foi tão difícil de interpretar, geograficamente falando, que exigiu 52 dias de estudos acurados e contínuos, e explorações parciais para determinar-lhes as posições relativas, desafiando ainda assim a argúcia do Coronel Rondon, pois é sabido que ele próprio eliminou depois, hipóteses tidas, no início, como verossímeis.⁶⁶

Colocadas essas explicações preliminares, desafiava o capitão Amilcar:

Se colocássemos qualquer cidadão nacional ou estrangeiro naquele labirinto de cabeceiras, onde nenhum civilizado até então penetrara, poderíamos desafiar a que, de

⁶⁴ Cf. VIVEIROS, Esther. Op. cit., p. 423

⁶⁵ Cf. MAGALHÃES, Amilcar Armando Botelho de. Pelos..., op. cit., p. 186.

⁶⁶ MAGALHÃES, Amilcar Armando Botelho de – “O rio da Dúvida. Refutação incontestável de um membro da Comissão Rondon”. *O Paiz*. Rio de Janeiro: 31 de março de 1915.

antemão nos dissesse quais desses rios iriam ao Aripuanã, quais ao Ji-Paraná (mais para Oeste), quais ao Tapajós (mais para Leste); assim como ninguém, posto que muito sábio em questões de geografia, seria capaz de dizer, colocado na foz do Castanho (ou Castanha, segundo outros), onde estariam localizadas as suas cabeceiras, antes que a Expedição Roosevelt as houvesse assinalado.⁶⁷

Em meio a essa polêmica, parecia crescer mais do que o desejado, aos olhos dos responsáveis pela “Comissão Rondon” a importância dada ao público em geral para o que havia sido realizado durante a Expedição Roosevelt-Rondon, na realidade mais uma - e menos perigosa do que haviam sido as explorações ocorridas entre 1907 e 1909 - das rotineiras expedições de “reconhecimento” levadas a cabo pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. Além disso, o mesmo homem de estado que “assumira a responsabilidade positiva” de sua célebre frase “*I took the Panama*”, assumia agora, publicamente, em suas conferências a frase: “*I put the river in the map*”⁶⁸. Diante disso, sob a coordenação do Escritório Central da “Comissão Rondon” desencadeou-se, a partir de 1915, uma ampla campanha de divulgação das atividades da Comissão no Noroeste do país, que se transformaria na base da construção da imagem heróica de Rondon.

⁶⁷ Idem, *ibidem*.

⁶⁸ Cf. MAGALHÃES, Amílcar Armando Botelho de. A Obra..., op. cit., pp. 16 – 17.

O Dilema da Produção de Tanino na Fronteira Brasil-Paraguai

*Valmir Batista Corrêa**

*Lúcia Salsa Corrêa***

A exploração de tanino, retirado das matas de quebracho no extremo sul de Mato Grosso na primeira metade do século XX, representou uma das formas de incorporação dessa fronteira brasileira e paraguaia ao contexto econômico do mercado mundial. Foi, entretanto, uma inserção marginal que subordinou esta e outras atividades da economia mato-grossense às imposições de um contexto singular e de um dilema histórico: a integração de uma área rica em recursos naturais que, no entanto, se mantinha isolada face às suas limitações ambientais, sujeita ao regime de águas dos pantanais, e também carente de transportes, de gente e de capitais. A exploração de quebracho para a produção do tanino que se destinava aos mercados platinos e nacionais enfrentou muitos outros empecilhos, incluindo a forte concorrência de grupos argentinos instalados no Paraguai e interferências da política estadual.

Palavras-chave: fronteira; economia extrativa; indústria de tanino.

The exploration of quebracho for the production of tannin in the far south of Mato Grosso, in the first half of the 20th century,

Uma economia extrativa baseada na exploração do quebracho, árvore que produz tanino, desenvolveu-se na fronteira meridional de Mato Grosso por volta dos anos 30 aos 50 do século XX. Essa atividade surgiu na região da bacia do Prata, articulada à pecuária e aos seus subprodutos, em especial, couros bovinos e peles de animais silvestres. Isto porque o tanino foi o principal insumo no processo de beneficiamento de couros, largamente utilizado por curtumes platinos e destinou-se também aos estabelecimentos do Rio Grande do Sul e de outras praças nacionais e estrangeiras.

De fato, a exploração dos quebrachais nessa época, típicos de uma determinada região fronteira entre Ar-

* Doutor em História e professor visitante da UFMS

** Doutora em História e professora aposentada da UFMS. valmir.correa@uol.com.br

represented a form of incorporation of this Brazilian and Paraguayan frontier to the economic context of the world market. It was, however, a marginal insertion subordinating this and other activities of the economy of Mato Grosso to the impositions of a singular context and a historical dilemma: the integration of an area rich in natural resources which, though, remained isolated face to its environmental

limitations, subject to water of the swamps and demanding in terms of transportation, people and capitals. The production of tannin in Corumbá and Porto Murtinho faced many others impediments, including the strong concurrence of Argentinian groups installed in Paraguay and interferences of state policies.

Key words: frontier, extractive economy, tannin industry.

gentina, Paraguai e Brasil, contribuiu para a ocupação dos chamados sertões *vazios* (ainda inexplorados do ponto de vista capitalista), transformando-os em áreas novas para o capital e incorporando-as ao mercado platino de exportação de matérias-primas e de recursos naturais. A implantação e o funcionamento desta atividade, caracterizada por níveis de complexidade e de investimentos aparentemente inusitados na região sul de Mato Grosso, vinculou-se também ao contexto do sertão e da fronteira, cortada por uma das suas principais vertentes fluviais: o rio Paraguai e seus tributários.

A compreensão do contexto da fronteira, do ponto de vista de sua conquista e exploração econômica, passa necessariamente pela compreensão do sentido e da singularidade dessa região. A fronteira, de um modo geral, foi e é ainda um lugar especial e singular, território de conflitos e de contradições determinados por variados fatores, que articula relações do homem com a natureza (como a intervenção predatória no meio ambiente), bem como de grupos de conquistadores-pioneiros dos sertões que se chocaram com comunidades indígenas (o recorrente conflito índios *versus* posseiros). E, além disso, a fronteira é e sempre foi o lugar dos desencontros da história¹.

Desse modo, no Brasil, a relação conflituosa do homem pioneiro com o meio ambiente manifestou-se, desde o período colonial, através da exploração dos recursos não-renováveis dos sertões em caráter extensivo, primitivo e predatório. Já o conflito com os grupos indígenas revelou-se através de distintas formas, desde o genocídio até a cooptação de índios e de seus remanescentes como mão-

¹ MARTINS, José de Souza. *Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.174.

de-obra imprescindível numa área de grande carência de gente e de capitais. Na fronteira, lugar privilegiado dos contrastes e da violência, foram recriadas algumas formas atrasadas de exploração da terra e de seus recursos naturais, como também foram reinventadas formas escravistas de exploração do trabalho. Além do mais, sob o impulso da penetração de relações capitalistas e da ação de empresas exportadoras monopolistas da região platina, a fronteira mato-grossense desenvolveu uma economia periférica e dependente das demandas dos mercados consumidores.

O contexto da fronteira mato-grossense

A árvore de quebracho, produtora de tanino, integrante dos bosques chaquenhos que ocupavam uma área correspondente à paisagem da grande baixada do (rio) Paraguai, apareceu tanto em território brasileiro como no paraguaio². Os quebrachais mato-grossenses, que correspondiam, na primeira metade do século XX, a uma área aproximada de 6 mil quilômetros quadrados, eram considerados “pobres” e de baixo rendimento. Nesta região o tanino foi retirado da espécie de quebracho popularmente conhecida como “branco” ou “macho”, cuja ocorrência foi a mais frequente. Isso significava que, embora existisse nesse território a espécie “vermelha” de melhor qualidade para a extração de tanino, predominavam aí as espécies de quebracho que produziam menor quantidade e qualidade de tanino. Em outras zonas de exploração, como no Paraguai por exemplo, havia abundância do quebracho superior em produtividade, conhecido como “colorado”(vermelho) ou “fêmea” como é chamada a espécie *Schinopsis balansae*³.

No Mato Grosso, a produção de tanino incorporou o dilema histórico da fronteira que configurou esse caráter periférico e de complementaridade do contexto econômico da região platina. E, um aspecto importante no seu singular desenvolvimento foi a presença de capitais estrangeiros em atividades extrativas que se desti-

² HUECK, Kurt. Bosques Chaquenhos e Extração de Tanino no Brasil, in *Revista Brasileira de Geografia*, ano XVII, n.3, julho/setembro de 1955, p. 107-108.

³ ROCHA, Sizinio Leite. Quebracho. *Revista BRASIL OESTE*, Ano III, n.32, S. Paulo, dez. 1958, p. 32.

naram a explorar matérias-primas de alta aceitação no mercado mundial, provenientes dos abundantes recursos naturais da região ⁴. Ainda assim, de forma aparentemente contraditória, o território mato-grossense foi marcado pela pobreza e pela escassez de abastecimento e de capitais, permitindo tão somente a sua inserção marginal no mercado exportador platino. Tais fatores estiveram presentes em todo processo econômico regional e de modo mais acentuado na sua fronteira meridional, onde se desenvolveram a pecuária e a extração de erva mate, ambas produções de caráter extensivo, combinando expansão latifundiária com super exploração de mão-de-obra (peonagem, salários aviltantes, escravização por dívidas, e outras estratégias de controle e apropriação de mão-de-obra sob coação).

O sul de Mato Grosso não diferiu do resto do Brasil em relação à tendência predominante do capital, que entre nós dependeu da mediação da renda da terra para desenvolver-se e assegurar sua expansão. Tal processo, definido como a *reprodução ampliada do capital*⁵, é o responsável pela reinvenção de formas arcaicas de acumulação, características do período colonial, através da expropriação violenta de terras e da exploração da força de trabalho, tendências acentuadas em áreas de fronteira. Nesses termos, a violência surgiu como inerente às comunidades da fronteira, que se revelou como território de conflitos permanentes, cujos exemplos mais acabados foram os avanços das posses sobre terras indígenas e o aliciamento, pela força, de índios, bolivianos e paraguaios como mão-de-obra. A violência, como instrumento eficaz de ocupação dos sertões tornou-se, portanto, o elemento básico para a *reprodução ampliada do capital* em território do sul mato-grossense.

Esse conjunto de situações conflituosas e caracterizadas pela coexistência entre o “velho” (sobrevivência das formas arcaicas de produção) e o “novo” (apropriação e concentração dos meios de produção com investimentos estrangeiros em terras para a produção de matérias primas) ajudam, portanto, a explicar o desenvolvimento da economia da fronteira mato-grossense, marcado por fortes contrastes e contradições. Assim, a pecuária primitiva revelou-se como a

⁴ CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e Fronteira*. O Sul de Mato Grosso. 1870-1920. Campo Grande: Ed. UCDB, 1999, p. 232-233.

⁵ MARTINS, José de Souza. op.cit., p. 30-32.

atividade preponderante no processo de ocupação do sul de Mato Grosso e teve suas origens no período que antecedeu a guerra com o Paraguai, bem como, posteriormente, a economia ervateira, ambas extensivas e de baixo nível técnico de produção.

Na verdade, uma aparente disponibilidade de terras, nos extensos campos de pastagens naturais dos pantanais e do cerrado, já havia atraído grupos de posseiros-pioneiros criadores de gado bovino desde os princípios do século XIX. Além da ampla oferta de terras, havia também gado alçado e bravo criado pela natureza generosa dos campos firmes do sul mato-grossense, originário dos rebanhos introduzidos pelos espanhóis em Assunção, desde o período colonial.

Entretanto, essa incipiente atividade criatória foi bruscamente interrompida pela invasão paraguaia, a partir de 1864-1865, com objetivos estratégicos definidos por Solano Lopez que considerava a banda sul de Mato Grosso um celeiro de produção de carne para seu exército e sua população, além de possível depósito de armas. A invasão e a guerra provocaram, então, a sua desorganização temporária.

O período pós-guerra foi de gradativa recomposição de toda atividade econômica e recuperação das áreas devastadas, inclusive com a captura do gado disperso, que ao sabor da natureza tornou-se novamente bravo. Na região fronteira e nos pantanais foram abertas novas fazendas, baseadas na antiga prática de criação extensiva de gado, ao passo que no extremo sul se iniciava a exploração dos ervais nativos.

Do ponto de vista técnico, a produção bovina de Mato Grosso manteve-se limitada pelo baixo rendimento e má qualidade dos seus produtos, sobretudo em virtude do caráter extensivo e predatório dessa economia sujeita às imposições do meio ambiente e do seu processo histórico conturbado e peculiar. A esse contexto acrescentaram-se, ainda, outros fatores complicadores do desenvolvimento econômico regional, sendo um deles a carência crônica de transportes e vias de comunicação (mesmo após o franqueamento da navegação fluvial pelo rio Paraguai), colaborando para que a região detivesse uma posição periférica e dependente de seus mercados consumidores⁶. Essas imposições não impediram, contudo, que a

⁶ CORREA, Lúcia Salsa. op. cit. Ver p. 182-200.

pecuária tivesse um crescimento gradativo e persistente na economia regional e se desdobrasse em atividades de aproveitamento dos subprodutos, como a produção e comercialização de couros salgados, de solas, de charque e outros derivados. A pecuária mato-grossense atraiu a atenção de empresas estrangeiras que adquiriram terras e compraram gado dos criadores vizinhos para explorar brechas no mercado consumidor de carnes salgadas (saladeiros)⁷.

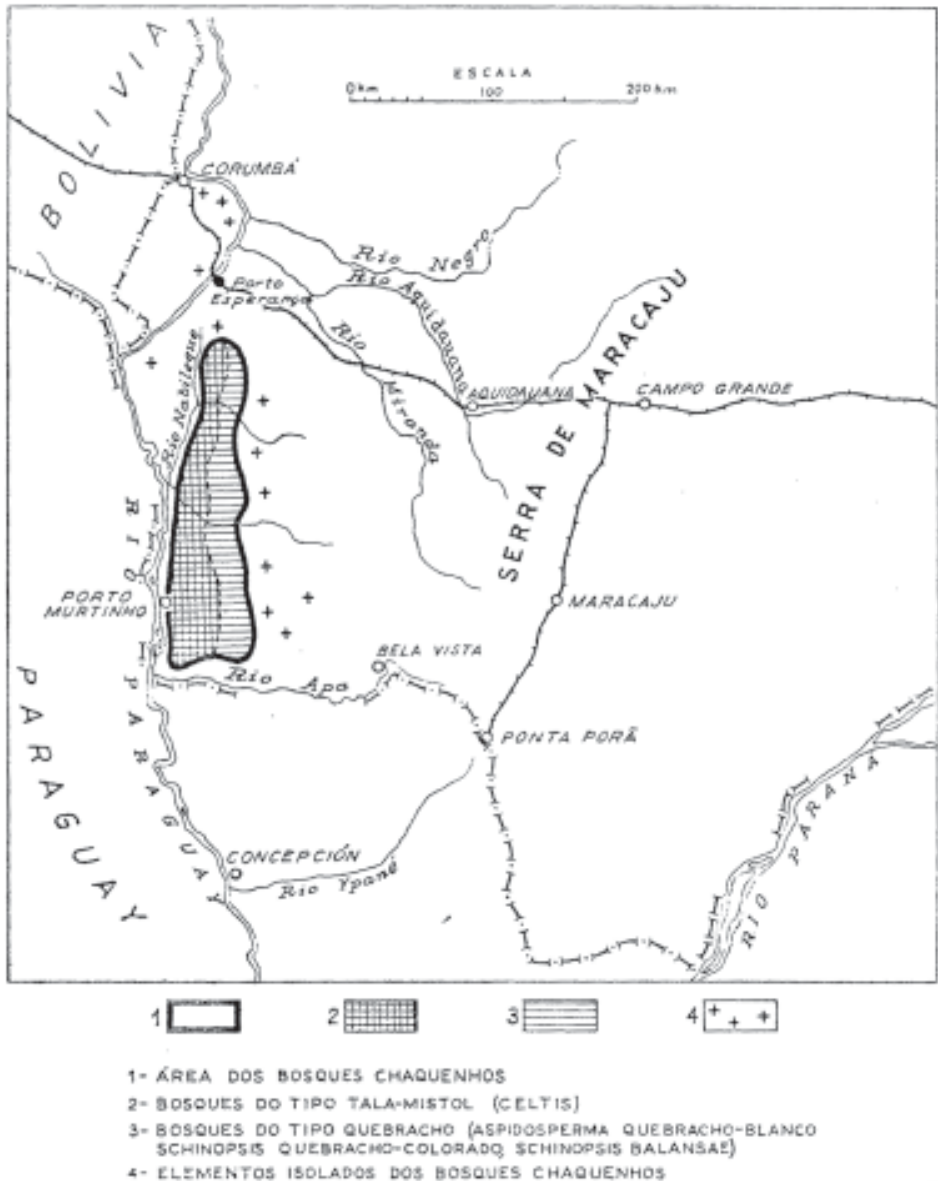
Chama a atenção, no entanto, o fato de serem inexpressivas as atividades de curtumes nessa região apesar da abundância de matéria-prima, tanto de couros de gado bovino, como também de peles de animais silvestres que detinham um mercado externo consumidor expressivo. Isso pode ser explicado, entre outros fatores, pela má qualidade da matéria-prima e pelo beneficiamento artesanal de peles, tanto de couros bovinos como de animais silvestres, produzidos com técnica rudimentar, artesanal e em pequena escala⁸, mediante a utilização de produtos abundantes na região dos pantanais, como os extraídos de madeiras do angico e do barbatimão.

Na mesma paisagem dos ervais nativos, amplamente explorados na fronteira meridional de Mato Grosso desde o fim da guerra, encontravam-se os bosques nativos de quebracho mato-grossenses.

⁷ Id. *ibid.*

⁸ A propósito ver BARROS, José de. *Lembranças*. Para meus filhos e descendentes. 2ª edição. São Paulo (1987), p. 41-42.

Bosques Chaquenhos no sul de Mato Grosso Corumbá e Porto Murtinho



Fonte: HUECK, Kurt. Op.cit. Figura 4, p. 346.

Porém, diferente da abundância dos quebrachais da extensa área chaquenha em outros territórios, havia apenas uma pequena presença dessas matas em território brasileiro. Esta ocorrência foi registrada nas duas margens do rio Paraguai, na fronteira paraguaia e brasileira abrangendo uma faixa dos pantanais, no atual município de Porto Murinho e partes isoladas do município de Corumbá. Eram, portanto, territórios alagadiços, conforme atestou Virgílio Corrêa Filho⁹. Todavia, até por volta da década de 30 do século XX, o quebracho da banda brasileira não havia sido explorado em escala industrial. Os curtumes nacionais, concentrados no Rio Grande do Sul, bem como curtumes dos países platinos eram supridos pela produção de tanino da Argentina e do Paraguai¹⁰.

A extração de quebracho na região da bacia platina setentrional

A necessidade de investimentos de capital e de tecnologia na implantação da produção de tanino extraído do quebracho, e as perspectivas otimistas geradas pela crescente demanda dos mercados consumidores, provocaram uma valorização das terras dos quebrachais, o que ocorreu de fato no Paraguai com o *boom* da sua produção. Sobre o assunto, Arrojado Lisboa estabeleceu uma interessante comparação de preços das terras indicando a valorização dessas áreas no Chaco¹¹ paraguaio: “Nessa ocasião um hectare de quebrachal, que custava no Chaco

⁹ CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL-MEC, 1969, p. 694.

¹⁰ O extracto de quebracho é importado pelo Brasil, em quantidade apreciável, de explorações industriais localizadas na Argentina e no Paraguay, quando poderíamos suprir as nossas necessidades e exportar alguma Coisa. Processo n°. 1395. Publica Forma do documento assinado por F. Collaço Veras, Rio de Janeiro, 24 de maio de 1935. Dat. ArMT, Lata 1935.

¹¹ Chaco ou grande-Chaco é a denominação que se dá a uma grande área de mais de um milhão de quilômetros quadrados e da qual fazem parte territórios fronteiriços da Bolívia, do Paraguai, da Argentina e do Brasil. No caso brasileiro, essa região pode ser compreendida como um prolongamento dos pantanais do Mato Grosso do Sul, onde se encontram tanto áreas secas como úmidas, com vegetação típica dos cerrados, entre outras, e onde existiam os bosques nativos de árvores de quebracho.

\$580, ficou repentinamente valendo 5\$800, o que equivale em alqueire brasileiro de 4,84 a uma alta de 2\$580 a 25\$800¹².

No Paraguai, por volta de 1910, funcionavam quatro grandes indústrias de produção de tanino extraído da madeira do quebracho. Eram indústrias que ocupavam numerosa força de trabalho braçal, recrutada entre a própria população paraguaia, mas também dependia de um certo nível de complexidade técnica exigindo a presença de um grupo qualificado de trabalhadores, cujos elementos eram em sua maioria estrangeiros. As atividades dessa indústria, porém, remontaram à década de 1880, quando se iniciou a primeira fábrica de tanino no Paraguai, com produção anual de 1.000 toneladas. Em 1910, o índice de sua produtividade subiu para 4.200 toneladas anuais.

Bem mais tarde, na década de 1950, nas indústrias mato-grossenses de tanino o trabalho braçal ainda era realizado exclusivamente por trabalhadores paraguaios, enquanto dentro das fábricas nas atividades que exigiam qualificação técnica mínima as funções eram desempenhadas por trabalhadores brasileiros. Entretanto, a brutalidade do trabalho braçal sempre foi a mesma¹³. E, quanto aos trabalhadores braçais fica evidenciado que eram recrutados da mesma forma que os demais peões e camaradas das fazendas de criar e dos ervais, ou seja, na forma escamoteada do trabalho compulsório, o que ocorreu com frequência tanto no Brasil quanto no Paraguai.

A propósito dos investimentos estrangeiros na indústria paraguaia de tanino, Moniz Bandeira atesta que grupos econômicos sediados na Argentina adquiriram grandes extensões de terras na região chaquenha do Paraguai, a ponto de afirmar que a Argentina ocupava economicamente todo o grande Chaco. Junto de inves-

¹² LISBOA, Miguel Arrojado Ribeiro. *Oeste de S. Paulo. Sul de Mato-Grosso*. Geologia, Industria Mineral, Clima, Vegetação, Solo Agrícola, Industria Pastoral. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1909, p. 158.

¹³ “A região do quebracho é hostil ...O trabalho de abatimento da árvore é rude. Em primeiro lugar, corta-se a madeira que é logo depois transportada em carroças, denominadas “alças primas”, às quais se prendem os toros de quebracho com peso sempre superior à 1000 quilos que são puxados por duas ou três juntas de bois, desde as picadas da “obragem” até as “pranchadas” de onde em caminhões e tratores, são os toros levados até a ponta dos trilhos.” GEOGRAFIA DO BRASIL. *Grande Região Centro-Oeste*, V. II, serie A. Rio de Janeiro: IBGE-CNG, 1960., p. 269.

timentos norte-americanos, também presentes na região em 1918, a soma desses capitais chegava perto de um milhão de dólares. E isso provocou certa inquietação ao Brasil que vinha perdendo gradativamente sua influência sobre o Paraguai desde a guerra de 1864-1870¹⁴. Ainda segundo Bandeira,

A firma Casado & Cia., além das atividades ligadas à produção e comercialização de tanino, dedicara-se à criação de gado. Fundada por volta de 1886, quando Carlos Casado passara de Buenos Aires para Assunção e comprara, no Chaco, 3.000 léguas de terra, expandira tanto suas operações que, no início dos anos 30, possuía cerca de 134 km de estrada de ferro dentro de sua propriedade.

A Soc. Puerto Peñasco, a Soc. Industrias de Quebraixo e outras, bem como todas as empresas empenhadas na extração do mate, pertenciam totalmente a capitais da Argentina, cuja sucursal do Banco da Nación, em Assunção, apresentava um movimento financeiro maior do que o de todos os bancos estrangeiros reunidos¹⁵.

A empresa **Compañia Carlos Casado** empregava, no início do século XX, mil operários e dispunha inicialmente de 34 km de ferrovia, construída com seus próprios recursos, para o escoamento do produto até o rio Paraguai, além de um vapor com capacidade de transporte de 100 toneladas¹⁶.

Outra empresa produtora de tanino na região, a **Campos y Quebracho “Puerto Sastre” S/A**, fundada em 1905 com capital argentino e sede em Buenos Aires, funcionou com apenas 50% de sua capacidade de produção em 1910, devido à carência de mão-de-obra. Mesmo assim, iniciando as suas atividades com 850 operários, produziu 5.000 toneladas destinadas aos mercados da França, Áustria-Hungria, Inglaterra, Rússia, Alemanha, Itália e EUA. E, além da produção de tanino, esta empresa, como outras do mesmo gênero, combinava a atividade extrativa com a criação de gado, a produção de alfafa e de gêneros para abastecimento local¹⁷.

¹⁴ BANDEIRA, L. A. Moniz. A Guerra do Chaco, in *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano I, n.º. 41, 1998, p. 167 e 173.

¹⁵ Id. *ibid*.

¹⁶ DECOUD, Arsênio López (Org.). *Album Gráfico de la Republica del Paraguay*. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Compañía General de Fósforos, 1911/1912, s/n.

¹⁷ Id. *Ibid*.

A terceira empresa, também de capital estrangeiro, foi a **Estancias y Quebrachales “Puerto Galileo” S/A**, iniciando com um capital de um milhão de pesos e 500 empregados e produzindo mensalmente 750 toneladas de tanino. Também dispunha de uma ferrovia com 30 km, energia elétrica para seu próprio consumo, dois pequenos navios a vapor e diversas chatas de 40 a 50 toneladas de capacidade para transporte¹⁸.

A última empresa a operar no Paraguai nesse início de século foi a **New York and Paraguay Company S/A**, com capital norte-americano, incorporando os bens da **Compañía Rosarina de Campos e Bosques**, com produção saindo de Puerto Pinasco, às margens do rio Paraguai, diretamente para o exterior. Com 1.000 trabalhadores e uma ferrovia interna de 45 km, sua produção de tanino era exportada para Nova Iorque em navios da própria companhia, sendo um deles com capacidade de transporte de 1.000 toneladas de carga¹⁹.

Assim, até a década de 1920, o Paraguai se tornou um dos principais provedores do mercado mundial de couros curtidos como fornecedor de extrato de quebracho (tanino), sobretudo para a Argentina e para os EUA. De fato, no período de 1925/1927, apresentou os seguintes índices de exportação:

**Exportação de Extrato de Quebracho
(1925 –1927)**

Ano	Produção/kilos
1925	64.662.268
1926	57.550.183
1927	46.975.502

Fonte: GONZÁLEZ, J. Natalicio, YNSFRÁN, Pablo M. *El Paraguay Contemporáneo*. Paris-Asunción: Editorial de Indias, 1929, p. 107.

Com certeza, parte desta produção não era exportada, destinando-se aos curtumes paraguaios, de acordo com a estatística abaixo.

¹⁸ Id. Ibid.

¹⁹ Id. Ibid.

Produção de Tanino – 1927

Empresa	Produção/kilos
Carlos Casado Ltda	10.706
Sociedade Florestal de Puerto Guarani	10.116
Compañia Internacional de Productos	26.216
S/A A. Campos y Quebrachales Fusionados	4.338
Total	51.376

Fonte: GONZÁLEZ, J. Natalicio, YNSFRÁN, Pablo M. Op. Cit., p. 107

Surgimento das indústrias de tanino no sul de Mato Grosso

No mesmo início de século, do lado brasileiro, as primeiras notícias sobre o interesse na produção de tanino davam conta das pretensões da **Empresa Extractiva e Pastoril do Brazil** para explorar o quebracho na região de Barranco Branco, na fronteira meridional de Mato Grosso, sem nenhuma continuidade posterior.

Na verdade, em território mato-grossense, as dificuldades para a implantação da indústria do tanino estenderam-se até fins da década de 1920, apesar do interesse de industriais e capitalistas estrangeiros na sua exploração. Em 1930, a legação diplomática da república da Tchecoslováquia, no Rio de Janeiro, fez uma consulta ao governo do estado de Mato Grosso sobre os direitos de exportação que incidiam sobre a madeira do quebracho e sobre a previsão de aumento, a curto prazo, do imposto a ser cobrado²⁰. Entretanto, não há registro a respeito da efetivação de investimentos em terras para a produção de tanino no sul mato-grossense nessa época.

Somente em 1934, o governo estadual distribuiu duas concessões para a exploração do quebracho localizadas em dois pontos da sua fronteira meridional: uma em Porto Murtinho (na divisa com o Paraguai) e outra em Corumbá (tam-

²⁰ Ofício do Ministro da Tchecoslováquia (Legação da Republica Tchecoslovaca) ao Presidente do Estado de Mato Grosso, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1930. Mss. ArMT, Lata 1930 A.

bém na região dos pantanais na divisa com a Bolívia). Todavia, tais iniciativas, num primeiro momento, foram infrutíferas e sem continuidade.

Além do mais, os resultados dessas concessões foram diferenciados para essas empresas, pois uma delas, a **A. Martinez**, obtendo o privilégio de exploração do quebracho em Porto Murtinho, não conseguiu viabilizar suas atividades industriais dentro do prazo estabelecido (quinze meses) contratualmente. Em meados de 1935, **A. Martinez** oficializou um pedido de prorrogação e uma “revisão do contracto feito para os moldes de uma concessão idêntica dada á Cia. Extractiva de Taninos, S. A., no municipio de Corumbá”²¹. Mesmo aplicando “bôa soma de dinheiro”²² em estudos e medidas preliminares para a instalação da fábrica, a empresa **A. Martinez** não conseguiu reunir capital necessário para levar a cabo seu empreendimento. Em defesa de sua solicitação afirmava que:

Seria infantil imaginar-se fosse possível, reunir um capital de cinco mil contos, para uma exploração industrial, em ponto tão distante dos centros financeiros e consumidores, sem vantagens apreciáveis oferecidas pelo Estado, uma vez que toda a nossa industria, até mesmo na capital da Republica, se tem levantado sob a bandeira do proteccionismo²³.

O apelo ao proteccionismo e a vulnerabilidade da empresa em lançar-se a uma batalha competitiva justificaram-se pela presença das grandes e já consolidadas empresas na Argentina e sobretudo no Paraguai, onde “quatro organizações poderosas” juntas ultrapassavam um investimento de “cincoenta mil contos”, segundo o documento²⁴. A empresa **A. Martinez** objetivava ocupar uma brecha do mercado consumidor nacional, atendendo a demanda dos curtumes brasileiros, sem a pretensão de concorrer no mercado externo.

Os esforços de implantação dessa empresa envolveram, igualmente, os interesses dos proprietários de curtumes do Rio Grande do Sul, que elaboraram um *Memorial*, com 53 assinaturas de representantes dos curtumes gaúchos em defesa da concessão dada à

²¹ Processo n°. 1395..., citado.

²² Id. Ibid.

²³ Id. Ibid.

²⁴ Id. Ibid.

Augusto Martinez, comerciante estabelecido em Santos, para instalar, em Porto Murtinho, uma fabrica de extracto de quebracho, industria esta cuja exploração interessa não só á economia gaucha, mas, também, á de outras unidades da federação²⁵.

Este documento refletia, com muita clareza, a forte concorrência entre empresas interessadas em explorar quebracho no Mato Grosso e gerou, por sua vez, uma verdadeira rede de intrigas a partir do conflito de interesses e da disputa pelo monopólio dessa exploração, incluindo grupos empresariais argentinos. Essas disputas remontam aos inícios de 1933, quando o comerciante Augusto Martinez uniu-se a Walter Hinckeldeyn, fabricante de tanino na Argentina, para instalar a indústria no Brasil sob os argumentos de evitar evasão de divisas do Brasil e proteger interesses regionais com o objetivo de “livrar da dependencia estrangeira evitando assim a canalisação de ouro para o estrangeiro”²⁶.

No entanto, o memorial desses produtores de couros denunciava a **Companhia Extrativa de Taninos, S.A.** (fundada em 1927), que ao receber uma concessão no município de Corumbá tomou providências no sentido de inviabilizar a construção da indústria de **A. Martinez**, resultando no afastamento de seu sócio, Walter Hinckeldeyn, “por força das determinações do trust que então se formou e ao qual está filiado, na Republica Argentina”²⁷. Essa última referência dizia respeito ao domínio da produção platina pela **Companhia Florestal Argentina**.

De fato, a força do monopólio exercido pela **Cia. Extrativa de Taninos S.A.** foi arrasadora para as pretensões de uma indústria brasileira, lançando mão de meios lícitos, e supostamente ilícitos também, apelando até mesmo para métodos pouco ortodoxos no sentido de abortar os negócios de um possível concorren-

²⁵ Offício de Flores da Cunha ao Dr. Getulio Vargas, DD. Presidente da Republica, Porto Alegre, 19 de julho de 1935. In Processo n. 1396. Memorial ao General José Antonio Flores da Cunha, DD. Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Novo Hamburgo, 19 de junho de 1935. Dat. ArMT, Lata 1935.

²⁶ Processo n. 1396. Memorial... citado.

²⁷ “...surgiram sérios contratempos entre os quaes a insinuação perversa e insidiosa de quem já goza de grandes favores no Estado do Paraná e no próprio Estado de Matto Grosso, no Municipio de Corumbá, o que conseguiu afastar da sociedade em organização o Snr. Walter Hinckeldeyn, que encontrou momento assim excelente para se desligar, pois, ficára inhibido de poder operar no Brasil com essa industria...”. Processo n. 1396, citado.

te²⁸. Exercia-se, desse modo, no mundo globalizado dos negócios, a “liberdade ilimitada de negócios”, que incluía disputas violentas, subornos e pressões políticas características das táticas do sistema concorrencial, concentrador e monopolista que ajudou a sustentar governos locais corruptos e políticos venais. O empresário Cezar Bardallo, um dos acionistas da **Cia. Extractiva de Taninos S.A.**, após desistir da exploração de tanino em Corumbá, propôs a Hinckeldeyn, então proprietário da fazenda Três Barras próxima de Porto Murtinho, a implantação em suas terras de uma indústria, transferindo toda a maquinaria necessária. Além de contar com o privilégio da concessão,

Esta seria de facto uma Companhia Brasileira, caso de bastante importância por tratar-se de uma radicação na fronteira do paiz, onde certos elementos do Governo e sobretudo militares evitam dar concessões a Companhia de paizes visinhos por temor de espionagem e outras coisas mais²⁹.

Um ano mais tarde, Hinckeldeyn foi alertado sobre as pretensões do empresário Bardallo de tentar obter as mesmas concessões do governo de Mato Grosso para explorar o quebracho em Porto Murtinho. Se não obtivesse sucesso nesse empreendimento, Bardallo prometia anular a concessão recebida por Hinckeldeyn, sem medir esforços ou dinheiro³⁰.

O memorial ressaltava ainda a necessidade de oferta de tanino nacional mais barato, para compensar os investimentos dos produtores gaúchos na empresa a ser formada por A. Martinez, amparado “em capitães nacionaes, dos quaes grande parte é gaúcho, subscrito por curtidores Rio Grandenses”³¹. De fato, e segundo esse mesmo documento, o extrato de quebracho estrangeiro era vendido no Brasil ao preço de Rs. 2\$000 a Rs. 2\$100 o quilo, enquanto o similar brasileiro poderia chegar aos mercados variando de Rs. \$900 a Rs. 1\$100 o quilo. O resultado desta proposta seria a exportação de solas preparadas em lugar dos couros crus, além da vantagem de criar mais empregos, absorvendo maior número de trabalhadores.

²⁸ Id. Ibid.

²⁹ Carta de L. E. Siegfried a Walter Hinckeldeyn, em 9 de fevereiro de 1935. Dat. ArMT, Lata 1935.

³⁰ Carta de Frederico Sierra a Walter Hinckeldeyn, em 12 de fevereiro de 1934. Mss. ArMT, 1935.. citado

³¹ Processo n° . 1396, citado.

Um documento anexado³² ao processo orçamentário para a instalação da fábrica de tanino em Porto Murtinho, do mesmo ano de 1935, afirmava que o Brasil estava consumindo 3.500 toneladas de tanino importado, podendo duplicar esse consumo se houvesse oferta de um similar nacional mais barato, para atender mais de 600 curtumes brasileiros em funcionamento, sendo, em números aproximados, 360 no Rio Grande do Sul, 100 em São Paulo e 80 em Minas Gerais. Quanto ao preço do produto importado, apresentava uma outra variação, com entrada no porto de Santos a Rs. 1\$000, chegando com o acréscimo dos direitos alfandegários a Rs. 1\$800. O curtimento de uma peça de couro de 30 quilos exigia, na época, um consumo mínimo de 12 quilos de extrato de quebracho, de forma que o custo final do produto poderia alcançar o valor de Rs. 24\$000, diga-se de passagem, alto para os produtores nacionais que muitas vezes não atingiam na venda o preço de mil réis o quilo. Assim, como estratégia para baratear esses custos, utilizavam muitas vezes similares brasileiros produzidos de forma artesanal, tornando o produto menos competitivo em relação à produção dos ingleses ou americanos de superior qualidade.

Na defesa da construção da fábrica de tanino em Porto Murtinho, o documento listava entre as vantagens a serem obtidas o fato de existir na fronteira brasileira, como já foi visto, duas qualidades de quebracho: a “embra” ou “fêmea”, que permitia um rendimento de 30% de tanino, e o “coronillo”, ou “macho”, que rendia de 15% a 18% de extrato, o que correspondia a uma meia verdade, ou exagero, lembrando que a maior ocorrência dos quebrachais brasileiros não rendiam tanto pela sua qualidade. Além do mais, sendo matéria-prima 60% mais barata em comparação com a Argentina, também contava com mão-de-obra 40% mais barata que a das demais regiões platinas. O documento destacava que o produto nacional poderia ser escoado contando com as facilidades de transportes pela navegação do rio Paraguai. Por fim, havia a informação de que um total aproximado de dez mil toneladas de madeira de quebracho já havia sido extraído e que sem qualquer controle governamental passou pela fronteira em direção às fábricas do lado paraguaio. A denúncia de contrabando não era algo incomum no movimento comercial da fronteira, quer se tratassem de mercadorias de abasteci-

³² Anexo do Memorial referente á instalação duma Fabrica para Extracto de Quebracho no Brasil. Mss. in Processo n°. 1396..., citado.

mento, quer fossem produtos regionais exportáveis. Basta lembrar que os descaminhos representaram uma forma recorrente, e praticamente consentida, de circulação de mercadorias diversas na fronteira meridional mato-grossense.

Esse mesmo memorial traz, ainda, um detalhado e interessante estudo sobre os custos da instalação da fábrica de tanino na fronteira brasileira:

Valores em réis da mão-de-obra necessária para o funcionamento de uma fábrica de tanino - 1935

SETOR	NÚMERO	FUNÇÃO	VALOR	SUB-TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DA	1	Administrador	4:000\$	14:600\$000
	1	Chimico technico	4:000\$	
FÁBRICA E AUXILIARES	4	Auxiliares	6:600\$	
	1	Pezador		
	1	Encarregado porto		
	1	Correspondente		
	2	Auxiliares		
OFFICINA MECHANICA	1	Cobreiro	600\$	7:000\$000
	1	Torneiro	500\$	
	2	Mechanicos	900\$	
	1	Soldador	500\$	
	1	Fundidor	600\$	
	1	Ferreiro	450\$	
	1	Carpinteiro	450\$	
	1	Pedreiro	450\$	
	1	Electricista	450\$	
	7	Ajudantes	1:500\$	
1	Chefe de noite	600\$		
LABORATORIO	1	Chimico ajudante		500\$000
SERVIÇO EXTERNO DA FABRICA	1	Apontador	500\$	1:100\$000
	2	Guarda Nocturno	600\$	
CALDEIRAS	3	Foguistas	720\$	1:104\$000
	2	Ajudantes	384\$	
BATERIAS DE DIFFUSORES	3	Cosinheiros	864\$	2:496\$000
	3	Descarregadores	720\$	
	3	Operários para trituradores	720\$	
	1	Aprendis	192\$	
APARELHOS DE EVAPORAÇÃO	3	Operários		1:080\$000
TRITURADORES	3	Homens a 1\$200 p. h.	864\$	1:916\$000
	6	Homens a \$800 p. h.	1:052\$	
APARELHOS DE SULFITAÇÃO	6	Homens a 1\$000 p. h.	1:440\$	1:840\$000
	1	Afiador para triturador	400\$	
SALA DE MACHINAS	3	Machinistas	936\$	1.920\$000
	3	Ajudantes	648\$	
	2	Graxeiros	336\$	
DIVERSOS	3	Ensacadores	900\$	2:400\$000
	2	Capatazes	700\$	
	2	Faxineiros	300\$	
	1	Cosinheiro e ajudante	500\$	
TOTAL				35:956\$000

FONTE: Processo n. 1396. Memorial..., 1935, citado.

Além dessas estimativas de custos com mão-de-obra e outras previsões de investimentos, o documento reiterava informações sobre as empresas paraguaias concorrentes e também registrava estudos sobre a possibilidade de lucros com a venda do produto. Os custos finais dessa empreitada para instalar efetivamente uma fábrica de tanino em Mato Grosso foram estimados em Rs. 4.072:000\$000, assim discriminados:

Projeto orçamentário para a fabrica de tanino em porto murtinho – 1936

Deposito para garantia do contracto com o Governo Federal (podendo ser em apolices da Divida Publica)	100:000\$000
Deposito adeantado para fiscalização por parte do Governo Federal	18:000\$000
Deposito para garantia do contracto perante o Governo de Matto Grosso	20:000\$000
Taxa de expediente: 10% sobre o valor dos direitos dos machinismos e aparelhagem a serem importados com isenção de direitos	140:000\$000
Edificio: estrutura metallica, cobertura de asbesto app. US\$ 21.000\$ (verificar)	294:000\$000
Machinismos app. (verificar)	2.000:000\$000
Montagem do edificio e machinismos frete para os mesmos	500:000\$000
Iniciação e custeio da fabricaçãõ (saccaria-salarios, etc.)	600:000\$000
Eventuaes (diff. de cambio etc.)	400:000\$000
Total	4.072:000\$000

FONTE: Processo n. 1396. Memorial..., 1935, citado.

Na verdade, o empreendimento exigia um montante de capital extraordinário para a época e para o lugar, uma região pobre e distante dos grandes centros econômicos apesar dos seus aparentemente inesgotáveis recursos naturais. Pode-se, então, aquilatar as dificuldades que A. Martinez e seus sócios encontraram para viabilizar essa fábrica, levando em conta a forte concorrência de empresas e de investimentos forâneos em toda a região platina.

Dessa forma, altos encargos e obstáculos de natureza variada inviabilizaram a empreitada de A.Martinez, motivando um pedido de prorrogação da concessão de privilégio para a exploração do quebracho (expirada em 6 de abril de 1935), para mais 18 meses³³. Ao solicitar a prorrogação da concessão fez nova reivindi-

³³ Offício de João Lourenço de Figueiredo ao Exmo. Sr. Dr. Fenelon Muller, DD. Interventor Federal do Estado de Mato Grosso, Cuyabá, 6 de abril de 1935. Mss. ArMT, Lata 1935.

cação: “isenção de taxas ou impostos de transmissão, estadual ou municipal, [n]a compra ou arrendamento de matas ou terras no município de Porto Murtinho”³⁴, a exemplo do que o governo do estado mato-grossense já havia concedido à **Companhia Extractiva de Tanino, S.A.**, em Corumbá. No entanto, a prorrogação poderia ser concedida, conforme o contrato estabelecido com o estado caso houvesse um motivo de “força maior” que impedisse seu cumprimento, amparado em seu artigo 5º³⁵.

As alegações de A. Martinez não foram convincentes para o governo estadual, pois suas pretensões foram definitivamente sepultadas com o indeferimento assinado, na mesma petição, pelo interventor federal do estado, Fenelon Müller³⁶.

Em julho de 1935, os acionistas da **Companhia Extractiva de Taninos, S.A.**, mudaram a sua denominação para **Florestal Brasileira S.A.** com sede no Rio de Janeiro, e em ofício ao governo do estado renunciaram à concessão para exploração com exclusividade de uma indústria de tanino no município de Corumbá, por um prazo de 20 anos³⁷. A assembléia dos acionistas, realizada no Rio de Janeiro, determinou não só a mudança da denominação da empresa, como também a elevação de seu capital, a reforma dos seus estatutos e decidiu oficialmente pela transferência da implantação da fábrica de Corumbá para Porto Murtinho³⁸. Segundo Belmiro Mendes de Vasconcellos, diretor da **Cia. Extractiva de Taninos S.A.**, e um dos representantes da acionista **Companhia Calçados Bardallo**, essa transferência para Porto Murtinho, “e o aumento de sua capacidade de produção (...) exige que o capital da companhia seja elevado para quatro mil contos de reis, o que representa um aumento de mil e quinhentos contos de reis, sobre o actual capital...”³⁹.

³⁴ Id. Ibid.

³⁵ “Consideram-se motivo de força maior para justificarem a falta de instalação dos mecanismos ou funcionamento destes: guerra ou grave comoção intestina no Brasil, paralyzação do trafego da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, por mais de 3 mezes consecutivos, grandes cheias ou grandes vasantes do rio Paraguay, grande enfermidade de qualquer dos concessionários, tudo isso, dentro do prazo de 15 mezes.” Explicações de José Luiz d’Oliva Bastos, chefe da 2ª secção da Secretaria Geral do Estado ao Secretario Geral do Estado, Cuiabá, 13 de abril de 1935. Dat. ArMT, Lata 1935.

³⁶ Id. Ibid.

³⁷ Ofício da Florestal Brasileira S.A. ao Governador do Estado de Matto Grosso, Cuyabá, 11 de setembro de 1935. Mss. ArMT, Lata 1935.

³⁸ *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 1º de agosto de 1935.

³⁹ Id. Ibid.

Desse modo, a **Cia. Florestal Brasileira S.A.** e, em 1936, a **Quebracho Brasil S.A.** passaram a operar regularmente no Mato Grosso, sediadas em Porto Murtinho. Ambas empresas funcionaram por décadas com manejo predatório de suas reservas, sem a preocupação de perenizar os quebrachais tornando-os sustentáveis através de replantio, por exemplo, ou introduzindo a espécie do quebracho colorado em território brasileiro para viabilizar a continuidade e a competitividade da produção dessa matéria-prima mato-grossense.

É interessante observar também que a produção de quebracho das duas indústrias mato-grossenses destinaram-se aos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo escoada rio Paraguai acima até Porto Esperança e depois embarcada na ferrovia Noroeste do Brasil⁴⁰.

A lógica singular de uma economia na fronteira

As empresas produtoras de tanino de Mato Grosso representaram, em última análise, o modo peculiar de uma atividade exploradora de recursos naturais disponíveis em larga escala para a produção de matérias primas. Isto significava o enfrentamento de um dilema, à medida que essa economia combinava altos investimentos, certa complexidade tecnológica, participação num mercado especializado e muito competitivo e, ao mesmo tempo, a realização da exploração extensiva dos bosques nativos de quebracho, a super exploração de mão-de-obra braçal, produção com nível técnico e qualidade inferiores aos dos concorrentes platinos e, ainda, a costumeira prática dos descaminhos e das interferências da política oligárquica estadual.

O contexto econômico da exploração do quebracho mato-grossense deve ser compreendido, ainda, à luz do contexto histórico e singular do mercado mundial, a partir do final do século XIX. O *boom* exportador característico do desenvolvimento dos países platinos, nessa época, envolveu também a região de Mato Grosso, o que explica a participação de sua banda fronteiriça em atividades ex-

⁴⁰ Ver GEOGRAFIA DO BRASIL, op.cit., p. 269.

portadoras de matérias primas, com investimentos significativos, tais como a exploração da erva mate, a pecuária e a produção de seus subprodutos⁴¹ e, em menor escala mas não menos importante, a exploração do quebracho.

As indústrias mato-grossenses de tanino encerraram suas atividades com grande probabilidade em decorrência da combinação de muitos fatores, tais como a forte concorrência do mercado platino e a falta de fôlego dos empresários locais para fazer frente à força monopolista das empresas estrangeiras. Além da má qualidade do produto mato-grossense e dos preços nada atraentes do mercado consumidor, havia que se considerar os gargalos e limites naturais da zona fronteiriça pantaneira, com seu típico regime de águas e a precariedade dos transportes sujeitos aos obstáculos causados pelas cheias e vazantes do rio Paraguai. E, além disso tudo, havia o custo do frete ferroviário, no longo trajeto Porto Esperança-S. Paulo e Rio de Janeiro. Por fim, um outro problema residia no manejo extensivo e predatório das matas de quebracho e da total falta de investimentos na sustentabilidade dessa atividade, com a renovação dos quebrachais pelo plantio⁴².

Entretanto, a despeito das contradições e obstáculos, a economia extrativa do quebracho representou, num determinado tempo, uma das formas de incorporação do sul de Mato Grosso ao mercado mundial, globalizado e regido pelas determinações históricas do desenvolvimento do capital. Foi, contudo, uma incorporação marginal e dependente das conjunturas e demandas externas, o que marcou de modo indelével o singular desenvolvimento histórico de sua fronteira.

ABREVIATURAS UTILIZADAS

ArMT - Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Cuiabá/MT.

Dat. - Datilografado.

Mss. - Manuscritos.

⁴¹ CORRÊA, Lúcia Salsa. op.cit. Ver capítulo A Inserção da Fronteira no Mercado Mundial, p. 141-162.

⁴² “...árvores de quebracho são cortadas, e em seu lugar não aparece mais outro espécime de quebracho.” ROCHA, Sizinio Leite. op.cit.

História, identidade e memória local: Aspectos da igreja católica em Campo Grande-MS

Maria Augusta de Castilho*

O artigo em tela é fruto de uma pesquisa realizada entre 2004 e 2007, que teve como papel central o estudo da história, identidade e memória local da Igreja Católica na territorialidade de Campo Grande, reconhecendo as formas sociais, as estruturas econômicas, os sistemas de representações sociais construídos com a igreja, com enfoque na realidade e linguagens simbólicas, repletas de significados da doutrina católica, sinalizando uma Igreja como força institucional de sua prática espiritual, seu planejamento e práticas intervencionistas enquanto diocese representante do episcopado brasileiro. O estudo teve como dinâmica a pesquisa arquivística, leitura, análise e interpretação de obras especializadas em história da religião (católica) caracterizando o território como lógica desse conjunto estrutural, e a territorialidade como um atributo de determinado fato social onde circula o poder eclesástico da diocese metropolitana.

Palavras-chave: História. Identidade. Igreja Católica

The article in question is the fruit of research carried out between 2004 and 2007, which had as its central role the study of the history, identity and local memory of the Catholic Church

Introdução

O estudo da religiosidade é um meio para se compreender a condição humana, enquanto que a prática religiosa, pela multiplicidade das formas que apresenta, em um país de forte inspiração católica, contribui para ampliar essa compreensão, especialmente se analisada em seus contextos territoriais específicos.

A vida de uma coletividade envolve crenças que se revelam nas condutas e se materializam nas formas espaciais do cotidiano vivido, o que inclui a valorização, não só da dimensão simbólica – significativa dessas condutas, como também da dimensão material, reveladora dessas crenças e condutas.

* Doutora em História Social pela USP. Vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local-Mestrado.UCDB-MS. m.a.castilho@terra.com.br

in the territoriality of Campo Grande. Acknowledging the social forms, the economic structures, the systems of social representations constructed with the church, focusing on reality and symbolic languages, replete with significance of the catholic doctrine, signaling a church as an institutional force of is spiritual practice, its interventions of planning and practice as a diocesan representative of the

Brazilian episcopate. The study followed the dynamics of archival research, reading, analysis and interpretation of works specialized in the history of religion (catholic) characterizing territory as the logic of this structural set, and territoriality as an attribute of a determined social fact where ecclesiastical power of the metropolitan diocese circulates

Key words: History. Identity. Catholic Church.

A Igreja Católica deve ser reconhecida como um elemento de produção do espaço, bem como o sustentáculo de construções de idéias de uma sociedade, suas formas de organização, e autoridade (religiosa), com suas crenças, valores e símbolos. Percebe-se por meio de um olhar sobre a cidade, um elo de ligação entre a religião católica e a gênese da urbanização (como é o caso de Campo Grande em sua fase inicial de formação espacial) no dimensionamento da história eclesiástica da diocese. A urbanização constitui uma mudança na maneira pela qual os homens vivem em sociedade, o que pode afetar vigorosamente a forma de entenderem o significado da vida. O mundo do homem passou a ser a sua cidade, e a sua cidade se expandiu para incluir o mundo em seu dia-a-dia, no qual a religião tem um papel fundamental em sua trajetória terrestre¹.

Para se analisar a Igreja Católica deve-se levar em conta, seu caráter institucional, uma vez que a fé é um fenômeno supra-racional pairando sobre todos os outros valores. Assim, a Igreja tem início nessa fé, cujo objetivo é a propagação de sua mensagem religiosa, baseada nos ensinamentos de Jesus Cristo.

1. A Igreja Católica no Brasil

A Igreja Católica esteve vinculada ao Estado, por meio do padroado desde o período colonial que se alterou com a expulsão dos jesuítas em 1759 e participação do clero em quase todas as jornadas revolucionárias do período que antecede à independência brasileira de onde surgiram atritos entre a Igreja Católica do

¹ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 2a. São Paulo: Perspectiva, 1989.

Brasil e de Roma². Em 1827 a missão Vidigal restabelece o padroado no Brasil, sob o controle do imperador, período em que os bispos reformadores desejam implantar o espírito tridentino-romanizado e ultramontano. Com a proclamação da República, a IC começa a trabalhar junto com o povo e pelo povo em processo gradativo, pretendendo, de um lado, fortalecer as diretrizes e empreendimentos da Santa Sé durante a segunda metade do século XIX e, de outro lado, atender aos desafios organizacionais e condicionantes políticos que teve que enfrentar no interior da sociedade brasileira³. A reforma proposta no final do século XIX percorreu boa parte do século XX no processo de romanização (porque a ação reformadora no Brasil estava centrada no modelo romano) e clerização (clero) do catolicismo brasileiro.

Infere-se que a administração eclesiástica brasileira acompanhou a própria evolução político-administrativa, pois a criação de capitânicas, comarcas e freguesias eram sempre acompanhadas de prelazias, dioceses e paróquias; uma vez que a reconstrução da história da igreja deve partir da gênese das congregações religiosas, das paróquias, capelas, comunidades e da Arquidiocese objetivando a recuperação do funcionamento e lutas sucedidas no interior da própria organização eclesiástica em Campo Grande.

Reconhece-se que a Igreja Católica Apostólica Romana, em seus mais de dois mil anos de existência, elaborou um sistema hierárquico complexo, o qual viabilizou suas metas e políticas, demarcando territórios, nos quais o acesso é controlado e dentro dos quais a autoridade é exercida por um profissional religioso. A organização interna dos territórios da Igreja é dinâmica, móvel no espaço. “Os espaços religiosos se modificaram no decorrer dos séculos quer por criação de novas dioceses, quer por fragmentação das paróquias”⁴.

A compreensão da Igreja é profundamente influenciada pelo contexto histórico em que ela deve dar testemunho da mensagem evangélica.

² AZEVEDO, Thales de. *Igreja e estado em tensão e crise*. São Paulo: Ática, 1978.

³ MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil – 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁴ ROSENDAHL, Zeny, CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 8/9.

No caso brasileiro a Igreja estava atrelada ao Estado por meio do padroado, como já foi mencionado anteriormente. “Este esvaziava de tal forma a função episcopal que os bispos não chegavam a constituir um centro de unidade”⁵. O episcopado era pequeno, não acompanhando o crescimento populacional cuja influência era insignificante uma vez que grande parte das funções episcopais era exercida pela instituição leiga do padroado, onde as nomeações de bispos e sacerdotes eram feitas, pelo próprio rei.

O catolicismo brasileiro era laico na evangelização feita por indivíduos, ou na família; no governo, por meio do padroado; na administração, pelas irmandades e ordens terceiras; na assistência social, pelas casas de misericórdia; nas devoções, de caráter privatizado. Mesmo o clero estava bastante laicizado.

No período colonial vê-se o catolicismo luso-brasileiro no âmbito de uma sociedade escravista, em que o escambo inicial com os índios não assistiu à implantação da catequese, mas à presença esporádica de capelães das frotas que paravam no Brasil rumo às Índias. A partir da implantação do sistema das capitanias hereditárias, a catequese desempenha papel importante para integrar o índio na empresa colonial agrícola portuguesa⁶. A obra missionária segue os desdobramentos da evolução histórica brasileira, que para Hoornaert⁷, se desenvolve em ciclos:

O litorâneo, destacando-se as figuras de Nóbrega e Anchieta; o sertanejo, cujo capuchinho Martinho de Nantes que, ao defender as terras indígenas, foi expulso do sertão pelos criadores de gado; o maranhense, com os nomes dos também importantes jesuítas: Vieira, Figueira, Bettendorf e outros, ficando as aldeias praticamente sob a administração dos missionários no espiritual e no temporal.

As Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia (1707) adaptam a legislação eclesiástica a esta sociedade colonial e escravocrata.

Para Faustino⁸, “o padroado trouxe uma implicação séria de ordem financeira, uma vez que os reis de Portugal interpretaram a bula Inter Coetera, como lhes

⁵ BEOZZO, José Oscar et alii. *História da igreja no Brasil*. 2a. Tomo II, v. 2. Petrópolis: Vozes, 1985, p.13.

⁶ Op. cit.

⁷ Apud ARNS, Paulo Evaristo. *O que é Igreja*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 123.

⁸ FAUSTINO, Evandro. *O renitente catolicismo popular*. São Paulo, 1996, 238 p. Tese (Doutoramento em História Social). Universidade de São Paulo, 1996, p. 96.

dando o direito de arrecadar o dízimo e administrá-lo; o que causou confusão dos dízimos com a renda do Estado”. Este redistribuía o dízimo por meio da redízima, o que era insuficiente para o sustento dos sacerdotes, que procuravam outras fontes de rendimento.

Com a Proclamação da República (1889), houve a separação do Estado em relação à Igreja, que de certa forma suprime alguns privilégios do aparelho eclesiástico; no entanto, “o episcopado brasileiro percebe que a perda desses privilégios é um mal menor em relação ao benefício que é a supressão do regime de padroado, saudada pelos bispos como sendo o fim de uma proteção que os oprimia”⁹.

Para sobreviver sem o apoio do Estado era indispensável ao aparelho religioso reestruturar-se, restabelecendo a articulação entre o aparelho eclesiástico e as grandes massas. Foi pensando nisso que D. Macedo Costa, arcebispo da Bahia, em 1890 redigiu um documento sobre a reforma na Igreja do Brasil.

Com as tendências descentralizadoras do regime republicano:

[...] os padrões de controle político, associados, à vigência da política dos governadores, a montagem dos partidos republicanos nos diversos estados, e a autonomia considerável de que passaram a dispor os clãs oligárquicos em âmbito local e regional favoreceram sem dúvida o processo de estadualização das políticas implementadas pelos detentores do poder eclesiástico¹⁰.

Essa romanização busca seu ponto de equilíbrio na Pastoral Coletiva de 1915, a qual foi muito bem analisado por Oscar Beozzo, Pedro Antônio de Oliveira e Euclides Marchi, destacando as resoluções sobre: a fé, os sacramentos, o culto, a disciplina, os costumes do povo e as recomendações mostrando o interesse da Igreja pela classe operária, eleições, ações sociais, clero e laicato e o papel do padre em sua paróquia.

Em 16 de julho de 1916, já no Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme (arcebispo de Olinda) descreve em sua carta pastoral, a situação brasileira como parado-

⁹ OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Religião e dominação de classe*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 275.

¹⁰ MICELI, Sergio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 20/21.

xal, afirmando “que o país é católico, mas a Igreja dispõe de pouca influência sobre o povo e, notadamente, sobre as elites intelectuais, tocadas pelo agnosticismo, pelo secularismo e pelo positivismo”¹¹.

A Carta Pastoral de Dom Leme é um marco para o pensamento clerical brasileiro e chama a atenção para a ignorância dos católicos, cujo instrumento eficaz seria a instrução religiosa, valorizando, portanto, o ensino e a escola católica, bem como às aulas de catecismo.

Com a constituição de 1934, de acordo com Oliveira¹², firma-se um novo pacto de colaboração entre a Igreja e o Estado, uma vez que as reivindicações católicas, foram todas atendidas. A partir de 1935, a mobilização do laicato surge através da Ação Católica da Juventude, com nomes diversificados: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Independente Católica (JIC).

No período do Estado-Novo (1937-1945) os círculos operários multiplicavam-se. Com o crescimento do espiritismo e do protestantismo, a Igreja adota práticas religiosas populares que antes ela encarava como manifestações de ignorância religiosa. Para Mainwaring¹³, uma das mais importantes mudanças realizadas pela Igreja (décadas de 40 e 50) “foi à reforma do catecismo e da educação religiosa”.

Na década de 60 surge o Movimento de Educação de Base, acordo feito entre o governo (Jânio Quadros - presidente da República) e o bispo de Aracaju (Dom José Távora). Pelo acordo o Estado fornecia o financiamento e a Igreja executaria o programa de educação de base. Nesse contexto, Paulo Freire deve ser lembrado como o educador que propunha o diálogo com o analfabeto, oferecendo-lhe instrumentos para que ele próprio pudesse se alfabetizar. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB (criada em 1952) controlará praticamente as linhas mestras da orientação da entidade máxima da hierarquia brasilei-

¹¹ FAVERO, Luigi. As cartas pastorais de Dom Aquino Corrêa. Roma, 1996, 238 p. Dissertação (Mestrado em Teologia Pastoral) – Pontifícia Universidade Lateranense, 1996, p. 40.

¹² OLIVEIRA, Pedro A. Op. cit.,

¹³ MAINWARING, Scott. Op. cit., p. 50.

ra, fazendo com que a Igreja se postasse na linha de frente das diretrizes de reforma social¹⁴.

Através da criação do Conselho Episcopal Latino-Americano (1955, Rio de Janeiro) e das Conferências em Medellín (1968) e em Puebla (1979), o episcopado latino-americano começa a se posicionar, diante da sociedade, como defensor dos direitos dos humildes e marginalizados - opção pelos pobres. Nesse período o catolicismo solidifica-se com a vida na ação comunitária, não é mais a salvação individual e o conformismo político, mas um novo engajamento e respectiva matriz discursiva. Entre uma encíclica e outra, o Papa João XXIII convoca um concílio, o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965).

Ao fazê-lo o Papa João XXIII considera de suma importância tal reunião, afirmando na época:

[...] existe uma crise que aflige gravemente a sociedade humana. Enquanto a humanidade está para entrar num tempo novo, obrigações de gravidade e amplitude imensas pesam sobre a Igreja, como nas épocas mais trágicas de sua história. Trata-se, na verdade, de pôr em contato o mundo moderno com as energias vivificadoras e perenes do Evangelho: mundo que se exalta em suas conquistas no campo da técnica e da ciência, mas que carrega também as conseqüências de uma ordem temporal que alguns quiseram reorganizar prescindindo de Deus¹⁵.

O Concílio trouxe mudanças profundas para a Igreja Católica, proporcionando abertura para uma estrutura menos centralizada e mais colegial no governo da Igreja, com grandes repercussões no Brasil.

Com o golpe de Estado (1964), a subida dos militares ao poder e a publicação do Ato Institucional nº 5, os conflitos da Igreja com o Estado por causa da instalação da tortura aparecem de modo generalizado, com prisões e processos contra membros da Igreja. As comunidades de base no campo e na cidade vão selar um novo pacto (1970 - 80) entre segmentos importantes da Igreja, surgindo movimentos populares tanto urbanos como rurais¹⁶.

¹⁴ Id., *ibid.*

¹⁵ DOCUMENTOS DO CONCILIO ECUMÊNICO VATICANO II. São Paulo: Paulus, 1997.

¹⁶ BEOZZO, José Oscar (Org.). *Para uma história da América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1986,

O importante papel da Igreja Católica na sociedade brasileira não se restringe, por exemplo, às ações pontuais, embora duradouras, como o combate às violações dos direitos humanos durante os trinta anos do regime militar. Repousa sim, na contribuição que ela fornece para a elaboração das representações coletivas, pois o conceito de representação articula-se em dois níveis: “(a) o que é pensado, isto é, conteúdo; (b) o modo de pensar, sua forma”¹⁷. A Igreja Católica a partir de 1970 enfrenta a diminuição de seus adeptos, principalmente tendo em vista o crescimento das Igrejas Pentecostais.

2. A Formação Territorial de Campo Grande e o Sagrado

A organização do sagrado no território de forma endógena constitui-se em uma dinâmica móvel no espaço. A paróquia também é um lugar simbólico, onde o católico desenvolve uma identidade religiosa com o lugar. Os símbolos encontrados no lugar sagrado – a igreja, também podem representar a conquista de um indivíduo, exprimindo sua vida, significando tudo aquilo que as palavras não conseguiram dizer, mas que está vivo, e assim contém energias, forças que, ao serem reativadas¹⁸, materializam-se em imagens, emoções e sons, recontando a vida interior desse ser humano¹⁹ e suas esperanças na vivência de um mundo melhor.

Por outro lado, “a paisagem é a materialização de um instante estático da sociedade e, o espaço, um instante da sociedade que contém o movimento”²⁰. A paisagem do sagrado também fará uma conexão de ligação com a religião, destacando os lugares sagrados, regatando seus significados e a capacidade de um culto religioso impor sua marca, à medida que a espiritualidade tem força de impacto na vida das pessoas e da paisagem.

¹⁷ DÜRKHEIN, Émile. *As formas elementares e vida religiosa*. São Pulo: Paulinas, 1989, p. 18.

¹⁸ As lembranças, memórias, esperanças, orações, palavras, promessas, enfim tudo aquilo que o crente pode utilizar para estar em contato com o divino, para amenizar seu sofrimento ou realizar pedidos, objetivando tornar sua vida mais feliz aqui na terra.

¹⁹ NASSER, Maria C. de Q. Carrera. *O que dizem os símbolos*. São Paulo: Paulus, 2003.

²⁰ SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 72.

A cidade de Campo Grande, contexto territorial no qual esse estudo se desenvolveu, nasceu praticamente da promessa que seu fundador - José Antônio Pereira - fez a Santo Antônio. Por meio de relatos documentados, logo após o fim da Guerra do Paraguai, sabe-se que o pedido feito ao seu santo de devoção, às margens do rio Paranaíba, foi pela cura de um mal epidêmico que acometeu as 62 pessoas de sua família, em comitiva de viagem de Monte Alegre-MG, para as novas terras de Campo Grande. José Antonio Pereira era considerado benzedor. Santo Antônio, de origem portuguesa, estava entre os santos de maior devoção popular dos mineiros do Brasil-Colonial, incluindo as antigas áreas de mineração das Minas Gerais, por influência bandeirante e dos jesuítas, servindo de refúgio a quem sofria desenganos, perdia parentes ou necessitava de alívio. Sua imagem era, costumeiramente, carregada pelos viajantes, em pequenos oratórios de madeira (os chamados “práticos”), sobre o lombo do burro²¹.

Pelo relato, o pagamento da promessa deu-se com a construção da capela e a festa de inauguração em homenagem ao santo, no novo local de moradia, iniciada em 1876. Construída no topo mais elevado entre os dois córregos (Prosa e Segredo), formadores do rio Anhanduí, feita em taipa e cobertura de palha, a ela acoplada um sino improvisado de ferro batido, a capelinha foi inaugurada no dia do santo, 13 de junho de 1877²².

O reconhecimento oficial da capela pela igreja, ocorreu no ano seguinte, 1878, com a celebração da primeira missa e a bênção da imagem do santo pelo pároco da localidade vizinha de Miranda - Julião de Urquiza.

A capelinha e os dois córregos constituíram, inicialmente, os elementos principais de estruturação do espaço social em construção. Os sinos no alto da torre, se transformaram no principal meio de comunicação para acontecimentos importantes, estreitando os elos na coletividade.

Além disso, conferia ritmo ao movimento da pequena coletividade, funcionando como marcador de horas. Esse espaço do sagrado resultou do sentimento da

²¹ NAVEIRA, Raquel. *Santo Antônio*. Folha avulsa (digitada). Campo Grande: UCDB, 2003.

²² RODRIGUES, J. Barbosa. *História de Campo Grande*. São Paulo: Resenha Tributária, 1980.

religiosidade popular mineira, mas uma vez construído, se fez presente e contribuiu na preservação do espírito religioso e na ordem espacial daquele povoado²³.

Entretanto, o governo republicano alterou esses princípios religiosos na estruturação urbana, em benefício de uma ordem laica. Em 1889, Campo Grande foi elevada à condição de vila e em 1909, impôs-se o novo traçado urbano, feito de arruamentos regulares e ortogonais, expressão da nova racionalidade republicana de inspiração positivista. Fora do alinhamento desse plano, a capela teve que ser demolida e re-posicionada. O projeto de reconstrução incluiu a transformação da capela em igreja matriz, como sede da paróquia, oficializada em 1912. Na época surgiu a polêmica sobre a inclusão de Nossa Senhora da Abadia, como padroeira. Essa devoção de origem portuguesa havia atingido o Triângulo Mineiro desde o século XVIII, fazendo-se presente em Campo Grande, por meio da população mineira e dos fortes contatos comerciais mantidos com aquela região. Por outro lado, diante da inovação nos meios de transporte (ferroviário e rodoviário), redirecionando fluxos, o centro urbano de maior vitalidade, acabou deslocando-se sem levar consigo o templo religioso. Elevada a condição de município em 26 de agosto de 1899, Campo Grande tornou-se sede de Bispado, em 15 de junho de 1957 e, em 1978, sede da Arquidiocese. Mantida no local de origem, em outubro de 1991, após nova reforma, a paróquia Santo Antônio e Catedral Nossa Senhora da Abadia foi re-inaugurada pelo Papa João Paulo II, ocasião em que a catedral foi transferida de sua sede provisória, a Igreja São José, para a sede definitiva: Paróquia Santo Antônio e Catedral Nossa Senhora da Abadia, padroeira da diocese²⁴.

Como os lugares sagrados (místicos) são espaços bem definidos nas cidades pelas normas canônicas, desde o período colonial quando uma vila era fundada, a praça inicial da povoação já tinha o território delimitado para a construção da capela ou igreja, do pelourinho e da câmara municipal que constituíam o símbolo do poder local. Tais características acompanharam de um modo geral a fundação das vilas no Brasil mais ou menos até meados do século XX²⁵.

²³ GARDIM, Cleonice. *Campo Grande entre o sagrado e o profano*. Campo Grande: EdUFMS, 1999.

²⁴ ARQUIDIOCESE DE CAMPO GRANDE. *Informativo diocesano*, ano XVIII, n. 240, maio 1998.

²⁵ DEL PRIORI, Mary. *Religião e religiosidade no Brasil colonial*. São Paulo: Ática, 1999.

Como a paróquia é a menor subdivisão territorial de uma diocese e confiada, à jurisdição de um pároco, torna-se um espaço importante para a comunidade que, segundo Bourdieu²⁶, é um conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras e definidas por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, vizinhança ou distanciamento. Inere-se que à vinculação do indivíduo com a sociedade coincide com a vinculação do indivíduo com a comunidade quando a mais alta integração social assume um caráter comunitário²⁷. Sendo tais comunidades, unidades estruturadas, organizadas, formadas por grupos, dispendo de uma hierarquia homogênea de valores religiosos, morais, éticos, à qual o indivíduo pertence necessariamente, podendo mais tarde fluir para a organização de um espaço mais oficial - a paróquia.

O espaço do sagrado em Campo Grande foi sendo tecido nesse embate entre o Estado laico e a Igreja Católica, sob influência da cultura mineira, ao mesmo tempo, combinando-se àquelas dos novos colonizadores vindos de outros Estados e de países fronteiriços. A prática da religiosidade leiga sempre esteve presente nessa teia de relações, visível através dos santuários e centros de devoções populares, incorporados, pouco a pouco, à ordem eclesiástica, no contexto da romanização da Igreja. As ordens religiosas que se fizeram presentes na cidade, também tiveram influências nas novas devoções.

A ordem interna estabelecida pela Igreja Católica na cidade de Campo Grande constitui-se atualmente de 29 paróquias²⁸, mais de 160 comunidades, dois santuários, que se destacam também como paróquias²⁹. Os diversos nomes de santos e santas, Nossa Senhora, Jesus, Espírito Santo, atribuídos às paróquias e capelas revelam a trajetória de mudanças na história eclesiástica local e o novo conteúdo socioeconômico desta e de outras cidades brasileiras.

²⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Difel, 1989.

²⁷ HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

²⁸ Até 2007 eram 25 paróquias, mas atualmente são 29 na zona urbana de Campo Grande - MS, oito na zona rural e mais as paróquias dos municípios de: Bandeirantes, Corguinho, Terenos, Ribas do Rio Pardo, Rochedo, Sidrolândia e a do Distrito de Anhanduí (Arquivo Diocesano, 2008).

²⁹ ARQUIVO DIOCESANO. Pasta Avulsa. Campo Grande, 2008.

3. Acriação do 1º Bispado em Campo Grande

A Prelazia de Cuiabá foi criada em 06/12/1745, por Benedito XIV, pela bula **Candor Lucis Aeternar**, mas somente em 23/01/1788, o frei José Nicolau de Azevedo Coutinho Gentil, foi nomeado prelado, mas nunca tomou posse. Dom Luiz de Castro Pereira chega a Cuiabá em 1808, assume a prelazia, administrando-a até 1821³⁰. Verifica-se nesse período que muitos clérigos eram nomeados e outros os representavam, os quais na maioria das vezes nem tomavam posse. Acontecia também que alguns tomavam posse e o governo imperial anulava as nomeações, uma vez que nesse período o padroado ainda era vigente.

Pela bula **Sollicita Catholici Gregis Cura** de Leão XII, em 15.07.1826, Cuiabá tornou-se diocese e a Igreja do Senhor do Bom Jesus foi elevada à categoria de catedral.

Em 05 de abril de 1910, só havia em Mato Grosso a Diocese de Cuiabá, sufragânea da Província Eclesiástica de São Paulo. Nesta data o Papa Pio X, pela bula **Novas Constituire** criou a Província Eclesiástica de Cuiabá, desmembrando de seu território as novas dioceses de São Luís de Cáceres, ao Norte, e de Corumbá, ao Sul, tornando-se Cuiabá Sé Metropolitana³¹.

Quanto à diocese de Corumbá, segundo Figueiredo (1994), a extensão territorial, compreendia 360.000 km², o equivalente a área do Estado de Mato Grosso do Sul. Corumbá, situada entre o rio Paraguai, divisa com a Bolívia, distante de Campo Grande, pouco mais de 430 km, vivia isolada³² do resto da comunidade católica.

Em 15 de junho de 1957 foi criada a Diocese ou Igreja Particular de Campo Grande pela bula **Inter Gravíssima**³³, com o território desmembrado da diocese de Corumbá e da prelazia do Registro do Araguaia, hoje diocese de Guiratinga.

³⁰ AZZI, Riolando. *O episcopado brasileiro frente ao catolicismo popular*. Petrópolis: Vozes, 1997.

³¹ ARQUIVO... Op. cit.

³² Até 1953 quando a Ferrovia Noroeste do Brasil - NOB chegou até Porto Esperança, o único acesso a Corumbá era feito por via fluvial.

³³ Encontra-se no Arquivo da Diocese de Campo Grande, cópia da bula Papal - Acta Apostolicae Sedis - Commentarium Officiale - Vol. XXV - n. 2, contendo quatro páginas. Pela mesma bula foi criada a diocese de Dourados, cujo bispo nomeado foi o salesiano D. José de Aquino Pereira.

Dom Antônio Barbosa foi eleito bispo para a diocese de Campo Grande em 23 de janeiro de 1958. Recebeu ordenação episcopal, conferida por Dom Armando Lombardi, Núncio Apostólico no Brasil, em 1º de maio do mesmo ano no Santuário do Sagrado Coração de Jesus, em São Paulo.

No dia de Nossa Senhora Auxiliadora - 24 de maio de 1958 e véspera da solenidade litúrgica de Pentecostes, deu-se a ereção canônica da Diocese e a tomada de posse do seu primeiro bispo³⁴.

Dom Antônio Barbosa, na instalação da diocese e na sua tomada de posse em Campo Grande (24/05/1958), dá uma mensagem aos seus diocesanos, destacando que deseja chegar à vida eterna com o rebanho que lhe foi confiado.

3.1 Dom Antônio Barbosa 1º Bispo e 1º Arcebispo da Igreja Particular de Campo Grande

A formação de D. Antônio é pautada pela filosofia salesiana³⁵. Se de um lado a filosofia salesiana foi um marco na personalidade do bispo, de outro não menos importante, foi a familiaridade com o Direito Canônico, o qual era aprimorado dia a dia no estudo da ciência do Direito Eclesiástico.

Estar na liderança da Igreja implica em um pedido para que as classes colaborem e o próprio brasão de D. Antônio anuncia essa tendência de enriquecer a todos, através da justiça social: **anunciar as riquezas de Cristo** - frase que foi o seu lema sacerdotal e episcopal.

³⁴ Diocese “é a porção do povo de Deus confiada a um bispo para que a pastoreie em cooperação com o presbítero, de tal modo que, unida a seu pastor e por ele congregada no Espírito Santo mediante o Evangelho e a Eucaristia, constituía uma Igreja Particular, na qual opera a Una Santa Católica, Apostólica Igreja de Cristo” (CD.11).

³⁵ A Sociedade de São Francisco Sales (Sociedade Salesiana, fundada em 18/12/1859 e aprovada como congregação de votos simples em 1869) teve a escolha de São Francisco de Sales como patrono, quando Dom Bosco dizia: “A base sobre a qual assenta esta congregação, tanto em quem manda como em quem obedece, deve ser a caridade, a doçura, que são as virtudes características de São Francisco de Sales”.

Dom Antônio Barbosa³⁶ nasceu no dia 10 de maio de 1911, na rua Helvécia, nº 30, Bairro dos Campos Elíseos, em São Paulo, sendo o primeiro dos filhos de Benedito Barbosa e Cecília Primo Barbosa. Ainda criança, freqüentou o Oratório Festivo do Liceu Coração de Jesus onde os primeiros contatos com os **salesianos** lhe cativam o coração. Coroinha no Santuário Sagrado Coração de Jesus e, depois aluno do Liceu Coração de Jesus, atua com zelo, pontualidade e disciplina.

Em 1922 entra para o aspirantado salesiano de Lavrinhas-SP, onde encontra religiosos que conheceram D. Bosco e outros cujas virtudes contagiam o jovem seminarista e o levam a buscar com seriedade uma vida exemplar na piedade e nos estudos. Quatro anos mais tarde, ainda em Lavrinhas, entra no noviciado, sob a direção do Pe. Virgínio Batezzati, salesiano virtuoso, que lhe deixa profundas marcas para a futura vida de religioso. Terminado o noviciado, consagra-se a Deus pelos votos religiosos, entregando-se de corpo e alma à causa do Reino de Deus.

Em São Paulo, no Instituto Teológico Pio XI cursou os estudos de Teologia. Foi ordenado sacerdote em 06 de dezembro de 1936 por Dom Gaspar de Affonseca e Silva. Em seguida foi para Roma, onde, na Universidade Gregoriana, licenciou-se em Direito Canônico. Foi professor no Pontifício Ateneu Salesiano de Turim (Itália), viveu a horrível experiência de quase ser fuzilado pelos nazistas³⁷ durante a 2ª Guerra Mundial. Terminada a guerra, volta para o Brasil, sendo nomeado professor de Teologia no Instituto Pio XI, onde foi eleito superior da Inspetoria Salesiana de Nossa Senhora Auxiliadora³⁸, no sul do Brasil (1952), com sede em São Paulo, cujo cargo vinha ocupando quando foi escolhido para ser o primeiro Bispo de Campo Grande. Recebeu a sagração episcopal das mãos do Núncio Apostólico Dom Armando Lombardi, no dia 1º de maio de 1958, no Santuário do

³⁶ Os dados biográficos de Dom Antônio Barbosa foram coletados de algumas folhas (avulsas) mimeografadas escritas por Ivone do Espírito Santo (Chefe do Cerimonial da Governadoria de MS) e pelo Pe. Fabiano Figueiredo, além do Informativo Diocesano n. 191, ano XVIII, ago. 1993 (Edição Especial). Todos os documentos fazem parte do acervo da A.D.C.G.

³⁷ Já no paredão com outros salesianos, escapa da morte, quando chega uma contra-ordem suspendendo o fuzilamento. A cena diante de um pelotão de fuzilamento deixa-lhe profundas marcas durante parte de sua vida terrena.

³⁸ A inspetoria abrangia os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Liceu Coração de Jesus, em São Paulo. Tomou posse da Igreja Particular de Campo Grande no dia 24 de maio de 1958, festa de Nossa Senhora Auxiliadora, justamente no mês em que completou 47 anos de idade. Dom Antônio não conhecia a região e iniciou seu trabalho pastoral e administrativo (que serão mencionados no decorrer deste estudo), durante 27 anos, quando o Papa João Paulo II, pela Bula **Offici Nostri**, cria a Província Eclesiástica de Campo Grande e elevou a Igreja Particular de Campo Grande à categoria de Arquidiocese e de Sede Metropolitana e o nomeia arcebispo (27/11/1978).

O bispo seguia incontestavelmente as orientações de Roma.

Dom Antônio foi acima de tudo pastor e para ele o ensinar significava EVANGELIZAR, transmitindo por todos os meios o Evangelho de Jesus Cristo, orientando os sacerdotes, irmãos e sendo o primeiro missionário e catequista da Diocese. Era consciente de que o bispo é quem deve promover a oração, celebrar a Eucaristia, ordenar os padres e o principal dos deveres para com os diocesanos é o exemplo de vida que deve ser pautada pela humildade e pela alegria de servir a Deus.

Nunca escreveu uma carta pastoral. Sua comunicação pastoral com a sociedade era feita através de mensagens - na Rádio Educação Rural, no Jornal do Comércio, nas homilias, nos sermões durante a celebração de missas e em alguns artigos publicados no Informativo Diocesano. Este foi publicado pela primeira vez em 1º de agosto de 1975, como suplemento mensal do Jornal do Comércio, com uma apresentação e recomendação do bispo, para que todos os católicos lessem o referido informativo.

Questionado sobre uma postura conformista diante do poder (político/militar), o bispo refuta com a afirmação de que sua índole sempre o induziu à concórdia.

Dom Antônio Barbosa trabalha em várias frentes para fecundar o solo do cristianismo no bispado de Campo Grande, merecendo destaque seu esforço em difundir não só a fé católica, como também oferecer ao seu rebanho, mecanismos para uma melhor qualidade de vida, por meio de ações concretas realizadas principalmente na territorialidade urbana da sede do bispado.

Merece destaque à ação pastoral evangelizadora de Dom Antônio que em seus 28 anos e 6 meses de ministério apostólico se distinguiu pelo apreço à

vida religiosa consagrada apoiando congregações e atraindo outras para regiões mais necessitadas de padres para a evangelização e promoção humana³⁹.

Coube, pois ao Bispo incentivar as vocações sacerdotais, a evangelização e o crescimento da fé, bem como apoiar os movimentos leigos, as populações indígenas, as comunidades eclesiais de base, dentre outros. Desenvolveu sua ação pastoral em três fases, a saber:

1ª Fase - Estabelecendo e consolidando a Diocese (1958-1965);

2ª Fase - Renovação pastoral do Concílio Ecumênico - Vaticano II (1966-1970);

3ª Fase - Realização das assembleias pastorais (1971-1978).

Dom Antônio, no início de sua administração criou o Núcleo de Catequese em todas as paróquias e principais vilas de Campo Grande, na tentativa de evangelizar e catequizar o maior número de pessoas. Mais tarde implantou o projeto Diáspora, que foi executado no período de férias, através da formação de equipes compostas de padres, irmãs, irmãos, seminaristas e leigos imbuídos de verdadeiro espírito evangélico, levando o nome de Cristo nas regiões mais necessitadas.

Em 1961, no ato de inauguração do transmissor da Rádio Educação Rural, Dom Antônio fez a bênção, afirmando que a Rádio Educação Rural levaria a evangelização para o imenso território da Diocese e do Mato Grosso.

Dom Antônio criou as escolas radiofônicas, também, chamadas escolas de base, para alfabetizar, principalmente, os habitantes da zona rural. Um dos programas mais ouvidos era a Hora do Fazendeiro; programa em que as pessoas do campo se comunicavam com aqueles que estavam na cidade, através de recados e vice-versa. Esta rádio foi um elemento de comunicação muito importante e teve uma duração por mais de 40 anos.

No dia 12/12/1986, segundo o Código do Direito Canônico, o papa atendeu o pedido de renúncia de D. Antônio ao governo da Arquidiocese, quando se mudou

³⁹ FIGUEIREDO, Ubajara Paz de. *Dom Antonio Barbosa*. Mentor religioso e primeiro arcebispo metropolitano de Campo Grande. Personalidades. Ano IX. Campo Grande: Arquivo Histórico, 2007.

para a comunidade inspetorial de São Paulo, onde permaneceu até o dia de sua morte.

Dom Antônio faleceu no dia três de maio de 1993 em São Paulo. Seu corpo foi trasladado da capital paulista para a capital sul-mato-grossense, ocasião em que o Corpo de Bombeiros, em carro aberto levou o corpo do Aeroporto Internacional de Campo Grande até a Catedral Nossa Senhora da Abadia - Paróquia Santo Antônio.

3.2 Dom Vitório Pavanello - 2º Arcebispo

Vitório Pavanello⁴⁰, filho de Filomena Prade e Luiz Pavanello, sexto filho entre nove, nasceu em Presidente Getúlio, SC, no dia 20 de janeiro de 1936.

Cursou o ensino fundamental e básico no Seminário São Paulo, Ascurra, SC (1949-1952) e o Ensino médio no Seminário São Manoel, Lavrinhas, SP (1953-1955). Estudou Filosofia na Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras, Lorena-SP (1957-1959), cursou Teologia no Instituto Teológico Pio XI, São Paulo-SP (1963-1966). Também cursou o Bacharelado em Letras Anglo-Germânicas.

Foi ordenado presbítero no dia 31 de julho de 1966, por Dom João Resende Costa, arcebispo de Belo Horizonte, em São Paulo/SP.

Como presbítero foi enviado ao Liceu Coração de Jesus, São Paulo, onde ficou por quatro anos como orientador escolar, pedagógico, das atividades pastorais da escola.

Em março de 1971 foi nomeado Diretor e Superior do Colégio e da Comunidade Salesiana, do Liceu Coração de Jesus. Em julho de 1975, foi transferido para o Seminário de Lavrinhas/SP, como Reitor.

No ano de 1977, foi novamente transferido para ser Reitor do Novo Seminário de Segundo Grau em Pindamonhangaba/SP.

Em fevereiro de 1978, foi escolhido para dar início à Obra Salesiana em São Carlos/SP, assumindo a função de Superior da Comunidade Salesiana e de Dire-

⁴⁰ Os dados biográficos de Dom Vitório Pavanello, encontram-se em uma pasta no Arquivo Diocesano, disponível na sala 1 da biblioteca do Cúria Metropolitana de Campo Grande – MS.

tor do Educandário São Carlos. Nesse mesmo ano passou a ser Mestre de Novícios no Noviciado Salesiano de São Carlos.

No dia 9 de dezembro de 1981, o Papa João Paulo II nomeou-o Bispo Diocesano de Corumbá/MS, sendo ordenado no dia 30 de janeiro de 1982, por Dom Antônio Barbosa, na Catedral de São Carlos. Tomou posse no dia 21 de março do mesmo ano.

Em 1984 foi nomeado Bispo Coadjutor de Campo Grande, e em 1986 (12/12) sucede Dom Antônio Barbosa que renunciou por motivo de idade.

Dom Vitório como pastor, continua a sentir, em seu viver cotidiano, o tesouro das riquezas de seu apostolado sem jamais abandonar aqueles que estão sob sua proteção. É um assistente para os que levam em frente à obra de Cristo.

Apoiando-se no Cânon 31 do Código de Direito Canônico, Dom Vitório aprovou todos os artigos do Diretório Diocesano de Pastoral, o qual passou a vigorar no dia oito de abril de 2007, destacando em seu conteúdo a evangelização, a liturgia, a caridade e outros. Para o arcebispo toda a missão de toda ação da igreja é evangelizar, pois a evangelização como ação concreta, é exercida pelos bispos, legítimos sucessores dos apóstolos e pelos ministros ordenados e pelos fiéis leigos⁴¹. A missão da igreja realiza-se em obediência ao mandato de Cristo: “Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulas, batizando-as em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo, e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei” (Mt. 28, 19-20).

O Arcebispo enfatiza que Cristo, ontem, hoje e sempre é o caminho, a verdade e a vida, cuja luz orientará toda a ação pastoral da arquidiocese.

Foi promulgado o Diretório Diocesano de Pastoral em oito de dezembro de 2006, remodelado para se adequar à realidade e às necessidades pastorais dos tempos atuais, contribuindo muito na unidade da caminhada da Igreja arquidiocesana. Dom Vitório, apoiado no cânon 381 do Código de Direito Canônico, destaca: “aprovo todos os artigos do Diretório Diocesano de Pastoral e que ele seja publicado, estudado e refletido em todas as comunidades foraniais e paroquiais, para que

⁴¹ ARQUIDIOCESE DE CAMPO GRANDE. *Informativo diocesano*. Ano XXVII, n. 283, abril 2007, p. 57.

todos tomem conhecimento dele”⁴². Este documento normativo tem quatro capítulos que orientam a Igreja Particular de Campo Grande em todas as suas ações, “na missão de ser sacramental, universal de salvação, até a consumação definitiva”⁴³.

3.3 Dom Eduardo Pinheiro da Silva – Bispo Auxiliar⁴⁴

Dom Eduardo Pinheiro da Silva - salesiano de Dom Bosco - nasceu aos 20 de janeiro de 1959, na cidade de Lins, estado de São Paulo. Seu pai Francisco Pinheiro da Silva é natural de Bariri/SP e sua mãe, Elvira Martins Pinheiro da Silva, de Ponta Porã/MS. Tem dois irmãos: Solange e Fernando.

Na sua terra natal cursou o ensino fundamental na EEPG Professor Jorge Americano e na EESG 21 de abril; o ensino médio foi realizado no Instituto Americano de Lins, concluindo aí o curso Técnico em Telecomunicações. De 1978 a 1980 estudou os três primeiros anos de Engenharia Elétrica na Escola de Engenharia de Lins.

Desde os 16 anos começou a participar ativamente da Igreja Dom Bosco de Lins, principalmente através da catequese, grupo de jovens e trabalhos diversos. A experiência de comunidade, o clima de família e a confiança depositada foram fundamentais para um processo de discernimento vocacional que se iniciou quando tinha 19 anos, sob os cuidados dos salesianos, Pe. Valério Utel e P. Pascoal Forin.

Aos 24 de janeiro de 1981, após dois anos e meio de intensa reflexão e oração, ingressou na Congregação Salesiana em São Carlos/SP, onde fez o noviciado sob a direção do Pe. Vitorio Pavanello, atual arcebispo de Campo Grande. Sua primeira profissão religiosa aconteceu no dia 16 de janeiro do ano seguinte, e

⁴² ARQUIDIOCESE DE CAMPO GRANDE. *Directorio de pastoral*. Campo Grande: ACG, 2006, p. 4.

⁴³ DOCUMENTOS... Op. cit, 1 a 2.

⁴⁴ Os dados biográficos de Dom Eduardo Pinheiro da Silva foram extraídos principalmente do livrete de sua Ordenação Episcopal (2005).

em 13 de janeiro de 1985 fez a Profissão Perpétua, pelas mãos Dom Walter Bini, então bispo de Lins. Fez filosofia (1982-1984) na Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena/SP, e Teologia no Instituto Teológico Pio XI, em São Paulo. Sua Ordenação Sacerdotal aconteceu no dia 19 de janeiro de 1991, na sua comunidade de origem - Igreja São João Bosco - pela imposição das mãos de Dom Irieneu Danelon. O lema escolhido para a ocasião foi “Eis-me aqui para fazer a Tua vontade” (Hb 10, 7).

Em 1991 iniciou os estudos de pedagogia na Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS. Entre 1996 e 1997 cursou a faculdade de Ciências da Educação na Universidade Pontifícia Salesiana de Roma, Itália, concluindo o bacharelado e o mestrado, com especialização em Pastoral Juvenil e Catequese.

Enquanto salesiano trabalhou em Campo Grande (formação dos jovens salesianos, pastoral juvenil na Missão Salesiana de Mato Grosso, pastoral da juventude diocesana e regional, vigário da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora), Araçatuba (assistência no pré-aspirantado em 1986, coordenador de pastoral do Colégio Salesiano; vigário das Comunidades São Cristóvão, São Domingos Sávio e da Paróquia São Francisco e Santa Clara; Capelão das Irmãs “Pequenas Missionárias de Maria Imaculada”, membro do Conselho Diocesano de Presbíteros), e Lorena (Pró-Reitor de Extensão e Ação Comunitária da Universidade Salesiana de São Paulo (UNISAL) e da unidade de Lorena; Pastoral da Universidade; Formação), onde morava, quando pelo Santo Padre João Paulo II, de saudosa memória, foi eleito bispo auxiliar de Campo Grande.

Foi ordenado bispo no dia seis de maio de 2005, por Dom Vitório Pavanello, na Catedral Diocesana de Lins. Assumiu o ministério episcopal no dia 10 de junho de 2005 numa solene com celebração eucarística no Ginásio do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

Dom Eduardo Pinheiro da Silva, tomou posse como Bispo Auxiliar da Diocese de Campo Grande/MS, em 10 de junho de 2005, no Ginásio Poliesportivo Auxiliadora em Campo Grande/MS.

O evento contou com a participação de autoridades civis e eclesiásticas, bem como a comunidade católica da capital sul-mato-grossense e paroquianos do interior.

Dom Vitório confiou a D. Eduardo o acompanhamento direito da Pastoral na Arquidiocese. Nessa função ele, a coordenação diocesana de pastoral assessorou a Assembléia Diocesana nos dias 5 e 6 de novembro de 2005 que aprovou a realização das Santas Missões Populares, em toda a arquidiocese e a programação do Jubileu de Ouro de Vida e Missão. O Jubileu é tempo de a comunidade ser mais evangelizada e tornar-se mais evangelizadora.

Em 2006 coordenou a atualização do Diretório Diocesano de Pastoral. Na Assembléia de Pastoral apresentou o programa detalhado da celebração do Jubileu de Ouro, cujo ponto alto ocorreu no dia 13 de junho de 2008, feriado municipal do padroeiro Santo Antonio, evento realizado na Praça Papa João Paulo II - Campo Grande-MS.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB em sua Assembléia de 2005 aprovou o nome de Dom Eduardo para a Comissão Episcopal encarregada da juventude. Com a morte inesperada do Bispo Presidente da referida comissão, a presidência da CNBB designou-o para essa função. Assim, coube a D. Eduardo coordenar na 44ª Assembléia de 2006 o estudo do documento “Evangelização da Juventude” e preparar o Encontro do Papa Bento XVI com a juventude no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, no dia 11 de maio de 2007, ocasião em que apresentou ao Papa um balanço das ações da juventude católica no Brasil.

Na animação nacional da juventude ele está confirmado até 2010.

Vale ressaltar a importante participação do Bispo Auxiliar no segundo dia da 44ª Assembléia Geral dos Bispos do Brasil, onde foram tratados os seguintes temas: Evangelização da Juventude, prévia da eleição para a V Conferência e apresentação de painéis sobre Juventude, além de uma apresentação sobre 2º Congresso Vocacional.

Para explicar o documento sobre a evangelização da juventude: Desafios e perspectivas pastorais em estudo foi convidado Dom Eduardo Pinheiro da Silva, bispo auxiliar de Campo Grande. No texto, Dom Eduardo destacou: a) os elementos para o conhecimento da realidade dos jovens, b) um olhar de fé a partir da Palavra de Deus e do Magistério, c) desafios, princípios orientadores e pistas de ação.

O documento apresenta alguns anexos contendo pontos já estudados pela Igreja.

Dando ênfase ao documento, Dom Eduardo afirmou que a Juventude deve estar no coração da Igreja e ser fonte de renovação da sociedade, por isso, o objetivo do episcopado brasileiro é de renovar a opção afetiva e efetiva de toda a Igreja pela juventude numa busca conjunta de propostas concretas que favoreçam uma verdadeira evangelização desta parcela da sociedade.

O documento, segundo o bispo auxiliar, motivou o episcopado para juntos encontrar caminhos, mecanismos e meios para favorecer o desenvolvimento integral dos jovens, como por exemplo: educação aos valores cristãos, formação bíblica e teológica, iniciação à vida litúrgica, anúncio do querigma, ensino religioso nas escolas e universidades, educação para a solidariedade e para a fraternidade, superação de preconceitos e formação para a ação. A formação da juventude visa a promoção da dignidade de sua vida em todos os aspectos.

4. Identidade da Arquidiocese de Campo Grande

Para se entender parte da hierarquia da Igreja Católica, no contexto do bispado em Campo Grande - MS, torna-se necessário conceituar que, **bispos** são os sucessores dos apóstolos, que recebem com a ordenação episcopal a missão de santificar, ensinar e governar, no âmbito de uma circunscrição definida (diocese, arquidiocese, prelazia).

O episcopado é o último e supremo grau do sacramento da ordem, sendo também, a autoridade máxima da Igreja Particular em jurisdição e magistério.

Aos bispos compete ministrar o sacramento da ordem de modo exclusivo e também, na Igreja Latina, o sacramento da crisma. Ordenar presbíteros e diáconos, bem como conferir ministérios são funções exclusivas do bispo.

Conforme o Código de Direito Canônico (CÂN. 375 §1),

Os Bispos que, por divina instituição, sucedem aos Apóstolos, são constituídos, pelo Espírito que lhes foi conferido, pastores na Igreja, a fim de serem também eles mestres da doutrina, sacerdotes do culto sagrado e ministros do governo.

Arcebispo (palavra que se originou do grego *ἀρχιεπίσκοπος*, *archepiskopos*: *arche* = primeiro, e *epi-skopos* = supervisor) é um bispo católico que, está à frente de uma arquidiocese. Foi uma criação administrativa da Cúria Romana para atender aos anseios das populações e dioceses mais afastadas de Roma. A arquidiocese compreende várias divisões, mas neste trabalho será destacado arcebispado metropolitano, que é o bispo da arquidiocese sede de uma província eclesiástica, a qual é formada por várias dioceses vizinhas com território delimitado. Tem todos os poderes do bispo em sua própria arquidiocese e poderes de supervisão e jurisdição limitada sobre as demais dioceses (chamadas sufragâneas). O pálio, conferido pelo Papa, é o símbolo da sua qualidade de metropolita. Somente os **Arcebispos** Metropolitans e o Decano do Colégio Cardinalício o podem receber. Dessa forma, Dom Vitório Pavanello é Arcebispo da Arquidiocese de Campo Grande - MS.

A Diocese é a porção do Povo de Deus, situada em um território geográfico e num contexto sócio-cultural. Está organizada em paróquias, agrupadas em foranias, com funções especiais, a saber: a) ser a imagem da Igreja de Cristo, uma, santa, católica e apostólica, na região onde se encarna, para evangelizar a população local e cooperar na evangelização do mundo; b) promover a integração entre as paróquias, para que possam caminhar sob as diretrizes da igreja: local, regional, nacional, continental e universal; c) formar e renovar permanentemente os agentes de pastoral; d) oferecer serviços que dinamizem a evangelização e a ação eclesial⁴⁵.

A sede da Cúria Metropolitana de Campo Grande localizava-se à rua Rui Barbosa nº 877 - Centro, mas foi transferida em 1997, para a Rua Amando de Oliveira nº 448 - Bairro Amambaí (ver foto a seguir). Atualmente o Arcebispo de Campo Grande é Dom Vitório Pavanello, sendo Bispo Auxiliar - Dom Eduardo Pinheiro da Silva.

A Arquidiocese de Campo Grande (*Archidioecesis Campi Grandis*) é uma circunscrição eclesiástica da Igreja Católica no Estado de Mato Grosso do Sul. Sua sede é a cidade de Campo Grande.

⁴⁵ ARQUIDIOCESE DE CAMPO GRANDE. *10º Plano diocesano de Pastoral*, 2004-2007. Campo Grande, jan. 2004, p.72.

Arquidiocese de Campo Grande - MS

Archidiœcesis Campi Grandis

País	Brasil
Arcebispo	Vitório Pavanello
Superfície	44.892 km ²
Tipo de jurisdição	Arquidiocese Metropolitana - (Região Oeste 1)
Criação da diocese	15/06/1957 pelo Papa Pio XII, por meio da Bula Inter Gravíssima
Elevação a arquidiocese	27/11/1978, pelo Papa João Paulo II, por meio da Bula Officci Nostri
Rito	Romano
Padroeiro(a)	Nossa Senhora da Abadia
Dioceses sufragâneas	Corumbá, Coxim, Dourados, Jardim, Três Lagoas
Endereço	Rua Amando de Oliveira, 448 – Amambaí - Campo Grande – MS. Cep - 79008-010 – Fone: (67) 3317-4950

Fonte: Arquidiocese de Campo Grande. Disponível no site:
<http://www.Arquidiocesedecampogrande.org.br>

A Regional Extremo Oeste se originou da Assembléia da CNBB, que foi realizada em Roma no fim do Concílio Ecumênico Vaticano II (1965). Foi criada do desmembramento da Regional Centro-Oeste e também incluía os restantes das dioceses do estado de Mato Grosso e tinha a sua sede na cidade de Cuiabá.

Para ter um melhor funcionamento, foi decidida pela Presidência do CNBB a transferência de sua sede em 8 de junho de 1971 para a cidade de Campo Grande (atual capital de Mato Grosso do Sul). A Regional Oeste se originou da reunião da 25ª Assembléia Geral da CNBB que ocorreu entre 21 de abril e 1º de maio de 1987 e foi determinado ali a divisão da Regional Extremo-Oeste em C 1 (com sede em Campo Grande) e Regional Oeste 2 (com sede em Cuiabá), por causa da extensão territorial do antigo Mato Grosso e também de sua divisão política. Sua primeira Assembléia foi realizada entre 6 e 9 de novembro de 1987 e presidida por Dom Onofre Cândido Rosa, na época bispo da Diocese de Jardim. Manteve-se a seqüência de numeração anterior de assembleias, sendo essa a 26ª Assembléia.

Faz parte das Regionais Oeste 1 e 2:

- O Seminário Maior Regional Maria Mãe da Igreja - inaugurado em 20 de abril de 1986;
- O Instituto Filosófico e Teológico do Oeste 1 e 2 (ITEO) - fundado em 31.07.1973, com o curso de filosofia iniciado em março de 1974 e o de teologia em março de 1977 em instalações provisórias; em 19 de março de 1990 ganhou instalações próprias e na mesma época foi assinado o termo de afiliação à Pontifícia Faculdade de Nossa Senhora da Assunção-SP.
- O Tribunal Eclesiástico – que começou a funcionar em março de 1990, cuja jurisdição compreende as Dioceses dos Regionais Oeste 1 e 2.
- O Curso de Atualização Religiosa e Teológica (CART) - começou a funcionar em 1973, destinado exclusivamente para Padres, Religiosos e Religiosas e a partir de 1980 foi aberto aos leigos engajados nas pastorais e movimentos e professores de ensino religioso.
- Conferência dos Religiosos (CRB-Regional Campo Grande) - que funcionou na sede do Regional desde 1971 até o ano de 1997, quando adquiriu sede própria (09.02.1998).
- A Missão Franciscana da 1ª Ordem de São Francisco - doou para a CNBB o Imóvel, tanto o terreno e o prédio, local em que funciona a sede do regional desde 1971. Rua Abílio Barbosa, 169, Bairro São Francisco.

A Regional Oeste 1 é representada pela Província Eclesiástica de Campo Grande e é integrada por seis dioceses: Campo Grande, Corumbá, Dourados, Coxim, Jardim e Três Lagoas.

O território é subdividido em 37 paróquias e dividido em 5 foranias, conforme sua localização geográfica: Forania Centro, Forania Sul, Forania Norte, Forania Oeste e Forania Rural. A Forania Centro abrange as paróquias: Santo Antônio (Catedral Nossa Senhora da Abadia); São José; Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; São Francisco; Nossa Senhora da Conceição Aparecida (Vila Planalto); Nossa Senhora Auxiliadora; Coração Eucarístico de Jesus; Maria Medianeira das Graças; Coração Eucarístico de Jesus; Maria Medianeira das Graças. A Forania

Sul abrange as paróquias: São Judas Tadeu; Nossa Senhora de Fátima; São Leopoldo Mandic; Divino Espírito Santo; Santa Rita de Cássia; Divino Paráclito; São João Calábria; Nossa Senhora Aparecida das Moreninhas. A Forania Norte abrange as paróquias: São João Bosco; Sagrado Coração de Jesus; São Sebastião; Senhor do Bonfim; Nossa Senhora das Graças; São Pedro Apóstolo; São João Batista. A Forania Oeste abrange as paróquias: Cristo Luz dos Povos; Cristo Bom Pastor; Maria Mãe da Igreja; Cristo Redentor; Cristo Rei e Nossa Senhora da Guia. A Forania Rural não está inserida neste artigo por não contemplar a territorialidade urbana.

A Capelania Militar também está presente na Igreja particular de Campo grande. A criação do Viriacato Militar do Brasil ocorreu em 06.11.1950, por Decreto Consistorial do Papa Pio XII.

Por decreto da Congregação dos Bispos em 02.01.1990 esta capelania passou à condição de Ordinariato, sendo instalado oficialmente em 13.02.1990, recebendo a denominação de Ordinariato Militar do Brasil. O primeiro vigário militar do Brasil foi o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara (1950-1963); o segundo vigário militar e Arcebispo Ordinário Militar foi Dom José Newton de Almeida Batista (1963-1990). Assim, as capelarias foram instaladas em todas Forças Armadas e Militares do Brasil com a figura do capelão.

A Capelania Militar também chamada de capelania castrense, presta assistência religiosa a alguma corporação militar: exército, marinha, aeronáutica, corpo de bombeiros e polícia militar, mas na territorialidade urbana de Campo Grande, as capelarias atingem todas as corporações acima referendadas, com exceção da Marinha que tem destaque para Nossa Senhora do Forte no Forte Coimbra - Ladário – MS. Assim, na Base Aérea encontra-se a Capela de Nossa Senhora de Loreto; na 9ª Região Militar, destaca-se a Capela de Nossa Senhora das Graças.

As capelas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros ainda não foram construídas e também não têm nomeação do (a) padroeiro (a) das referidas unidades.

Por iniciativa do Tenente Coronel - Carlos Alberto Pereira, o governador de MS - José Orcídio dos Santos, o Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública - Dagoberto Nogueira Filho e o Secretário de Estado de Gestão Pública -

Ronaldo de Souza Franco, assinaram o Decreto nº 11.500, de 09 de dezembro de 2003, dispondo sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso do Sul. Tal decreto em seu conteúdo dá as providências necessárias sobre a criação a partir 09/12/2003 da Capelania da Polícia Militar, objetivando despertar o sentimento religioso, desenvolver valores éticos e morais, e incentivar os integrantes da Corporação a participar ativamente das atividades dos grupos religiosos ou das comunidades a que pertençam. O serviço de Assistência Religiosa - SAR - funcionará, em princípio, na sede do Comando-Geral da Corporação, e será chefiado por um Oficial Capelão.

Em um outro aporte pode-se também assinalar a existência de capelas particulares de: hospitais, congregações religiosas, escolas etc.

As comunidades independentes demonstram uma certa liberdade quanto às festividades e devoções populares, mas sempre orientadas por um sacerdote diocesano ou leigo. Dentre elas destacam-se: a Capela Santíssimo Sacramento, localizada à Rua EW nº 19 - G 55 - Quadra 1 - Chácara dos Santos Anjos - Parque dos Poderes - Rodovia BR 16 - Km 05; a Capela Santa Isabel da Hungria, localizada à Rua Lino Villachá nº 1250 - Bairro São Julião - rodovia BR 163 - km 05; a Capela São Benedito, localizada à Rua Eva Maria de Jesus s/n, Bairro Jardim Seminário.

O espaço religioso de Campo Grande tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, demonstrando que o ser humano volta-se para o sagrado na medida de suas necessidades terrenas.

Considerações Finais

À medida que Campo Grande foi crescendo, o sagrado foi se distanciando um pouco da administração oficial, mas os espaços sagrados católicos continuaram a ser construídos (paróquias e capelas), criando lugares para que as devoções oficiais e populares pudessem desenvolver suas atividades sacras de forma individual e coletiva. Hoje a IC conta com dois santuários (Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e São Judas), onde as peregrinações são constantes, com a realização de novenas, bênçãos de água, pagamento de promessas, entrega de ex-votos etc.

A territorialidade do sagrado é, portanto, um espaço de representação e apropriação simbólica de crenças, e devoções populares, sendo sua materialidade o próprio território institucionalizado hierarquicamente. Nesse espaço, a territorialidade acontece de forma natural, formando uma rede de relações sagradas e também profanas, aperfeiçoando o efeito cristão sobre a comunidade escolhida pelo fiel. Esse sistema territorial, ao se manifestar como revelação do espaço absoluto, a partir de um ponto fixo, em torno do qual se organiza o restante da ordem estruturada, comporta-se como uma realidade absoluta de valor existencial para o ser humano, ao mesmo tempo, sendo dotado de dinâmica própria. O comportamento religioso é direcionado pelo imaginário intuitivo e pelo sentimento religioso e emocional, revelando-se como sagrado, sob formas materiais e imateriais no contexto da territorialidade.

A administração eclesiástica por parte dos bispos, segue as orientações de Roma e apesar das limitações, as ações pastorais têm se desenvolvido em sintonia com as Igrejas universais, nacionais, regionais e locais, propondo sempre a participação do povo em consonância com os ensinamentos de Jesus Cristo.

Sites

<http://www.campogrande.news.com.br/view.htm?id=378973>, 24 maio de 2008.

<http://noticias.cancaonova.com/noticia.php?id=233051>. Acesso em: 28 mai. 2008, 11h43.

<http://www.Arquidiocesedecampogrande.org.br>. Acesso em 10 de agosto 2008, às 11h.

Reformas Educacionais Mato-grossenses e a Institucionalização dos Grupos Escolares (1910 -1930)

Regina Tereza Cestari de Oliveira*

Este artigo tem por objetivo analisar o processo de institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso, a partir da reforma educacional de 1910, destacando a região sul do estado - atual Estado de Mato Grosso do Sul -, nas décadas de 1910 a 1930. O estudo baseia-se em fontes primárias constituídas por leis, regulamentos, mensagens presidenciais encaminhadas à Assembléia Legislativa do estado, relatórios de inspetores, além de jornais da época. A instauração dos grupos escolares, como um modelo inovador de organização escolar primária no Brasil, no âmbito da Primeira República, apesar de fazer parte da política educacional do estado, foi lenta ao longo do período.

Introdução

Este artigo¹ analisa o processo de institucionalização dos grupos escolares, em decorrência da Reforma educacional de 1910, no âmbito das políticas educacionais de Mato Grosso, destacando a região sul do estado - atual Estado de Mato Grosso do Sul (MS)² - no período de 1910 a 1940.

* Doutora em Educação pela Unicamp. Profa. do Programa de Pós-Graduação - Mestrado/UCDB. reginacestari@terra.com.br

¹ Este texto, revisto e ampliado, foi apresentado na VII Jornada do HISTEDBR “História, Sociedade e Educação no Brasil”, realizada na Universidade Federal de São Carlos, nos dias 7 e 8 de julho de 2008.

² O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado, a partir da divisão do estado de Mato Grosso, no governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), por meio da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. A instalação do Governo Estadual de Mato Grosso do Sul ocorreu em primeiro de janeiro de 1979. Situa-se na Região Centro-Oeste e faz fronteira, a sudoeste, com as Repúblicas do Paraguai e da Bolívia; a Sudeste, com os Estados de Minas Gerais e São Paulo; ao Sul, com o Paraná; e, ao norte, com Mato Grosso e Goiás. Possui 78 municípios distribuídos em área de 357.124, 962 Km² e conta com uma população, estimada, em 2007, de 2.265.274 habitantes, conforme o IBGE (Disponível em www.ibge.br. Acesso em jul. 2008).

Palavras-chave: Instituições escolares. Grupos escolares. Reformas educacionais.

This article has as its aim the analysis of the institutionalization process of school groups in Mato Grosso as of the educational reform of 1910, focusing on southern region of the state - now the State of South Mato Grosso -, in the decades from 1910 to 1930. The study is based on primary sources made up of laws, regulations, presidential

messages sent to the Legislative Assembly of the State, reports from inspectors, as well as newspapers from that time. The institution of school groups, as an innovative model of primary school organization in Brazil, within the ambit of the First Republic, despite carrying out the educational policies of the state, was slow throughout the period.

Key words: School institutions. School groups. Educational reforms.

O primeiro ponto a esclarecer é o entendimento de que institucionalização, utilizando os termos de Castanho³ “[...] como o próprio nome denotativo de ação deixa entrever, é um processo social, algo que se desenrola no tempo e no espaço de uma sociedade. Trata-se do processo pelo qual se forma ou se desenvolvem instituições sociais [...]”. No caso deste estudo, instituições escolares, ou seja, grupos escolares que foram encarregados da organização do ensino primário.

O segundo ponto é o entendimento de que as instituições escolares:

[...] são criadas para satisfazer determinadas necessidades humanas, isto significa que elas não se constituem como algo pronto e acabado que, uma vez produzido, se manifesta como um objeto que subsiste à ação da qual resultou, mesmo após já concluída e extinta a atividade que gerou. Não. Para satisfazer necessidades humanas as instituições são criadas como unidades de ação. Constituem-se, pois, como um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por elas perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem⁴.

³ CASTANHO, Sergio. Institucionalização das instituições escolares: final do império e primeira República no Brasil. In: NASCIMENTO, Maria Izabel de Moura et alii (Orgs.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados: Histedbr: Sorocaba, São Paulo: UNISO; Ponta Gross, PR: UEPG, 2007, p. 40.

⁴ SAVIANI, Demerval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel de Moura et alii (Orgs.). Op. cit., p. 3.

Assim sendo, as instituições escolares expressam as relações sociais de determinado período histórico, neste artigo, os grupos escolares, que se constituíram em um novo modelo de organização escolar, encarregados da organização do ensino primário, institucionalizados no início da República.

O Ideário Republicano

As primeiras décadas do século XX no Brasil foram marcadas, no campo político e econômico pela ideologia liberal fundamentada nos princípios da individualidade, da liberdade, da propriedade, da igualdade e da democracia. A noção de que, o respeito às desigualdades “naturais”, se consubstanciava numa sociedade hierarquizada, porém justa e para tanto “aberta”, “[...] desembocou na defesa da ‘Escola Pública, Universal e Gratuita’, como condição indispensável para garantia da igualdade de direitos e oportunidades que justificava, em última instância, a desigualdade social ‘justa’ porque ‘natural’”⁵.

Como observa Nagle⁶, as dificuldades econômico-financeiras estavam associadas à de patriotismo, de um lado, e de cultura ‘prática’ ou de formação técnica, de outro. Assim sendo, a escolarização era considerada insubstituível, como formadora do espírito nacional, isto é, do caráter e do civismo do cidadão brasileiro, bem como inigualável matriz que transformava simples indivíduos em força produtiva. Nessa perspectiva, a luta pela reconstrução nacional assentava-se na seguinte constatação: a miserável situação do ensino no país, sendo a sua difusão a mais importante obra nacional, uma vez que se constituía o grande problema nacional.

Assim, o padrão de pensamento educacional existente de que a escolarização era o problema vital, pois da solução dele dependeria o encaminhamento adequado dos demais problemas da nacionalidade, representando uma força propulsora

⁵ XAVIER, Maria Elisabete Sampaio Prado. *Capitalismo e educação no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)*. Campinas: Papirus, 1990, p. 60/61.

⁶ NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2a. ed. São Paulo: DP&A, 2001.p. 146.

do progresso da sociedade manifestou-se nos discursos de intelectuais e políticos, assim como influenciou a maioria das reformas educacionais elaboradas nas unidades federadas da República brasileira, no decorrer do período.

Entre 1920 e 1929, particularmente, a instrução pública nos estados e no Distrito Federal sofre muitas alterações, de que resultam a ampliação da rede escolar, o melhoramento das condições de funcionamento das instituições escolares existentes, a criação de novas instituições [...] ⁷.

O movimento de transformação da sociedade provocou mudanças na própria natureza da escola primária, sendo o estado de São Paulo, que detinha a hegemonia econômica, pelo fato de ser o principal produtor e exportador de café, assim como a hegemonia política, por ter o controle do aparelho do Estado, a iniciar o processo de implantação e organização da instrução pública que se empreendeu por meio de uma reforma ampla da instrução herdada do período imperial.

A reforma da instrução pública paulista, portanto, implementada entre 1890 e 1896 foi pioneira na organização do ensino primário na forma de grupos escolares, criados pela Lei nº 169, de 7 de agosto 1893 e Decreto nº 248, de 26 de julho de 1894⁸. Assim, os grupos escolares, uma forma de organização mais complexa, racional e moderna:

[...] foram criados para reunir em um só prédio de quatro a dez escolas, compreendidas no raio da obrigatoriedade escolar (2 km para o sexo masculino e 1 km para o feminino, distantes da escola). Essa reunião de escolas era feita a critério do Conselho Superior. Em cada Grupo Escolar existia um diretor e tantos professores quantas fossem as escolas (classes, como mais tarde serão chamadas) reunidas. Além desses funcionários existiam também os adjuntos, professores auxiliares, em número variável de acordo com as necessidades, a critério do diretor do Grupo Escolar⁹.

Segundo, ainda, o autor, o grupo escolar foi à criação do período da reforma, que melhor atendeu às necessidades do ensino primário, sendo que sua organiza-

⁷ Id., *ibid.*, p. 165/244.

⁸ SOUZA, Rosa Fátima. *Espaço da educação e da civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil*. In: SOUZA, Rosa Fátima et alii. *O legado educacional do século XIX*. Araraquara: UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, 1998, p. 45.

⁹ REIS FILHO, Casemiro. *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo: Cortez/Autores Associados 1981, p.119.

ção decorreu da experiência da Escola-Modelo, criada por Caetano de Campos, e estava ajustada às novas condições urbanas de concentração da população. Acrescenta que, a teoria educacional da época fundada na graduação do ensino impunha uma melhor divisão do trabalho escolar, pela formação de classes com nível da aprendizagem semelhante¹⁰.

O modelo escolar paulista disseminou-se para os demais estados da federação e, segundo Souza¹¹, isso não se deve somente a hegemonia política e econômica de São Paulo, mas, principalmente, “a visibilidade e força exemplar dos novos métodos de ensino e instituições de educação pública, sintonizada com as inovações educacionais empreendidas nos países europeus e nos Estados Unidos, estreitamente associados aos ideais de modernização da sociedade brasileira”.

Esse modelo que se tornou referência para todo o país, conformou a organização pedagógica da escola elementar que se encontra em vigência, atualmente, nos anos iniciais do ensino fundamental. “Com certeza é esse o principal legado educacional que a fase inicial do ‘longo século XX’ nos deixou”¹².

Os grupos escolares em Mato Grosso

No caso do estado de Mato Grosso, os governantes buscaram inserir-se ao projeto nacional desencadeando, por um lado, a modernização das cidades, sua urbanização, com base em serviços de encanamento de água, melhoria da iluminação, construção de estradas, ferrovias, pontes, entre outros, com o objetivo de propiciar o desenvolvimento do estado, e, por outro, buscaram viabilizar a criação de instituições educacionais, entre elas os grupos escolares, tendo em vista combater o analfabetismo.

¹⁰ Id., Ibid.

¹¹ SOUZA, Rosa Fátima. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Demerval et alii. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004, p. 118/119.

¹² SAVIANI, Demerval. O legado educacional do ‘longo século XX’ brasileiro. In: In: SAVIANI, Dermeval et alii. Op. cit., p. 29.

Segundo Marcilio¹³ como sinal precursor das reformas, Pedro Celestino Correa da Costa, imediatamente após assumir o governo (12/10/1908 a 15/08/1911), por meio da Resolução nº. 508, de 16 de outubro de 1908 criou várias escolas primárias e autorizou o governo a constituir três grupos escolares, sendo dois para o distrito de Cuiabá e um para a cidade de Corumbá.

Em mensagem à Assembléia Legislativa ao instalar-se a 2ª sessão, em 13 de maio de 1910, o referido presidente afirmava:

Nenhuma reforma eficaz é possível na instrução primaria sem a conveniente habilitação das escolas dessa categoria, e sem o mais que se rege para a proficiência dellas. Está o governo aparelhado para melhorar a parte material da instrução, proporcionando-lhe todos os recursos necessários, mas faltam-lhe bons professores para todas as localidades, como é para desejar, e isso só se conseguirá com o tempo, preparando moços para o magistério publico que deve tornar-se attrahente e de real proveito para a sociedade¹⁴.

Assim sendo, autorizou a reorganização da Instrução Pública Primária de Mato Grosso, por meio da Lei nº. 533, de 04 de julho de 1910, com as seguintes especificações:

- a. Desmembrar a Diretoria Geral do Liceu Cuiabano que passará a ter sua própria diretoria;
- b. Criar na capital um curso normal misto, tendo dependentes duas escolas primárias e um jardim de infância;
- c. Sujeitar os institutos particulares de ensino à Diretoria da Instrução Pública, quanto à 'estatística, higiene e moral';
- d. Promover acordo com os governos municipais, para fins de propaganda e fiscalização da instrução primária;
- e. Extinguir o curso complementar primário;
- f. Restabelecer as gratificações adicionais de antiguidade, aos professores que tivessem mais de dez anos de efetivo serviço no magistério, até o máximo de 50% dos respectivos vencimentos;

¹³ MARCILIO, Humberto. *História do ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963, p. 129.

¹⁴ MATO GROSSO. Rolo n. 055 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. Mensagem do Presidente do Estado Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa apresentada à Assembléia Legislativa ao instalar-se a 2ª sessão. Cuiabá, 13 de maio de 1910.

g. Dar nova organização ao Conselho Superior de Instrução Pública¹⁵.

No entanto, foi o Regulamento para a Instrução Primária de Mato Grosso, expedido por meio do Decreto nº. 265 de 22 de outubro do mesmo ano, a ser observado a partir de 1911, que estabeleceu novos critérios: o ensino primário deveria ser leigo, gratuito, ministrado às custas dos cofres estaduais, a todos os indivíduos, de ambos os sexos, sem distinção de classes nem de origem (Art. 1º); as escolas primárias seriam criadas em todas as cidades, vilas e povoados do Estado, que tivessem 25 meninos nas condições para freqüentar a escola (Art.2º); a obrigatoriedade do ensino para crianças de sete aos 10 anos de idade (Art. 5º); a obrigação da escola primária restringir-se-ia aos meninos residentes dentro do círculo traçado pelo raio de um quilometro médio da sede da escola (Art. 9º); as escolas se dividiriam em escolas do sexo masculino, regidas de preferência por professores e escolas do sexo feminino, regidas por professoras; poderiam também ter nas pequenas freguesias e povoações, escolas mistas regidas, de preferência, por professoras (Art. 10) e nenhuma escola primária poderia ter mais de setenta alunos matriculados (Art. 16)¹⁶.

Além disso, essas escolas se dividiriam em dois graus e nelas deveriam ser ministradas as seguintes disciplinas:

- Escola do 1º grau: leitura, escrita, cálculo aritmético sobre números inteiros e frações, língua materna, geografia do Brasil, deveres cívicos e morais e trabalhos manuais apropriados á idade e ao sexo dos alunos;
- Escola do 2º grau: as mesmas do 1º e mais, gramática elementar da língua portuguesa, leitura de prosa e verso, escrita sob ditado, caligrafia, aritmética, até regra de três, inclusive sistema legal de pesos e medidas, morfologia geométrica, desenho a mão livre, moral prática e educação cívica, geografia geral e história do Brasil, cosmografia, noções de ciências físicas, químicas naturais e leitura de música e canto (Art. 4º).

O ensino nas escolas primárias deveria ser prático e intuitivo, devendo o professor partir nas suas lições do conhecido para o desconhecido e do concreto

¹⁵ Apud LEITE, Gervásio. *Um século de instrução pública* (história do ensino primário em Mato Grosso). Goiânia: Ed. Rio Bonito, 1971, p. 116

¹⁶ MATO GROSSO. *Regulamento da instrução pública primária*. Cuiabá: Typ. Oficial, 1910.

para o abstrato, evitando perturbar a inteligência da criança com o estudo de regras e definições e esforçando-se para que os seus alunos, sem se fatigarem tivessem interesse pelos assuntos tratados (Art. 12). Além disso, era absolutamente proibido o castigo corporal, ou qualquer outro que pudesse abater o brio à criança (Art. 26).

Esses artigos evidenciam a importância do método de ensino intuitivo, uma vez que, com a adoção desse método, segundo Valdemarin¹⁷:

[...] pretende-se educar a criança a partir de novos padrões intelectuais, que têm sua origem numa nova concepção sobre o conhecimento, que postula a origem das idéias nos sentidos humanos e que, aplicada ao ensino, pretende formar indivíduos que usem menos a memória e mais a razão e que valorizem a observação e o julgamento próprios como meios de construção do conhecimento e da implementação das atividades práticas.

Não poderiam, também, ser admitidos nas escolas públicas do Estado outros livros e compêndios que não fossem os aprovados e mandados adaptar pelo Conselho Superior da Instrução Pública (Art. 29)¹⁸.

Quanto ao material, em cada uma das escolas primárias, além da mobília própria fornecida pelo Estado, haveria também um relógio de parede, um armário envidraçado, uma coleção de cartas geográficas, modelos de escrita, cabides para chapéu, talha e copos para água e finalmente quaisquer outros objetos indispensáveis para serviço interno da escola (Art. 212).

A principal inovação da Reforma foi à criação do grupo escolar que teve como característica fundamental o fato de reunir em um só prédio várias escolas avulsas ou isoladas, no perímetro fixado para obrigatoriedade de ensino (de dois quilômetros quadrados, distantes da escola).

Nas sedes de distritos em que houver pelo menos seis escolas primárias, no perímetro fixado para obrigatoriedade de ensino, o Governo poderá, reunindo-as, fazê-las funcionar em um só prédio¹⁹.

¹⁷ VALDEMARIN, Vera Teresa. *Método intuitivo*: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SOUZA, Rosa Fátima et alii. O legado educacional do século XIX. Araraquara: UNESP- Faculdade de Ciências e Letras, 1998, p.80.

¹⁸ MATO GROSSO..., 1910. Op. Cit.

¹⁹ Id., ibid.

Cada grupo teria um diretor, um professor auxiliar para cada classe um porteiro e dois serventes. (Art. 41). Assim, a organização do grupo escolar com alunos em uma única classe, sob a autoridade única do professor substituía as classes de alunos em diferentes níveis de aprendizagem, foi introduzida a figura do diretor, considerado a peça fundamental para o sucesso da nova Instituição e subordinado hierarquicamente aos administradores da Instrução Pública.

O cargo de diretor de grupo escolar seria de comissão, nomeado pelo governo do estado na seguinte ordem (Art. 48): em primeiro lugar, um normalista; em segundo um bacharel em ciências e letras; e, em terceiro, qualquer cidadão de provada competência e aptidão²⁰. Com efeito,

O trabalho executado por ele compreendia, além da função de professor, também a burocrática, o que obrigava a apresentar, anualmente, um relatório no qual descrevia minuciosamente as condições da escola, as atividades desempenhadas pelos professores, a justificativa das ações implementadas, além de denúncias, reclamações e reivindicações, que nem sempre se davam em condições amigáveis [...] ²¹.

Embora cada grupo escolar funcionasse sob uma única direção, teria divisão completa de sexos (Art. 39). Assim, deveria ter oito classes, quatro para meninos e quatro para meninas, sendo em cada classe entre 16 e 45 alunos²².

Isso evidencia, como analisa Jacomeli²³ que no Regulamento de 1910 estavam presentes os princípios da escola pública, tais como a gratuidade do ensino, a obrigatoriedade, a co-educação (com restrições) e a liberdade de ensino, porém, estava ausente a questão da laicidade. Assinala que, provavelmente, a Igreja tenha influenciado tal decisão, pois ficou clara a sua participação ativa na política mato-grossense e conclui “que apesar do ideário republicano postular a laicidade na instrução pública, o Estado brasileiro incorporou uma atitude de conciliação, no decorrer dos anos, entre a ideologia liberal e a católica”.

²⁰ Id., Ibid.

²¹ REIS, Rosinete Maria; SÁ, Nicanor Palhares. *Palácios da Instrução: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927)*. Cuiabá: Central de Texto: EdUFMT, 2006, v. 3, p58.

²² MATO GROSSO... 1910. Op. cit.

²³ JACOMELI, Mara Regina Martins. *A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República: 1891-1927*. Campinas, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Estadual de Campinas, 1998, p.131/132.

Ainda, o ensino nos grupos escolares teria a duração de quatro anos e o aluno deveria, obrigatoriamente, ter idade de sete anos e provar com atestado médico, que era vacinado e não sofria de nenhuma moléstia contagiosa (Art. 15) enquanto os professores deveriam ser nomeados de acordo com as normas regulamentares que estabeleciam, por sua vez, o concurso, realizado perante a Diretoria Geral da Instrução. Somente quando não se inscrevessem alunos-mestres habilitados pela Escola Normal, se admitiria outros candidatos para o concurso (Art. 121).

Assim, para iniciar a prática das modernas idéias contidas no novo Regulamento, a primeira providência adotada foi à contratação de professores normalistas, na qualidade de técnicos. Nas palavras do presidente do estado:

Convencido da necessidade urgente que há de cuidarmos do futuro da instrução popular [...] e convencido também que o primeiro passo a dar para esse fim é a formação de bons professores, mandei contractar dois normalistas em São Paulo, com o fim de crear aqui uma Escola Normal de que havemos mister para a realização desse importante objectivo: esperando que me habilitareis para leval-o a effeito nas condições desejáveis²⁴.

Dessa forma, chegaram ao Estado em outubro de 1910 os professores Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann e assumiram, imediatamente, a Reforma Educacional do Ensino Primário, começando com a criação da Escola Normal e de dois grupos escolares na capital, sendo nomeado diretor da Escola Normal e Modelo anexa o Professor Leowigildo Martins de Mello²⁵.

Após visitas aos distritos, com o objetivo de verificar a situação do ensino no estado, os professores contratados apresentaram o seguinte relato:

Somente a instituição do grupo escolar com classes homogêneas, sujeito a unidade de programa, de horário e de orientação, constantemente sob as vistas do Diretor [...], oferece resultados mais fecundos. A sucessão regular dos exercícios dá ao estudo variedade, movimento e animação, ao tempo que estimula a aplicação e evita o cansaço; excita a atenção dos indolentes atraindo-os para assuntos variados [...] evita a falta de tempo, facilita o serviço da classe e prepara os alunos para

²⁴ MATO GROSSO. Mensagem..., op. cit.

²⁵ REIS, Rosinete Mmaria; SÁ, Nicanor Palhares. Op. cit., p. 43

terem, mais tarde, ordem na vida, que é sua dignidade e pontualidade, que é sua força²⁶.

A criação de grupos escolares foi autorizada nas cidades mais prósperas, em 1910, o Grupo Escolar do Primeiro Distrito de Cuiabá e o Grupo Escolar do Segundo Distrito também em Cuiabá. Em 1912, o Grupo Escolar de Cáceres, o de Poconé, o de Rosário Oeste e o D. Pedro II em Cuiabá. De modo específico, no sul do estado, o Grupo Escolar de Corumbá e o Grupo Escolar de Campo Grande, ambos em 1912. Além dos grupos escolares de Aquidauana, de Três Lagoas e de Ponta Porã²⁷.

Em decorrência, o primeiro grupo escolar a funcionar no estado foi inaugurado em 23 de setembro de 1910 em Cuiabá, por meio do Decreto nº. 258, de 20 de agosto, que regulamentou a Lei nº. 508 e conferiu a este tipo de estabelecimento, em caráter provisório, o regulamento e o programa adotados no estado de São Paulo²⁸.

Os grupos escolares, portanto, criados a partir da reunião de escolas isoladas e agrupadas pela proximidade, sob uma única direção, organizaram-se em classes seriadas, seguindo a uma unidade de programa e de horário, sendo que o programa desenvolvido passou a observar uma seqüência gradual dos conteúdos, o que implicava [...] “maior controle do processo pedagógico e redução das despesas por meio da economia de utensílios, material e ocupação dos prédios”²⁹.

Ressalta-se, que foi a partir da organização das escolas primárias em grupos escolares que se permitiu o acesso das mulheres à educação escolar de maneira mais expressiva³⁰.

²⁶ RODRIGUES, Maria Benício. *Educação Escolar como instrumento de mediação na relação estado/povo: a reforma mato-grossense em 1910 – fase de implantação*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em Educação)- PUC/SP, 1988, p. 83.

²⁷ MATO GROSSO. Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso. *Projeto Levantamento e Arrolamento de Fontes*. Catálogo n. 1. Grupo Escolar e Escola Normal Joaquim Murinho, Cuiabá, 1978.

²⁸ MARCÍLIO, Humberto. Op. cit., p. 133.

²⁹ RODRIGUES, Maria Benício. Op. cit., p. 83.

³⁰ REIS, Rosinete Maria; SÁ, Nicanor Palhares. Op. cit., p. 55/56.

No governo do presidente Mário Corrêa da Costa (1926-1930), um novo Regulamento da Instrução Pública foi expedido por meio do Decreto nº 757, de 22 de abril de 1927, dividindo o ensino, quanto à natureza, em primário e secundário (Art. 1º), sendo que o ensino público primário deveria ser gratuito e obrigatório a todas as crianças normais, analfabetas, de 7 a 12 anos, que residissem até dois quilômetros de escola pública (Art. 3º).

Além disso, classificou as escolas em categorias, da seguinte forma: escolas isoladas rurais, localizadas a mais de 3 km da sede do município; escolas isoladas urbanas, localizadas até 3 km da sede do município; escolas isoladas noturnas, destinadas aos meninos maiores de 12 anos que não pudessem freqüentar cursos diurnos; escolas reunidas, funcionando num raio de 2 Km, três ou mais escolas isoladas, com uma freqüência total de 80 alunos, reunidas num só estabelecimento com o máximo de sete classes e o mínimo de três.

O Regulamento de 1927 passou a exigir que os grupos escolares fossem criados com pelo menos 250 crianças em idade escolar, num raio de dois quilômetros, e com, pelo menos, oito classes³¹.

Ainda, segundo o referido Regulamento o ano letivo começava em primeiro de março e terminava em 30 de novembro, com um intervalo de vinte dias que seria determinado a juízo do governo. As aulas teriam duração de quatro horas e meio diárias, nos estabelecimentos que funcionassem em um único turno, com interrupção de 40 minutos para o recreio dos alunos ao ar livre. Para aqueles que funcionassem em dois turnos, haveria uma interrupção de apenas 30 minutos para recreio, também, ao ar livre.

Os prédios deveriam atender, tanto quanto possível, as condições de: capacidade; situação em relação ao solo e à vizinhança: ventilação; iluminação; instalações sanitárias. (Art. 86).

Definiu, também, que as classes de grupos escolares deveriam ser preenchidas por professores que contassem com: um ano de exercício efetivo em escola urbana; dois anos em escola rural; e por professores normalistas com três anos de exercício interino (Art. 58) e que cada classe não poderia exceder a 45 alunos

³¹ MATO GROSSO. *Regulamento da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, 1927.

e estabeleceu o funcionamento anexo a cada Escola Normal, de um grupo escolar modelo destinado à observação e prática pedagógica dos normalistas e ao ensaio e divulgação dos novos métodos de ensino (Art. 35).

No seu trabalho educativo, portanto, os professores deveriam observar as seguintes normas:

- passarão sempre, no ensino de qualquer disciplina, do concreto para o abstrato, do simples para o composto e o complexo, do imediato para o mediato, do conhecido para o desconhecido;
- farão o mais largo emprego da intuição;
- conduzirão a classe às regras e às leis pelo caminho da indução;
- conservarão de vista a finalidade educativa e procurarão o melhor caminho para alcançá-la;
- empregarão, no ensino da leitura, o método analítico;
- estudarão os seus alunos para os conduzir de acordo com a capacidade de cada um;
- promoverão pela instrução, o desenvolvimento harmonioso de todas as faculdades infantis;
- transformarão os seus alunos em colaboradores;
- tornarão as suas lições interessantes;
- educarão pela palavra e pelo exemplo;
- evitarão a rotina e acompanharão de parte as lições, a experiência didática e da ciência pedagógica (Art. 91).

Como se pode verificar, a exemplo da Reforma de 1910, o método intuitivo continuou sendo preconizado pela legislação de 1927, na medida em que, como assinala Souza³², a escola graduada:

[...] gerou novos dispositivos de racionalização administrativa e pedagógica, os quais, atrelados ao movimento de renovação dos processos de ensino pelo *método intuitivo* e aos ideais liberais de educação, amoldaram-se aos princípios de racionalidade social intrínsecos ao desenvolvimento da sociedade capitalista, especialmente os processos de urbanização e industrialização. Por toda parte onde foi implantado, esse novo modelo de escola primária foi instituído como símbolo de modernização do ensino, em sintonia com expectativas em relação ao desenvolvimento social e econômico.

³² SOUZA, Rosa Fátima. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval et alii. Op. cit., p. 115.

Assim, os grupos escolares, construídos a partir da Reforma de 1910, foram instalados somente nas principais cidades do estado, até 1930, conforme assegura a mensagem do Presidente do estado, Dr. Aníbal Toledo (22/1/1930 a 30/10/1930):

O ensino é um dos serviços públicos mais efficientes no nosso Estado. Iniciada em 1910 a adopção dos methodos pedagógicos modernos com a introdução de professores paulistas, a semente se desenvolveu nesta capital, como em terreno fértil, e propagou pelas cidades principaes em grupos escolares que vão apresentando resultados compensadores do esforço e dos encargos que impõem ao Thesouro [...].

O ensino primário é ministrado em Matto-Grosso por grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas, divididas estas em urbanas, rurares e ambulantes.

Grupos escolares temos 11, sendo 2 na capital e 1 em cada um dos seguintes municipios: Rosário Oeste, Poconé, Cáceres, Corumbá, Aquidauana, Miranda, Campo Grande, Três Lagoas e Ponta-Porã, nos quaes se matricularam o anno passado 3.391 alumnos. Os mais freqüentados foram os de Cuyabá, Campo Grande e Corumbá, com 1.423, 480 e 304 alunos cada um respectivamente, e o de menos número de matrículas foi o de São Luiz de Cáceres com 143 apenas.

Os de Cuyabá, Corumbá, Ponta Porá e Campo Grande estão installados em prédios especialmente construídos. Para o de Aquidauana, o meu antecessor deixou contractada a construcção do edificio respectivo. E os demais estão em prédios alugados³³.

Os grupos escolares no sul do Estado de Mato Grosso

No sul do estado de Mato Grosso, em função de sua proximidade com os centros mais adiantados do país, a cidade de Campo Grande³⁴, expandiu-se e modernizou-se com rapidez, devido, principalmente, à expansão da rede ferroviária, que aumentou o fluxo migratório de estrangeiros (árabes, japoneses, espanhóis, portugueses, italianos), além de fazendeiros nacionais, intelectuais e artistas

³³ MATO GROSSO. Rolo 061 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. Mensagem do Presidente do Estado Dr. Annibal Toledo apresentada à Assembléia Legislativa lida na abertura da 1ª Sessão Ordinária de 15ª Legislativa. Cuiabá 1930.

³⁴ Campo Grande, localizado geograficamente na região central de Mato Grosso do Sul, foi criado pela Resolução nº 225, de 26 de agosto de 1899. A elevação da vila á categoria de cidade deu-se no ano de 1918, de acordo com a Lei estadual nº. 772, de 16 de julho. Com a divisão do Estado de Mato

diversos, vindos de São Paulo e de Minas, transformando-se no maior centro comercial da região, promovendo, dessa forma, sua modernização e aumento populacional. “A maioria era proveniente de Corumbá, cujo comércio começava a declinar com a perda dos aliados comerciais que se serviam da Cidade Branca e passaram a abastecer-se em Campo Grande”³⁵.

Assim, em 31 de agosto de 1914, quando a cidade já contava com cerca de 1.800 habitantes, realizou-se o encontro dos trilhos da estrada de ferro que, dos respectivos pontos de início das construções - Bauru, no Estado de São Paulo e Porto Esperança em Mato Grosso, projetaram-se até a junção, que se deu ao córrego Taveira, não distante de Campo Grande, e que, pelo ocorrido, passou a chamar-se ‘ligação’³⁶.

No final da década de 1920, os ares de modernidade estavam presentes e a cidade já ganhava projeção:

[...] a vocação urbana de Campo Grande já estava delineada com 21.360 habitantes, o que revelava a acelerada dinâmica populacional da cidade. Por essa mesma época ela substituiu a luz dos ‘30 lampeões oferecidos pelo comércio’, que ficavam colocados nas esquinas. Veio, então, a luz elétrica sendo a segunda localidade mato-grossense a dispor desse serviço [...].

Os seus traços citadinos vão se mesclando á matriz rural [...] A luz elétrica e as locomotivas integram a paisagem cotidiana, mas isso não significa o banimento das charretes, das carroças e dos animais de serviço. Quanto às ruas sem calçamento, no inverno lançam a poeira vermelha, que fez Campo Grande ser a Cidade Morena [...].

Sintonizada com o seu tempo, aberta às novidades, já em 1924, conta com a possibilidade de captar as ondas do rádio: é fundado o Rádio Clube, inicialmente voltado para a reunião noturna, quando se ouviam emissoras de rádio nacionais e estrangeiras. Uma sensação!³⁷.

Grosso, em 11 de outubro de 1977 e a instalação do governo estadual de Mato Grosso do Sul, o município tornou-se a capital do novo estado, com uma área de 8.096 Km². Sua população atingiu, em 2007, um total de 724.524 habitantes, segundo o IBGE (Disponível em [www. ibge.br](http://www.ibge.br) . Acesso em jul. 2008).

³⁵ COSTA, Celso. Evolução urbana. In: *Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grade: Matriz, 1999, p. 74.

³⁶ BRASIL. IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. V. XXV. Rio de Janeiro, 1958, p. 117.

³⁷ BITTAR, Marisa. *Dos campos grandes à capital dos ipês*. Campo Grande: Alvorada, 2004, p. 10.

Nesse contexto, D. Francisco de Aquino Correa, Bispo de Prusiade, Presidente do estado de Mato Grosso (22/01/1918 a 21/01/1922) sancionou a Resolução nº 846, em 3 de novembro de 1921, criando três grupos escolares, no sul do estado, da seguinte forma:

Art. 1 – Em comemoração ao centenário da nossa Independência, ficam creados com a mesma organização dos actuaes, três grupos escolares com sede nas cidades de Campo Grande, Três Lagoas e Aquidauana.

Art. 2 – O Governo providenciará sobre a sua instalação provisória e os fará inaugurar no começo do periodo letivo do anno centenário si as municipalidades daquellas cidades contribuírem com os prédios necessários ao bom funcionamento delles, enquanto não construídos os próprios.

Art. 3 – Ficam desde já abertos os créditos necessários à aquisição do mobiliário escolar respectivo e à execução desta lei.

O primeiro grupo escolar em Campo Grande foi instalado em 13 de junho de 1922, autorizado pela Resolução nº. 866, de 03 de junho de 1922, sendo o sétimo de uma lista de onze estabelecimentos de ensino criados em Mato Grosso, no decorrer do período de 1910-1927, a partir das reformas da instrução pública empreendidas na primeira gestão de Pedro Celestino Correa da Costa³⁸.

Obedecendo ainda ao programa do levantamento do nível da instrução publica do estado foram inaugurados os grupos escolares de Campo Grande e Três Lagoas, a 13 de junho passado, devendo ser installados neste anno mais os de Corumbá, Aquidauana e Miranda, tão logo se consiga o aparelhamento necessário. Algumas outras cidades, como as de Ponta Porá e Bella Vista, reclamam também a adopção desses institutos de ensino, com os quaes opportunamente serão servidos³⁹.

O Grupo Escolar de Campo Grande⁴⁰ funcionou, inicialmente, em uma casa alugada na avenida Afonso Pena, sendo transferido definitivamente para seu pré-

³⁸ MATO GROSSO... Catálogo n. 1, op.cit.

³⁹ MATO GROSSO. Rolo 055 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/ NEPPI/UCDB. Mensagem do Presidente do Estado Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, apresentada à Assembléia legislativa. Cuiabá, 1923, p. 35.

⁴⁰ Junto ao referido Grupo Escolar, em 21 de abril de 1930, instalou-se a Escola Normal pelo presidente do estado, Dr. Aníbal Toledo (22/1/1930 a 30/10/1930), sendo a primeira instituição sul-mato-grossense dessa natureza e a segunda do estado, antecedida somente pela Escola Normal “Pedro Celestino” de Cuiabá.

dio, em 18 de julho de 1926, na área central da cidade, dia em que foi solenemente inaugurado⁴¹ e em 1930, transformou-se em escola modelo.

Enquanto o Grupo Escolar de Três Lagoas⁴² começou a funcionar em prédio próprio em 1940:

Assim é que não se tem poupado esforços para a construção de alguns prédios nos principais distritos do Estado, bem como para o melhoramento de outros já existentes, cujos reparos tem obedecendo as regras pedagógicas modernas observadas na técnica do assunto.

Entre os mais importantes, dentre os mandados construir por esta Interventoria, ressalta o prédio do Grupo Escolar “Afonso Pena” na cidade de Três Lagoas, que teve oportunidade de inaugurar em Março do corrente ano, cujos trabalhos de construção, entretanto, haviam terminado em fins do ano de 1939⁴³.

Assim, os grupos escolares foram criados nas cidades de maior desenvolvimento econômico, como em Campo Grande e em Três Lagoas, em 1922. A mensagem abaixo dirigida a Assembléia Legislativa em 13 de maio de 1924, pelo Coronel Pedro Celestino Correa da Costa, Presidente do estado, destaca a criação desses grupos, na região sul do estado, também nas cidades de Aquidauana⁴⁴ e Miranda⁴⁵, em prédios cedidos pelos municípios.

A 10 de março último, realizou-se também nas cidades de Corumbá, Aquidauana e Miranda a instalação dos grupos nellas creados, o primeiro em bello e confortável

⁴¹ *Revista Folha da Serra*. Campo Grande-Mato Grosso. Ano II, n. 23. Ago. 1933.

⁴² Três Lagoas, criado em 15 de junho de 1915, está localizado no nordeste do Estado de Mato Grosso do Sul, tem uma área de 10.206 Km² e sua população, em 2007, atingiu 85.914 habitantes, conforme o IBGE (Disponível em [www. ibge.br](http://www.ibge.br) . Acesso em jul. 2008).

⁴³ MATO GROSSO. Rolo n. 061 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. Relatório do interventor federal em Mato Grosso, Bel. Julio Strübing Muller, apresentado ao presidente da República Sr. Dr. Getúlio Vargas. Cuiabá, 1939-1940.

⁴⁴ Aquidauana, fundado em 15 de agosto de 1892 e elevado a categoria de município em 16 de julho de 1918, está localizado no noroeste do Estado de Mato Grosso do Sul, tem uma área de 16.959 km² e sua população, em 2007, atingiu 44.920 habitantes, conforme o IBGE (Disponível em [www. ibge.br](http://www.ibge.br) . Acesso em jul. 2008).

⁴⁵ Miranda, elevado à categoria de vila em 30 de maio de 1857 e à categoria de município em 7 de outubro de 1871, está localizado no noroeste do Estado de Mato Grosso do Sul, tem uma área de 5.479 km² e sua população, em 2007, atingiu 23.965 habitantes conforme o IBGE (Disponível em [www. ibge.br](http://www.ibge.br) . Acesso em jul. 2008).

edifício, cuja construção só agora foi concluída, e os dois outros em edifícios cedidos pelas respectivas municipalidades.

Esses grupos serão dotados de moderno mobiliário já encomendado, no valor de 38:490\$200.

Tendo a Empresa Matte Laranjeira oferecido ao Estado um edifício já em construção para o funcionamento de um grupo escolar na cidade de Ponta Porá, eu vos pediria autorização para provei-o do pessoal e material necessário.

Si os grupos escolares que se estão estabelecendo nas nossas principais cidades vêm corrigindo em grande parte as falhas da nossa instrução primaria, esta, nos centros menos importantes e sobretudo nos pequenos povoados carece de providências cujos resultados compensem despesas quase inúteis com a manutenção de taes escolas.

O remédio para esse mal seria a manutenção das escolas publicas somente nas cidades, villas e sedes de juizado de paz em edificios próprios, providos do material de ensino. As isoladas dos povoados seriam subvencionadas pelo Estado desde que fosse comprovada a freqüência de pelo menos 20 alumnos e a idoneidade do professor

[...] Com a quantia despendida na construção do grupo de Corumbá poder-se-ia ter construído também mais dois, de Miranda e Aquidauana, que funcionam em prédios alugados e inadequados, como ainda o estão os de Campo Grande e Três Lagoas⁴⁶.

Na cidade de Corumbá⁴⁷, por sua vez, foi construído um prédio especialmente para o seu funcionamento. Cabe lembrar, que Corumbá, no início do século XX, era o principal entreposto comercial de Mato Grosso, como assinala Alves⁴⁸:

Em definitivo até 1914, quando da chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil a Porto Esperança, Corumbá, era, basicamente, o grande entreposto comercial do Estado, onde aportavam navios de médio calado, procedentes de Buenos

⁴⁶ MATO GROSSO. Rolo n. 055 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. Mensagem do Presidente do Estado Coronel Pedro Corrêa da Costa apresentada à Assembléia Legislativa. Cuiabá, 13 de maio 1924.

⁴⁷ Corumbá foi fundada em 21 de setembro de 1778 com a denominação de Albuquerque e elevada a categoria de município pela Lei n° 12, de 05 de julho de 1850. Corumbá em tupi-guarani significa lugar distante. Localizado no noroeste do Estado de Mato Grosso do Sul, sua área é de 64.961 Km² e sua população atingiu, em 2007, 96.373, conforme o IBGE (Disponível em www.ibge.br. Acesso em jul. 2008).

⁴⁸ ALVES, Gilberto Luíz. *Mato Grosso do Sul: o universal e o singular*. Campo Grande: EdUNIDERP, 2003, p. 70.

Aires, Montevideu e Assunção. As mercadorias transportadas por via fluvial abarrotavam os armazéns de suas casas comerciais, para seguirem em barcos de pequeno calado, oportunamente, para o norte e para o interior do estado [...].

Desse modo, o grupo escolar na cidade de Corumbá começou a funcionar em 10 de março de 1924.

Encravado em pleno centro da cidade, no local escolhido (um terreno comprado pela intendência municipal) foi construído um edifício identificado com o ecletismo arquitetônico característico dessa época, de inspiração neoclássica francesa, com características semelhantes ao Palácio da Instrução Pública de Cuiabá construído em 1913 [...]⁴⁹.

Em 05 de junho de 1924, os grupos escolares, pelo Decreto presidencial nº. 669 receberam denominações relacionadas a pessoas ilustres, sendo que o de Campo Grande passou a se chamar “Joaquim Murtinho”, o de Corumbá passou a denominar-se “Luis de Albuquerque”, uma referência ao fundador da cidade de Corumbá.

O Presidente do Estado de Matto-Grosso, considerando que os grupos escolares, quando algum titulo recebam, devem tiral-o dos annaes pátrios;

Considerando que a denominação recommendavel para taes estabelecimentos de educação e culto do civismo é a dos varões notáveis, que se tenham imposto à veneração da posteridade, de preferênciã a de personagens cuja benemerência ainda esteja sujeito a revisão crítica dos contemporâneos.

[...] Drs. Joaquim Duarte Murtinho, Antonio Corrêa da Costa e Manoel Esperidião da Costa Marques, mattogrossenses que se nobilitaram, além de outros serviços relevantes prestados à Pátria, por se terem dedicado ao magistério, o primeiro no ensino superior e os outros no secundário, que o segundo reformou efficientemente.

Decreta

Art. 1º A Escola Modelo desta capital passará a denominar-se, de 13 de junho corrente em diante, Escola Modelo “Barão de Melgaço”, continuando annexa à Normal, o Grupo Escolar de S.Luiz de Cáceres denominar-se-à Grupo Escolar “Esperidião Marques”; o de Corumbá, Grupo Escolar “Luiz de Albuquerque”; o de Miranda, Grupo Escolar “Antonio Corrêa”; o de Campo Grande, Grupo Escolar

⁴⁹ SENA, Divino Marcos; BRITO, Silvia Helena Andrade de. *A organização do trabalho didático na escola moderna*. O caso do grupo escolar Luis de Albuquerque (Corumbá/MT, 1924-1970. In: ALVES, Gilberto Luiz (Org.). *Pensamento e prática educacionais: entre clássicos, instituições escolares e o mercado*. Campo Grande: EdUNIDERP, 2007, p. 99.

“Joaquim Murtinho”); e o de Três Lagôas, Grupo Escolar “Affonso Penna”.

Art. 2ª Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Presidência do Estado em Cuiabá, 5 de junho de 1924, 36º da República.

Pedro C. Corrêa da Costa.

Virgílio Alves Corrêa Filho⁵⁰.

Além disso, a outra cidade do sul do estado contemplada com a instalação de um Grupo escolar foi Ponta Porã⁵¹, “pelo Decreto nº 752, de 29 de janeiro de 1927, com a denominação de “Mendes Gonçalves”, em homenagem ao Commendador Francisco Mendes Gonçalves, Presidente da S. A. Empresa Matte Laranjeira, doadora do edifício em que funcionava o referido grupo”⁵².

Em todo o estado foram matriculados nos grupos escolares, durante o ano de 1927, 2.712 alunos, de ambos os sexos, não compreendidos os do grupo escolar de Ponta Porã, recém instalado, como se evidencia no quadro abaixo:

Tabela 1: Número de alunos nos Grupos Escolares - 1927

Grupo Escolar	Município	Sexo masculino	Sexo feminino	Total
Escola Modelo Barão de Melgaço	Cuiabá	386	392	778
Senador Azevedo	Cuiabá	179	235	414
Joaquim Murtinho	Campo Grande	148	128	276
Affonso Pena	Três Lagoas	123	140	263
Luiz de Albuquerque	Corumbá	78	171	249
Antonio Corrêa	Aquidauana	100	93	193
Caetano de Albuquerque	Poconé	61	98	159

⁵⁰ MATO GROSSO. Rolo n. 055 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. Mensagem do 1º vice-presidente do Estado Sr. Dr. Estevão Alves Corrêa, apresentada à Assembléia legislativa. Cuiabá, 13 de maio de 1925, p. 25/26.

⁵¹ Ponta Porã, criado em 18 de julho de 1912, está localizado a sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul. Sua área é de 5.329 Km² e sua população, em 2007, atingiu 72.207 habitantes (Disponível em [www. ibge.br](http://www.ibge.br). Acesso em jul. 2008).

⁵² MATO GROSSO... 1927, op. cit.

Grupo Escolar	Município	Sexo masculino	Sexo feminino	Total
Presidente Marques	Rosário Oeste	68	68	136
Caetano Pinto	Miranda	77	45	122
Espiridião Marques	Cáceres	59	62	121
Mendes Gonçalves	Ponta Porã	-	-	-
Total		1280	1432	2.712

Fonte: MATO GROSSO. Rolo n. 055 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio/Arandiu/NEPPI/UCDB, *Mensagem do Presidente do Estado Sr. Mario Corrêa apresentada à Assembléia Legislativa, lida na abertura da 1ª sessão ordinária da 15ª Legislatura*. Cuiabá, 13 maio 1928.

Em 1930, as matrículas nos grupos escolares atingiram um total de 3.854 alunos, sendo 1712 na região sul, assim distribuídos: 374 no Grupo Escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande; 353 no Grupo Escolar Luís de Albuquerque em Corumbá; 286 no Grupo Escolar Afonso Penna em Três Lagoas; 278 no Grupo Escolar Antônio Corrêa em Aquidauana; 167 no Grupo Escolar Caetano Pinto em Miranda e 254 no Grupo Escolar Mendes Gonçalves em Ponta Porã⁵³, o que mostra a importância desses grupos para o ensino público do sul do estado.

No entanto, no que se refere às condições físicas e materiais, nos primeiros anos de funcionamento, esses grupos escolares, de modo geral, enfrentaram dificuldades, como pode ser visto no relatório apresentado ao Secretário Geral do Estado, pelo professor Franklin Cassiano da Silva, em 29 de agosto de 1931.

Dando desempenho a incumbencia que de ordem do Exm^o Snr. Dr. Interventor Federal, houve por bem V. Excia. Confiar-me, segui, no dia 8 de julho p. passado, em viagem de inspecção ao diversos estabelecimentos de ensino na zona Sul do Estado. A situação geral do ensino naquella zona, é lastimável, pela falta quasi que completa de material didactico assim como pela desorientação em relação ao emprego de methods. Entregue geralmente as direcções dos estabelecimentos às pessoas leigas, sem tirocinio no magistério, transformou-se assim o cargo de

⁵³ MATO GROSSO. Rolo n. 061 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. Relatório apresentado pelo professor Franklin Cassiano da Silva ao Secretário Geral do Estado. Cuiabá, 29 ago. 1931.

director de Grupo, de uma função essencialmente tecnica para a de simples burocracia.

Por outro, lado, na maioria dos Grupos Escolares, o corpo docente é quasi todo constituído de pessoas sem preparo tecnico, necessario, dahi a confusão, a falta de orientação segura, que se note, geralmente referido estabelecimentos.

Procurei, na medida do possivel, dar uma organização homogenea aos grupos por mim visitados e tenho esperança que de alguma utilidade tenha sido minha visita a esses estabelecimentos.

Ao relatar as condições (prédio e mobiliário) do Grupo Escolar Joaquim Murtinho, acentua:

[...] A impressão que se tem ao penetrar-se nelle é desoladora. Urge uma limpeza geral, assim como a reparação das vidraças das janelas que se acham todas quebradas.

Edifício acanhado, sem lotação suficiente para nelle funcionar um grupo escolar, pois somente seis salas de aula, sente-se, a direção do estabelecimento em sérios embaraços para nele fazer funcionar as duas outras escolas annexas.

Embora esteja o Estado atravessando uma phase dolorosa em sua vida econômica, mesmo assim urge attender com carinho as necessidades dessa escola. Os moveis velhos existentes poderão ser aproveitados em as escolas isoladas ruraes.

Em relação às condições dos prédios de outros grupos escolares, enfatiza:

[...] Continuam exigindo sérios reparos os prédios em que funcionam os Grupos Escolares de diversas localidades.

[...] O edificio em que funciona o Grupo Escolar “Luiz Albuquerque”, da cidade de Corumbá, também se encontra em péssimo estado de conservação. Todo o flanco esquerdo do edificio não vem sendo occupado pela Directoria daquelle Estabelecimento, devido ao estado em que se encontra.

Quase nas mesmas condições está também o edificio do Grupo Escolar de Ponta Porá.

[...] É um problema que pede urgente resolução o da construção de prédios destinados ás escolas publicas do Estado.

Enfim, ressalta a necessidade de investimentos por parte do Estado, dizendo:

Autorizado pelo Exmº Snr. Dr. Interventor, mandei que se fizessem alguns quadros negroos, pois os existentes absolutamente não se prestavam aos fins a que eram destinados. É idêntica a condição em relação ao material didático.

A verba de expediente de que lançam mão os directores para compra de giz, papel, etc, é insuficientíssima, pois há grupos escolares que desde 1928, não recebem nenhum material didactico. O almoxarifado geral do Estado há muito tempo deixava de attender aos inúmeros pedidos dos professores que traziam constantemente as suas reclamações a Directoria Geral, sem que esta nada pudesse fazer para melhorar a situação, tolhida como se achava na sua acção pelo regime burocrático que então imperava e do qual infelizmente ainda não foi libertada.

Ainda, a situação enfrentada pelo Grupo Escolar “Luis de Albuquerque”, nos primeiros anos de seu funcionamento, na cidade de Corumbá, é descrita por Sena e Brito⁵⁴ da seguinte forma:

Falta de mobiliário e de professores são alguns dos problemas que o Luis de Albuquerque enfrentou nos primeiros anos de seu funcionamento, principalmente entre 1924 e 1925. Assim, uma escola projetada para inovar foi alcançada com alguns dos problemas decorrentes das escassas receitas públicas aplicadas à educação, e isso impossibilitou a efetivação das inovações surgidas, no campo educacional, nas regiões mais prósperas do país, no Luis de Albuquerque.

Não se deve desconsiderar, porém, a importância dessa instituição de ensino, que permanecerá como um símbolo da educação na cidade até a década de 1970.

No início da década de 1930, o estado de Mato Grosso contava com 11 grupos escolares, quatro escolas reunidas e 165 escolas isoladas⁵⁵. A partir daí a política educacional favoreceu a criação de escolas reunidas, sendo que no final da década havia um total de duzentos e sessenta e quatro escolas, assim distribuídas, segundo a sua classificação: treze Grupos Escolares, vinte e duas Escolas Reunidas, dezenove Escolas Urbanas isoladas, cinquenta e uma Escolas Distritais, quinze Escolas Regimentais e cento e quarenta e quatro Escolas Rurais⁵⁶.

Cabe destacar que nesse período, o interventor federal Capitão Manoel Ary da Silva Pires (09/03/1937 a 13/09/1937) em sua mensagem à Assembléia Legislativa, na abertura da 3ª sessão ordinária da sua 1ª Legislatura, em 13 de junho de 1937, assinalava a necessidade de um segundo grupo escolar, no bairro Amambaí, no município de Campo Grande, em prédio existente, atendendo solici-

⁵⁴ SENA, Divino Marcos; BRITO, Silvia Helena Andrade de. Op. cit., p.101.

⁵⁵ MATO GROSSO... 1930. Op. cit.

⁵⁶ MATO GROSSO... 1939-1940. Op. cit.

tações provenientes da Câmara e do Comando da nona Região do município de Campo Grande, tendo em vista o aumento da população infantil.

Ainda uma providencia que me cumpre sugerir: a criação de um segundo grupo escolar em Campo Grande, no bairro amambahy, conforme solicitações que me foram dirigidas pelo snr. Presidente da Câmara daquelle município e pelo snr. Cmte. da nona região solicitações essas motivadas pela verificação do constante crescimento da população infantil naquella prospera zona sulina⁵⁷.

O Grupo Escolar Amambaí, criado em abril de 1939, passou a denominar-se Grupo Escolar General Malan, por meio do Decreto nº 746, de 12 de setembro de 1949.

Considerações Finais

Em síntese, pode-se dizer que a elite política de Mato Grosso seguiu a tendência nacional, buscando a modernização das cidades e a disseminação da educação pública. Tratava-se de colocar o estado em compasso com as medidas tomadas em outros estados da federação no campo educacional. O discurso oficial dos gestores estaduais estava em sintonia com as políticas educacionais adotadas em âmbito nacional, que enfatizava a importância política e social da instrução pública, no sentido de superar os problemas existentes.

Apesar de Mato Grosso não ter tido o mesmo nível de desenvolvimento econômico dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, por exemplo, a criação de grupos escolares esteve presente no processo de modernização do estado e na política educacional dos governos do período.

O novo modelo de escola primária, que reunia em um mesmo prédio alunos, professores e outros funcionários (porteiro, serventes), sob a orientação e a administração de um diretor, era considerado um projeto inovador para a época, na medida em que representava “(...) a materialização do ideal de renovação pedagógica, defendido por intelectuais e administradores do ensino público mato-

⁵⁷ MATO GROSSO. Rolo n. 061 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. Mensagem do Interventor Federal Manoel Ary da Silva Pires apresentada à Assembléia Legislativa, lida na abertura da 3ª sessão ordinária da sua 1ª Legislatura. Cuiabá, 13 jun. 1937, p 13.

grossense e entendido como condição para a modernização da escola pública, responsável pela formação do cidadão republicano⁵⁸, o que exigia professores formados pela Escola Normal.

No entanto, os grupos escolares, no sul do estado, enfrentaram, nos primeiros anos de seu funcionamento, problemas quanto ao prédio e mobiliário inadequados e decorrentes dos insuficientes investimentos públicos.

A implantação dos grupos escolares, como forma de organização da educação escolar primária pública, nas primeiras décadas do século XX, vinculada à expectativa de progresso e desenvolvimento econômico do estado, foi lenta e somente nas cidades que mais prosperaram economicamente, como é o caso de Campo Grande e de Corumbá, localizadas no sul do estado. Isso, de certo modo, se explica pelo fato de que:

Naquelas regiões brasileiras em que acumulação de capital se iniciava, embora de modo incipiente, como no caso de São Paulo, as inovações aos poucos iam encontrando suporte sócio-econômico para se concretizar. As outras regiões fechavam-se dentro de seu próprio atraso, marginalizando-se pelo processo de modernização⁵⁹.

Finalmente, apesar de a implantação dos grupos escolares em Mato Grosso e, de modo específico, no sul do estado, ter acompanhado o desenvolvimento urbano e aumento populacional, o número de instituições foi reduzido, assim como foi pequeno o de matrículas em seu interior, registrando-se, nas primeiras décadas do século XX, a lenta expansão do ensino primário dependente das escolas isoladas e de outras instituições, que não os grupos escolares.

Sites

www.ibge.gov.br.

⁵⁸ REIS, Rosinete Maria; SÁ, Nicanor Palhares. Op. cit., p. 39.

⁵⁹ REIS FILHO, Casemiro. Op. cit., p. 188.

O pensamento industrialista na formação do Estado Nacional brasileiro. Análise de um escrito de João Severiano Maciel da Costa (1820)

Lupercio Antonio Pereira*

Neste artigo, analisamos o pensamento industrialista formulado por João Severiano Maciel da Costa em 1820. Numa Memória dedicada à escravidão e ao tráfico africano, Maciel da Costa acabou enveredando para uma discussão a respeito das estratégias de desenvolvimento da economia brasileira e, ao fazê-lo, distanciou-se da visão livre-cambista e defendeu o intervencionismo estatal e a proteção à indústria nacional. Por um lado, essa **Memória** mostra que o pensamento industrialista brasileiro nasceu antes da proclamação oficial da Independência. Por

João Severiano Maciel da Costa (Marquês de Queluz) foi um dos primeiros e mais importantes expoentes da escola protecionista no pensamento econômico brasileiro¹. Ele integra aquele seletivo grupo que desempenhou papel de relevo no mundo político e intelectual luso-brasileiro nas primeiras décadas do século XIX e, por essa

* Doutor em História Social pela USP. Prof. do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual em Maringá/PR. lupantonio@uol.com.br

¹ Se formos investigar a origem intelectual mais remota do industrialismo brasileiro, vamos encontrá-la nos mercantilistas portugueses que, desde o século XVII, defendiam uma série de medidas protecionistas com vistas ao desenvolvimento manufatureiro de Portugal. Ver: SÉRGIO, Antonio - *Antologia dos Economistas Portugueses* (Séc. XVII). Lisboa, Sá da Costa, 1974, e *Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa, [1929] 1983, NOVAIS, Fernando Antonio - *Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial*. SP, Brasiliense, 1986, SERRÃO, Joel e MARTINS, Gabriela - *Da Indústria Portuguesa. Do Antigo regime ao Capitalismo*. Lisboa, Livros Horizonte, 1978, PEREIRA, Silvina Rosa - *Escritório Avarento - Uma Apologia do Dinheiro*. Assis, UNESP, Dissertação de Mestrado, 1984, MENEZES, Sezinando Luiz - *Alexandre Gusmão (1695-1753): uma reiteração dos impasses da história portuguesa*. SP, USP, 1998. (Tese de Doutorado)

outro, a posição de destaque assumida pelo autor no processo de construção do Estado Imperial brasileiro mostra que o pensamento industrialista estava presente no núcleo duro do sistema de poder do Primeiro Reinado, o que põe em questão a tese de que o processo de independência teria sido conduzido por um grupo organizado em torno de um único pensamento econômico, o livre-cambismo.

Palavras-chave: Maciel da Costa; Industrialismo; Independência.

This article focuses the industrialist ideas of João Severiano Maciel da Costa in 1820. In his study about slavery and African traffic, Maciel da Costa eventually held discussions about the Brazilian

economy development strategies and, in doing so, became distant from the free-trade vision and overtly defended the state interventionism and the national industry protection. On the one side, he shows that the Brazilian industrialist ideas were born before the official proclamation of Independence. On the other hand, the author's important position in the process of construction of the Brazilian Imperial State shows that the industrialist ideas were already present in the hardcore of the First Reign power system, which raises the thesis that the independence process would have been conducted by an organized group around a single economic thought namely the free-trade.

Key words: Maciel da Costa. Industrialism. Independence.

razão, acabou se transformando num dos protagonistas do processo que levaria à Independência do Brasil. Durante o período do Reino Unido do Brasil e Portugal, Maciel da Costa exerceu a importante função de governador da Guiana Francesa, ocupada por forças luso-brasileiras entre 1808 e 1817 como retaliação à ocupação de Portugal pelas tropas napoleônicas².

Nos momentos iniciais da Revolução Liberal do Porto, eclodida em 24 de agosto de 1820, João Maciel da Costa colocou-se como um dos articuladores do grupo que ainda apostava na fórmula do **Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves**. Com o desenrolar dos acontecimentos, porém, ele acabou apoiando o grupo que optou pela ruptura total com Portugal, embora, no ano da Independên-

² Há uma curiosidade interessante sobre a passagem de Maciel da Costa pela Guiana Francesa. Foi por iniciativa dele que plantas como o abacateiro, a fruta-pão, a palmeira real e a cana caiana (aportuguesamento de *canne de Cayenne*), cultivadas na Guiana, foram introduzidas no Brasil. (SOUTO MAIOR, A. - *História do Brasil*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1971. A essa lista de produtos transplantados da Guiana para o Brasil por iniciativa de Maciel da Costa, o seu biógrafo acrescenta a chamada árvore de carvão e mais as seguintes especiarias: cravo da índia, noz-moscada e canela. Esse biógrafo acrescenta ainda que, durante o período em que administrou aquela colônia francesa, Maciel da Costa chegou a elaborar um estudo para incorporação das Guianas Francesa e Holandesa aos domínios do rei de Portugal. (SOUZA, Miguel Gonçalves de - *O Marquês de Queluz e sua Época*, 1988.)

cia propriamente dito, não estivesse no Brasil, porque, por ordem das Cortes, ficara retido em Portugal.

Em 1821, juntamente com Felisberto Caldeira Brant, Maciel da Costa havia sido enviado por Dom João VI em missão político-diplomática na Europa. O pretexto da viagem era uma missão em Roma para Maciel da Costa e uma em Londres para Caldeira Brant, com escala em Portugal. Na verdade, tratava-se de uma missão de sondagem sobre a situação política de Portugal e sobre a verdadeira intenção dos constituintes, após estes terem dado a ordem de retorno a Dom João VI. Visto com suspeita pelas Cortes, Maciel da Costa ficou retido em Coimbra e só retornou ao Brasil em 1823, quando assumiu uma vaga de Deputado junto à Assembléia Constituinte, para a qual fora eleito ainda quando estava confinado em Portugal.

Teve atuação destacada na Assembléia Constituinte, chegando inclusive a ser eleito seu presidente no sistema de rodízio mensal adotado pelos deputados constituintes. Nessa eleição, realizada na sessão de 31 de outubro de 1823, Maciel da Costa derrotou nada menos que um dos poderosos irmãos Andrada, Martim Francisco. A dissolução da constituinte por Dom Pedro I ocorreu sob sua presidência³.

A posição de destaque de Maciel da Costa no processo de Independência e de formação do Estado Nacional brasileiro pode ser aferida também pelo fato de ele ter sido um dos signatários da Constituição do Império outorgada em 1824⁴, o que significa dizer que o mesmo fazia parte do núcleo duro da estrutura de poder montada em torno do príncipe da Casa de Bragança. A assinatura de Maciel da Costa aparece duplamente na Carta Constitucional de 1824: na qualidade de presidente do Conselho de Estado que elaborou a Carta e como titular do Ministério do Império, órgão encarregado de sua publicação.

Outorgada a Constituição e regularizada a vida política do primeiro reinado, Maciel da Costa, embora demitido do Ministério do Império por Pedro I em 14 de outubro de 1824, continuou exercendo importantes funções públicas. Foi nomeado sucessivamente membro permanente do Conselho de Estado, Governador da Bahia (1825/1826), Senador (1826), Ministro dos Estrangeiros (1827) e da Fazenda (em

³ Id. Ibid.: 34/40/42/44.

⁴ CONSTITUIÇÕES DO BRASIL., 1986: 35.

1827, interinamente). Em 1826 foi agraciado pelo monarca com o título de Marquês de Queluz, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à nação. Portanto, podemos dizer que Maciel da Costa participou dos acontecimentos capitais de formação do Estado Nacional Brasileiro e fez parte, até a abdicação de Pedro I em 1831, da cúpula do sistema de poder do Primeiro Reinado.

Por essa participação de destaque na construção do Estado Nacional no Brasil, o pensamento de Maciel da Costa reveste-se de grande importância, especialmente porque contribui para a rediscussão da tese, de ampla aceitação na historiografia brasileira, de que os homens que lideraram a independência e fundaram os alicerces do Estado Nacional brasileiro eram impenitentes defensores da chamada **vocação agrícola** do Brasil e, por conseguinte, de uma **economia agrário-exportadora**, inspirada pelo livre-cambismo e lastreada indefinidamente na escravidão. Vejamos o que Maciel da Costa, um dos cardeais desse processo, pensava a respeito. Tomemos, para essa análise, a Memória escrita por ele em 1820 e publicada em 1821, cujo título completo é **Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil, sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar**.

Como se vê pelo título acima, o tema central da **Memória** é o tráfico transatlântico de escravos africanos e a própria escravidão. Entretanto, ao tratar dessas questões, Severiano acabou enveredando numa discussão muito interessante sobre o papel da industrialização na formação de uma economia nacional. É sobre essa questão que versará este artigo⁵. Todavia, como a questão da escravidão está intimamente relacionada com o problema do desenvolvimento industrial do Brasil, será inevitável que tratemos dela também, ainda que de forma bastante sintética.

Para Maciel da Costa, assim como para o seu contemporâneo José Bonifácio, a escravidão era concebida como uma instituição incompatível com a idéia de nação. Um país - diz ele - pode ter muitos escravos, mas não contaria com cida-

⁵ Sobre a posição de Maciel da Costa sobre o tráfico africano e escravidão no Brasil, remetemos o leitor a outro trabalho de nossa autoria: (PEREIRA, Lupericio Antonio - *Para além do Pão de Açúcar: Uma interpretação histórica do livre-cambismo em Tavares Bastos - 1860/1875*. São Paulo, USP, Tese de Doutorado, 2000)

dãos; pode receber anualmente milhares de escravos através do tráfico, mas estaria longe de possuir uma “verdadeira população”. Da mesma forma que, a rigor, não se povoa um país com braços escravos trazidos pelo tráfico externo, também a riqueza produzida pelo trabalho escravo não seria real nem sólida, mas “superficial e enganadora”. Além disso, diz ele, “por efeito do maldito sistema de trabalho por escravos, a população é composta de maneira que não há uma classe que constitua verdadeiramente o que se chama povo, e este defeito deve infalivelmente influir muito no método de governo”.

Assim, raciocina Maciel da Costa, forma-se, com a escravidão, uma estrutura social muito simples e potencialmente perigosa: num pólo estão o clero e a “nobreza” (isto é, os proprietários de terras e de escravos), “que é pouca” no universo da população geral; logo abaixo, está uma reduzida “classe média” representada pelos funcionários civis e militares, comerciantes, caixeiros, profissionais liberais e aqueles que vivem de rendas (proprietários de capital ou de bens imóveis), ao passo que, no pólo oposto, encontra-se o resto que forma a maioria esmagadora da população. Este “resto que deveria formar o baixo povo”, diz ele, é formado “por uma enorme massa de negros escravos e de libertos, que fazem ordinariamente causa comum entre si”. Com tal estratificação social, o “Estado não tem um apoio contra os desvarios da classe média, a quem dão valor, fortunas e instrução e todo o corpo social está à discrição daquela em que reside a força física”, isto é, a imensa multidão formada pelos escravos e pelos libertos, estes tidos por ele como aliados naturais dos escravos. Com esse desequilíbrio, os “brancos” ficariam à mercê da massa negra, composta de “escravos bárbaros e ferozes”. O autor teme a repetição, em solo brasileiro, do desastre ocorrido em São Domingos, o “primor, a jóia preciosa das Antilhas, fumando ainda com o sacrifício de vítimas humanas e inocentes”, onde os “ossos de senhores legítimos” serviram de “recompensa aos vingadores de Toussainte Louverture”⁶.

Além dos inconvenientes internos já apontados, Maciel da Costa aponta ainda o perigo externo representado pela escravidão. Em seu entendimento, dada aquela composição social, haveria a possibilidade de “uma insurreição sú-

⁶ MACIEL DA COSTA, João Severiano – “Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil...”. In: MACIEL DA COSTA et all. - *Memórias sobre a escravidão*. Arquivo Nacional Fundação Petrônio Portella, Ministério da Justiça, 1988. p. 21/22.

bita [de escravos] assoprada por um inimigo estrangeiro e poderoso, estabelecido em nossas fronteiras e com um pendão de liberdade arvorado ante suas linhas”. Diante de possibilidade tão horrível quão previsível, “de que nos valerão nossas forças militares?”, pergunta o angustiado Maciel da Costa. Assim, conclui ele, por mais que pareça grande e próspero, um império montado a partir de tal composição social não passaria de uma “estátua de Nabucodonosor de pés de argila”. Ao menor sopro transformar-se-ia rapidamente em ruínas banhadas em sangue⁷.

Mas, para Maciel da Costa, a inconveniência da escravidão não se restringe aos aspectos social, político e militar. Também do ponto de vista econômico, a escravidão e o tráfico africano se lhe afiguram incompatíveis com um projeto de nação moderna, porque estão indissolúvelmente associados à grande lavoura de exportação, e esta não era bem vista por ele.

Segundo Maciel da Costa, o alto grau de especialização da economia brasileira, voltada basicamente para o cultivo de uns poucos produtos de exportação (açúcar, algodão, tabaco, cacau e café), tornaria a situação do país muito precária e instável. A seu ver, o grande inconveniente é que o centro nervoso da estrutura produtiva do país estava localizado fora do país, de modo que não era possível à classe dirigente brasileira exercer qualquer controle sobre a situação. Ele entende, portanto, que, com tal estrutura produtiva, não se poderia, a rigor, admitir a existência de uma economia nacional.

Com certeza, quando falava na precariedade da economia brasileira, Maciel da Costa não pensava apenas nas oscilações normais do mercado mundial derivadas da concorrência com outros produtores ou na variação da demanda européia, ambas com efeitos imediatos e diretos sobre os preços das mercadorias exportadas pelo Brasil e que, por seu peso naquela estrutura produtiva, acabavam exercendo influência decisiva na economia do país. Com certeza, ele também levava em consideração as perturbações provocadas no comércio mundial pelos conflitos político-militares entre as potências européias. Sua Memória veio ao mundo quando a Europa ainda se recuperava da destruição provocada pelas guerras napoleônicas, cujos efeitos nos fluxos do comércio mundial são bastante conheci-

⁷ Id., Ibid: p. 22

dos. Além disso, coloca Maciel da Costa, ao insistir na introdução indefinida de braços africanos para uma expansão extensiva da lavoura de exportação, o país estaria cavando a sua própria ruína, pois poderia gerar um excesso de produção que forçaria uma baixa nos preços dos chamados gêneros coloniais. Assim, a prosperidade trazida no momento da expansão seria enganadora, porque não seria mais que a ante-sala de uma crise inevitável⁸.

Segundo ele, criara-se no Brasil uma situação em que o tráfico realimentava a escravidão, esta incentivava a expansão indefinida da lavoura de exportação, a qual, por sua vez, perpetuava a rotina e o atraso técnico porque “nenhum grande aperfeiçoamento se pode esperar de homens que, trabalhando para seus senhores, forçados, descontentes e sem emulação, procuram unicamente fazer quanto baste para evitar o castigo e com o menor incômodo pessoal possível. O corpo pode ser dominado, não a vontade, e, onde esta falta, morre a **indústria**”⁹. Fecha-se, assim, um círculo vicioso cujo resultado final é a fragilidade do corpo social e o comprometimento da própria independência nacional. Como romper esse círculo?

Ora, no trecho reproduzido acima, Maciel da Costa menciona a palavra indústria, conceito que grifamos pela importância que assume em sua formulação. Deparamo-nos, assim, com o ponto nevrálgico do projeto de poder nacional concebido por Maciel da Costa. Em sua formulação, o conceito de **indústria** não aparece apenas como expressão de atividade produtiva em geral, como é tão comum nos autores daquela época, mas com o significado de atividade de transformação - manufatura ou maquinofatura¹⁰. Na formulação de Maciel da Costa,

⁸ Id., Ibid: p. 24

⁹ Id., Ibid: p. 22

¹⁰ Tocqueville já nos advertiu de que as palavras possuem sua própria história, de modo que a mesma palavra pode adquirir significados diferentes conforme a época histórica. Tal é o caso do termo indústria, cujo significado ninguém hoje põe em dúvida. Embora os dicionários atuais ainda apresentem uma variedade de sentidos para a palavra, o seu uso mais corriqueiro fixou-se no sentido de atividade secundária ou de transformação da matéria prima, em contraposição às atividades primária (agricultura, pecuária, mineração e extrativismo) e terciária (serviços, etc.). Com o desenvolvimento da tecnologia e das grandes corporações industriais, a palavra passou a ser empregada também na acepção de produção uniformizada em grande escala para atender ao consumo de massas. Recentemente, foi com essa significação que o conceito de indústria passou a designar não apenas a produção em massa da área secundária tradicional (bens materiais de consumo em geral), mas também alguns

não há poder ou soberania nacional sem independência industrial. Entretanto, para ele, o trabalho escravo é intrinsecamente incompatível com a atividade manufatureira ou industrial:

A força pode obrigar o escravo ao trabalho, mas a vontade não admite coação e, desgraçadamente, os meios com que a dos homens livres se estimula são inaplicáveis aos escravos. Sabemos, mesmo, por experiência, que os da África são destituídos de talento, no que são inferiores aos nossos índios, que têm provada habilidade para ofícios mecânicos. O pior de tudo é que o trabalho industrial, relegado na classe dos escravos, se aviltará aos olhos da multidão e por isso a classe livre o detestará como acontece já entre nós com o trabalho agrícola, que na opinião geral é só para escravos. (...) A história dos progressos da indústria nos tempos feudais mostra bem claramente que a condição servil dos homens lhe opõe grandes barreiras. Ora, a condição dos africanos entre nós é muito pior porque está no último grau da servidão. (...) Quem poderá preferir aos motivos morais que animam o povo industrioso de Inglaterra os vergalhos que fazem trabalhar os cativos de Argel?¹¹

Assim, sua proposta de projeto nacional envolve:

- 1) medidas de controle e diminuição gradativa do tráfico africano, até sua extinção total no prazo de 20 anos¹²;
- 2) combate ao que considera ociosidade da população livre e pobre¹³;
- 3) aproveitamento do trabalho indígena, para o que propõe medidas para sua “civilização”¹⁴.

ramos do setor terciário (a chamada indústria cultural representada pelos grandes meios de comunicação impressa ou eletrônica, cinema, show business, indústria fonográfica, etc.). Entretanto, quando o substantivo indústria aparece desacompanhado de adjetivo (indústria cultural, por exemplo), o seu sentido, no uso corrente, é unívoco: atividade de transformação em grande escala. O mesmo não se passava nas primeiras décadas do século XIX, quando o uso da palavra possuía ainda um sentido múltiplo ou, caso se prefira, indefinido. Exatamente essa ambigüidade de sentido tornava a palavra indústria objeto de disputa teórica entre livre-cambistas e protecionistas. Ver, a esse respeito, a interessante discussão feita por José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu) em *Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1810, p. 13/14

¹¹ MACIEL DA COSTA, João Severiano. Op. cit. p. 23.

¹² Id., Ibid: p. 29

¹³ Id., Ibid: p.37-39

¹⁴ Id., Ibid: p.35 e seg.

4) adoção de medidas que preparem o país para, no futuro, livrar-se da chaga da escravidão. Em sua formulação, entretanto, esse futuro é remoto, pois a extinção da escravidão e principalmente dos seus efeitos nocivos sobre a sociedade “talvez custe séculos de trabalho e providências, mas nem por isso devemos desanimar porque os indivíduos morrem, não as nações, e nossos vindouros têm o direito de esperar de nós um patrimônio melhorado”. Por patrimônio melhorado devemos entender não somente um país sem escravos, mas também e, sobretudo, dotado de uma população não africanizada. O temor à africanização do país é recorrente no texto de Maciel da Costa. Em seu projeto está clara a intenção de controlar e extinguir o tráfico em curto prazo para evitar o perigo “desse magnífico império” vir um dia a “confundir-se com a África”, formando, “nessas deliciosas regiões, tão invejadas pelas outras nações, um reino do Congo”¹⁵. Entretanto, há uma contradição no pensamento de Maciel da Costa: ele oscila entre o temor da africanização e a necessidade de força de trabalho. Por isso não chega a propor a abolição imediata do tráfico de braços africanos e nem chega a defender, como Burlamaque, um projeto de fundação de uma espécie de Libéria brasileira na África para repatriação futura dos escravos alforriados¹⁶. Por outro lado, seu projeto prevê medidas de estímulo ao casamento e proteção à família escrava, como

¹⁵ Id., Ibid: p.27

¹⁶ BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo César - Memória analítica do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica. IN: Memórias sobre a Escravidão, já citada, p. 186. Burlamaque escreveu essa Memória em 1834, ocasião em que se discutia no parlamento e na imprensa as medidas legislativas para tornar realidade os compromissos assumidos no acordo com a Inglaterra que haviam redundado na lei de abolição do tráfico africano, de 7 de novembro de 1831. O artigo segundo da lei de 1831 previa a repatriação para a África dos escravos introduzidos ilícitamente e apreendidos pelas autoridades brasileiras. Na época discutia-se como e com que meios financeiros far-se-ia essa repatriação. Um dos alvites foi a compra, pelo governo brasileiro, de um território nas possessões portuguesas da África para instalação de uma colônia brasileira destinada a receber esses africanos apreendidos em operações de repressão ao contrabando. A idéia chegou a ser encampada pelo governo regencial, que enviou à Câmara dos Deputados, na sessão de 9 de agosto de 1834, um projeto de lei para dotação de verba destinada à compra do terreno, transporte e instalação dos negros libertos na projetada colônia brasileira na África. Entretanto, o tesouro estava em crise, a lavoura precisando de novos braços africanos, de modo que tal projeto ficou engavetado e o tráfico africano foi reiniciado com a conivência das autoridades brasileiras. O resto da história é por demais conhecido.

forma de promover o crescimento da população doméstica de escravos. Neste sentido, pode-se aduzir que seu temor à africanização do Brasil tem um timbre cultural mais saliente que um eventual preconceito racial.

- 5) estímulo à imigração seletiva de europeus, canalizando-a preferencialmente para o Sul do país, região que, por sua vez, deveria “ser menos aquinhoadá” na distribuição dos africanos importados no período antecedente à sua proibição total. Essa região, segundo ele, tornar-se-ia a primeira do Brasil a ser “vestida à européia”, o que lhe facultaria adotar a “marcha econômica que seguem as nações cultas”.
- 6) criar as condições para o desenvolvimento manufatureiro/industrial do Brasil. Seu escrito tem, por conseguinte, um nítido sentido de oposição aos seus contemporâneos livre-cambistas. Maciel da Costa ataca de forma contundente a principal tese defendida por estes últimos, qual seja, a de que o Brasil ainda não amadurecera para as manufaturas mais refinadas.

Nem se diga que o Brasil não deve ocupar-se tão cedo da indústria, antes deve ser ainda muito tempo puramente agrícola, com o fundamento de não estar ainda a agricultura generalizada em todo o seu imenso território e de estarmos nós ainda tão atrasados em conhecimentos, que não poderemos produzir gêneros industriais nem tão bons nem tão baratos como os estrangeiros, sendo por isso mais profícuos comprá-los do que fabricá-los. (...) Nós pensamos de outra sorte. Primeiramente, querer separar a prosperidade da agricultura da indústria, no sistema atual das nações civilizadas, é um engano palpável. Uma grande nação puramente agrícola e por consequência escrava de outras mais avançadas no que toca à indústria é um ente imaginário, porque não pode haver sólida grandeza sem indústria e comércio. E por toda a parte onde a agricultura não for apoiada e sustentada por uma indústria proporcionada e progressiva será sempre mesquinha e precária, e as nações que se derem exclusivamente a ela não avançarão nem em riqueza, nem em força, nem em civilização. Baste para exemplo a desgraçada Polônia, que parece ter perdido para sempre sua liberdade e independência política.¹⁷

Se a frágil Polônia agrária era o exemplo a ser evitado, a poderosa Inglaterra manufatureira e industrial era o norte a ser seguido:

Pretender, hoje, reduzir um povo inteiro ao manejo da charrua (apesar da doce influência que se atribui ao trabalho agrícola no moral dos homens) é sistema errado.

¹⁷ MACIEL DA COSTA, João Severiano. Op. cit. p. 23.

Ao contrário, tirar da terra o maior produto possível com o menor número de braços possível é o grande problema prático da ciência econômica. A industriosa e soberba Inglaterra pode servir-nos de modelo neste como em outros gêneros, dados também os descontos que pede sua particular situação.¹⁸

Como acabamos de ver, a **Memória** de Maciel da Costa indica a existência, às vésperas da Independência, de um processo de luta travado entre livre-cambistas e protecionistas. A existência dessa luta fica clara no trecho que transcrevemos a seguir:

E porque temos visto tanta gente, mesmo da classe instruída, extasiar-se com o progresso da nossa cultura atual (...) Perguntaríamos nós, agora, se esta direção da nossa agricultura para os gêneros comerciais, ilimitada, merece uma proteção absoluta e irrefletida (...) Não seria, pois, conveniente quartear essa imoderada tendência para a agricultura quase exclusiva dos gêneros de comércio externo e dirigi-la para a cultura dos cereais e mesmo dos legumes que fazem por toda parte a base da subsistência da grande maioria do povo, segurando-a no nosso território e derramando sobre ele as somas imensas que nos levam estrangeiros? Milhões de braços ocupados com entusiasmo em lavrar a terra para alimentarem o luxo esquisito e as manufaturas da Europa, pagando ao estrangeiro o pão de que vivem e expostos a morrerem de fome, é das maiores extravagâncias que pode conceber o espírito humano. A leitura da interessante obra do professor Malthus desenganará os incrédulos na matéria (...) Merecemos desculpa ao leitor, sabendo que **esta opinião contra a criação de manufaturas atualmente no Brasil é muito acreditada e por isso pareceu-nos bom insistir sobre a matéria.**¹⁹

Embora não haja referência direta a seu(s) interlocutor(es), é de se supor, pela época em que escreve, que um de seus oponentes seria José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu²⁰. Comparando-se as obras desses dois autores, verifica-se que o *pomo da discórdia* entre livre-cambistas e protecionistas é a escolha do caminho para a industrialização. Os livre-cambistas fazem a defesa daquilo que Smith chamaria de **caminho natural**, ao passo que os protecionistas acreditam na possibilidade de se tomar **atalhos** na história para se chegar mais rapidamente à indústria. Este é o caso de Maciel da Costa, para quem o **caminho natural** que

¹⁸ Id., Ibid: p. 24

¹⁹ Id., Ibid: p. 30/56 (grifos nossos).

²⁰ CAIRU, Visconde. Estudos do bem comum e Economia Política. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975.

vai gradualmente da agricultura à indústria é longo demais, conforme se vê na transcrição abaixo:

Pretender, pois, que uma nação principiante se ocupe ao princípio da agricultura exclusivamente e que se não divirta para a indústria senão quando o último canto do seu território se achar cultivado e a cultura levada à maior perfeição é correr após de uma quimera, é supor causa aquilo que não é senão efeito, é ignorar a marcha natural e prosperidade das nações modernas.²¹

Entretanto, se é cético quanto à possibilidade de cooperação mundial, Maciel da Costa mostra-se grande otimista quando se trata de calcular as possibilidades de passagem de uma nação agrícola para o estágio industrial. Vejamos, no trecho seguinte, como essa concepção se manifesta de forma cristalina em seu pensamento.

Acresce que esse inconveniente de comprarem os consumidores nacionais mercadorias menos boas e menos baratas das nossas fábricas não pode ser senão passageiro porque **o governo, que tem sempre ante os olhos o termômetro econômico, vem em socorro da indústria nacional pelos muitos meios que tem à sua disposição. (...) E se o governo empregar os meios possíveis para adiantar os conhecimentos auxiliares**, de maneira que possamos exceder ou igualar as outras nações ou ao menos marchar à pouca distância delas, não desaparecerão esses sacrifícios, que tanta bulha fazem na cabeça dos exagerados amigos dos consumidores? Seria curioso ver demonstrar quais são esses embaraços invencíveis que temos nós para empreender sem esperança de sucesso: estabelecimentos industriais. **Não vemos porque motivo não poderemos fabricar** excelentes panos de lã, algodão, linho e seda; **que profundos conhecimentos nos faltem para extrair, preparar e fundir o ferro das riquíssimas minas que temos**; para fundar cordoarias dos muitos e variados gêneros naturais de que abundamos; para fabricar chapéus, lonas, brins; para preparar breu, alcatrão e aproveitar infinitas gomas e resinas e, enfim, outros muitos produtos de consumo geral e de fácil manipulação. Mas quando nos faltem meios e mestres, por que os não mandaremos vir dos estrangeiros?²²

Em vários aspectos, a formulação de Maciel da Costa é muito semelhante à de G. F. List, mas diferencia-se bastante deste no que diz respeito às condições históricas julgadas necessárias à industrialização. Nesta questão, a formulação de Maciel

²¹ Id., Ibid: p. 24

²² Id., Ibid: p. 25/26 (grifos nossos).

da Costa é muito distinta da de List. O voluntarismo de List não era ilimitado, pois ele entendia que não haveria mágica capaz de fazer qualquer país, independente de suas condições históricas, saltar do estágio pré-industrial para o industrial. Como deixa claro, embora o protecionismo lhe parecesse eficaz para alavancar a industrialização da Alemanha ou dos Estados Unidos, essa fórmula não se aplicaria automaticamente a qualquer outro país. List deixa claro também que o protecionismo deveria ser adotado por tempo limitado, em torno de 20 anos.

Assim, vemos que Maciel da Costa considera extremamente difícil a superação da escravidão, mas relativamente fácil a industrialização. Ele entende, corretamente, que a passagem para o trabalho livre era uma tarefa pontilhada de imensas dificuldades. Reconhece na escravidão uma relação social cujas implicações abrangiam todas as instâncias da vida em sociedade, inclusive o aspecto cultural. Não é sem motivo, portanto, que deixe de estipular prazo para a abolição da escravidão e calcule **em séculos** o tempo necessário para que os vestígios culturais da escravidão desaparecessem por completo na sociedade brasileira. Neste sentido, embora afirme o contrário, entende corretamente que a escravidão e a grande lavoura eram a forma possível de produção da vida “civilizada” no Brasil oitocentista. Na linguagem da época de Maciel da Costa, sociedade civilizada significava uma sociedade hierarquizada e produtora de excedentes para manter o pouco de vida de estilo ocidental, obviamente que confinada aos extratos superiores da sociedade. Apesar de, na parte inicial de sua **Memória**, fazer enfáticas declamações em contrário, na seqüência Maciel da Costa acaba pactuando com a escravidão, de forma que sua condenação revela-se apenas retórica. Ou melhor, sua condenação pode ser sincera, mas é feita com base em um princípio abstrato que, afinal, tem de se conformar com as imposições do mundo real e com as exigências da produção mercantil que, no Brasil daquela quadra histórica, ainda dependia do trabalho escravo²³.

No que diz respeito à indústria, por outro lado, Maciel da Costa subestima as dificuldades porque não a concebe como uma relação social. Como diria Marx,

²³ Sobre as dificuldades, contradições e vacilações no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, ver outro trabalho de nossa autoria (PEREIRA, Lupericio Antonio – *Limites históricos do pensamento abolicionista*. Uma contribuição ao estudo do gradualismo adotado na abolição da escravidão no Brasil. Assis, UNESP, Dissertação de Mestrado, 1987).

ele entendeu indústria como uma reunião de **coisas para fabricar coisas** e não como **relação social**. Talvez resida aí a grande fragilidade e a ineficácia política de seu discurso industrialista. Entretanto, em que pese essa limitação, a Memória de Maciel da Costa sugere que, no mínimo, vejamos com maiores cautelas o velho axioma historiográfico de que o processo de independência foi conduzido por uma elite política e intelectual deslumbrada com o liberalismo econômico. Se a presença de livre-cambistas convictos não pode ser negada naquele processo, o escrito de Maciel da Costa nos mostra, pelo menos, que não havia, entre os chamados “próceres da independência”, a unanimidade imaginada por muitos historiadores quanto à conveniência da continuidade da economia escravista e agrário-exportadora.

Pantanal: Entre o apego às antigas tradições e o apelo às mudanças

Albana Xavier Nogueira*

As sociedades atuais passam por intensos processos de metamorfose, desencadeados pela veemência da globalização, que provoca inquietação nas identidades culturais e deslocamento das estruturas sociais. Este trabalho tem por objetivo discutir essa inquietude, tendo como eixo central a relação entre velhas e novas tradições e a oscilação do pantaneiro diante da necessidade de opção ou de conciliação entre o tradicional e o recente. O material que compõe esta discussão apóia-se, em sua parte teórica, em estudiosos do assunto e nas pesquisas realizadas *in loco*, nos pantanais do Aquidauana, do Miranda, do Rio Negro, da Nhecolândia. Os resultados apontam para a rápida implantação de uma nova performance nos pantanais, invadidos pela mídia, pela informática e por outros mecanismos tecnológicos acionados pelo mercado competitivo, que exige inovação e criatividade, o que afeta a noção de perenidade, inclusa no conceito de tradicional..

Palavras-chave: Tradições pantaneiras; apego ao tradicional; apelo à mudança.

The current societies pass through intense metamorphosis processes, unchained by the

Introduzindo o assunto

As sociedades contemporâneas passam por um processo de intensas transformações, que afetam as estruturas e os modos tradicionais de configuração de identidades, processo esse a que Hall¹ afirma ser denominado, por conveniência, de globalização. Assim, a aceleração do processo de globalização tem contribuído para o declínio das velhas identidades, centradas e estabelecidas, que vão sendo substituídas por novas identidades duplamente “descentradas” e “deslocadas:” de si mesmas e de seu “lugar” no universo social e cultural. Essas

* Professora do Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional-UNIDERP.
albananogueira@yahoo.com.br

¹ HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

vehemence of the globalização, that causes restless in the cultural identities and displacement of the social structures. This work has as objective to discuss that restlessness, with central axis the relationship between old and new traditions and the oscillation of the pantaneiro due to the option need or the conciliation between the traditional and the new. The material that composes this discussion leans on, in its theoretical part, in specialists of the subject and researches accomplished in loco, in

the Aquidauana, Miranda, Rio Negro and Nhecolândia Pantanal. The results point to the fast implantation of a new performance in Pantanal, invaded by the media, for the computer science and other technological mechanisms worked by the competitive market, that demands innovation and creativity, what affects the eternal notion, included in the traditional concept.

Key words: Traditions of pantanal; attachment to the traditional; appeal to the change.

identidades buscam formas viáveis de redimensionamento dentro do cenário provisório e incerto do mundo globalizado, cenário em que de torna difícil aos sujeitos identificarem-se como parte de dado grupo social, caso elejam como parâmetro a estabilidade e a sensação de pertencimento mantida pelas antigas tradições.

Nas chamadas sociedades de tempo lento, principalmente as agropastoris, cujo tempo é ritmado pelos ciclos naturais, os símbolos sempre foram valorizados, assegurando a continuidade da tradição, na forma de transmissão de práticas sociais partilhadas e vivenciadas no cotidiano de habitantes de comunidades menos privilegiadas, geralmente periféricas. Nessas comunidades, as práticas sociais eram e ainda são, muitas vezes, repassadas quase intactas para as gerações seguintes, responsáveis por transmiti-las a seus descendentes, assim como se fosse uma herança quase sagrada, um valor capaz de caracterizar uma ascendência, marcar uma estirpe, identificar os membros de um grupo social.

Essas comunidades são tidas, hoje, como comunidades tradicionais ou comunidades de cultura tradicional. Nelas costumam ser incluídos os camponeses, os indígenas e, por extensão, os ribeirinhos, os vaqueiros, os pescadores, os caiçaras, os artesãos, dentre outros grupos mais ou menos restritos, que participam de experiências das culturas tradicionais. Aliás, segundo Diegues², “num certo sentido todas as culturas são tradicionais”. É dentro dessa prerrogativa que se busca apoio para tratar os pantaneiros típicos, principalmente os mais antigos, como integrantes de comunidades tradicionais, muito complexas e pau-

² DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2991, p. 87.

latinamente descaracterizadas, devido às transformações do ambiente e da economia pantaneira. As populações tradicionais detêm os chamados “saberes tradicionais”, hoje tão assediados pela ciência, principalmente aqueles “saberes” relacionados ao uso de elementos da flora e fauna, nas práticas da medicina popular.

Nas sociedades ditas modernas, as tradições assimilam o ritmo alucinado, movido pela força do recente, da novidade, da improvisação, da transitoriedade, do efêmero. Nessas sociedades, a tradição assume feições diferentes, embora não deixe de ser um elo importante na continuidade da cadeia de transmissão de saberes, muitos deles empíricos, transferidos de uma geração para outra, após passarem por transformações, provocadas pelo contexto dinâmico das sociedades atuais.

Posto que os ambientes natural e cultural, os hábitos, os meios de locomoção, as redes de comunicação evoluem constantemente, influenciados pelo novo conceito de cultura híbrida, diversificada, transnacional, em que os símbolos assumem caráter passageiro, é de se esperar que muitos aspectos das tradições e valores culturais também sejam modificados e inovados, quando não reinventados. Bhabha³ argumenta que a hibridização enfatiza as culturas como construção, ao passo que as tradições são invenções.

Os grupos sociais se identificam entre si e se diferenciam dos outros, em função da escolha dos estilos, comportamentos e conhecimentos eleitos como de maior significado, por agregarem valores e servirem de referência às identidades sociais e culturais. Nas diferentes culturas, conforme Capra⁴, “o comportamento das pessoas é moldado e delimitado pela identidade cultural delas, a qual, por sua vez, reforça nelas a sensação de fazer parte de um grupo maior”. Essa sensação de pertencimento e de compartilhamento é reiterada por tudo aquilo que a tradição consegue arrolar como transmissão de conhecimentos, “saberes tradicionais”, crenças e usos que são vivenciados ou que podem ser acionados pela memória individual ou social.

³ BHABHA. *O local da cultura*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

⁴ CAPRA, F. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2002, p. 99.

A intenção deste artigo é, portanto, discutir a tradição pantaneira sob o prisma do tradicional e da mudança, ou seja, da tradição como mecanismo de continuidade, e da mudança como “deslocamento das estruturas tradicionais”. A mudança para introdução da novidade conduz à ruptura, que, no caso da tradição é essencial para sua existência. A percepção do avanço das mudanças vem criando, não só no pantaneiro como nos demais seres humanos, um clima de inquietação e insegurança, provocado pela introdução de paradigmas mais coniventes com o contexto de transitoriedade dos tempos atuais.

Nesse cenário, a cultura pantaneira, da mesma forma que as demais culturas, oscila entre o apego aos valores tradicionais, representativos de um modo tradicional de percepção do mundo e o convite às mudanças, ditadas pela nova ordem, que se instaura na nova sociedade, marcada pela “revolução da informática”, que intensificou o processo de globalização e, segundo Capra⁵, não afetou apenas as transações relacionadas aos negócios, mas também aperfeiçoou as “redes globais de notícias, artes, ciências, diversões e outras expressões culturais”.

Acresce-se a tudo isso, a marcha irreversível da globalização econômica e cultural, que, movida pela revolução da informatização, a que se refere Capra, vem desenhando um novo perfil na redefinição da trajetória da humanidade, na sua busca pelo entendimento das velhas e das novas tradições.

Embora a nova dinâmica de interações, sustentada pela globalização, desperte, ao lado da aventura do novo e do inesperado, a vontade, “por parte de alguns grupos, de retornarem às antigas tradições”, a maioria das pessoas manifesta “o desejo de participar da ‘modernidade’ dentro de suas próprias tradições”⁶. É o que se pretende constatar, tomando como parâmetro idéias e concepções teóricas emanadas de autoridades no assunto e complementadas pelas pesquisas de campo, realizadas em diversos pantanais, por meio de entrevistas *in loco*, observações participativas, anotações, que tornaram possível a obtenção de um material suficiente para este e outros enfoques sobre cultura e tradição pantaneira.

⁵ Id., *ibid.*, p. 144.

⁶ CUELLAR, J. P. de (Org.). *Nossa diversidade criadora*. Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Brasília, Unesco, 1977, p. 39.

Pantanal: Entre séculos de tradições

No espaço geográfico onde se estende a planície pantaneira, conhecida como o abrigo de uma das maiores biodiversidades do Planeta, iniciou-se, com a ocupação humana, a história do então estado de Mato Grosso. O Pantanal, que hoje conhecemos já foi denominado de Mar, Lago ou Lagoa de Xaraés pelos primeiros exploradores que nele aportaram, de passagem para as lendárias minas de prata da Bolívia e do Peru, em época de grandes enchentes.

Muitos outros exploradores, aventureiros catequistas, bandeirantes, homens ousados, destemidos, levados pela ambição incontrolável, percorreram partes do território do Estado, procurando apossarem-se das riquezas locais ou buscando atalhos para encontrarem-nas em outras localidades. A maioria não tinha, portanto, intenção de fixar-se no local.

Os primeiros vestígios da saga humana em superfícies pantaneiras levam à ousada aventura do português Aleixo Garcia, considerado o precursor dentre aqueles que incrustaram seus rastros em caminhos improvisados nas terras do atual Mato Grosso do Sul e que acabou trucidado pelos índios m'bayá, conforme relato de historiadores.

Muitos outros fatos relevantes concorreram para a construção e redimensionamento da história do atual território sul-mato-grossense, todos eles marcados por traços de pioneirismo, ousadia, ambição e coragem, que culminaram com a ocupação das terras propícias à criação de gado e à instalação das sedes precárias das grandes propriedades rurais. Essas propriedades, com o tempo, transformaram-se em majestosas sedes, verdadeiros ícones da fase áurea da pecuária, enquanto a população indígena, cada vez menos numerosa, era encurralada em pequenas extensões de terras.

A chegada do homem em cada uma das regiões do Planeta contribuiu, de alguma forma, para a lenta, e até então imperceptível, descaracterização da natureza. No Pantanal, com a introdução, principalmente do gado, elemento estranho à paisagem selvagem, esta foi se domesticando. Concomitantemente a esse fato, instaurava-se um processo cultural irreversível, fundamentado na adaptação dos desbravadores às planícies propícias às inundações e na inclusão de elementos integrantes da cultura dos novos migrantes às formas de

manejo da pecuária, de convívio com os ambientes natural e social, onde comecem a delinear-se os vestígios do que seria conhecido como tradição pantaneira.

Dessa maneira, o grupo social considerado neste artigo é constituído pelos pantaneiros, ou seja, pelos habitantes das áreas tidas como domínio do Pantanal de Mato Grosso do Sul, mais propriamente, dos pantanais do Aquidauana, do Miranda, do Rio Negro, de Nhecolândia, considerados como pantaneiros típicos, ou por ter nascido e vivido nesses pantanais, ou por ter passado neles a maior parte de suas vidas, tendo aprendido e transmitido as tradições locais.

Os pantanais referenciados são resultantes de um complexo geoeconômico, social e cultural diversificado e formado por vários pantanais. Esses pantanais, embora pareçam iguais em alguns aspectos, diferenciam-se em outros, sem, contudo, perderem as características identificadoras desse universo singular, que ocupa extensa superfície deste Estado, do estado de Mato Grosso e se prolonga por terras do Chaco paraguaio.

O Pantanal constitui um ambiente socioecológico onde se aprende a respeitar não só a paisagem, representada pela flora e pela fauna, mas também o ser humano, quer seja patrão ou peão. Credita-se essa atitude às próprias condições de vida num ambiente distante dos centros populacionais, em que a paisagem, os animais, as águas dão ao homem uma dimensão diferente do mundo e das pessoas, estas últimas irremediavelmente parceiras, na cadeia da sobrevivência.

Há que se considerar que o Pantanal nasceu sob o estigma da diferença, tanto do ponto de vista de seu espaço morfogeográfico quanto de seu contexto antropocultural, marcado, desde o início, pela ocupação efetivada por fluxos migratórios, provenientes de regiões diferentes. Ao contracenarem com os habitantes nativos e com os imigrantes, principalmente portugueses e paraguaios, contribuíram para novas formações interétnicas, de cujo processo de miscigenação originou-se o hibridismo cultural que sempre caracterizou a vida pantaneira, posto que, na concepção de Burke⁷ “não existe uma fronteira cultural nítida ou firme entre grupos, e sim, pelo contrário, um *continuum* cultural”.

⁷ BURKE, P. *Hibridismo cultural*. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2006, p. 14.

Dessa formação culturalmente híbrida, produto de diversas mesclas interculturais, descendem os senhores dos pantanais: fazendeiros, gerentes de fazenda, capatazes de campo, boiadeiros, peões campeiros, peões praieiros, guieiros, piloteiros, representantes de uma população rarefeita, cada vez mais pressionada para a vida fora dos pantanais, acoçados por problemas similares aos que determinam a migração do campo em direção à cidade. O Pantanal referido é o da pecuária, cujas atividades presidem a cultura, a tradição e a economia da região, embora o ecoturismo venha ocupando cada vez mais espaço, a ponto de, em algumas fazendas, caminhar paralelamente com as atividades da pecuária.

De modo geral pode-se dizer que, dentre as mais fortes tradições da gente pantaneira destacam-se a solidariedade, a hospitalidade, a sabedoria empírica, o imaginário aguçado, o cuidado com a preservação da natureza, o mate-quente e, sobretudo, o tereré, além das festas tradicionais em que não faltam os bailes, a música regional, o churrasco. E, ainda, o manejo do gado, da “traia” de campo, que é quase sempre confeccionada pelo próprio campeiro. Mesmo desacompanhado de seres humanos reais, o vaqueiro nunca está só, visto que o acompanha uma legião de seres imaginários, que se esconde nas matas fechadas, nos capões e espia a passagem do vaqueiro, com olhos luminosos, emitindo, muitas vezes, cantos e sons mágicos, misturados a barulhos ou assovios assustadores.

Outro fato inerente à cultura pantaneira é a conhecida sabedoria empírica do homem dos pantanais, que detém um modo especial de observar e de interpretar os fenômenos naturais, a fim de orientar-se nas práticas do dia-a-dia. Esse modo de agir, norteado pelo saber empírico, testado em diversas circunstâncias da vida e repassado por sucessivas gerações, facilitou-lhe, por décadas e décadas, o manejo das atividades diárias. E é esse *saber* interpretar e *saber* fazer que a ciência moderna redescobre com o nome de “saberes tradicionais”, recuperados, à luz dos discursos a respeito do desenvolvimento sustentável.

Perscrutar a natureza, para verificar a direção dos ventos e diagnosticar as condições atmosféricas; observar o comportamento dos animais; a postura e o canto das aves; a época de florescimento das piúvas, para prever a chegada das chuvas, das enchentes, do estio, durante muito tempo fez parte do conjunto de saberes tradicionais, que auxiliaram o pantaneiro a desenvolver e a cultivar um tipo de comportamento interativo entre homem e natureza.

E, ainda, observar as fases da Lua, para descobrir o melhor tempo para o plantio, a colheita, o manejo do gado, tudo isso fez e, às vezes, ainda faz do pantaneiro típico um verdadeiro climatólogo, um astrólogo, um semiólogo, enfim, um conhecedor de seu *habitat*, capaz de ler nos signos naturais, indícios e mensagens desconhecidas para os não iniciados nesse tipo de sabedoria empírica⁸.

De seus antepassados portugueses, cuiabanos, poconeanos e dos indígenas, que habitaram a região e com os quais conviveu por longos anos, ora em paz, ora em litígios, herdou e aperfeiçoou os saberes e práticas tradicionais, relacionadas ao uso da medicina caseira, dos chás, infusões, emplastos, estes últimos feitos com partes de plantas ou com graxa de animais, como carneiro, capivara e até pele de veado.

Muitas vezes os remédios caseiros eram reforçados pela crença no poder mágico das simpatias e das benzeções. Também os hábitos, relacionados ao trato com o ambiente, como o de construir aceiros, de queimar os campos, para que a brotação venha com mais força, de basear-se no tempo cíclico, de buscar a cura por meio de recursos míticos representam herança dos nativos da terra e integram as tradições pantaneiras, em decorrência das dificuldades em conseguir outros tipos de recursos para combater as doenças, provocadas, muitas vezes, por “mordedura” de cobra, por “rodadas” de cavalo⁹.

Essas práticas de cura, tradicionalmente cultivadas em tempos de outrora, encontram-se a caminho da extinção, posto que conta com estradas um pouco melhoradas e meios de transporte mais ágeis, o que facilita os contatos com as cidades mais próximas.

Mas os traços componentes da cultura tradicionalmente pantaneira não se resumem apenas ao que foi citado anteriormente. As lendas rurais, os mitos, as superstições, os ‘causos’, tanto os trazidos pelos portugueses e mamelucos quanto os aprendidos com os indígenas, ainda habitam o imaginário de vaqueiros típicos e percorrem as fazendas, assustando a solidão dos viajantes noturnos.

Diferentes formas de diversão também marcaram essas tradições culturais, durante mais de uma centena de anos. As festas, em sua maioria, atestavam a

⁸ NOGUEIRA, Albana Xavier. *Pantanal: homem e cultura*. Campo Grande: EdUFMS, 2002.

⁹ Id., *ibid.*

religiosidade, baseada no catolicismo, que hoje se encontra em decadência, com a proliferação de novos credos, principalmente daqueles relacionados aos cultos evangélicos. Normalmente cada uma das fazendas tinha seu santo de devoção, o seu padroeiro. São Sebastião era e ainda é o mais popular, por ser o protetor das fazendas de gado. Protege contra a peste, a doença e a guerra. As festas tradicionais duravam vários dias e se realizavam num clima de familiaridade e respeito. Os convidados chegavam a cavalo ou de carreta, segundo¹⁰.

Na véspera iam chegando os convidados e não-convidados. Vinham a cavalo os solteiros, quase sempre em bandos descarregando os revólveres para o alto, em salvas ao festeiro, quando atingiam as porteiras. As famílias vinham em carros de bois, toldados, que haveriam de ser abrigos para as crianças durante a noite.

Nas comemorações religiosas, à noite, antes do baile, rezava-se o terço, às vezes tinha até procissão. Durante o dia, além do churrasco, havia as carreiradas; os carteados; os ensaios dos violeiros e dos sanfoneiros, que iam animar o baile a noite inteira. Também se inventavam brincadeiras para divertir os jovens e as crianças. As damas e os cavalheiros, ao anoitecer, estavam prontos para bailarem até o clarear do dia seguinte. Festas semelhantes, embora sem o clima de religiosidade, eram realizadas para comemoração de aniversários, casamentos, batizados e muitos outros acontecimentos, onde não faltavam as tradicionais “surpresas”, feitas principalmente aos aniversariantes.

Por conta das transformações em curso na região, a tradição não se sustenta mais senão por meio do jogo entre continuidade/ruptura, que procura efetivar a conciliação entre o antigo e o novo, duas faces de uma mesma moeda.

Tradição e mudança: Busca de conciliação

As considerações anteriores permitem que se rediscutam algumas noções referentes à cultura e à tradição na sociedade pantaneira contemporânea, em que o tradicional e o novo constituem-se em mecanismos de conciliação entre

¹⁰ BARROS, Abílio Leite de. *Gente pantaneira: crônicas da sua história*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1998, p. 181.

as condições socioculturais experimentadas outrora e as vividas no presente. Essa mudança de posturas propicia novas maneiras de dinamização da vida, numa atmosfera de incertezas, que aceleram uma verdadeira revolução nos estilos de desenvolvimento, na economia, na concepção do mundo, abrindo um sem número de alternativas para o futuro. Futuro esse, visto como um tempo que se dilui nas novas dimensões do presente, ditadas pela atitude emergencial da vida, na sociedade atual, chamada também de pós-moderna. Giddens¹¹ considera que:

Quanto mais a tradição perde seu domínio e quanto mais a vida diária é reconstituída em termos do jogo dialético entre o local e o global, tanto mais os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida, a partir de uma diversidade de opções.

As transformações ocorridas nos pantaneais, especialmente as que se manifestaram nos últimos tempos, põem em evidência a necessidade de opções, por parte do pantaneiro, a fim de adaptarem-se às contingências da vida local e às exigências do contexto global. Por conta disso, muitos hábitos e costumes tradicionais vêm sendo substituídos por outros mais adequados à rotina dos tempos da globalização. Sabe-se, hoje, que assim como a cultura passa a ser reconhecida como um dos fatores essenciais na interpretação das diversas formas de mudanças sociais, a tradição tem representado papel determinante nas “formas culturais de apropriação da natureza”¹². Em vista disso não se pode prescindir do respeito aos “saberes locais” e da valorização e preservação do local, levando em conta sua história, cultura, recursos humanos e naturais.

Entrevistando pantaneiros e conhecendo as situações *in loco* foi possível apontar alguns fatores que vêm contribuindo para a rápida transformação da vida e da paisagem pantaneiras, tais como: invasão da tecnologia e da mecanização, sucessivas crises na pecuária pantaneira; redivisão constante das fazendas, ocasionando o êxodo dos fazendeiros típicos para as cidades e a chegada dos neopantaneiros, ou seja, dos novos proprietários de fazendas, bem como implantação do ecoturismo em algumas fazendas.

¹¹ GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 13.

¹² LEEF, H. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2002.

Os meios tecnológicos, como o rádio, a televisão e mais recentemente a internet e o celular contribuem para integrar os habitantes do Pantanal ao cenário desenhado pela globalização. Entretanto, paralelamente a esses avanços do mundo informatizado, a história pantaneira continua sendo escrita pelos cascos do cavalo, ao som do berrante.

O êxodo contínuo do pantaneiro típico e o novo ciclo de ocupação dos pantanais, por empresários da pecuária, provenientes de outros estados ou mesmo de terras estrangeiras, que nem sempre procuram tomar conhecimento das principais tradições locais têm provocado a descaracterização de usos e costumes seculares. Além disso, práticas de hospitalidade e de solidariedade, tão caras à tradição pantaneira, tendem a desaparecer, à proporção que novos cadeados vão fechando os portões das grandes propriedades, interditas aos viajantes. Esta é uma das grandes preocupações do pantaneiro típico, integrado ao mundo cultural da região.

Acontecimentos recentes, como a já citada implantação da atividade turística, em muitas fazendas, transformadas em pousadas, colocam em cheque a continuidade da tradição cultural, condizente com os padrões do universo da pecuária, que ainda hoje garante a configuração socioeconômica e cultural da região. Entretanto não se descarte a possibilidade de revalorização da cultura local, vista sob o ângulo do visitante e também revigorada localmente, como fonte produtora de bens de consumo, que se constituem em atrativo e incremento da atividade turística.

Essa nova realidade, tanto pode contribuir para a instauração de um novo mosaico cultural quanto do retorno das tradições locais. A facilidade de convivência com os turistas acaba propiciando a assimilação de hábitos estranhos à região, que, certamente, se refletirão na linguagem, na alimentação, na própria adesão a metodologias modernas, introduzidas para o aproveitamento de recursos naturais. Isso contribui para que significativas mudanças ocorram na maneira tradicional de lidar com as experiências inerentes ao mundo da pecuária, cujas solicitações do mercado, nem sempre condizem com a criação extensiva de gado de corte engordado com as pastagens nativas.

Contemporaneamente, o pantaneiro, depois de atravessar duros períodos de crise na pecuária, é um ser que hesita entre o apego às tradições do passado e o apelo às inovações do mundo presente, cujas expectativas apontam para atividades que não fazem parte de seu *mettier* pantaneiro. São atividades que exigem

um novo modo de olhar a realidade local, desfocada de tudo daquilo que, durante séculos, constituiu a única fonte de sobrevivência econômica nos pantanais: a pecuária extensiva.

Mas, o pantaneiro, mesmo atordoado com os apelos à adoção de novas opções de vida, ainda tenta resguardar aspectos culturais arraigados em suas tradições. Decorre daí a preocupação de alguns em manter as festas tradicionais, embora não consigam sustentar o mesmo ritual antigo, tendo em vista que o ambiente sociocultural dos pantanais entrou num irreversível processo de transmutações.

Mesmo assim ressalta-se a importância da manutenção de certas tradições, dado que uma, dentre suas múltiplas funções, é a de servirem de elo entre o ontem e o hoje, reforçando o sentimento de pertencimento a um grupo sociocultural.

Por isso, ao lado das festas típicas, cada vez menos frequentes, ressaltam-se iniciativas particulares de pantaneiros, interessados na preservação dos hábitos e costumes locais e preocupados com a possibilidade do desaparecimento das antigas tradições. Esses pantaneiros buscam reinventá-las, organizando, periodicamente, festas em que procuram, além de resgatar aspectos essenciais das festas antigas, como o baile, a música, a gastronomia, reascender o clima de hospitalidade que sempre marcou as comemorações pantaneiras tradicionais.

Nos dias atuais, nas raras fazendas que mantêm as tradições festivas, as que ainda sobrevivem, não duram mais do que um ou dois dias e são influenciadas pelos hábitos da vida urbana. O pantaneiro reclama que as festas de hoje são competitivas e perderam aquele clima das festas de outrora, muito mais espontâneas e animadas.

Ainda, dentro dessa ótica de reinvenção das tradições dos pantanais, há outras iniciativas notáveis, como a Festa do Homem Pantaneiro, que tem sido até agora um evento itinerante, ou seja, tem-se realizado em cidades pantaneiras diferentes. Nesse caso, transporta-se para um local urbano, uma amostragem da ambiência pantaneira, onde, ao lado das manifestações típicas da cultura da região, discutem-se problemas sociais, culturais e econômicos, concernentes à vida nos pantanais.

Outro exemplo dessa tentativa de reinvenção de novas tradições, que também merece destaque, é a Cavalgada Pantaneira. Julga-se que um dos grandes

méritos da cavalgada, se conseguir firmar-se como evento típico da região, é a participação dos jovens, que, conhecendo melhor a região, terão melhores oportunidades de encontrar mecanismos para buscar formas de conciliação entre os hábitos e costumes tradicionais e os modelos impostos pela nova ordem econômica e cultural.

Como se pôde verificar, em tempos de crise da tradição, relacionada à própria crise de identidade dos sujeitos deslocados, fragmentados, a que já se fez alguma referência, ainda se reconhece a importância da tradição como elo e ruptura entre passado e presente.

Tradição e mudança no contexto atual

As relações entre cultura e tradição serão discutidas tendo em vista o contexto em que se situam as identidades fragmentadas sobre as quais já se fez referência, enquanto as mudanças serão vistas, não como desaparecimento da tradição, mas como deslocamento das estruturas tradicionais. Nesse contexto sócio-histórico e cultural, o repasse, pelos grupos sociais, das diferentes experiências e maneiras de agir e conceber o mundo depende muito da percepção que essas identidades têm de si próprias e do ambiente cultural em que se inserem. Essas identidades expressam e reforçam um conjunto de informações e de conhecimentos que modelizam crenças, valores e visão de mundo, que, conforme Benedict¹³ são como lentes, por intermédio das quais o homem vê o mundo e interpreta as experiências do cotidiano.

Para entender melhor esse contexto, que, hoje, com a intervenção da mídia e da internet, transformou-se num contexto pluridimensional, é necessário compreender também a cultura dentro de uma perspectiva antropológica. É dentro dessa ótica que se consegue ver a cultura, corolário fundamental para se entender a tradição, como complexo padrão de representações, crenças, valores, usos, tradições, costumes adquiridos pelos seres humanos, como integrantes de uma sociedade.

¹³ BENEDICT, R. *O crisântemo e a espada*. São Paulo: Perspectiva, 1988.

Geertz¹⁴, que procura estudar as culturas dentro de um ponto de vista interpretativo, considera-as como um emaranhado de teias de significados que os homens tecem e nelas se enrolam. Para ele, muito mais do que “feixe de hábitos”, costumes, tradições, usos, a cultura é um “conjunto de mecanismos de controle, exercido por meio de planos, receitas, regras”, “programas”, para “governar o comportamento”. Ainda, para o autor, esse mecanismo de controle seria exercido por intermédio dos instrumentos simbólicos atualizados pela linguagem.

A palavra tradição procede do Latim: *traditio*, derivada do verbo latino *tradire*, que tem o significado de entregar, fazer chegar. Os dicionários estabelecem a relação do verbo *tradire* com herança cultural, legado de crenças e técnicas, transmitidos de uma geração para outra, associando a ele também os significados de recordação, memória; de tudo que se pratica por costumes e hábitos adquiridos; incluindo o próprio saber oral e escrito, ao referir-se à tradição como a “a transmissão oral de lendas, costumes, hábitos, durante um longo espaço de tempo”¹⁵. Bosi¹⁶ associa a tradição à memória, ao afirmar que a “memória é o centro da tradição”. Na concepção de Bornheim¹⁷,

De certa forma, estamos instalados numa tradição, como que inseridos, a ponto de revelar-se muito difícil desembaraçar-se de suas peias. Assim, através do elemento dito ou escrito algo é entregue, passa de geração em geração e isso constitui tradição – e nos constitui.

Assim, a tradição consiste no ato de passar algo de uma pessoa para outra ou de uma geração para a subsequente. Por intermédio da tradição, alguma coisa é dita por uma geração e essa coisa dita é entregue a outra geração, que, por sua vez, a remeterá à geração seguinte. Isso não significa que comportamentos, crenças e saberes transmitidos sejam imutáveis, posto que não se pode pensar na tradição como alguma coisa estagnada, estática, uma vez que ela acompanha a evolução da cultura, o que não a impede de ser um fator de continuidade dos elos culturais possíveis entre passado e presente.

¹⁴ GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

¹⁵ HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

¹⁶ BOSI, Alfredo. Cultura como tradução. In: BORNHEIM, G. A. (Org.). *Cultura brasileira: tradição/contradição*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 53.

¹⁷ BORNHEIM, G. A. (Org.). Op. cit., p. 18/19.

Giddens¹⁸ considera que “a tradição é a cola que une as ordens sociais pré-modernas”, ou seja, a tradição “é uma orientação para o passado”, de tal modo que o “passado exerce forte influência sobre o presente”. Como se pode ver, tradição não se contrapõe a moderno, ou pós-moderno, uma vez que, aos semas associados à palavra tradição, como: repasse, transmissão, transferência, continuidade, perpetuidade, referentes ao conjunto cultural de dado grupo ou sociedade foram sendo agregados outros semas, tais como: inovação, criação, invenção, reinvenção, todos eles adquiridos num tumultuado contexto de mudanças.

Tradição e cultura são, portanto, realidades que estão sempre correlacionadas. Enquanto a palavra cultura refere-se ao modo de pensar, significar e agir sobre o mundo, a tradição quer perpetuar essas modalidades comportamentais, que refletem o conjunto de bens culturais, que identificam os grupos sociais, repassando-os para os grupos que os sucederão, mesmo que dentro do cenário de valorização do efêmero.

Assim, a crença infundada de que tradição se refere a um conjunto de bens culturais, que se perpetuam de geração a geração, sem sofrer transformações baseia-se, ao que tudo indica, na concepção de coisa muito antiga, que é erroneamente associada a essa palavra. Dentro dessa concepção tem-se sempre a sensação de que tudo que é tradicional advém de um tempo que desaparece nas brumas do passado. O que não se pode tomar como norma, dado que, para Hobsbawm¹⁹: “Muitas vezes, tradições que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas”. Hobsbawm e Ranger, em importante estudo sobre as tradições da corte inglesa dessacralizam-nas, mostrando que essas veneráveis tradições foram inventadas, algumas até muito recentemente. Segundo Hobsbawm,²⁰.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam a inculcar certos valores e normas de comportamento, através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.

¹⁸ GIDDENS, A. et alii. *Modernidade reflexiva: trabalho e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1997, p. 80.

¹⁹ HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 9.

²⁰ Id., *ibid.*, p. 9.

Tanto as tradições inventadas recentemente quanto as mudanças que nelas ocorrem, no decurso do tempo, implicam, de certo modo, numa ruptura. Para Bornheim²¹, o binômio tradição/ruptura é fundamental para a vida da tradição, uma vez que esta busca sustentação na continuidade e na mudança. Por isso, ser refratário às mudanças é o mesmo que rejeitar o intercâmbio cultural, as conexões com segmentos de outras identidades culturais, de novas projeções sociais.

Tudo isso, entretanto, não impede a presença de referentes de pertencimento, estabilidade e continuidade, disputando espaços com a descontinuidade, o deslocamento e o imprevisível. De modo que a ruptura não ocorre na relação do velho com o novo, uma vez que a dinâmica da cultura permite que o novo contenha o velho, mas se dá em relação a outros aspectos do complexo conjunto cultural.

Por conseguinte, a tradição que uma geração transmite a outra, que a sucede sofre inúmeras modificações, que lhes vão sendo acrescidas ou subtraídas, ou que recebem nuances diferentes, de acordo com as possibilidades e as influências experimentadas pelos diferentes grupos sociais que as adotaram em diversos lugares. As tradições recebidas simbolizam o legado da cultura, construído por meio de processo instável, em que, enquanto alguns traços se perdem, outros, aos poucos, vão se agregando. É essa dinamicidade que propicia a convivência entre a conservação de antigas tradições e a adoção de elementos inovadores.

Dessa forma, a ruptura decorrente do processo de mudança, permite que a tradição se renove, mantendo-se viva. O processo renovador, que marca a tradição, é constatado até por pessoas leigas no assunto, que são sensíveis às transformações em curso no seu cotidiano. É essa sensibilidade que lhes permite proferir enunciados comparativos como: “No meu tempo não era assim”. “Não se fazem mais festas como antigamente”. “Naqueles tempos, o tratamento entre patrão e peão era muito diferente”. “Hoji im dia, us patrão abandonar tu du issu aqui, as fazenda, vèim di veiz im quandu i vai imbora, tem piãu qui nunca viu u patrãu.” “Se fosse no meu tempo...” Muitos autores vêem nessas constatações certo grau de nostalgia em relação ao passado.

²¹ BORNHEIM, G. A. Op. cit.

Elocuções desse tipo explicitam que as pessoas registram que os acontecimentos, hoje, se processam de forma diversa, de acordo com a criatividade humana, que recria as tradições, por meio da introdução de nova maneira de conhecer, interpretar e repassar os conhecimentos e as crenças, vivenciadas na sociedade contemporânea, dominada pela mídia e pela informática, enfim, pelo impacto das tecnologias na tradição.

No imaginário popular, a palavra tradição costuma remeter a práticas sociais, valores, crenças, rituais, conhecimentos e diversões, que se perdem nos fios do tempo e chegam até o presente praticamente intactas. Retornando a Bornheim, quando considera que as pessoas se encontram “inseridas numa tradição, a ponto de revelar-se muito difícil desembaraçar-se de suas peias.”, essas peias passam por rupturas capazes de, aos poucos, possibilitar a acomodação entre o novo e o antigo. Isso asseguraria o caráter mutável que a sustenta e a transforma num processo sempre inacabado. Cabe a cada geração, que a recebe, adaptar-lhe um novo detalhe, dar-lhe um toque de contemporaneidade, ou mesmo, reinventá-la.

Isto posto, é impossível falar sobre o homem pantaneiro, sem que se leve em conta a dualidade tradição/mudança, encarando a mudança como a ruptura, o deslocamento em relação àquilo que se encontra estabelecido e legitimado como tradicional, ou seja, com as práticas mais antigas, adquiridas pelo repasse de experiências, saberes e valores que acompanham as gerações.

Algumas dessas práticas tornaram-se impossíveis de serem fielmente conservadas, devido às transformações de hábitos, às interdições, à criação de leis e de normas sociais, emanados em consequência das mudanças socioeconômicas e culturais, que afetam a maneira de ser da sociedade atual. Exemplos significativos podem ser encontrados no cotidiano, em especial, no tocante a certas formas de lazer, em algumas fazendas pantaneiras, bem como nas formas de manejo da pecuária, em que os modos tradicionais perdem espaço para as novidades impostas, principalmente pela concorrência do mercado essencialmente consumista.

Até antes da proibição à caça às onças, essa atividade constituía-se em um tipo de diversão tradicional, que era exercida como esporte, muito concorrido, em algumas fazendas. Acontecia em época mais ou menos certa e obedecia a um ritual trabalhoso, que divertia seus participantes, posto que, para segurança, contavam com a perícia dos zagaieiros das fazendas que cultuavam esse tipo de

atividade. A caça esportiva deixou de existir, por força da interdição legal à caça às onças, por se encontrarem em processo de extinção. O que determinou o fim de uma tradição, nesse caso, foi uma ordem legal que impôs a mudança de uma prática social que já era considerada tradicional nos pantanais.

Disso tudo, parece razoável afirmar que o próprio pantaneiro, no decorrer do tempo, vem sendo coagido a enfrentar uma pluralidade de ofertas de escolhas que o levam a oscilar entre perseguir velhas tradições, muitas decadentes, ou aderir aos aspectos inovadores das novas tradições.

Além disso, as mesmas tradições culturais não se atualizam sempre da mesma maneira, nos diversos lugares onde se realizam. Elas apresentam nuances diferentes, de acordo com o contexto cultural e a época em que se efetivam. Embora existam sempre traços comuns identificadores de uma dada tradição, outros há que a diferenciam, em relação ao espaço geográfico ou à época de sua concretização.

De forma que uma mesma comemoração tradicional pantaneira pode apresentar características mais conservadoras ou mais inovadoras. Isso reforça a idéia de que o conceito de tradição agrega traços semânticos muito mais amplos do que aqueles que lhe são normalmente atribuídos. Por isso, o oscilar do pantaneiro entre o apego às velhas tradições e o apelo à adesão às mudanças é uma atitude normal, principalmente numa comunidade tão complexa como o Pantanal de Mato Grosso do Sul.

Considerações finais

De tudo que foi colocado neste recorte sobre a cultura e tradição pantaneiras pôde-se perceber que os pantanais atravessam um período de transição do culto ao tradicional para a adesão às novidades, introduzidas principalmente pela tecnologia eletrônica, que, em curto espaço de tempo, colocou o Pantanal no contexto da globalização, que lhe vem emprestando novas configurações histórica, social, cultural e econômica.

Durante mais de dois séculos foi possível ao pantaneiro, conforme ele mesmo proclama, redimensionar o espaço do cotidiano, em que se incluem as rela-

ções familiares, o convívio com a vizinhança, bem como a construção de seu *habitat*, em consonância com as necessidades de adaptação ao ambiente natural. Dessa inter-relação entre homem e natureza nasceram e legitimaram-se as tradições pantaneiras, apoiadas num processo interativo entre ser humano e ambiente natural. Foi a implantação das primeiras fazendas, que deu origem às tradições culturais, que iriam orientar a vida local, durante séculos.

Entretanto, com a transformação dos modos de vida, devido ao constante fluxo de mudanças, que interferem nas formas tradicionais de identidade, alterando as práticas do dia-a-dia, que se tornaram mais flexíveis e abertas às influências de outras culturas, não foi mais possível considerarem-se as tradições pantaneiras como imutáveis.

Mas, paradoxalmente, não se pode, também, ignorar que o presente se constrói com base nas tradições repassadas como experiências vividas. Essas noções não faltam aos habitantes locais que, ao mesmo tempo em que não conseguem se desvencilhar das velhas tradições, não deixam de aderir aos apelos da vida em tempos de pós-modernidade.

A considerar-se que os tentáculos da globalização já estendem seus efeitos sobre a economia, a cultura, a organização social e política dos pantanais, cabe refletir sobre a estruturação de novas perspectivas de vida, centradas em concepções e atividades cada vez mais distanciadas daquelas que as pessoas costumam tomar como modelo, quando se referem aos afazeres tipicamente pantaneiros.

Assim, para o pantaneiro, deixar de lado certos hábitos e valores tradicionais, ou mesmo, alguns aspectos deles provoca, em certo sentido, um sentimento de despertencimento, em relação a tudo que sempre fez parte de experiências até então vivenciadas e partilhadas. Vem daí o “deslocamento” das estruturas tradicionais, que se reconhecem desprovidas de seus instrumentos de resistência e se tornam fragilizados diante dos sucessivos aparatos da tecnologia atual.

Cabe refletir sobre as conseqüências desse novo cenário, que se projeta na configuração de uma região, em que seus habitantes se vêem coagidos a abandonar ou a afrouxar seus hábitos e costumes, fundados na pecuária, e instituir novas formas de sustento dentro de contextos adversos.

Pôde-se, portanto, constatar que, embora os pantaneiros típicos demonstrem apego às velhas tradições, as condições sociais e econômicas vivenciadas nos últimos tempos vêm enfraquecendo o apego às formas tradicionais. Esses procedimentos são reforçados principalmente diante dos apelos da sociedade capitalista, com suas armadilhas e arapucas, destinadas a acelerarem o processo consumista que a sustenta em todos os sentidos, ao aprimorar os instrumentos de sedução pela novidade e pelo inusitado.

Homens, Mulheres e a Natureza: a Violência e a Resistência na Luta pela Terra no Extremo Oeste Paulista

Maria Celma Borges*

Os campos do Vale do Paranapanema e do extremo-oeste paulista trouxeram (e trazem) consigo um histórico de lutas envolvendo os indígenas, pequenos arrendatários, sitiantes, posseiros e bóias-frias ao se depararem com o domínio da terra e da gente, exercidos pela grilagem e concentração da propriedade. Porém, a esse cenário os sujeitos reagiram. Este artigo é um desdobramento da tese de doutorado intitulada “De pobres da terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema - SP”.

Palavras-chave: camponeses, concentração da propriedade, Pontal do Paranapanema-SP.

The fields of the Vale do Paranapanema and of the far- West of São Paulo state, have a history of struggles where the subjects were the Native Brazilians, small leaseholders, ranchers, rural workers that historically faced the rule of the land and people by a small group of landowners that concentrated the land property. But to this historical background the peasants reacted. This article develops some issues of my thesis “From

Apresentação

Para um estudo das práticas e representações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema, da última década do século XX aos primeiros anos do XXI, faz-se necessário buscar a história da questão agrária desde meados do XIX na região. Na leitura das fontes, de fins daquele século até os jornais prudentinos, publicados a partir da década de 1920, bem como da bibliografia específica, é possível perceber que, para além da violência, vista como explicativo exclusivo da história, houve a resistência, expressa nas lutas das populações indígenas na defesa de seu

*Profª. Adjunta do Curso de História. Campus de Três Lagoas/UFMS. vtorwagner@yahoo.com.br

poor peasant to Movimento Sem Terra: practices and representations peasants in the Pontal do Paranapanema – SP”.

Key words: Peasants; concentrated the land property; Pontal do Paranapanema-SP.

território, bem como nas ações dos camponeses na tentativa de permanecerem na terra com suas roças de subsistência, mesmo que sujeitos, constantemente, aos desmandos do grileiro. Configurou-se, desse modo, um espaço de lutas, dando novos contornos a história da ocupação da terra no Pontal. São estas questões que gostaríamos de discutir neste momento, com enfoque para a luta camponesa, afim de que se possa conhecer parte da história dos homens e mulheres que por aquelas paragens viveram, nelas imprimiram suas marcas, seus sonhos, suas utopias, dando uma outra conotação a uma terra quase que consagrada pelo grilo.

Homens, mulheres e a natureza: A violência e a resistência na ocupação do extremo oeste paulista

A história do extremo oeste paulista foi marcada pela penetração violenta da “frente pioneira” nos sertões das zonas “novas” e não difere de outras localidades do país, já que traz consigo o desnudamento da aliança entre aqueles que tiveram em mãos as armas da “conquista” – fosse pelas bandeiras ou pela catequese, pelas falcatruas e grilos – e o Governo¹, ao agir sorrateiramente frente aos conflitos entre as populações indígenas, posseiros, pequenos arrendatários, sitiantes e

¹ Essa questão pode ser evidenciada na própria publicação do governo do estado de São Paulo, intitulada CADERNOS ITESP. *Cultivando sonhos*: caminhos para a assistência técnica na *Reforma Agrária*. n. 07, Nov. São Paulo: ITESP, 1998., p.100. Conforme essa publicação, a ocupação do Pontal do Paranapanema: “Foi uma ocupação, que apesar de ilegal, realizada com violência e de forma predatória ao meio ambiente, contou com a total inércia do Estado, que não reconheceu como válidos os títulos exibidos ou as posses declaradas, mas também não coibiu essa prática abusiva, nem cuidou das terras que lhe pertenciam, não dando a elas uma destinação mais condizente com o dever do Estado, de proporcionar o bem estar social”. Observa-se ainda que “a maior parte dos fazendeiros e negociadores das terras eram (sic) políticos da região ou pessoas ligadas ao governo ou políticos estaduais”.

os grileiros que pelas áreas devolutas da região do Pontal do Paranapanema iam tranquilamente se instalando.

Mas, além das especificidades da questão agrária nesta região, a história de usurpações de que foi palco se fundamentou ainda no que ocorria no contexto nacional de meados do século XIX, principalmente a partir da Lei de Terras de 1850. Martins estudando esta questão afirmou que, com a instituição desta Lei, a terra devoluta não mais poderia ser ocupada senão através do processo de compra e venda. Nesse aspecto: “Os ocupantes de terras e os possuidores de títulos de sesmarias ficaram sujeitos à legitimação de seus direitos, o que foi feito em 1854 através do que ficou conhecido como Registro Paroquial”². Para esse autor, a Lei e sua regulamentação subsequente, no ano de 1854, contribuiu para codificar os interesses combinados dos fazendeiros e dos grandes comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais na continuidade da exploração da força de trabalho dos camponeses.

A elaboração dessa Lei, além de revelar o interesse dos grileiros na regulamentação da propriedade da terra, demonstrou também a conscientização das classes dominantes para a existência do elemento rural pobre. Por essa perspectiva, ela foi clara em relação ao processo de compra e venda da terra e a sua transformação em mercadoria. Surgia então uma grande indústria de falsificação de títulos de propriedade que, em sua maioria, datavam de um período anterior a Lei e ao Registro Paroquial. Assim, os títulos de propriedade falsificados eram registrados em cartórios oficiais, com a conivência dos escrivões e dos demais funcionários.

A Lei de Terras de 1850, e as subsequentes, se por um lado veio evidenciar a ineficácia para a regulamentação jurídica das terras, – haja vista a inexistência de um corpo técnico capaz de dar conta desta ação e, fundamentalmente o fato de os interesses privados se sobreporem aos dos pobres da terra –, por outro, veio ainda apresentar as medidas adotadas pelo Estado para a permanência da concentração fundiária, da grilagem, e a conseguinte exclusão do direito a terra aos camponeses.

² MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo : Ciências Humanas, 1979, p.29.

Em relação ao encaminhamento dado à discussão das posses e da propriedade das terras devolutas, nas últimas décadas do século XIX, Petrone acentuou que: “[...] no fim do Império, Antonio Silva Prado, Ministro da Agricultura, apresenta em 1886 a Câmara, um projeto que envolvia terras devolutas e previa que ‘as posses mansas e pacíficas adquiridas por ocupação primária ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas ou com princípio de cultura ou morada habitual’ devem ser legitimadas.”

Segundo essa pesquisadora, o ministro Antonio Silva Prado fazia, entretanto, a seguinte ressalva: “[...] por princípio de cultura não se entenderá os simples roçados, derrubadas ou queimadas de matos não acompanhadas de cultura efetiva e morada habitual”³.

A preocupação no estabelecimento de leis que viessem a regulamentar a propriedade da terra, no século XIX, centrava-se também na questão da imigração e da abolição da escravatura. Não era de interesse dos grandes proprietários a transformação de “suas posses” em núcleos coloniais para abrigar os imigrantes, ou em territórios livres para a ocupação dos ex-escravos e dos demais trabalhadores pobres nacionais.

Em 1891, as terras devolutas, antes pertencentes à União, foram decretadas como de responsabilidade dos respectivos estados, cabendo a eles as medidas necessárias para a sua preservação. Refletindo a respeito dessas terras e da estrutura fundiária do estado de São Paulo, nos anos posteriores ao Registro Paroquial, Petrone observou com perplexidade a falta de informações das terras devolutas, particularmente em torno do oeste paulista. Salientou esta autora que: “parece que havia pouco interesse por parte dos paulistas e das autoridades em identificar terras devolutas que, segundo a Lei de Terras poderiam ser destinadas à instalação de núcleos coloniais de pequena propriedade com imigrantes, o que não interessava ao grande proprietário paulista”⁴.

Escrevendo sobre o povoamento do Vale do Paranapanema, Cobra⁵ apontou para as feiras de Sorocaba no século XIX em que se comercializavam muares,

³ PETRONE, Maria Tereza S. *Aspectos da rede fundiária em São Paulo no século XIX: o problema das posses. Anais da Semana de Estudos de História Agrária*, Unesp, Assis, 1982, p.18.

⁴ Idem, p.18.

⁵ COBRA, A. N. *Em um recanto do sertão paulista*. São Paulo: Tipografia Hennyey, 1923.

fumo, toucinho, dentre outros produtos, como um espaço de comunicação entre os mineiros e os paulistas, contribuindo para o alargamento de informações sobre as áreas devolutas do oeste paulista. O autor considerou que, anterior às feiras, as investidas dos paulistas nas minas das Gerais contribuíram também para o conhecimento da existência de terras de cultura ainda “desocupadas” no oeste de São Paulo, particularmente no Vale do Paranapanema.

Nesse cenário, à margem do rio Paranapanema, no momento anterior à investida do grileiro José Teodoro de Souza – visto por grande parte da bibliografia que trata da região como o primeiro habitante branco das terras do Vale do Paranapanema –, Sampaio apontava, em fins do século XIX, para a existência longínqua de ruínas de duas antigas reduções, a de N. Senhora de Loreto, na barra do Pirapó, e a de S. Ignácio, na barra do rio de mesmo nome⁶. Ambas constituídas pelos padres jesuítas que no século XVII reuniam os índios para a catequese e destruídas pelas bandeiras que por ali chegaram. Os autores que discutiram a região chamaram a atenção para a existência de uma terceira redução nas margens do Paranapanema, denominada Sta. Inês, também destruída pelos bandeirantes.

Desse modo, o processo de ocupação das terras no Vale e Pontal do Paranapanema, e a conseqüente formação de latifúndios, foi movido primeiro pelas ações dos bandeirantes na destruição das antigas reduções e dizimação dos povos indígenas, e em seguida pela presença de “frentes pioneiras”, oriundas, em fins do século XIX, de Minas Gerais, responsáveis também pelo extermínio das populações indígenas e pelo início da grilagem de terras.

Esta “frente pioneira” que ia penetrando os sertões de Campos Novos, desde o Turvo até a frente do Laranja Doce, segundo Sampaio, formava “[...] uma série de estabelecimentos de agricultura e de criação, ao longo da única estrada que penetra nestas terras afastadas, ainda a pouco conquistadas ao índio”. Ressaltou

⁶ Sobre as missões jesuíticas do Vale do Paranapanema, afirma Sampaio que: “É verdade que, em o século 17º, missionários jesuítas espanhóis aí fundaram na margem do sul algumas reduções de guaranis, subordinadas à província Guaíra, que os Paulistas depois destruíram. Mais tarde foram por parte do Brasil restauradas ou fundadas missões na mesma margem do sul, as quais pouca duração tiveram; não restando agora senão ruínas e ficando a região tão ignorada como de antes”. In: SAMPAIO, T. Considerações Geográficas e Econômicas sobre o Valle do Rio Paranapanema. *Boletim da Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo*. São Paulo, Typographia King, n.4, 1890, p.88.

ainda que nessa última década do século XIX: “A população, que hoje aflui a estes sertões, é quase toda oriunda do sul de Minas, donde vem em bando considerável, ao menos até 1886; composta toda ela de criadores e de agricultores, representando-se por famílias inteiras, transportando-se para estas longínquas paragens com todos os seus haveres, abundância de gado e de capitais [...]”⁷

Deu-se também a chamada “frente de expansão”, principalmente a partir do século XX, em vista do crescimento das linhas de transporte e valorização das chamadas “zonas novas”, com o impulso da economia cafeeira. Dos anos de 1930, em diante, a origem dos trabalhadores que se destinavam aos campos do Pontal do Paranapanema ampliou-se para outras regiões, divisas com o Pontal do Paranapanema, como o sul do antigo Mato Grosso e o Paraná, bem como por trabalhadores oriundos do Nordeste, especialmente nos anos 50 e 60, expulsos pelas condições de vida e de trabalho em sua terra natal, atraídos, então, pelos novos arrendamentos e pela estrada de ferro que viria a cortar as reservas naturais da região.

No início da década de 1950⁸, milhares de migrantes, principalmente nortdestinos, deixaram sua terra natal, seguindo para o sul e sudeste brasileiro à busca de melhores condições de vida. A leva de homens e mulheres que pelos campos do Vale e Pontal do Paranapanema chegava, trazendo consigo o sonho do “enraizamento”, de um lugar onde se pudesse trabalhar, viver e fazer brotar a raiz, defrontou-se com a constituição do latifúndio e a imensidão de pastagens, restando-lhes o trabalho como pequenos arrendatários nas terras de outrem, para em período próximo muitos se tornarem posseiros ou bóias-frias pelas grandes propriedades e destilarias da região. Mas, a esse cenário reagiram...

Bosi discutindo as camadas populares, assinalou o peso da conquista colonial para o desenraizamento dos sujeitos da terra e de seu modo de vida. Trazendo o debate para o processo de ocupação da terra tornam-se reveladoras as suas con-

⁷ Idem, p.105-106.

⁸ Nesse aspecto ver: *A Voz do Povo*. “Entrada de trabalhadores nacionais em Território Paulista”. Presidente Prudente, 23 de outubro de 1955, n.1742, p.3. Nessa matéria, salienta-se que: “Confrontando-se os quadros estatísticos referentes à entrada de trabalhadores nacionais destinados à lavoura paulista, verifica-se que o ano de 1952 foi dos mais movimentados, acusando índices jamais antes alcançados. No ano em apreço o Departamento de Imigração e Colonização encaminhou a lavoura do estado de São Paulo [...] nada menos de 253.647 trabalhadores agrícolas, que demandaram os nossos municípios através das principais ferrovias que cortam o território estadual”.

siderações, ao assinalar que: “No campo brasileiro a conquista acontece sob as formas de monocultura e pastagens. O arroz, a soja, a cana, provocam tão forte migração de lavradores que constituem genocídio pelo número dos que vem morrendo no caminho para o Sul”.⁹

Para esse processo desenfreado de violências, seriam as águas o caminho móvel e veículo natural para as primeiras explorações do interior do oeste paulista, as quais resultaram no passo inicial para a constituição desse quadro de grilagens de terra. Desse modo, no ano de 1856, José Teodoro, seguindo por Botucatu, atingiu as vertentes do rio Pardo, passando pelos campos de Lençoes e por São Domingos, Distrito de Paz, criado em 1854. Conforme Cobra: “Partindo sempre pelos campos, chegou ao rio Turvo, onde demoraria alguns anos para se constituir a vila de S. Pedro, local em que se encerravam as posses já conquistadas”.¹⁰

Contou Cobra que das primeiras incursões pelo Vale do Paranapanema, o grileiro José Teodoro de Souza não fora vítima de nenhuma ação das populações indígenas, na medida em que “[...] costumam deixar em paz quantos se limitem a passar; somente não consentem se levantem ranchos ou se abram roças; investe contra os que ousam fazê-lo e os massacram”. Esse personagem, no ano de 1856, registrou em seu nome uma extensa área de terras localizada no Vale do Paranapanema. O vigário da paróquia de Botucatu, Modesto Marques Teixeira, foi o autor da “legalização” do grilo inicial da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Diante desse Registro, posterior à Lei de Terras de 1850 e ao Registro Paroquial de 1854, assinalou Cobra que: “Aos posseiros deixou-se larga margem para arbítrio: podiam estender-se nessas declarações o quanto seu arrojo alcançasse. A lei, antes de trancar a porta de entrada, convidou a entrar a todos quanto fora se achavam”.

Por se tratar de ocupação recente, esse grilo figurava como nulo diante da lei. Como caminho para “se sair do embaraço”, José Teodoro “[...] declarou perante o vigário de Botucatu que sua posse se realizara em 1847, três anos, portanto, antes de 1850 e nove, antes de 1856”¹¹. Conforme essa narrativa, acercando-

⁹ BOSI, E. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, A. (Org). *Cultura Brasileira – temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987, p.17.

¹⁰ COBRA, Op. Cit, p.17

¹¹ Idem, p.17.

se de sua família em Minas Gerais, rapidamente mudou-se para o Vale do Paranapanema.

Joaquim Alves de Lima acompanhou a expedição exploratória inicial organizada por José Teodoro, sendo que seu filho, João Evangelista de Lima, tornar-se-ia personagem conhecido, num futuro próximo, na história de grilagens da fazenda Pirapó-Santo Anastácio, da qual originou a área hoje denominada Pontal do Paranapanema.

Em 1865, grande parte das terras griladas por José Teodoro já apresentava volume considerável de vendas. Conforme Monbeig, o autor desse grilo inicial

[...] cedia de modo muito liberal as parcelas do seu pequeno reino [...] no curso de uma de suas viagens a Minas, aonde ia recrutar clientes, sentiu tamanha admiração pelos talentos musicais de um escravo, que o comprou de imediato, pagando em terras [...]. Nos contou ainda este autor que “Atribuiu-se-lhe também outra liberalidade; numa expedição, de tarde, muito satisfeito com o jantar preparado pelo cozinheiro, doou-lhe uma aguada!”¹²

Entretanto, os que recebiam essas parcelas de modo liberal, e mesmo a maioria dos compradores, não se dispuseram, naquele contexto, a se embrenhar pelos “sertões desconhecidos”. Mas, o conflito bélico entre a Tríplice Aliança e o Paraguai contribuiria para acelerar o processo de ocupação das áreas devolutas do Vale do Paranapanema, pois aqueles homens que receavam ser recrutados como “voluntários” para a guerra, rapidamente seguiram para a região. Pela idade, muitos mineiros já estavam isentos do serviço militar, porém, acompanharam filhos e netos para os rincões paulistas.

A comercialização das áreas devolutas no Vale do Paranapanema avolumava-se em fins do XIX. A corrida desenfreada dos grileiros para a tomada dessas áreas deixou um registro de violências que permaneceu na história e na memória dos habitantes do lugar. Inserido na microrregião da Alta Sorocabana, o Pontal do Paranapanema não teve uma história diferenciada, até por serem os personagens do processo de ocupação dessa região praticamente os mesmos, e as suas ações similares ao que ocorria por todo o Vale, particularmente nas falcatruas para a legitimação do grilo.

¹² MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Pólis/Hucitec, 1984.

Em viagem realizada no ano de 1886, por meio da Comissão Geográfica e Geológica do Vale do Paranapanema, percorrendo sobre as terras públicas e as posses efetuadas no seu interior, ressaltou Sampaio que eram essas as questões mais importantes para se pensar os problemas que afligiam a região: “As antigas posses, tão vagamente definidas quanto firmemente sustentadas pelos interessados, alastram como manchas de azeite sobre o papel, nunca lhes faltando capacidade para inúmeras vendas parciais [...] São comuns nestes sertões as posses legitimadas que compreendem o vale inteiro de um rio, encerrando enorme superfície num perímetro de mais de 12 léguas.”¹³

A exposição de Sampaio elucidou como se davam as ações dos grileiros de terras, como, por exemplo, por meio de medições fantásticas, bem como o descaso do Estado ao fingir ignorar o que ocorria, não tomando, com isso, medidas cabíveis para dar fim a esse estado de coisas, revelado nas constantes ilegalidades frente às áreas devolutas e na decorrente violência contra os camponeses .

Como “manchas de azeite sobre o papel”, como salientou Sampaio, desenhava-se a violência. Resistir ao “esparramento” das manchas implicava o confronto direto com os grileiros. Aos posseiros e sitiados restava ou embrenhar-se ainda mais para o interior do “deserto desconhecido”, ou enfrentar a situação, o que costumadamente resultava no confronto, em assassinatos, queimas de ranchos, expulsões dos sítios, etc.

No início do século XX, mesmo frente ao povoamento esparsos dos posseiros e sitiados e a especulação de terras por parte dos grileiros, ainda permanecia em território entre o rio Tiete, ao norte; Paraná, a oeste; e Paranapanema, ao sul, as várias designações de “deserto desconhecido”, “terrenos desconhecidos” e “sertão desconhecido”.

Pelos caminhos que conduziam aos chamados “sertões”, além de São Pedro do Turvo, primeiro povoado fundado por José Teodoro, surgia São José do Rio Novo, denominado futuramente de Campos Novos do Paranapanema, o qual se tornara sede da comarca de mesmo nome.

¹³ SAMPAIO, Op. Cit, p.112.

No ano de 1875 falecia José Teodoro, no povoado de S. Pedro do Turvo. Das terras que grilara, quase todas foram rapidamente comercializadas no decorso do século XIX. Os valores do alqueire foram estabelecidos a preço irrisório, de modo que, para a sua segunda esposa, não houve inventário. Já para a primeira esposa, o saldo havia sido negativo.

Em 1886, João Evangelista de Lima, na tentativa de legitimar o grilo da fazenda Pirapó-Santo Anastácio retomou o processo de grilagem. Envolveu, para tanto, no ano de 1890, em forma de permuta, um outro grilo denominado fazenda Boa Esperança de Água Pehy, que era de posse inicial de José Teodoro, mas, em 1890 já pertencia a Manuel Pereira Goulart, um dos fundadores do município de Presidente Prudente.

Consolidava-se a farsa, mas não por muito tempo, já que, como constam das fontes analisadas, principalmente as produzidas pelo jornal “A Voz do Povo”, órgão da imprensa regional nascido em 1926, em Presidente Prudente, eram comuns as contendas entre grandes grileiros na Pirapó-Santo Anastácio. Dentre elas, destacamos, em fins dos anos de 1920, a briga acirrada entre Francisco de Paula Goulart, suposto herdeiro de Manuel Pereira Goulart e a Companhia de Fazendeiros de São Paulo, encampada pela Companhia Marcondes, de propriedade de José Soares Marcondes, para decidir a quem pertenceriam às terras da denominada fazenda, dentre outras áreas em litígio envolvendo os dois personagens.

Entre as décadas de 1920 e 1930, o Cel. Marcondes e o Cel. Goulart revezavam o poder político no município e Comarca de Presidente Prudente, expondo para a região da Alta Sorocabana o significado do “mandonismo local”. Trechos retirados de um Edital de Contra-Proteto, publicado no jornal “A Voz do Povo”, no ano de 1926, endereçado por Francisco de Paula Goulart a José Soares Marcondes, ilustraram essa afirmação. Assim, conforme Goulart:

[...] o coronel José Soares Marcondes, diretor gerente da Companhia Marcondes que encampou a Companhia dos Fazendeiros de São Paulo, com a qual o Suplicante mantém, no foro local e no da Capital do Estado demandas por questões de terras, tendo uma, de grande vulto, perdido aquela Companhia por veranda sentença do ilustre Juiz de Direito desta Comarca. Não se contentando o Presidente e o Prefeito, filho do Coronel Marcondes de protestarem contra ‘irregularidades e abusos’ que dizem a ultima Câmara Municipal praticou, ainda levaram a sua audácia em requerer que desse protesto fosse intimado o Suplicante com sua mulher para que não possa

alienar ou onerar quaisquer bens de sua propriedade ou realizar qualquer transação, negócio ou ato que onere ou desfalque o seu patrimônio [...] A população laboriosa e honesta desta cidade de que o Suplicante foi o fundador dispendendo e perdendo com isso muitas dezenas ou centenas de conto de reis, está vendo a mão de celebre Coronel Marcondes que pretende ver se impede que o Suplicante venda as glebas de terras de sua propriedade, que certos conhecidíssimos GRILEIROS tem procurado, mas em vão roubar [...] O Suplicante acredita que a maioria da Câmara Municipal não apóia essa atitude inconsciente dos seus representantes, principalmente o prefeito, que publicamente agachados num protesto judicial querem passar diploma de desonestidade aos membros da Câmara passado, os quais não são falidos como o CORONEL JOSE SOARES MARCONDES que manda seu filho, o menino Prefeito e seu advogado como Presidente da Câmara, usem de processos tais para evitar ou vê se evita concorrência na venda de terras neste Município e na Comarca [...].¹⁴

Este Edital desvela o histórico de usurpações cometidas sobre as áreas devolutas do Pontal e, conseqüentemente, sobre os camponeses, pobres da terra, da região. O jogo de nomes de rios e de pessoas derivando nas falsificações de documentos oriundos de tais ações, desde meados do século XIX, foi uma prática ilustrativa de como se processou essa “ocupação”, sem contar nas inúmeras outras falcaturas que foram se aperfeiçoando pelos campos do Vale e Pontal do Paranapanema, no século XX.

No Edital de venda de terras, exposto a seguir, destacam-se várias questões que demonstram a problemática do consórcio de terras na região do Pontal do Paranapanema já na segunda década do século XX. Dentre as questões tratadas por este Edital, assinalamos a ênfase dada ao fato de que as terras a serem adquiridas eram próximas à linha da Estrada de Ferro Sorocabana, sugerindo o peso por ela trazido para as facilidades de negociação e atrativo aos compradores.

TERRAS DE PURA CULTURA

Vende-se um lote de 300 alqueires de superior terra para café e um outro lote de 100 alqueires, terras essas que ficam na fazenda Santo Anastácio, distante 20 quilômetros da linha, Altitude das terras, 510 metros, vestimenta das terras figueira branca, Pau d’Alho, ortigão e jangada. Benfeitoria: 20 alqueires de roça e inverno. Facilita-se metade do pagamento à prazo de um ano.

¹⁴ *A Voz do Povo* “Edital de Contra Protesto”. Presidente Prudente, 06 de junho de 1926, n.03, p.3.

Vende-se um lote de 56 alqueires de superior terra para café. Benfeitorias: 3.500 pés de café de 1 a 2 anos, 1 alqueire e meio de pasto formado, 1 empreiteiro contratado para formar 12.000 pés de café por 4 anos e distante 8 quilômetros da linha.

Facilita-se metade do pagamento, a prazo de 1 ano.

Vende-se um lote de 50 alqueires de superior terreno de cultura, e também metade do lote (25 alqueires) terras essas que foram adquiridas da Companhia Viação, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, a 10 quilômetros da linha. Facilita-se o pagamento conforme combinação

Informações com

Pedro Emenente

Negócio sério, não se aceitando intermediários.¹⁵

Destacamos ainda o fato de que, como se fosse mercadoria, junto aos pés de café e pasto formado, havia o anúncio da existência do “empreiteiro contratado” para formar o cafezal pelo prazo de quatro anos. Nesse Edital, café, pasto e homem adquiriam a mesma dimensão, o que possibilita compreender como os camponeses eram costumeiramente tratados na região em estudo. Um outro elemento aí presente e comum em inúmeros outros editais publicados naquele período, é a afirmativa de que as terras eram “livres e desembaraçadas de quaisquer ônus”, observação que, diferentemente do vivido na região, objetivava convencer ao comprador da legalidade de sua aquisição.

Contribuindo para o processo de grilagens de terra e futuro consórcio, destacamos ainda, no Vale do Paranapanema, a abertura de uma estrada boiadeira, no ano de 1893, planejada por Olavo Hummel e construída entre o povoado de São Mateus à margem do rio de mesmo nome, em Campos Novos do Paranapanema, passando pelo Vale do rio Santo Anastácio até a margem do rio Paraná, tendo por objetivo interligar os portos dos estados de São Paulo e de Mato Grosso. Essa estrada serviria como desenho para os traçados dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, contribuindo ainda para o surgimento do próprio nome da região “Alta Sorocabana”.

¹⁵ *A Voz do Povo*. “Anúncio de Venda de Terras”. Presidente Prudente, 30 de maio de 1926, n. 02, p.03.

Os planos de construção da estrada boiadeira não chegaram a ser concluídos, porém, em 1904, no governo de estado de Jorge Tibiriça, essa estrada boiadeira de São Mateus foi reaberta pela firma Diederichsen Tibiriça, sendo sucedida em sua construção pela Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, que obteve a concessão do governo estadual para explorá-la. Essa estrada era a via de acesso do gado que provinha dos Campos de Vacaria, em Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, passando antes pelo Porto 15, naquele Estado, pelo Porto Tibiriça às margens do Rio Paraná, dirigindo-se, por fim, para as zonas consumidoras da capital, via Estrada de Ferro Sorocabana, construída no ano de 1912.

A partir dos anos de 1920, com a expansão da estrada de ferro para os demais municípios da Alta Sorocabana, o cenário verde da Reserva Florestal Lagoa São Paulo, em Presidente Epitácio e das Reservas do Pontal e do Morro do Diabo, em Teodoro Sampaio, tornar-se-ia, em sua maior parte, cinza, em decorrência dos trilhos desenhados pelo interior das matas¹⁶, bem como da transformação das reservas florestais em pastagens.

Na década de 1940, o interventor federal, engenheiro agrônomo Fernando Costa, procurando dar cumprimento aos decretos que deram origem às reservas florestais, proposto no ano de 1941, iniciou, no ano seguinte, através do Departamento Jurídico da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, investigações a respeito da validade dos títulos de propriedade dos fazendeiros do Pontal. Após os levantamentos e estudos da região, a Procuradoria chegou à seguinte conclusão: “[...] nula e falsa a documentação do imóvel conhecido por Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, constituindo um grande ‘grilo’ da Alta Sorocabana, irmão xipófago do ‘grilo’ Boa Esperança do Aguapeí, existente na Alta Paulista”.¹⁷

¹⁶ Num artigo denominado “Assentados ontem os primeiros trilhos do Ramal de Dourados”, do jornal “Folha da Manhã”, de 17/01/1956, observamos que: “Essa nova linha que deverá estar concluída no próximo ano, terá uma extensão no território paulista de 215 quilômetros, cortando as terras dos municípios de Regente Feijó, Presidente Bernardes, Mirante do Paranapanema e Presidente Epitácio. Como se sabe, a ferrovia atravessará a área das reservas florestais do Morro do Diabo e do Pontal”. (Apud. VASQUES, A. C. B. *A Evolução da Ocupação das terras no Município de Teodoro Sampaio - S.P.* 1973. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, São Paulo, p.93.)

¹⁷ Idem. Cit, p.13.

No ano de 1947, o governo do Estado deu início aos levantamentos e medições das áreas do Pontal, com o objetivo de dar prosseguimento ao ramal da Estrada de Ferro Sorocabana que atravessaria o rio Paraná e chegaria a Ponta Porã no antigo Mato Grosso, passando por Dourados. Daí o projeto ter como denominação “Ramal de Dourados”. Nesse tempo, os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana já percorriam grande parte da região da Alta Sorocabana, chegando a Presidente Prudente no ano de 1919.

Conforme Belloto, a Estrada de Ferro Sorocabana foi o mais importante fator de integração do extremo-oeste do Estado, principalmente do sudoeste. Os trilhos “[...] em 1912, já tinham atingido Assis; em 1916, Bartira, e em 1919, Presidente Prudente. Finalmente, em 1922, chegavam às barrancas do Rio Paraná, em Porto Presidente Epitácio”.¹⁸

Ao propiciar a valorização econômica das áreas devolutas, as quais foram sendo devastadas e repartidas em lotes rurais e urbanos, os trilhos serviriam ainda para alicerçar a prática da grilagem das terras, possibilitando a sua “legalidade”, na medida em que pequenas áreas eram comercializadas aceleradamente por Companhias Colonizadoras com o aval do Estado.

Num cenário de expansão territorial baseado na exploração da mão-de-obra camponesa e na violação da natureza, era preciso “marcar” a terra, “risca-la” e ter a sua jurisdição, não importando o quanto a natureza e, nela, os homens e mulheres pobres tivessem que pagar por isso. A abertura de novos povoados, devido à chegada dos trilhos, tornou-se chamariz, como já salientado, nas décadas de 1950 e 1960, para os trabalhadores pobres, principalmente nordestinos, na busca de melhores condições de trabalho e de vida. A ação empreendida pela empresa colonizadora Camargo Corrêa, na construção da cidade de Rosana, nos anos 60, foi um exemplo disto. Em 1965, a ponta dos trilhos se encontrava a 10 quilômetros de Euclides da Cunha, tendo em Teodoro Sampaio a sua última estação em funcionamento. Esta Companhia Colonizadora, em idos

¹⁸ BELLOTO, H. L. Tentativas de fixação do povoamento no Estado de São Paulo e de integração do Vale do Paranapanema durante o Governo Jorge Tibiriçá (1904-1908). *Anais de História*. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, Assis. Ano VII, 1975, p.44.

dos anos 1960, apenas abriu os lotes para o povoado de Rosana, demarcou a área da futura cidade e colocou tudo à venda, não dando a mínima assistência aos homens e mulheres que ali se instalaram: “[...] a preocupação maior foi indubitavelmente a do lucro advindo da venda da terra que se valorizaria com a chegada da ferrovia e em função de sua posição geográfica em face da circulação e do crescimento econômico das regiões paranaenses e matogrossenses circundantes.”¹⁹

Leite, em artigo intitulado “O morro do diabo”, também evidenciou a corrida pela procura de terras na Alta Sorocabana a partir de 1940, devido ao papel das colonizadoras. Isso fez com que essas áreas fossem valorizadas excessivamente. No mesmo artigo esse geógrafo denunciou o “golpe de arrematação” ocorrido no Pontal do Paranapanema na década de 1940: “[...] consistiu em levar a hasta pública, algumas glebas situadas dentro do Perímetro da área reservada, por falta de pagamento dos impostos territoriais. Os arrematantes obteriam assim, um título legalmente fornecido pela justiça da Comarca”.²⁰

O denominado “golpe de arrematação” foi uma das estratégias do poder público para a legitimidade do que deveria ser para este mesmo poder considerado ilegal, ou seja, a derrubada das reservas florestais e a ocupação de áreas pertencentes ao Estado pelos grileiros que, utilizando-se do trabalho dos camponeses, colocaram abaixo milhares de hectares de reservas nas áreas devolutas do Pontal, com a derrubada de cerca de oito alqueires por dia. Em menos de 30 anos (1950 a 1978), as reservas florestais do Pontal do Paranapanema foram, em grande parte, devastadas. Esse quadro de violências contra os homens, mulheres e a natureza propiciou a luta dos pequenos arrendatários e posseiros para na terra permanecerem, questões que podem ser evidenciadas a partir do apontamento de alguns desses movimentos.

¹⁹ SALGADO, F. C. F. ; LEITE, J. F. e ALEGRE, M. Rosana, no Pontal do Paranapanema. *Boletim do Departamento de Geografia*. Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Presidente Prudente, 1970, p.12.

²⁰ *O Imparcial*. “O morro do diabo”. J. F. Leite. Presidente Prudente, São Paulo, 05 de junho de 1984.

No oeste e extremo oeste paulista: A luta dos camponeses para permanecerem na terra

Segundo Monbeig, na margem paulista do rio Paraná, em fins do século XIX e ainda na década de 1940, predominava a cultura do milho como forma de subsistência, paralela à produção do algodão, por ser uma cultura dos pequenos proprietários, donos ou não do solo. Sobre a cultura de subsistência, afirmou esse autor que: “O sitiante jamais abandona as culturas de subsistência, que intercala no seu algodoal plantado nos desbravamentos recentes, ou que ele localiza em um ou dois alqueires ocupados por plantações mais antigas”.²¹

Sobre os camponeses que vieram povoar o chamado “deserto desconhecido”, escreveu Giovannetti:

Quem desbrava, quem luta com o Jequitibá e com o Ipê, quem luta contra a onça, não pode ficar no contacto com a civilização que chega perto das moradias dos desbravadores. Esses homens, por índole e por um sentimento atávico, não se sentiam bem senão no rude contacto com a floresta secular. E, assim fugiam, traçando seus itinerários e na avançada, floresta a dentro, abriam o caminho dos outros homens de aventura.²²

Diferentemente da interpretação desse autor, ressaltamos que não seria “por índole e por um sentimento atávico” que os camponeses se embrenhavam na “floresta secular” e fugiam da “civilização”, abrindo caminhos para os grileiros, mas pela necessidade gestada no convívio com os mesmos, pela constante situação de expulsão de suas posses e sítios. Nesse sentido, a transitoriedade dos primeiros moradores não pode ser explicada pelo “nomadismo sem destino preciso”, mas pela incessante busca de uma terra em que pudessem plantar e ver chegar o tempo da colheita.

No interior de São Paulo, conforme Loureiro, além dos sítios em que se cultivava o algodão ao lado dos gêneros de subsistência, havia também as fazen-

²¹ MONBEIG, Op. Cit, p.297.

²² GIOVANNETTI, B. *Esboço histórico da Alta Sorocabana*. São Paulo: Empresa Gráfica da ‘Revista dos Tribunais Ltda’, s/d, p.73.

das, em que os fazendeiros, mesmo tendo o café como o produto por excelência, cediam algumas áreas de terra aos parceiros ou arrendatários para o cultivo de algodão, particularmente aquelas que eram impróprias para a cultura principal. Entretanto, a partir de 1950, a decadência da pequena lavoura paulista, levou, nas palavras de Loureiro, a um novo “processo de reaglutinação imobiliária”²³, momento em que os pequenos agricultores foram forçados a abandonar ou vender a baixo preço o seu pedaço de terra aos grandes fazendeiros ou pecuaristas, transformando-se, num futuro próximo, em pequenos arrendatários, posseiros ou mesmo migrantes para os grandes centros.

Nessa linha de análise, Cleps Jr.²⁴ afirmou que no processo de ocupação da microrregião da Alta Sorocabana deu-se a privatização das terras. Porém, os beneficiários não foram os pequenos arrendatários e posseiros, produtores da agricultura de subsistência, mas os pecuaristas e especuladores que, ou grilaram, ou pagaram um preço simbólico por essas terras.

Donato em romance mural²⁵ escrito nos anos 50, narrando o conflito entre o grande grileiro Paulo e os antigos moradores, expôs a saga de Libêncio e de sua filha, Sinhana, obrigados a abandonar a terra conhecida de uma vida inteira devido à perseguição realizada por Paulo.

Antonio, ao estudar a ocupação da Alta Sorocabana, reforçou as considerações de Donato sobre as grilagens de terra destacando o modo como se deu esse processo:

Nas apropriações indevidas, os grileiros para legitimarem suas posses tiveram que derrubar a mata e cultivar as terras, tornando-as produtivas, e o fizeram trazendo pessoas, no primeiro momento da ocupação, tais como: familiares, parente, agregados, amigos e interessados. Num segundo momento, já com muitos casos de grilagens e litígios, trouxeram migrantes, geralmente do Nordeste brasileiro, contratados como arrendatários, mas que não eram mais do que mão-de-obra barata a fim de realizarem

²³ LOUREIRO, M. R. G. *Terra, família e capital. Formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987, p.55

²⁴ CLEPS JR, J. *O Pontal do Paranapanema paulista: A incorporação regional da periferia do café*. 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, p.156.

²⁵ DONATO, H. *Chão Bruto: a conquista do Extremo Sudoeste Paulista*. São Paulo: Melhoramentos, 6. ed, s/d.

o desmatamento, na maioria das vezes em troca de uma ínfima quantia mensal e também de um pedaço de terra para cultivarem.²⁶

Quanto à violência contra os posseiros da região, conforme Leite, “[...] não eram raros os cadáveres vistos boiando em águas de riachos e rios do sertão sorocabano, vítimas de tocaias em picadões recém abertos”²⁷. Nessa linha de abordagem, expôs Donato que: “Num dia qualquer a voz blandiciosa dos que tinham a lei no bolso do casaco e os tiros dos que tinham a truculência na mira das carabinas, expulsaram o sossego antigo para a outra banda do Rio Paraná”²⁸. A “carabina, a bala e o fogo”, instrumentos costumeiros nas ações de despejo, foram apontados por esse romancista como referencial da forma como se desenrolavam as disputas pela terra.

No percurso do século XX, similar às primeiras décadas, o cerco em volta dos camponeses aumentava cotidianamente. Paralelo a esse cerco dava-se então a exploração da mão-de-obra dos pequenos arrendatários, como pudemos depreender do relato de Seu Francisco e de Dona Maria, ao terem que cultivar suas roças de subsistência intercaladas às áreas de pastagens, isso quando se fazia possível.

Seu Francisco e Dona Maria, ele sergipano, ela pernambucana, ao narrarem suas histórias de vida e de luta pela terra e na terra²⁹, contando-nos de que modo chegaram até os campos do Pontal do Paranapanema e, nele, ao Movimento Sem Terra, explicitaram o constante desenraizamento vivido pelos camponeses sem terra, ao terem que deixar o Estado natal, no início da década de 1950, partindo rumo às terras paulistas. Seu Francisco chegara no estado de São Paulo com apenas 18 anos. Dona Maria, com 15 anos. Ao serem indagados se já haviam trabalhado em muitas fazendas nas terras paulistas, Seu Francisco enumerou os

²⁶ ANTONIO, A. P. *O movimento social e a organização do espaço rural nos Assentamentos Populacionais dirigidos pelo Estado: Os exemplos na Alta Sorocabana no período de 1960 a 1990*. 1990. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.12

²⁷ LEITE, J. F. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. 1981. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, p.56.

²⁸ DONATO, Op. Cit, s/d, p.11.

²⁹ Entrevista. Seu Francisco e Dona Maria. Setor I, Assentamento São Bento, 05/05/2002.

diversos lugares por onde trabalhavam, o que cultivavam, a necessidade da partida para Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, o retorno, e a entrada no MST na busca da terra prometida:

Já trabalhei bastante. Fazenda e sítio já fui, Ave Maria!! Só de andar aqui, só de andar aqui em São Paulo velho, eu vou te falar!! Fiquei oito anos solteiro, trabalhando de peão. Depois é que a gente veio a casar, né? A gente veio a casar. Com depois de casado, a gente foi tocá algodão, tocá algodão. Depois do algodão, nós em fazenda, botei colhê café, tocá café. Depois larguemos o café, e fomos pro Mato Grosso. Fiquemos três anos lá. Depois, voltemo pra trás outra vez, e tocá café novamente. Mais o café não tava prestando não!! Aí foi lá vê esse negócio de pegar as terras aí.

Na tentativa de arrolar quantas fazendas trabalhou, antes de ser assentado na fazenda São Bento, realizando um esforço de memória, Seu Francisco assim narrou: “[...] trabalhei na fazenda Lago Azul, fazenda Santa Terezinha, município de Colorado; fazenda Sapé, que é vizinha à Formosa também. Aqui perto da Anhumas, do Domingos Vieira, fazenda São Paulo; na fazenda Campinho, que é do Medeirinha. Tudo isso trabalhamos aí. Tudo por fora, por aí.”

Indagados se era derrubando as reservas, Dona Maria nos disse que não, “era só tombando pasto”. Seu Francisco complementou:

Já era terra velha já, sabe? Pasto, invernada. Aí arrendava a terra, aí nós com o animal tombava, plantava algodão na terra. Quatro anos no lugar. Depois de quatro ano botava outro canto. Depois aí acabava os arrendamentos, ia pra outras fazendas. Trabalhar mais quatro anos em outras fazendas. Depois acabava os arrendamentos, passava pra outras fazendas. Era assim. Agora desmatação, eu não achei nenhuma. Só tudo pedaço de terra velha já!!

Na análise da história de vida desse casal foi perceptível a luta cotidiana para a permanência na terra, ao tecerem práticas pelos vários lugares por onde passaram, buscando, com isso, sobreviver por entre as brechas que conseguiam abrir nas relações de trabalho e de vida. Os camponeses, no início da ocupação do Pontal, ao derrubarem as matas a serviço do grileiro, por entre as toras caídas plantavam as suas roças. Por vezes, delas eram expulsos, impossibilitados de colher os frutos que germinavam.

Nos idos de 1950, como narraram Seu Francisco e Dona Maria, as reservas já haviam sido devastadas, restando para eles só “terra velha” e o trabalho na forma-

ção ou reforma de áreas de pastagens. A constante mobilidade derivada dos contratos de três a quatro anos, obrigando-os a partirem para outras terras, desenhou a história de vida dos camponeses no estado de São Paulo, fazendo com que tivessem que percorrer vários recantos do interior paulista, do estado do Paraná e de Mato Grosso do Sul, principalmente no trabalho como pequenos arrendatários.

Os anos de 1950, momento em que Seu Francisco e Dona Maria chegavam no Pontal, trouxeram consigo o saldo negativo do “golpe de arrematação”, imposto sobre as terras devolutas em fins dos anos 40. Esse “golpe”, além de contribuir para a devastação das áreas de preservação ecológica, como discutido anteriormente, contribuiu ainda para que os “arrematantes” expulsassem os pequenos arrendatários e posseiros que se encontravam nas áreas arrematadas. Esse cenário de expulsão e violência, vivido pelos camponeses, gerou inúmeros conflitos que passamos a discutir.

Em 1954, como salientou Cleps Jr.³⁰, 70 famílias da fazenda Cuiabá foram expulsas pelos jagunços do fazendeiro Labiano da Costa Machado. Naquele mesmo ano ocorreram conflitos na fazenda Alcídia, localizada no município de Teodoro Sampaio, de propriedade de Antonio Silva, onde dezenas de famílias a ocuparam, sendo expulsas em seguida pelos jagunços do fazendeiro que destruíram plantações e mataram animais dos posseiros.

Um artigo encontrado no jornal “A Voz do Povo”³¹, narrou o despejo a que se referiu Cleps Jr., ocorrido em uma das posses da Fazenda Cuiabá. Assim, o despejo dos homens que “guardavam a posse” de 200 alqueires, pertencente a Afonso Batista, conhecido nas redondezas como Afonso Português, dono de uma venda, demonstrou os instrumentos costumeiros utilizados contra os pobres do campo.

Conforme o artigo, tal ato “[...] foi dirigido por Galileu Mendes Amado, um dos arrematantes da Reserva, acompanhado de 15 homens armados de winchester e tendo a oficializar o ato o soldado Pereira, já que o cabo Tavares, amigo de Afonso Português, não quisera acompanhar o grupo nesta missão”. Dando conti-

³⁰ CLEPS JR, Op. Cit.

³¹ *A Voz do Povo*. “Álvoroço nas Terras da Reserva – Mato Grosso, famoso ‘quebra-milho’ das terras grilladas da Alta Sorocabana, não quis reagir ante o despejo da posse de Afonso Português – cicatrizes de facadas, tiros e punhaladas são glórias na luta feroz pela posse da terra”. Presidente Prudente, 16 de maio de 1954, n.1663, p.1.

nuidade à narração, encontramos o destaque para a presença de Mato Grosso, famoso “quebra-milho”, termo referente à condição de capanga, na venda de Afonso no momento em que o repórter do jornal “A Voz do Povo” chegara para registrar o ocorrido. Mato Grosso trabalhava para Afonso. Aqui, pode-se perceber a utilização de jargões para a defesa das áreas em litígio.

Expôs o repórter que: “Mato Grosso, um preto alto, espadaúdo e valente, que já trabalhou no serviço de ‘quebra-milho’ para muitos grileiros da Alta Sorocabana, inclusive Labiano da Costa Machado, não quisera, dessa vez, reagir”, pois, conforme sua fala: “O Afonso não estava aí. Eu não tinha ordens de reagir. Se tivesse, reagiria, pois já estive em situações mais melindrosas”. Afonso chegara à noite. Sabendo da presença do repórter na Reserva, quis falar-lhe. Explicou, então que viera para a região:

[...] quando não existia ali uma viva alma, numa distancia de 50 quilômetros, desde o Mirante do Paranapanema até a boca da Reserva; que fizera estradas e construíra pontes, que ajudara a muita gente por toda a Fazenda Cuiabá com financiamento (e despejou na mesa um monte de notas promissórias vencidas), que fizera 10 quilômetros de picadão dentro da Reserva, para, agora, esses tubarões da terra, despejarem-no impiedosamente. Nesse momento, levanta a fralda da camisa, mostra ao repórter as cicatrizes de facadas, tiros e punhaladas que levava durante os seus agitados anos de luta pelo sertão da Alta Sorocabana.³²

Contou ainda que se estivesse presente no momento do despejo, “[...] a coisa seria outra: defenderia até a morte a propriedade que comprei por duzentos mil sagrados cruzeiros”. Conforme Afonso, em 1951 saíra da posse da fazenda Cuiabá, devido o despejo realizado pela Polícia Florestal, momento em que todos os posseiros tiveram que partir. Todavia, vendo que “gente estranha invadia a reserva, fui tomar conta também do meu pedaço”.

Esse acontecimento ilustrou o processo conflituoso em que estavam inseridos grileiros em disputa pelas mesmas terras e camponeses que “cuidavam da posse” de Afonso e o Estado, devido seus representantes estarem atrelados ao jogo de interesses imobiliários empreendidos sobre as áreas devolutas da região, através do “golpe de arrematação”.

³² Idem.

A situação de constante mobilidade vivida pelos camponeses pobres marcou o histórico da região do Pontal, os quais, nos anos 50 e 60, trabalhando de terra em terra, cultivando as suas roças de subsistência, com produtos como arroz, milho, feijão, mandioca, buscavam retirar ao menos o mínimo para a subsistência, anterior ao tempo em que teriam que dar início à formação de pastagens, por aproximar-se o fim dos contratos. Ou mesmo no tempo em que os fazendeiros assim desejassem, já que esses contratos eram estabelecidos de “boca”, como demonstrou Etori, ao discutir as prerrogativas da Consolidação das Leis do Trabalho, quanto aos contratos individuais de mão-de-obra na agricultura de São Paulo, na década de 1950: “O controle individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado”.³³

Neste cenário de violências, no povoamento da Alta Sorocabana e da região do Pontal, os posseiros e sitiantes foram expulsos pelos grileiros que por aquelas terras violentamente se instalavam. Contudo, num momento posterior, retornaram à cena como trabalhadores das fazendas, na condição de pequenos arrendatários. Nas décadas de 1960 e 1970, a situação inverteu-se, tornaram-se novamente posseiros, constituindo as glebas no coração das fazendas e dando um novo teor ao processo de lutas. Resistiram e se acomodaram – “velhos” sujeitos sob uma “nova” condição.

Narrou Cleps Jr.³⁴ que no ano de 1962 ocorreram contendas entre trabalhadores e o suposto “proprietário” na fazenda Pontal, localizada em Rosana. Em 1964, dava-se forte conflito na chamada gleba Rebojo, em Estrela do Norte. Posseiros e pequenos arrendatários que ocupavam a terra havia vinte anos recusaram-se a deixá-la, confrontando-se com os jagunços e o fazendeiro João Diniz Alves. Em vista da situação conflituosa, a fazenda foi desapropriada no mesmo ano pelo Governo Federal e, em 1967, legalizada com a implantação de um projeto de reforma agrária.

³³ ETTORI, O. J. T. Mão de obra na Agricultura de São Paulo – Categorias – Remuneração – Legislação. Agricultura em São Paulo. *Boletim da Divisão de Economia Rural*. Departamento de Produção Vegetal. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Ano VIII, n. 12, Dez., 1961, p.36.

³⁴ CLEPS JR, Op. Cit.

Sobre esse acontecimento chamou-nos a atenção um Edital de Protesto, publicado no jornal “A Voz do Povo” na década de 1940, ao expor as disputas jurídicas entre o dito proprietário de parte da fazenda Rebojo, Braz Martuscelli, no dizer do Edital “capitalista, solteiro, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo”, e supostos vendedores de lotes na área em litígio. Martuscelli, em petição, por meio de seu advogado e procurador, expunha que:

I) O requerente, por escritura publica de 25 de abril de 1926, lavrada nas notas do 70. tabelião da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, devidamente transcrita sob o n.153, no Cartório de Registro de Imóveis desta cidade, hoje 1^a. Circunscrição, houve, juntamente com Carlos Soares e Dr. Augusto Ferreira de Castilho, uma gleba de mil oitocentos e um e seis décimos de alqueires de terras, na Fazenda dividida judicialmente REBOJO – MARGEM DIREITA, ao Cel. Jacinto dos Reis Guimarães e sua mulher, terras essas que os vendedores arremataram em hasta publica, em virtude do executivo movido pelo sr. Agrimensor da divisão aludidas contra o Padre Décimo Augusto Cefalo [...] Acontece, porém, que chegando o requerente à esta cidade, foi informado, seguramente, que Arlindo Piedade, brasileiro, casado, Eugenio Paqui e o japonês Zinco Takaki, todos residentes nesta cidade, montaram um escritório para venda de terras, nesta cidade, à rua Álvares Machado, 51, e dizendo-se proprietários e procuradores de terceiros e interessados diretos de terras na Fazenda Rebojo, estão promovendo a venda das mesmas, exibindo para isso mapas e croquis, dentre os quais uma gleba de exclusiva propriedade do requerente, mascarada, porém com outro nome.³⁵

Um artigo publicado no jornal “A Voz do Povo”, em março de 1964, assinalava que cerca de 140 famílias de lavradores encontravam-se revoltadas devido à ação de despejo envolvendo 700 alqueires cultivados por elas fazia mais de dez anos na fazenda Rebojo: “[...] a situação é de pânico e poderá ser sangrenta a fase final, pois os lavradores estão se sentindo na posição de espoliados, já que muitos deles tem escrituras registradas da área que cultivam, adquiridas de terceiros em outras ocasiões”.

Conforme esse artigo, o prefeito de Pirapozinho, Plauto Ramos Pereira Barretos, enviara telegrama ao Deputado Federal Dias Menezes solicitando a desapropriação das terras encravadas na Fazenda Rebojo, em vista dos conflitos que permeavam a área. Dizia o telegrama que: “Muitos dos que habitam a Fazem-

³⁵ *A Voz do Povo*. “Edital de Protesto”. Presidente Prudente, 02 de junho de 1940, p.3.

da Rebojo, estão revoltados contra o pretense proprietário, chegando alguns deles a afirmar que só sairão de suas terras na condição de mortos, pois não permitirão de forma alguma que depois de tantas lutas e sacrifícios venham lhes tomar o pedaço que por lei lhes pertence.”³⁶

No ano de 1967 dava-se também o caso da fazenda Bandeirantes, localizada no interior da Reserva Florestal Lagoa São Paulo, em Presidente Epitácio, derivado de inúmeras ações de violência vividas pelos camponeses, como o despejo dos pequenos arrendatários e posseiros, expulsos de sua “terra de trabalho” por policiais e jagunços de José Conceição Gonçalves, conhecido como “Zé Dico”. Os conflitos no interior dessa fazenda, como narrado a seguir por meio da análise dos relatos dos próprios protagonistas, resultaram no assassinato de vários posseiros e também do próprio “Zé Dico”.

Tendo como referência o depoimento de Sílvio Papacosta, ex-proprietário de uma farmácia no interior da área em litígio, o qual movia naquele contexto uma ação contra Zé Dico, o jornal “O Imparcial”³⁷ enfatizou as perseguições sofridas pelos posseiros e pequenos arrendatários no interior da fazenda. Esse caso de denúncia remonta ao histórico de violência desde o início da colonização do Vale do Paranapanema. Evidencia também o processo de luta pela posse da terra, presente no Pontal do Paranapanema, em todo o seu histórico de ocupação, mas fortalecido no percurso da década de 1960, principalmente nos exemplos das fazendas Bandeirantes e Rebojo.

O depoimento de Sílvio Papacosta foi significativo para se entender os conflitos em torno da fazenda Bandeirantes:

Inquirido sobre o número de mortes que teriam ocorrido no local, classificou a pergunta de abuso, tendo em vista, conforme declarou ‘tanta coisa que acontece nos corações de gente que pensa que são humanos, e que sofrem no sofrer de seus semelhantes, e jamais poderia ser dita a dura realidade’. Havendo insistência em desejar saber, afirma que é incalculável, haja visto que aconteceu no domingo passa-

³⁶ *A Voz do Povo*. “Sangue poderá correr em Pirapozinho”. Presidente Prudente, 01 de março de 1964, p.1.

³⁷ *O Imparcial*. “Banditismo Latifundiário Estarrece”. Presidente Prudente, 18 de junho de 1967, n.5598.

do quando uma família quase toda foi morta por jagunços daquele ganancioso fazendeiro, vulgo Zé Dico.³⁸

Referindo-se ao duplo assassinato, a mando do fazendeiro, dos posseiros Paulo Kurak e de seu filho menor, devido o motivo alegado pelo jagunço ter sido a discussão por causa de um porco, observou Papacosta que: “Este homem morreu como um porco, e não como um homem, pois o homem que o matou talvez seja bem mais porco do que o porco da suposta discussão”. Somaram-se outros depoimentos ao de Papacosta, sendo que a matéria seguinte, publicada na mesma data, sob título de “Depoimentos acusatórios”, apontou para o fato de que:

O primeiro depoente declara que entrou como arrendatário em agosto de 63, ano em que derrubou 15 alqueires de matas naquela propriedade tida como do sr. José Conceição Gonçalves. Foi assinado contrato entre ambos, mas não foi entregue ao arrendatário cópia do mesmo, sempre na alegação de que iria ser registrado.

Outro depoente afirma que ‘foi ameaçado de morte por 4 vêzes pelos capangas, o que não foi realizado por intervenção de terceiros em tempo para testemunharem’. Ele se encontra escondido para não morrer.

Mais outro, com três filhos, teve a sua propriedade invadida, foi agredido, ao mesmo tempo que assistia, sem poder reagir as moças do local serem desacatadas e ofendidas. Segundo ele, há mulheres no local que se consideram viúvas pois seus maridos sumiram misteriosamente quando nada para tanto havia, a não ser as ameaças.³⁹

Um dos depoentes afirmou que o primeiro proprietário da fazenda Bandeirantes chamava-se João Ribas, “[...] com propriedade somando apenas de 300 a 400 alqueires, mas que agora é área superior a 5 mil alqueires”. Um outro depoente discorrera sobre a presença de Paulo, filho de Zé Dico, em sua casa, “acompanhado de 4 pistoleiros [...] todos armados de revólveres e carabinas, exigindo que o mesmo ‘quebrasse’ o milho que ainda estava verde, e afirmando que todos os arrendatários sairiam dali à bala, oportunidade em que o ameaçado rapaz declarou que ‘autoridades, de Presidente Prudente ao Porto Epitácio, o seu pai comprava todas, e que tomaria as rendas, nem que fosse necessário matar os arrendatários’.”

³⁸ Idem.

³⁹ *O Imparcial*. “Depoimentos acusatórios”. Presidente Prudente. 18 de junho de 1967, n.5598.

Em junho de 1967, o jornal “O Imparcial” publicou nova notícia narrando a situação de desespero dos posseiros e arrendatários da fazenda Bandeirantes. Exemplificava-se, então, a situação do posseiro Antonio Menezes Silva, que arrendou a terra por um ano de Zé Dico, por esse se dizer o proprietário da área, mas que no segundo ano não efetivou o pagamento da renda, por ter sido informado pela polícia florestal que a área pertencia a Reserva do Estado. Assim, conforme Antonio: “[...] o que estava derrubado podia ser cultivado, mas não tirasse um cabo de enxada da mata virgem, porquanto pertencia ao Estado, existindo lá uma guarita de polícia florestal, e hoje não existe mais nem a polícia florestal no local e nem as matas virgens, porque foram totalmente devastadas pelo sr. José Dico, derrubando a mata na ausência da polícia, pois quando esta aparecia, eles desapareciam.”⁴⁰

Contou esse depoente, segundo o jornal, que as casas dos jagunços foram construídas lado a lado às dos posseiros a fim de “facilitar o serviço”. Quanto ao que restara da Reserva Florestal, afirmou que era sorrateiramente derrubada por Zé Dico, às escondidas da polícia florestal. Encontramos ainda, nesta mesma matéria, o depoimento de José Romão da Silva, também sujeitado às arbitrariedades e violências de José Dico.

Num trecho longo, José Romão discorreu sobre as constantes perseguições sofridas por ele na fazenda, sendo obrigado a deixá-la para não ser assassinado. No tempo de seu depoimento, afirmara estar morando na Vila Nova do Porto XV, em Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, por sofrer constantes ameaças de morte pelo fazendeiro: “Um dia encontrei um jagunço na cidade de Epitácio e ele falou pra mim, que no dia que eu fosse na fazenda eu morria e ele já tinha ordem do Zé Dico e estava com o bolso cheio e bala só pra mim”.

Em setembro de 1967, o jornal “O Correio da Sorocabana” veiculou a notícia do assassinato de “Zé Dico”. Conforme essa notícia, no dia 24 desse mês havia morrido Zé Dico, devido aos tiros desfechados contra ele, quando estava dormindo em seu quarto, na fazenda Bandeirantes: [...] o grupo que invadiu a residência do Sr. José da Conceição Gonçalves era constituído de 3 a 4 pessoas que após aproximar-se de sua cama, dispararam vários tiros contra a vítima, acertando-lhe

⁴⁰ *O Imparcial*. “Outros depoimentos na tragédia da Bandeirantes”. Presidente Prudente, 20 de junho de 1967. p.1.

quatro. A arma era de calibre 38. O fato verificou-se por volta das 4 e meia da madrugada de domingo.⁴¹

Seu filho, Paulo Gonçalves, foi alvejado simultaneamente, recebendo três tiros. A primeira suspeita recaiu sobre os posseiros que mantinham litígios de terras com o fazendeiro e com seu filho. Mas, salientou o jornal que, dadas às condições em que se deu o fato, ou seja, com o corte da linha telefônica e depósito de garrações de gasolina em torno da residência, concluiu-se que os posseiros:

[...] dificilmente recorreriam a métodos de tamanha sutileza, emergindo a suspeita de que o atentado poderia ter sido patrocinado por uma ‘gang de contrabandistas’ que utilizavam-se do campo existente na fazenda com a provável participação do fazendeiro e de seu filho, inclusive com o emprego do avião de sua propriedade. O campo de pouso da fazenda seria propício para o contrabando como ponto intermediário com S. José do Rio Preto.⁴²

Havia ainda a hipótese de que pistoleiros profissionais: “[...]como Zé Mineiro (José Francisco de Medeiros – que matou Armando Kurak)”, pudessem, “[...]ter voltado para exigir ‘melhor recompensa pela tarefa’ e ameaçado de prisão, assassinou seu patrão, em companhia de outros ex-jagunços”.

Passado cerca de um mês e meio da morte de Zé Dico, o mesmo jornal que veiculara o assassinato observou que o inquérito sobre a morte do fazendeiro havia sido enviado ao DOPS, “para apreciação por parte da polícia política”. Nessa matéria encontrou-se a afirmativa de que: “Os indiciados, Edmur Pérciles de Camargo e seus asseclas, são apontados como agitadores, comunistas e até guerrilheiros, salientando a autoridade local que os mesmos estão incursos em crime configurado no Decreto-Lei n.o 314-67, que enfeixa a nova Lei de Segurança Nacional.”⁴³

Na análise do DOPS, chegou-se à conclusão de que o caso se tratava de um “homicídio comum, de alçada absoluta da delegacia de Presidente Epitácio ou da regional de Presidente Prudente”. Ressaltou a reportagem, então, que esse órgão federal enviara, na ocasião, um observador que permaneceu no local até o final da

⁴¹ *O Correio da Sorocabana*. “Assassinado a tiros o fazendeiro ‘Zé Dico’”. Presidente Prudente, 28 de setembro de 1967, p.1.

⁴² *Idem*.

⁴³ *O Correio da Sorocabana*. “ZÉ DICO”; Polícia não se entende”. Presidente Prudente, 05 de novembro 1967, n.1777, p.1.

investigação, chegando a conclusões divergentes das versões apresentadas pela delegacia de Presidente Epitácio: “Seus relatórios desmentem a existência de guerrilheiros e até de ‘posseiros’, tudo não passando de questões surgidas entre arrendatários e fazendeiros, as quais culminaram com a morte de ‘Zé Dico’ e ‘outras poderão ocorrer’, pois existem mais terras na mira das divergências.”

Ao final, contrapondo-se à posição do DOPS, por esse órgão do governo ter concluído que se tratava de um “crime comum”, o jornal “Correio da Sorocabana” afirmou que não cabia a ele o parecer se seria um caso de segurança nacional ou não, já que a questão não era de alçada da polícia federal. Percebemos, no artigo, a preocupação do jornal em afirmar a existência de “elementos guerrilheiros”⁴⁴ inseridos na área em litígio, buscando associar os problemas dos campos da Alta Sorocabana aos “elementos externos”, para, com isso, negar o espaço conflituoso desenhado pelos pequenos arrendatários e posseiros na tentativa de permanecerem na terra.

Em 1969, na fazenda Santa Rita do Pontal, em Euclides da Cunha, ocorria também uma outra contenda de terras. Justino de Andrade, que reivindicava na Justiça a propriedade da terra havia alguns anos, moveu inúmeras ações de despejo contra as famílias que subarrendavam a terra, e as quais se recusaram a sair no término do contrato. Nos anos de 1970 e 1980, foram contínuas as práticas de luta desses pequenos arrendatários, que, em vista de sua resistência a deixar a terra que queriam “terra do trabalho”, num intenso processo de lutas, se transformaram em posseiros. A gleba Ribeirão Bonito, localizada ao lado do Morro do Diabo, em Teodoro Sampaio, também exemplificou esse histórico de lutas.⁴⁵

No ano de 1978, deu-se o Projeto de Reassentamento Populacional Rural Lagoa São Paulo, em Presidente Epitácio, como resultado de ações da Companhia Energética de São Paulo-CESP, como forma de ressarcir os atingidos por barragens, mas também enquanto expressão dos inúmeros conflitos ocorridos no interior das fazendas, a exemplo da fazenda Bandeirantes, localizada nesse município.

As considerações de Cleps Jr, aliadas às evidências encontradas no trabalho com os jornais prudentinos, assim como às observações de Antonio – arroladas a

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Ver: BORGES, M. C. *Movimentos sociais nos campos do Pontal do Paranapanema: um estudo de caso da gleba Ribeirão Bonito*. 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Júlio de Mesquita, Assis.

seguir – reforçaram a tese de que os campos do Pontal, em fase anterior ao MST, já traziam consigo o embrião da luta pela terra:

Os movimentos sociais: Rebojo, Santa Rita e Lagoa São Paulo, - fazenda Bandeirante - na década de sessenta; Ribeirão Bonito, década de 70; 15 de Novembro 1 e 2, 16 de Novembro, Roberto Horiguti, Trevo Euclides da Cunha, 27 de Setembro, -Planalto do Sul-, trevo da Alcídia, Campinal 1, 2 e 3, nos anos oitenta, expressam os conflitos sociais ocorridos em diferentes fases do desenvolvimento econômico, da agricultura, na Alta Sorocabana.⁴⁶

O mês de novembro de 1983 demarcou, então, a junção de forças entre pequenos arrendatários, posseiros, ribeirinhos e trabalhadores desempregados da Destilaria Alcídia e hidrelétricas da região para a organização do movimento da gleba XV de Novembro. No ano de 1985 deu-se a ocupação da fazenda Água Sumida, em Teodoro Sampaio, derivando, em 1988, no assentamento de 121 famílias. Nesse mesmo ano ocorria o assentamento Areia Branca, no município de Marabá Paulista, envolvendo 140 famílias. O Reassentamento Rosana, realizado pela CESP, no ano de 1986, também foi uma medida pública de ressarcimento dos impactos causados pelas barragens, mas fundamentalmente pela situação de conflito presente no assentamento gleba XV de Novembro, devido a área desapropriada não ter sido suficiente para assentar as famílias que, naquele contexto, lutavam pela terra.

Conforme pudemos perceber, principalmente pelas evidências históricas apreendidas nos jornais de época, tais lutas não se davam somente nos tribunais, por meio da disputa entre grandes grileiros, mas também pelas invernadas, matas, beiras de asfalto e interior das fazendas da região, em situações que derivavam constantemente em expulsões violentas e assassinatos. Mas, “se da violência nasce a morte, nasce também a vida”, como assinalou Oliveira⁴⁷. Nascia então a resistência na luta desses camponeses, homens e mulheres, face aos grileiros e o seu corpo armado. Questões que se fizeram transparecer periodicamente nas páginas do jornal “A voz do Povo” e “O Imparcial”, em Presidente Prudente, mas principalmente pelos campos da região, enunciando a condição de lutas, de violência e de resistência, a cercar o universo rural do extremo oeste paulista.

⁴⁶ ANTONIO, Op. Cit, p.19

⁴⁷ OLIVEIRA, A. U. *A geografia das lutas no campo*. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 1997, p.14.



*caderno
Especial*

Um dos mais importantes viajantes que passou por Mato Grosso, Francis de Castelnau, nasceu em 1812, em Londres e faleceu em Melbourne, por volta de 1880, como cônsul francês. Arguto aventureiro, registrou com sensibilidade o que viu em suas viagens pela América e África. Seu mais significativo relato foi publicado como “Expedição às Regiões Centrais da América do Sul” (Coleção Brasileira, 2 vol, São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1949), com importantes subsídios para a história de Mato Grosso. O presente relatório ora publicado, e praticamente inédito, tem seus originais em Cuiabá, no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Este documento contém informações preciosas sobre os costumes indígenas, sobretudo sobre os Guató e os Guaykurú, para as condições fronteiriças, com destaque sobre o isolamento dos soldados do Forte Olimpo, além de registros sobre vias navegáveis.

Relatorio da viagem de Cuiabá ao Forte d'Olimpo e volta a Villa Maria

Pelo Sr. Conde de Castelnau
1845

Relatorio Dirigido Ao Señr. Ministro da Instrucção Publica pelo Conde de Castelnau Encarregado de huma Missão na america Meridional.

Lima, 16 de Fevereiro de 1846

Não tendo tido tempo até hoje de dar a V.Ex^a. uma conta detalhada da minha expedição de Cuiabá a Fronteira do Paraguai, aproveito a minha estada em Lima para cumprir esse dever, e o cumpro com tanto mais prazer quanto, atravessando o nosso itinerario huma região pouco conhecida dos Europeos, deverá este relatorio conter necessariamente alguns factos interessantes para a sciencia e particularmente para a geographia.

O governo de S. M. I. tinha á minha disposição, com a sua habitual benevolencia, duas canôas grandes e dez soldados, entre os quaes se achavão dous officiaes inferiores que têm pleno conhecimento das regiões que iamos percorrer, e que nos devião servir de pilotos. Por minha conta tinha eu alugado doze indios Guatas excelentes remadores e estando tudo promptos p^a a partida, fixei-a para o dia 27 de Janeiro de 1845. Nesse dia ao meio dia, depois de me despedir do Ex^{mo}. Presidente de Mato-grosso, encaminhei-me com as pessoas da minha expedição, os Senr^{es}. d'Osery, Vedell e Deville, para o cães de Cuiabá, onde encontrei as canôas e os soldados promptos para partir, mas os indios não apparecião desde manhã. Bem persuadido de que têmão desertado e que estão de ha muito fora da minha alçada, re-

solvi não demorar p^r. mais tempo a minha viagem, e dei o signal da partida com pouca gente que tinhamos, espirando poder alugar no rio outros indios Guatas, consequentemente partimos a tarde e deixando ir as canôas ao som de agua navegamos toda anoite. O rio de Cuiabá parece-me ter pouco mais ou menos amesma largura do Sena, e as suas margens estão bordadas de magnificos bosques, que os innumeros cipos que ligão as arvores humas ás outras tornavão impenetraveis. Só no dia 2 de Fevereiro é que chegamos ao rio de S. Lourenço no qual desagua o Cuiabá logo que nelle entramos, vimo-nos rodeados de canôas de indios Guatas, que formão uma das tribus mais interessantes da America. Vivendo sempre nas suas compridas e estreita canôas, ocupão se unicamente na pesca e na caça do Jacuz. Andão nús cobrindo apenas os quadris com hum pedaço de pano. Trazem os cabellos puxados para cima e amarrados no alto da cabeça e enfeitão as orelhas com ramos de pennas de papagaio ou da formosa espatula cor de rosa. Cada Guata tem de tres a dose mulheres, e como são mui ciumentos, vivem sempre em familias separadas e não se reúnem se não huma vez por anno no lugar designado no anno anterior pelos chefes. Essas reuniões durão tres dias. As feições destes indios são bem dignas de interesse, por que nunca vi na minha vida feições mais bellas e mais differentes do tipo ordinario do homem vermelho. Olhos bem rasgados com mui compridas pestanas naris aquilino barba negra e longa farião desta gente uma das mais bellas raças de homens que habitão a superficie do globo, se o costume de estarem sempre acocorados em uma canôa não tivesse arqueado de maneira bem pouco a cadencia as pernas de mor parte delles. As suas armas compoem-se de tres grandes arcos e flechas de sete pes de altura no seu manejo, que requer grande força phisica, são de huma destresa superior a tudo o que se pode imaginar. Estes selvagens são timidos e summamente docéis tomando como guias e ganhando a sua affeição p^r. meio de pequenos presentes que lhes fisemos, conseguimos explorar muitos pontos ate hoje desconhecidos na vasta rede de rios que elles incessantemente percorrem.

No dia 4 entramos no Paraguay que é bordado ao oeste por huma bella cadêa de montanhas, e tres dias depois fisemos alto na pequena aldêa de Corumbá. No dia 9 chegamos a Albuquerque, que é o ponto principal dos postos brasileiros nesta fronteira. Está guarnecido por quarenta soldados

commandados por hum Capitão, e esta pequena força tem sido sufficiente ate hoje para conter em respeito dous ou tres mil indios que habitão os arredores, e cujas aldêas, disperças em hum raio de tres a quatro leguas, offerecem encantadores passeios. Estes indios pertencem quasi todos á grande nação dos Guanás, que se subdivide em muitas tribus, taes como os Terenos, os Quinquinãos, os Laianos etc. Encontramos ali tãobem uma tribu da celebre nação dos Guaycurús, os Cadigaños, que havia pouco tinhão vindo pôr-se sob a protecção dos Brasileiros, em consequencia de uma expedição que fizerão ao Grão Chaco contra os inymas [sic], aos quaes tirarão m^{tos}. cavallos. Este povo é eminente cavalleiro e transporta acavallo, pelos desertos mais aridos, suas mulheres, bagagens e tudo aquillo o que lhe pertence. Inimigos mortaes dos Hespanhões, comprehendêrão de ha muito os Guaycurús anecessidade de procurar a protecção dos Portuguezes, mas a seca má fé e amor de sangue são taes que os seus alliados constantemente desconfiãõ delles. Hum chefe velho, confessando-me hum dia com franqueza a inclinação que tinha para o mal, contou-me de maneira seguinte huma chronica da sua nação.

“Quando o grande Ente fez todas as cousas, deu a cada povo um apanagio, só o Guaycurú foi esquecido por causa da sua perversidade. Vendo este o abandono em que o deixavão, percorreu a cavallo o grande pampa para vêr se ali encontrava o creador e fazer-lhe as suas queixas. Não encontrou porem senão o caracará (ave de rapina) que lhe disse: o que te tocou em sorte é matar e roubar —! O Guaycurú aproveitando a lição, pegou em huma lança e com ella matou caracará. De então para cá tem seguido sempre o seu concelho”.

Divididos em seis tribus são os guaycurús o terror da Fronteira. Vi entre elles muitos infelizes que tinhão escravizado no Chaco, e alguma roupa hespanhola entre a qual se achava huma estola de padre, nos provou que tinhão devastado recentemente alguma missão do Paraguay ou de Bolivia. Este povo deixa crescer o cabelo, cobre-se com hum pano de algodão que as mais das veses não passa acima da cintura, pinta-se mui extravagantemente de vermelho ou de preto, e muitas veses cobrem o peito o rosto os braços com desenhos de rara delicadesa e quasi sempre dessemelhante dos dous lados. As suas armas principaes são alança e uma clava que atirão

com destresa correndo a galope. As suas casas são feitas de couro de cavallo ou de Boi, e de algumas esteiras que enroladas se transportão facilmente a cavallo. Cada guerreiro tem a sua marca que põe com hum ferro em braza em tudo o que lhe pertence, cavallo, cães e mesmo mulheres. Um dos característicos mas atrozes que apresentam os costumes dos Guaycurús é o de matarem todas as crianças que as mulheres concebem antes dos 30 annos de idade.

Tendo obtido aqui hum companha de Guanás, continuámos anossa jornada, e chegamos no dia 11 ao forte de Coimbra, hoje em muito máo estado e junto a cujas muralhas achei acampada outra tribu de Guaycurús. A guarnição compõe-se de trinta soldados e o forte tem oito peças. Este ponto Militar é visitado algumas veses pelos indios chamacocos, raça timida que percorre inteiramen^{te}. nua as matas das margens do Paraguay, e é presa muitas veses dos ferozes Guaycurús. Visitamos aqui úma caverna natural muito curiosa, conhecida pelo nome de buraco do inferno. Está no declive de huma collina e no meio de um denso bósque, pode ter cinco pés de diametro e é quase redonda, por cima da entrada de huma assaz bella figueira que deitou suas raises no meio dos rochedos. Depois de subir-se uma pedra muito alta, caminha-se p^r. uma galeria de rapido declive e tem a gente de agarrar-se aos rochedos para não cahir em uma escavação profunda que está á esquerda da entrada.

Chegando a 30 metros de profundesa, encontrão-se bellos estalactites p^r. entre os quaes se penetra por huma estreita abertura em uma sala onde ha duas formosas columnas de estalactites. Um corredor estreito conduz a outra camara muito mais espaçosa e de bella prespectiva. Pendem do tecto magnificos estalactites que formão um cortinado primorosamente recortado e do chão levantão-se por toda aparte columnas e mamillas da mesma natureza. No meio de immensos rochedos espraia-se hum bello lago que não tem corrente, mas que parece sequer o nivel das aguas do Paraguay. A temperatura era de 27 grãos e a da agua de 24, muitas outras galerias vem dar a esta camara, mas na estação em que ali nos achámos estavam debaixo de água. Não procurarei descrever a magnifica prespectiva que apresentava esta sala. A nossa chegada, a obscuridade profunda que ali reinava parecia desaparecer pezarosa diante dos nossos numerosos archotes, cuja

luz viva fazia reluzir com maravilhoso brilho os bosques de estalactite que se destacavão na perfeita obscuridade dos fundos. Muitos dos nossos companheiros não poderão resistir ao desejo de mergulharem nessa água tão bella e tão pura, e alguns delles percorrerão as longas galerias nadando e levando por cima da cabeça os seus archotes, e que produzia o mais singular espectáculo, animado tambem pelos seus gritos que erão repetidos da maneira mais selvatica p'. essas paredes naturaes tão singularmente contornadas. A scena tinha alguma cousa de infernal, tanto mais que amór parte dos nadadores erão soldados negros. Não vimos na gruta senão uma rãa, alguns morcegos e muitos mosquitos, mas encontrou se ali uma vez hum jacaré, e as muitas pegadas de tigre que vimos na arêa é prova de que estes animais ali se recolhem frequentemente. A região que se estende desde Coimbra ate Bourbom dá se o nome de Grão Chaco, é uma immensa pampa semeada de lindas palmeira chamada Caranda, da qual muito se receião os Hespanhoes p'. causa das numerosas nações selvagens q. ali estanceião. Chegámos ao forte Bourbom ou Olimpo no dia 14 sem o menor accidente. No forte fomos recebidos com toda a desconfiança que podíamos esperar de hum povo que como os Paraguayos, está isolado ha tantos annos do mundo inteiro. A guarnição desse forte compõe-se de 51 homens commandados por hum sargento. O governo do Paraguay por motivo de economia, não tem dado o posto de official senão a muito pequeno numero de pessoas, não havendo em toda a republica mais que quatro Capitães e nem hum official superior. Esta guarnição bastantemente apoiada por huma artilharia respeitavel, não pode evitar que o forte cahisse p'. duas veses em poder dos Guaycurús. Nada pode dar huma idéa da ignorancia desta gente. Ora perguntavão-nos se a França jazia nas cabeças do Paraguay donde vião que vinhamos, ora querião saber se o rei dos Francezes e o imperador da China não erão uma e mesma pessoa. As abestruses apparecem em grande quantidade nas imediações do forte, e do alto das muralhas muitas veses as vimos atravessar a nado o rio Paraguay. No dia 6 de março sahimos de Bourbom rio acima o que muito nos custou, porque as aguas ião mui altas dormiamos em terra, e todas as noites éramos acordados pelos huiuos dos jacarés. As margens do rio em alguns pontos, estavão cobertos de jacarés. Uma noite escura ao saltarmos em terra, gritarão os indios que havia por ali uma cobra. Tratarão de dar com ella, e pouco depois descobriram uma

enorme jararaca, que é a vibora mais perigosa daquellas regiões. A sua presença lhe tinha sido revelado pelo cheiro almiscarado q. exhala. Esquecia-me diser que o governo do Paraguay, querendo dar-nos uma grande prova de concideração decidira que uma escolta nos acompanharia até o primeiro estabelecim^o. Brasileiro. Nada pode dar a idéa da admiração que esta ordem causou aos soldados, só a lenbrança de transpor a fronteira lhes causava hum temor ridiculo, e o empenho com que elles solicitarão o nosso apoio sempre que a sua imaginação lhes figurava um perigo imaginario, nos deu logo a conhecer que em caso de ataque não podiamos contar com elles. Nunca em minha vida vi cousa tão grotesca como esses soldados, que mesmo emq^o. cosinhavão não largavão a espada da mão, e em cada graminea do chaco vião um guerreiro Guaycuru. Quando de longe avistamos o forte de Coimbra, desaparecerão os Paraguayos sem que eu pudesse saber o que delles éra feito. No dia 16 regressei a Albuquerque onde tomei hum suplimento de soldados em troca dos meus Guanans que não quizerão ir mais longe, e subi o rio Mondego para explorar a região que se estende entre o Brazil e o Paraguay. Este rio é estreito, suas margens estão cobertas de ricos bosques com grande abundancia de arvores gigantescas entremeiadas de taquara-assús de 40 a 5 pés de altura. Em uma noite tempestuosissima vierão annunciar-nos q. hum soldado tinha sido mordido por uma cobra venenosa o effeito do veneno fora tão instantaneo que o desgraçado nem poderá articular uma palavra de sorte que os seus camaradas só tiverão conhecimento do occorrido quando o virão immovel encostado a huma arvore. Sofria dores horriveis, o D^{or}. Vedell cauterizou-lhe a ferida e dentro de poucos dias ficou inteiramente bom. O curso do rio é extremamente tortuoso de sorte q. só no dia 27 é que chegamos ao pequeno estabelecimento de Miranda habitado por huns cem negros ou pardos e por huma pequena guarnição brasileira commandada por hum Tenente. Nas imediações ha muitas aldêas de indios, sendo a mais notavel a de Teranos, a qual fisemos huma excursão. Esta aldêa contém tres mil indios, dos quaes a maior parte não contavão mais de hum mez de residencia: ate então tinhão vivido como nomades no grão Chaco. O seu exterior e costumes são em tudo iguaes aos Guaycurús; mas a grande desconfiança que manifestavão e o seu aspecto selvagens bem deixavão ver o muito pouco que estavam habituados ao contacto dos brancos. Quando nos aproximámos, fugirão as creanças

e os cães começarão a latir. Este povo crê na immortalidade da alma e supõe que os espiritos apparecem muitas vezes á familia do defunto. dizem q. deos esta de trás do Sol e que a sua unica occupação é a de fazê-lo andar; p^r. isso nunca lhe dirigem preces. Tem feiticeiros que exercem a medicina, mas quando o doente lhe morre nas mãos quase sempre o medico é victima da vingança da familia. Subindo o Paraguai, passamos no dia 28 de Março as duas embocaduras do S. Lourenço, deixando-as á nossa direita. Na manhã seguinte não partimos senão a huma óra, por termos feito huma observação de latitude. Após 4 horas de navegação vimos que estavamos em huma bahia sem saída que nos conduzia as abas dos montes dourados. Fomos obrigados avoltar a nosso campo da vespera, onde só chegamos alta noite. Reconhecendo que sem um guia não nos seria possivel encontrar o leito do rio perdido, no meio de um archipelago de ilhas e de braços, mandei tocar a corneta e dar tiros de espingarda, esperando attrahir p^r. esses meios algumas familia Guatas: mas vendo q. ninguem aparecia, mandei sahir a meia noite huma canôa em busca desses indios. No dia seguinte, 30, voltou anossa canôa ao romper do dia a acompanhada p^r. duas canôas contendo cada huma um homem, mulheres e crianças. Desta ves, graças aos nossos guias, encontramos o leito principal do rio que serpenteia ao pé das montanhas. Sahidos do archipelago de ilhas e de canaes, achamos o rio m^o. estreito, mas muito fundo e extremamente linpido. As margens, bem q. inundadas, estavão cobertas da mais bella vegetação. Com custo achámos ao anoitecer hum lugar secco onde passamos a noite de baixo de huma magnifica figueira. As duas familias de indios acamparão separadas huma da outra, e bem de pressa adormecerão deitados em boas pelles de tigre. No dia 1^o de Abril ao amanhecer vimo-nos sediados de grande numero de canoas de indeos Guatas, as mulheres formavão a grande maioria das pessoas q. as guarnecião. Pasáamos anoite perto da entrada do grande lago da Guaiva. No dia 2 ao romper do dia pozemos-nos a caminho. deixamos o Paraguay anossa direita e entramos no lago. A Guaiva é uma verdadeira Bahia. Corre p^r. entre altas montanhas formadas de enormes rochedos cobertos de densos bosques, nos quaes há muitos cactos correndo ao longo da praia vimos levantar hum tigre perto das canôas e fugir uivando. O lago na sua entrada forma uma garganta de hum quarto de legoas pouco mais ou menos de largura, e de trás das palmeiras q. bordão as suas margens levantão-se de toda aparte

altas montanhas: as praias são de arêa branca. Para o fundo alarga muito a baía, a sua direcção geral he para o sudueste: o seu comprimento será de duas legoas e em alguns lugares tem tres quartos de legua de largura, no centro é m^o. profunda, nas margens são verdes as suas aguas, o que me parece effeito de materiais vegetaes. Os indios Guatas disserão me q. tinham visto huma ou duas veses nestas regiões alguns estranhos, com quem não usavão entrar em relações, erão provavelmente chiquitos da Bolívia. pelas quatro oras da tarde, depois de termos dado volta no lago sahimos por hum braço que segundo nos informarão os selvagens communica com a Uberaba de noite ouvimos continuadamente em derredor de nós os uivos dos tigres. No dia 3, partimos muito cedo, o leito do rio desconhecido p^r. onde entramos está inteiramente atulhado de ervas aquaticas, p^r. entre as quaes difficilm^{te}. navegarão as canoas. A corrente do rio é pequena, anossa direita corria huma cadêa de montanhas outras das quaes deve passar o Paraguay em alguns lugares o rio, que forma differentes bahias grandes tem mais de meia legoa de largura. Esta communicação que tem cerca de seis leguas de comprimento pode vir adquirir grande importancia militar. Estas solidões são habitadas p^r. algumas familias isoladas dos Guatas. Este rio não éra conhecido dos geographos: proponho q. se lhe dê o nome de rio Pedro 2^o, em honra de S. M. I., esta região parece ser doentia p^r. que muita da nossa gente teve ali acesso de febre. Ao anoitecer desembarcámos subitamente no grande lago da uberaba, e nada póde descrever a magnificencia do paiz que se descortinou a nossos olhos. A rica vegetação que cobre as margens inundadas do rio cessa de repente, e um vasto mar sem limites, como o oceano se apresenta anossas vistas; uma ilha estença apparece na nossa frente mas de tras della nada se vê, nada senão o horizonte do lago destacando-se no azul puro do céu. Máo grado minhas ameaças e sollicitações, recusarão os indios guiar-nos no lago da Uberaba, o qual segundo nos disserão, não tem fim, um delles tinha-o navegado p^r. espaço de tres dias enão lhe chegou aver a sua extremidade, o que faz suppór que pelo menos tem de 25 a 30 leguas de comprimento. A direcção desta grande massa de agua é para oeste, os indios, que a temem m^o. p^r. causa das horriveis tempestades q. frequentemente a agitação, dão-lhe o nome de Tovrequebaco. Tristissimos p^r. não podermos continuar nossas explorações, procuramos voltar ao cahir do dia p^a o rio Paraguay, o que conseguimos entrando p^r. hum canal tortuoso cheio de

ilhas e bahias. Este passo estreito está obstruido em muitos lugares p^r. plantas aquaticas só no dia seguinte é que tornamos a entrar no Paraguay subindo depois ate Villa Maria, onde chegamos no dia 19. Soffremos muitos incomodos durante esta viagem. Como as aguas do rio, q. então ião muito altas cobrião as duas margens ate grande distancia, passamos p^r. diferentes veses muitos dias sem encontrar um lugar secco onde podessemos cozinhar nossos alimentos. Os primeiros viajantes q. penetrarão nesta região, tendo-se visto nas mesmas circunstancias derão-lhe de Pantano de Xarayes, com qual vem indicado nos antigos mappas. Dous dias antes de chegarmos a Villa Maria passámos pela boca do rio Jaurú, onde se acha apyramide levantada pelos commissarios portugueses e espanhóis p^a indicar os limites das duas grandes monarchias que tinham dividido entre si e a America do Sul. Não me he possivel exprimir muito q. nos fiserão sofrer os mosquitos no decurço desta viagem; milhões destes venenosos insectos cobrião nossos corpos, penetravão com o seu ferrão os nossos vestidos e nos não deixavão gosar um instante de repouso nem de dia nem denoite. Houve a occazião em que julguei emlouquecer, era impossivel comer. Tendo notado anossa gente q. anuvem q. formão estes terriveis inceletos p^r. cima do rio não se elevava a grande altura subião as arvores logo que desembarcavamos. Em Villa Maria encontramos anossa caravana de mulas e callos [sic] que ali nos esperava com hum piquete de Cavallaria e depois de passarmos alguns dias nessa villa p^a determinar a sua posição geographica entramos nos desertos habitados pelos selvagens Bororós q. felism^{te}. atravessámos p^a chegar a Villa empestada de Mato grosso. A nossa navegação no Paraguai nos assegura q. desde afoz do Jaurú ate o forte de Borbão, não recebe o Paraguai rio algum q. venha do oeste, e que os esforços q. faz o governo de Bolivia p^a estabelecer p^r. esse lago uma navegação serão consequentemente sem resultado. Os melhores mapas taes como o do Arrosmith e de Brué[sic], não indicão menos de quatro e de cinco rios imaginarios nessa região. Tal é Sr. ministro a relação resumida dessa escursão que em tres meses nos fez percorrer as fronteiras do Brasil com Paraguai e Bolivia, e explorar os grandes lagos de Uberaba e Gaiva, os quaes bem como a região de Xarayes nunca q. eu saiba tinham sido visitadas p^r. europeos. Rogo a VEx^a se digne receber a segurança do profundo respeito.

As derrotas do Sertanejo

Hildebrando Campestrini*

1. O SERTANEJO

O sertanista Joaquim Francisco Lopes realizou quatro viagens exploratórias no sul da província de Mato Grosso, entre 1829 e 1857, cujos relatórios são fonte rica e fiel de informações, principalmente sobre o povoamento do território.

Palavras-chave: Explorações. Joaquim Francisco Lopes. Mato Grosso.

Explorer Joaquim Francisco Lopes carried out four exploratory trips throughout the south of Mato Grosso province, between 1829 and 1857. His reports are rich and faithful source of information, especially about the settlement of the territory.

Key words. Explorations. Joaquim Francisco Lopes. Mato Grosso.

A Revista do IHGB (ref. 51, p. 95), sob o título Sertanejo, divulgava, em 1888, o seguinte: *No dia 8 de maio de 1874, na vila de Jataí, Paraná, segundo escrevem dali, faleceu o cidadão Joaquim Francisco Lopes, na idade de 78 anos. Era casado em terceiras núpcias, deixando viúva e seis filhos de menor idade, sendo a mais moça de dois anos. A sua prole eleva-se a 22 filhos. Joaquim Francisco Lopes foi o sertanejo, que no tempo do finado barão de Antonina abriu, acompanhado do engenheiro João Henrique Elliot, este sertão, e fez a exploração de todo este terreno até Mato Grosso. Prestou, durante a vida, relevantes serviços à pátria. Vivia ultimamente entregue aos seus minguados recur-*

* Historiador. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul.
ihgms@ihgms.com.br

sos e esquecido de todos, morrendo em extrema pobreza. Nasceu a 7 de setembro de 1805. Era filho de Piumhi em Minas Gerais.

Joaquim Francisco Lopes, o Sertanejo, fez diversas viagens de exploração no sul de Mato Grosso, registrando-as em relatórios, mais conhecidos como bandeiras ou DERROTAS¹, termo empregado na época para indicar viagens de exploração. Além das excursões aqui relatadas, Lopes realizou outras, principalmente no sertão do Paraná, onde participou da instalação da Colônia Indígena de São Jerônimo, que dirigiu de 1859 até seu passamento, ocorrido, segundo alguns autores, em 1868, sendo nela enterrado.

Joaquim Francisco Lopes pode ser considerado sertanista profissional, não só por dedicar boa parte da vida à atividade, mas também por ter pagas, principalmente pelos cofres públicos, estas empreitadas, deixando, daí, como prestação de contas, os relatórios de seus giros.

Tais relatórios, pela riqueza de informações e credibilidade do autor, tornaram-se fonte indispensável aos que buscam entender a situação do território hoje sul-mato-grossense de 1829 a 1857.

2. PRIMEIRA DERROTA (região de Paranaíba)

Em 1829 o Sertanejo iniciou a exploração do sertão de Santana, em terras há pouco descobertas pelos irmãos Garcia Leal, moradores do pontal do Triângulo Mineiro. Assim começa o relatório²: *1829. Entrada para o sertão da Paranaíba. Fui convidado pelo sr. Sousa, seguimos em fins de julho, entrei com dois animais e quatro cães veadeiros, alcançamos os senhores Garcias, na Paranaíba, fazendo canoas a nossa espera, pois nos convidou para a dita entrada; descobriu o sertão no ano de 28, perdendo os ditos Garcias dois*

¹ O texto das quatro derrotas, atualizado por H. Campestrini, está disponível na biblioteca eletrônica do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (www.ihgms.com.br).

² As citações (no itálico) foram extraídas de A bandeira de Joaquim Francisco Lopes – 1829. *Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo*, vol. III, São Paulo, Tip. do Globo, 1943.

anos de entrada sem poderem descobrir; saltamos a dita Paranaíba em lugar largo, e manso mato, serradões e pântanos; saindo nos campos de Santa Ana, apartamo-nos em três bandeiras, a do Sousa constava de onze pessoas, e 24 animais, na qual eu me achei. Entremos por cima a ganhar águas do Sucuriú e voltemos das águas do dito nas cabeceiras denominado Pantano³, e fundou-se duas fazendas, uma para Inácio Furtado, e outra para Domingos Rodrigues, por não termos conhecimento do sertão, apatranhemos e voltemos para nossas casas.

No mês de maio de 1830, Joaquim Francisco Lopes entrou *nas matas do rio Grande a descobrir campos devolutos*, retornando no final de agosto para dirigir-se, no começo de setembro, a Paranaíba, como informa: *Segui escoteiro para Paranaíba e cheguei no Monte Alto à casa do sr. capitão José Garcia Leal, o qual há pouco tinha chegado do sertão, e me fez ver boas fazendas que achou, e o sertão que seguia, e demarcou de olho uma fazenda para mim nas margens do rio Paraná, e me ofereceu mantimentos e a sua fazenda para morar, até cultivar a minha. Voltei a casa, cheguei em fins de outubro.*

Em 1831, o sertanista decidiu estabelecer-se na região dos Garcias, enfrentando, com muita decisão, toda sorte de dificuldades, comuns a todos os que aí se iam fixando, cujo relato comove:

Aviei-me com o necessário, e mudei-me para o sertão. O que muito me custou, por causa das grandes pestes do carrapato, que me foi preciso comprar milho para os bois, e azeite para untá-los, e pentear com pente fino para extinguir a grande imundície, e mesmo a peste de urinar sangue as quais aturaram quatro anos, e destroçou as criações de Minas Gerais; advirto que saí em abril da Vila Franca do Imperador e cheguei a 20 de junho ao Monte Alto, na fazenda do sr. capitão José Garcia Leal.

No dia 24 embarquemos no fundo da roça do dito no mencionado rio Grande de Minas, eu, o dito Garcia, com camaradas: Alexandre, Inácio, Antônio e Barbosa, e subimos Paranaíba acima até novo porto que se abriu em um lugar estreito, firme e bom; (a 10 de julho chegamos no dito porto) com muitos

³ A palavra Pantano sempre foi pronunciada, na região, como paroxítona.

couros que se tirou, e também de uma onça que acuou em terra com dezoito cães contra, já atirada, porém pouco ofendida; fiz-lhe fogo no avançar nos cães que mal roçou o chumbo pelo cabelo; fazendo que tinha caído puxei por um facão para defender os cães, a dita cuidou em se meter em um batume mui fechado; lancei a mão na cauda e pelejamos até eu vencê-la; neste tempo chegou o Garcia e ambos acabemos de tirar a vida do inimigo; pelas onze horas do dito dia 10 chegaram os entrantes que nós esperávamos por terra, e todos neste mesmo ano se afazendaram etc. e muito satisfeito ficamos. Advirto que fizemos roça em Santa Ana para se formar a nova situação do dito Garcia.

Voltando para o Monte Alto encontrei meu pai no porto, destinado a fazer canoas e rodar a descobrir rio Verde. Fui acompanhá-lo e levemos três canoas, e quatorze índios caiapós. Chegando na barra da dita com o rio Grande topamos com índios da aldeia do Tietê; pousemos por baixo da ilha Grande; fugiram os ditos quatorze índios e ajuntaram-se com os da aldeia.

Enfim, continuamos a viagem com nove pessoas a saber: eu, meu pai, e três manos, dois escravos, e dois camaradas; subimos pelo ribeirão de Santa Quitéria a ver uma fazenda que o dito Garcia deu a meu pai; fizemos roça e voltemos; rodamos; no Arapungá vi a meu pai, dois irmãos, dois escravos, dois camaradas morto na boca dos canais, por não sabermos do varador; porém, por milagre escaparam da morte, e seguimos; abaixo do Sucuriú no lado direito demos princípio a fazer posses.

Chegando na ilha Comprida, topamos canoas de Francisco Goiano, e chegando no rio Verde, subimos por este, aposseando de um e outro lado três dias e meio; largamos as canoas na boca de um riacho que lhe demos o nome de Espera, e aí ficou meu mano José, por ter cortado um pé, e um camarada José Gonçalves; eu, meu mano Manuel, e o escravo Vicente, seguimos rio Verde acima pela parte direita, pondo posses, e meu pai, meu mano João, e Francisco Escravo sapateiro, e o camarada Manuel Peão, fazendo posses da parte esquerda, e chegaram até o ribeiro Santa Rita, como consta do livrinho, e voltaram.

Eu cheguei até um riacho de canoa que lhe pus o nome Santa Bárbara (deve ser o atual rio do Pombo); voltei e ajuntemo-nos na Espera e seguimos para casa onde chegamos com felicidade e nos acabou o mantimento;

nesta jornada comíamos o que encontrávamos; valeu-nos haver muitas frutas de jatobá, e muito mel de abelhas; em todo o decurso da viagem gastamos quatro meses.

Em dezembro passei o meu carro para Santa Ana, carregado de mantimento e plantações para se fundar a nova situação de Santa Ana; passou-se gados e porcos do dito Garcia.

Como se viu, acompanhavam-no nessas andanças o pai (Antônio Francisco Lopes), os irmãos Gabriel (que se casaria com Dona Senhorinha), José (futuro Guia Lopes da Laguna), Manuel, João, Remualdo; e os cunhados Alcino e Antônio Vieira Moço. Em 1832 fixou-se na sua fazenda, Monte Alegre, bem ao sul de Santana do Paranaíba, continuando a percorrer aquela região.

Nos anos de 1832 e 1833 Joaquim Francisco encarou, com resignação e denodo, doenças e morte entre seus familiares:

No ano de 32 fiz uma canoa no Monte Alto, na roça do referido Garcia, fui maleitado que acompanhou-me seis meses; rodei eu, meu mano Gabriel (este ainda desensarado de sezões) e o meu escravo Lourenço. Fiz roças nas margens do rio Paraná, retirado três quartos de légua, e plantamos; meu mano ficou em termos já de morte por recair das ditas sezões; voltei por caminho de terra a Santa Ana com sete dias de viagem e aí ficou meu mano. Eu e o escravo fomos ao Monte Alto em quatro dias etc.

A 10 de novembro aprontei-me com o necessário e mudei-me conduzindo trinta porcos para a roça que eu havia feito e na minha marcha adoeceram quatro filhinhos meus de maleitas, que por este motivo cheguei a 20 de janeiro de 33.

Os meninos tiveram melhoras; em o 1.º de fevereiro chegaram na minha morada doze famílias de índios caiapós, destes, um ladino por nome cabo José; justei os ditos para ajudarem-me tirar um rego-d'água, levantar casas no mencionado lugar demarcado de olho pelo dito Garcia; pus o nome – Fazenda do Monte Alegre.

Também o ano de 1834 não foi só de alegrias para o sertanista: *Em janeiro de 1834, aprontei o carro e quatro bois, e largando porcos, roças e tudo o mais que me era pesado, segui a marcha e chegando em Santa Quitéria fiz*

canoa de um pau de mamão-do-mato (que o chamam jacatiá), passei a bagagem ficando o carro, por não poder passar; matei um boi, sequei a carne, deixei a mulher e filhos e a escrava entregues ao tempo e fui buscar socorro (rompendo campos dois dias), cheguei em Santa Ana caminhando dezesseis léguas; encontrei mudado de novo o dito Garcia, o qual me deu um escravo, três bois e um cavalo, para coadjuvar-me; reverti-me para o lugar onde havia deixado as partes de meu corpo; os encontrei da maneira que os havia deixado, sem serem ofendidos de coisa alguma, graças à Divina Providência que nunca desampara seus filhos, etc.

Passei o carro e não podendo seguir por a mulher ter um grande ataque, mandei o preto que se recolhesse a apresentar-se a seu senhor, e passados oito dias continuei a minha marcha indo sempre com muito vagar, e sempre cheguei em Santa Ana com felicidade etc.

Em abril o dito Garcia enviou-me a fazer-lhe fazendas no Sucuriú, que fiz cinco para o dito e duas para dois companheiros; gastei nesta viagem de ida e volta 43 dias; em agosto deste mesmo ano fui à Vila Franca, à casa de meu pai, ver meios para conduzir minha família.

Em setembro aprontei-me de todo o preciso, etc. Comprei seis animais cavalar, a saber: três curitibanos arreados com cangalha, os quais foram de meu mano Manuel, por 90\$000 rs; um ruço capão do compadre Jacinto, por 42\$000; um poncho, sela, e mais aviamentos 60\$000; um ruço pedrês, de João Rodrigues por 36\$000, e assim mais conduzi alguns cavalos emprestados; pus em roça de milho e abóboras e logo engordaram, e voltei para o Garcia, eu, meu mano Remualdo, meu cunhado Alcino e o escravo Vicente, de meu pai.

Em outubro cheguei no Garcia; em fins do dito outubro fiz um bangüê para o doente e conduzi a minha família para a casa de meu pai, com muita felicidade, a qual viagem concluí em fins de novembro; logo que chegamos adoeceu minha filha Custódia, de maleitas e meu mano Remualdo, de sezões, e meu cunhado Alcino, de maleitas. Advirto mais que para a referida viagem comprei uma égua castanha de meu tio Francisco de Paula, por 40\$000.

No dia 1.º de julho de 1835, Lopes entrou para o sertão do rio Verde com o mano José e sua família, de mudança para a fazenda do cunhado Vieira.

E, depois de relacionar os animais que comprou, continua: *Cheguei na fazenda do sr. Januário Garcia, o qual senhor supriu-me de farinha e arroz, etc. Segui a minha derrota deixando a meu cunhado na casa do sr. Antônio Barbosa; em 4 de agosto embarquei-me em batelão, no rio da Paranaíba a retificar posses do rio Verde, postas no ano de 1831 e tomar conta de uma fazenda que comprei, constante de papéis que se acham em meu poder, etc.*

Em 1836 Lopes iniciou a abertura de uma picada, que, de Santana do Paranaíba, alcançou Miranda, aproveitando o percurso para explorar o alto Sucuriú. Assim inicia seu relato: *Eu, Joaquim Francisco Lopes, meu cunhado Antônio Vieira Moço, meu mano Gabriel Francisco Lopes e um escravo do dito meu cunhado, por nome Domingos, e seus animais cargueiros, quatro de sela e dois cachorros, um por nome Violento e outro Nhoembré, no dia segunda-feira, a 27 de junho de 1836, saímos da casa do sr. Januário Garcia Leal e pousemos no ribeiro por nome Ariranha, perto de um barreiro, terça, 28, falhemos para picar uma mata de facão, a ver subida na serra para romperem rumo do atalho à estrada de Cuiabá.*

Subindo a serra, pousou nas cabeceiras do Santana e alcançou as do Indaiazinho e, daí, as do Indaiá Grande. Seguindo o rumo norte, marcou *em uns paus do campo o rumo do sudoeste, para guia do pique da estrada do atalho de Cuiabá* (estrada do Piquiri), que, naquele ano, estava alcançando o sertão dos Garcias. Em seguida procurou o rio Jauru, de onde escreveu para as autoridades do povoado do Piquiri, dando-lhes parte dos seus giros. Saindo do sertão dos Garcias e depois de atravessar o rio Aquidauana, chegou a Miranda, cujo presídio (comandado por João José Gomes) assim descreve: *2.^a – 29 (de agosto de 1836), chegemos e fizemos ver aos de Miranda as nossas investigações; advirto que o dito Forte tem quatro frentes de casas, duas arruadas, cercas de taquaruçus e as outras só a frente. O forte, no meio, cercado de madeira em pé, apontadas de quatro quinas, aterrado alto por dentro, e tem sentinela viva de dia e de noite; tem os índios aldeados ao pé do Forte com suas lavouras, engenho de bois e fazem rapaduras e melado e fabricam a farinha de mandioca; as nações são estas: Guaicurus, Guanás, Guaxis (estes são aliados), há outras nações que existem retiradas assim como Ipagmas, Caiubás e outras mais, etc.*

Daí retornou a Camapuã e, no dia 5 de dezembro, voltou (*devolvi-me para Miranda*). Ao final desta parte, depois de descer a serra de Maracaju *pelas águas que deságuam no Paraguai*, escreve: *Advirto mais nas vargens de paratudais, que nós chamamos cruilas, ou nos carandazais muito sal da terra trigueiro, e alvo, e muito salitre se pode formar grandes fazendas de criar, e se formar grande terra, imediato os matos baixos dá bem mantimentos, até mesmo nas tabocas. Nos campos me parece dar trigos; enfim, pode-se contar este sertão por patrimônio do Brasil.*

Em fevereiro de 1837, seguiu embarcado, de Miranda, para Cuiabá, para apresentar ao presidente da província *as entradas de sertão e mapas de rios e comunidades de estradas para São Paulo e Minas Gerais*. Subindo o rio Paraguai, passou pelo morro do Rabicho, pelo de Ladário (que *defronta com o morro da Conceição e a povoação de Corumbá de Albuquerque*), pernoitando nesta povoação, cujos habitantes não podiam *criar criações algumas por muitos morcegos*. Continuando passou pela baía de nome *Chaneca*, pela povoação dos Dourados, encontrou índios guatós, passou pelo morro do Caracará. Mais adiante, fez almoço *num bananal, dentro de um capão plantado pelos antigos paulistas*. Dias depois, pousou *num aterrado que fizeram os antigos paulistas e plantaram um grande bananal*. Após passar pelo morro de Melgaço e pela capela de Santo Antônio, chegou, no dia 20 de março, a Cuiabá.

Na volta, entrou no rio São Lourenço e, pelo seu afluente Piquiri (em verdade o Itiquira), chegou ao Destacamento do Piquiri no dia 3 de maio, quando se apresentou ao comandante daquele quartel, cabo José Gonçalves. Daí, tomando a estrada do Piquiri, dirigiu-se a Santana do Paranaíba, aí chegando nos primeiros dias de junho.

Encarregado, pelo presidente de Mato Grosso, de transpor o rio Paraná *no lugar que julgasse mais conveniente, começando uma picada por onde pudesse passar um cargueiro*, até a *vila de Piracicaba*, Lopes, em Junho daquele ano, dirigiu-se ao porto São José, na barra da Água Limpa, no Paraná, na fazenda de seu pai.

A seguir, locou, na barra do córrego Água Limpa, um porto (tudo indica que seja o atual Tabuado), *bem descampado de um e outro lado; muito bom porto, pouco corre até o meio – parte é parado, a razão de ter uma praia de pedras*

que vem ao meio do rio por cima do porto; e iniciou a picada, concluída em dezembro do ano seguinte, trabalho que lhe valeu duzentos mil réis em moeda e cem cabeças de gado, pagos pelo governo.

3. SEGUNDA DERROTA (Paraná – Baixo Paraguai)

Pretendia o barão de Antonina encontrar um caminho que, partindo do Paraná, chegasse ao baixo Paraguai, porque a viagem fluvial de Porto Feliz para Cuiabá já era impraticável. Para tanto foi formada uma bandeira, chefiada por Joaquim Francisco Lopes e relatada por João Henrique Elliott.

Depois de algumas entradas para conhecer melhor as terras paranaenses, embarcava no Tibagi a sexta expedição⁴, destinada à província de Mato Grosso, *jogando a vida em uma empresa desaprovada por todos*. No dia 11 de agosto estavam os expedicionários no rio Paraná, depois de navegar pelo Paranapanema. Duas léguas abaixo da ilha da Meia Lua (na foz deste rio), encontraram um córrego, que imaginavam ser o Samambaia. Subindo-o, pouco navegaram, por ser estreito e rápida a corrente. Desembarcaram para procurar o caminho que da freguesia de Santana do Paranaíba ia para a Vacaria. Aí encontraram várias malocas de caiuás. No dia 19, seis léguas depois, deram com *um trilho que seguia a rumo de oeste, passando sempre pelo coxilhão que reparte as águas do Anhanduí e as do rio de São Bento*.

Depois de andarem naquele trilho dezoito léguas, chegaram à fazenda de Francisco Gonçalves Barbosa; três léguas adiante, no dia 26, à de Antônio Gonçalves Barbosa (a Boa Vista), duas léguas após atravessar o rio Vacaria. Depois de apontar que o fazendeiro foi *o primeiro morador* da região da Vacaria e estava ali *há seis anos*, o relatório informa que os Barbosas encontraram naquela região *mais de duzentas cabeças de gado vacum bravio, desse que deixaram os espanhóis no ano de 1648 quando abandonaram tais lugares*.

⁴ O itinerário desta exploração foi publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1848, vol. 10, p. 153-177. Daí se extraíram as citações desta parte.

No dia 30, bem montados, Lopes, Elliot e um camarada seguiram para Miranda. Vinte e quatro léguas adiante, num percurso *com poucos moradores*, ultrapassaram a serra de Maracaju, quando deram com o clima *muito mais cálido, os campos cobertos, chão arenoso, e pouca água, mas excelente pastagem por toda a parte. Nove ou dez léguas adiante* (na confluência dos rios Nioaque e Miranda), atingiram a fazenda da Forquilha, do major João José Gomes, que estava em Albuquerque. No dia 6 de setembro entravam em Miranda, cujo presidio estava *cercado por uma estacada já bastante deteriorada, com uma pequena guarnição de tropa regular*. Observando que muitas casas da povoação estavam abandonadas, relataram: *parece que este lugar está em decadência*.

No dia seguinte, partiram a pé para Albuquerque. Na fazenda São João da Barra, continuaram em canoa, chegando ao destino no dia 12, quando foram bem recebidos pelo major João José Gomes. Naqueles dias chegaram índios *guaicurus cadiueus* e no dia 15 Lopes e Elliot visitaram a aldeia dos guanás e de outras tribos.

Voltaram, por terra, para Miranda, distante vinte e quatro léguas, aí chegando no dia 26, quando Lopes visitou algumas aldeias. No dia 29 saíram de Miranda para, no dia 5 de outubro, chegar à fazenda de Antônio Gonçalves Barbosa. No dia 18 embarcaram no rio Vacaria perto da fazenda de Francisco Gonçalves Barbosa, que, *com mais quatro pessoas*, se reuniria, mais adiante, à comitiva. No dia 20 entraram no Ivinhema, descrito mais adiante, observando que era possível *subir canoas francamente pelo rio Santa Maria até um lugar onde, com cinco léguas de varação pelo campo*, se podia alcançar o rio Miranda, *o que contudo precisava ser examinado com individuação para bem marcar-se o varadouro*.

No dia 23, *oito léguas abaixo da barra do Vacaria* com o Ivinhema, encontraram uns cinquenta caiuás, que Lopes abraçou e brindou *com mantimentos, muitos anzóis, facas, e algumas roupas*. No dia 31 entravam nas águas do Paranapanema, *no dia 10 de novembro no Tibagi, e no dia 11 chegaram à barra do ribeirão das Congonhas*, escolhido para ponto de embarque do comércio da vila de Antonina com Cuiabá, *tendo gasto dezoito dias de marcha desde os campos da Vacaria até ali*. No dia 27 de dezembro (de 1847) chegavam à fazenda de Perituva, final da empreitada, com seis meses e treze dias de viagem.

4. TERCEIRA DERROTA (Paraná – Miranda-Vacaria)

Cumprindo ordens do barão de Antonina, a comitiva⁵ de Lopes embarcava, no dia 27 de outubro de 1848, no ribeirão das Congonhas. *Compunha-se de nove pessoas e de um intérprete, mais Francisco Gonçalves Barbosa, Paulo Rodrigues Soares e José Maria de Miranda*, moradores da província de Mato Grosso, que (como se viu) tinham acompanhado Lopes na volta da expedição anterior, e *mais o negociante Antônio Felipe com seus camaradas ou homens de comitiva*, perfazendo ao todo *dezenove pessoas embarcadas em quatro canoas*.

Depois de alguns dias de viagem alcançou a comitiva o rio Paranapanema, acampando na foz do Pirapó, onde Lopes se demoraria para algumas explorações, o que fez com que Francisco Gonçalves Barbosa e os dois companheiros prosseguissem *nesse mesmo dia a sua viagem, mostrando-se bastante desejosos de chegarem a suas moradas*, que distavam *cinquenta e sete léguas*.

No dia 16 de novembro, chegou ao rio Paraná. Subiu o rio Samambaia, até o porto em que, na viagem anterior, encontrara muitos índios cauiás, *de nação guarani*; aí encontrou o cacique Libânio, e *outros muitos índios que*, a pedido de Lopes, *o cacique havia mandado chamar* para receber presentes.

Libânio era *de proporções atléticas, alto, reforçado e de uma fisionomia insinuante, respirando nas maneiras franqueza e magnanimidade, bem como em suas conversações muito tino e raciocínio*; tinha vindo *muito criança do lado do Paraguai, confundindo-se assim naquelas hordas, até que a sua valentia e prudência* o elevaram *àquele posto, com sete caciques sob suas ordens*.

Depois de ser informado que Francisco Gonçalves Barbosa *e seus companheiros haviam levado três índios de sua nação*, Lopes visitou a aldeia, *colocada entre as suas roças ou lavouras, que abundavam especialmente em milho, mandioca, abóboras, batatas, amendoins, jucutupé, carás, tingas, fumo, algodão, o que tudo era plantado em ordem*.

⁵ O itinerário desta exploração foi publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1850, v. 13, p. 315-335. Daí se extraíram as citações desta parte.

No dia 20, na subida do rio Vacaria, seguindo, curioso, urubus que esvoaçavam, encontrou o Sertanejo *os cadáveres de Francisco Gonçalves Barbosa, Paulo Rodrigues Soares e José Maria de Miranda, mutilados e já em estado de putrefação*, assassinados pelos três índios. Retirou as cabeças dos *infelizes assassinados*, sepultou *o resto de seus corpos, colocando-lhes em cima uma cruz*.

No dia 6 de dezembro chegou à *casa do falecido Barbosa, a cuja desventurada viúva deu a fatal nova da morte de seu marido* e, no dia seguinte, à casa de Inácio Gonçalves Barbosa. A 2 de janeiro de 1849, partiu para Miranda, chegando no dia 6, onde requereu *ato de corpo de delito nas cabeças dos infelizes assassinados, depois do que tiveram decente enterro com um acompanhamento o mais solene que era possível fazer-se em tal lugar*. No dia 12 voltou à Vacaria, parando *na fazenda da Forquilha*; no dia 20 chegou à fazenda de Antônio Gonçalves Barbosa.

No dia 12 de fevereiro começou a *explorar os rios que da serra de Maracaju vertem ao Paraná*, especialmente o Brilhante, o Santa Maria e o Dourados; após, desceu para a região entre os rios Amambaí-Guaçu⁶, Escopil⁷ e Iguatemi, desistindo pela dificuldade de trânsito e mantimentos, depois de ter caminhado *muitas léguas, em diversos ramos, até achar uma antiqüíssima estrada de carretas*, que entrava numa mata para as cabeceiras do Iguatemi em direção da serra de Maracaju, concluindo ser a estrada *que da Redenção de Santo Inácio e Vila Rica seguia para Curuguaty*.

Depois de atravessar *algumas vertentes com águas para os rios Escopil e Iguatemi até a serra de Maracaju* e encontrar *águas do rio Apa*, procurou as cabeceiras do rio Miranda e *o sítio onde demorou a cidade de Xerez abandonada em 1648*, não encontrando qualquer vestígio que lhe desse *segurança* para afirmar *foi aqui*.

Após, examinou o rio Miranda, concluindo ser difícilima a navegação até a foz do Nioaque, explorado no trajeto para o presídio, aonde chegou em 15 de março, gastando na tarefa *trinta e dois dias de contínuas marchas e contramarchas*. No dia 31 foi à fazenda da Forquilha, subindo o Miranda dezesseis léguas.

⁶ Havia dois rios com o nome de Amambaí ou Samambaia (no guarani, Amambaí significa samambaia). O atual Amambaí era o Guaçu (ou Samambaí-Guaçu). O outro era o atual Samambaia.

⁷ O Escopil era o atual rio Jagüi, afluente, pela esquerda, do rio Iguatemi.

No dia 8 de abril verificou o lugar do embarque e desembarque no rio Nioaque, em um ponto onde se lhe ajunta um arroio que denominou de Urumbeva, e ali fincou dois padrões de cerne de piúva, um na barranca do rio, outro no campo, gravando neles 1849 e B. de A. (Barão de Antonina).

No relatório está: *da fazenda da Forquilha ao mencionado lugar marcado para o desembarque haverá doze léguas e para que fique a navegação franca em todo o tempo é preciso desobstruir algumas passagens.*

Deixando aquele apazível lugar com proporções para uma povoação colocada na forqueta de Nioaque com Urumbeva, dirigiu-se ao rio Brilhante, atravessando a serra de Maracaju, anotando: *nesta coxilha que faz divisa das águas dos dous gigantes Paraná e Paraguai, passa o trilho dos índios mirandeiros, que de tempo a tempo vão fazer suas correrias contra os pacíficos caiuás; para concluir: seria muito louvável que por intermédio de V. Ex.^a soubesse o governo de S. Majestade Imperial as malversações e hostilidades que por vezes têm praticado os índios domesticados de Miranda, indo à caça dos Caiuás que habitam a margem direita de Ivinhema até a esquerda de Escopil e Iguatemi, com o único fim de fazer prisioneiros os pequenos e algumas mulheres, em cujas ocasiões o estrago e a morte se derrama nos bosques que servem de miserável abrigo a estes infelizes, dignos de melhor sorte e da proteção do governo, a quem não podem chegar suas débeis vozes.*

Depois localizou Lopes um lugar azado para desembarque dos objetos que viessem da província de São Paulo, na forquilha do Brilhante com um ribeirão grande a que deu o nome de Santo Antônio, observando que aquele sítio (que chamou de São José do Monte Alegre), na barra daquele ribeirão, era o mais apropriado possível para se formar uma povoação, e que nas cabeceiras do varadouro (de oito a nove léguas) podiam formar-se duas colônias.

No dia 29 de julho, desceu o Brilhante, até chegar, no dia 5 de agosto, ao arroio das Sete Voltas, no dia 7 ao rio de Santa Maria, no dia 11 à foz do Dourados, observando que da foz do Santa Maria à do Dourados haveria por causa das voltas do rio quatorze léguas, e por terra oito. No dia 12, com cinco léguas de navegação, chegou à foz do Vacaria. No dia 17 chegava ao porto dos caiuás, doze léguas adiante, onde acampou, fazendo contato bastante amistoso com aqueles índios, com danças e banquete. Com as necessárias precauções, conseguiu que o cacique lhe entregasse dois dos três índios que haviam assassinado Francisco Gon-

çalves Barbosa e companheiros. Eram Mani (Mariano), sobrinho do cacique, e Taringoá (Estêvão), repassados ao comandante da escolta, furriel Antônio Dias Lemos, *que dali os levou para seu destino até o forte de Miranda*; o terceiro, chamado Sandu, descera o rio na canoa roubada (das vítimas), com a família.

Depois de três dias de viagem arranchou *num bracinho do Paraná, que deságua no Ivinhema*, de onde mandou *uma diligência com o fim de capturar o terceiro assassino* (voltaria sem encontrá-lo) e ele explorou, no espaço de dez a doze léguas, o braço direito do Ivinhema, vendo não ser possível tal caminho por terra.

No dia 31 atravessou o rio Paraná, e entrou no Paranapanema, para, no dia 15 de agosto, atingir o ribeirão das Congonhas, onde desembarcou; com mais dez léguas, chegou, no dia 3 de setembro, à fazenda da Fortaleza, encerrando seu giro.

A expedição de Lopes conseguiu o intento: a descoberta do varadouro ligando as bacias dos rios Brilhante e Nioaque, estabelecendo a ligação entre as terras paranaenses e o baixo Paraguai, como pretendia o barão de Antonina.

4.1 AS TERRAS DO BARÃO

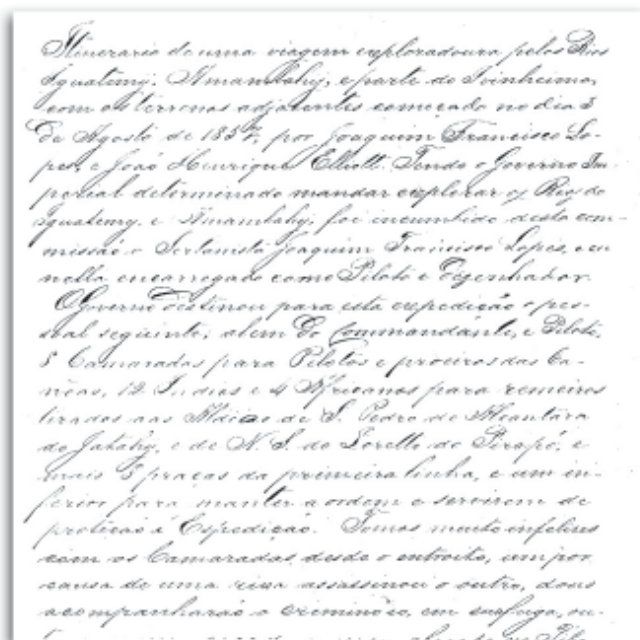
As duas expedições do Sertanejo no sul de Mato Grosso tinham segundas intenções. Sabia o barão de Antonina (João da Silva Machado, 1782-1875), senador, figura de destaque no Paraná, que seria promulgada uma lei facultando a todos os posseiros o direito de requerer, como própria, a terra de domínio público, sob ocupação, qualquer que fosse sua extensão. Ambicionando terras no sul de Mato Grosso, contratou os serviços de Lopes.

O sertanista, em suas explorações, ajudado por Luís Pedroso Duarte, de Miranda (que preparava os papéis), fez negócios, simulou outros (todos com defeitos essenciais), forjou escrituras, *fazendo delas um simulacro de registro, perante o vigário da freguesia de Miranda*, de tal forma que, no retorno, já havia adquirido para o barão as seguintes áreas⁸: a primeira, em águas do rio

⁸ Sobre as terras do barão e posterior questão jurídica, ver, de Astolfo Vieira de Resende. *O Estado de Matto-Grosso e as supostas terras do barão de Antonina*. Rio de Janeiro, 1924, p. 12 e 53-95. Registre-se a valiosa colaboração, na obra, de Mário Monteiro de Almeida, então consultor jurídico de Mato Grosso.

Dourados, de Inácio Gonçalves Barbosa (que nunca teve posses naquela região); a segunda, na margem direita do rio Dourados, de Manuel Vitorino (possível empregado de Antônio Gonçalves Barbosa); a terceira, nas cabeceiras dos rios Apa e Miranda, de Gabriel Francisco Lopes; a quarta, em continuidade à precedente, de José Carlos Botelho; a quinta, em águas do Iguatemi e Amambaí, de Antônio Cândido de Oliveira; a sexta, em águas do rio Apa, de Manuel Pereira da Rosa; a sétima, em águas dos rios Apa e Cruzes, de Jacinto Antônio Ferreira; a oitava, em águas do rio Pedra de Cal, de João José Pereira; a nona, em águas dos rios Santa Maria e São Domingos, de Antônio Gonçalves Barbosa.

Em 1906 João Abbott comprou do espólio do barão de Antonina as nove áreas, que vendeu em 1921, com o compromisso de os compradores pagarem um *débito hipotecário* que ele assumira. Em 1922, o espólio executou, na justiça, a hipoteca e no mesmo ano aquelas áreas eram penhoradas. Em 1923, Mato Grosso embargou a execução, alegando que aquelas terras eram devolutas. A questão



Início do original da quarta derrota: *Itinerário de uma viagem exploradoura pelos Rios Iguatemy, Amambaí, e parte do Ivinheima, com os terrenos adjacentes começado no dia 3 de Agosto de 1857, por Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliott.*

foi resolvida pelo Supremo Tribunal Federal em 1931. O espólio só teve os direitos reconhecidos sobre a fazenda Sete Voltas, instalada e mantida por um filho do barão, de nome Pedro Nolasco.

5. QUARTA DERROTA (Paraná – Iguatemi)

As informações desta terceira exploração⁹ são indispensáveis para entender como se encontrava a região entre os rios Ivinhema e Iguatemi na metade do século 19.

Por ordem do governo imperial, Joaquim Francisco Lopes explorou os rios Iguatemi e Amambaí bem como parte do Ivinhema, com os terrenos adjacentes, acompanhado por João Henrique Elliott, piloto e desenhador.

No dia 3 de agosto de 1857 a comitiva principiou a viagem no porto do Jataí. No dia 14 entrou no rio Paraná. Descendo-o, passou pela barra do Samambaia e entrou no Ivinhema, onde havia uma aldeia de índios (o atual porto Caiuá); adiante, passou pelo rio Nanaí (atual Laranjaí – rio das laranjas), onde também havia *aldeamento de índios caiuás*; no dia 17, retornando, entrou no Paraná. Consta, nesta parte do relatório, minuciosa descrição do rio Ivinhema, *chamado pelos índios de Iragui (rio de muitas ondas)*. A 18 entrou na barra do Amambaí ou *Samambaí-guaçu*; a 20, começaram a *aparecer muitos vestígios de índios e mais mato alto*. No dia seguinte descobriu *um trilho bem freqüentado perto do pouso, que conduzia até a aldeia do cacique Paí-Guaçu*. No dia 23 os índios começaram a aparecer. Lopes distribuiu *entre eles machados, facões, fouceas, fazendas*. Continuando a exploração, encontrou mais vestígios de índios em ambas as margens, tanto que, no dia 29, se apresentaram índios do cacique Paí-Mirim, poucos, pois os demais *andavam à caça para o lado do Campo Grande*, distante três dias de viagem.

No dia 30, fez *pouso na barra de um lindo córrego*, que chamou de ribeirão da Sardinha. No dia seguinte, encontrou outro belo ribeirão, a que deu o nome de Areia

⁹ O itinerário desta exploração, manuscrito, encontra-se arquivado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 92, pasta 10 (documentos, f. 22-44).

Branca. Em 1.º setembro, subindo o rio Amambaí, *cada vez mais sinuoso*, encontrou canoa e porto de índios muito freqüentado, no lado direito, onde fez pouso. Constatou que aqueles índios caiuás se achavam espalhados pelos matos *em pequenas hordas de dez a trinta famílias*, tendo cada aldeamento *somente um rancho grande onde todos se acomodavam*; e tinham *relações amigáveis entre si e com os paraguaios*.

No dia 3 de setembro, subindo o rio, encontrou mais índios e, no dia seguinte, outros, cujas roças e rancho visitou. Relata: *Era um grande rancho que tinha duzentos e noventa e sete palmos de comprimento, setenta e dois de largura e trinta de alto; no interior duas carreiras de esteios e que distantes sustentavam as travessas onde se encostavam os caibros, os quais serviam para suspender as suas redes de dormir, de maneira que se pode saber o número das famílias contando estes esteios*. Notando que só o chefe e os homens dormiam na rede (as mulheres, no chão), conclui: *este rancho tinha lugar para vinte e quatro famílias*. Soube que *o terreno entre o Ivinhema e o Iguatemi, e mesmo além deste último, estava povoado de caiuás que se comunicavam entre si por picadas, e que tinham trilho desde o Paraná até os campos da Vacaria*.

Subindo ainda o rio Amambaí, chegou ao Ituguaçu (*salto grande*) – até aí o rio era navegável (trinta léguas desde a foz) – e, duas léguas acima, ao Itupecapó (*salto do pula-peixe*). No dia 5, começou a descer o rio Amambaí, para, no dia 9, chegar ao Paraná, fazendo pouso, duas léguas abaixo, na barra do Maracaí. Logo abaixo começa a ilha Grande ou das Sete Quedas.

Nesta altura do relatório, há descrição pormenorizada do rio Amambaí – rio da samambaia, *por causa da muita samambaia que tem nas suas margens*. Observa: *Nas vizinhanças deste rio habitam muitas pequenas hordas de índios caiuás, gente social, de boa índole e bons princípios de agricultura; será fácil ajuntá-los em uma ou duas grandes; o rio Amambaí oferece muitas vantagens para este fim*, anotando, por fim, que os índios *têm muita variedade de plantas, como milho, feijão, mandioca, amendoim, cana, algodão e bananeiras*. Do rio Maracaí está anotado que *é navegável por canoas oito a dez léguas e que, perto das cabeceiras, existiam algumas aldeias de caiuás*.

No dia 11, seguiu viagem, pousando *numa pequena ilha para calafetar uma canoa e por esta causa tomou o nome de ilha do Calafetar*. No dia 12,

depois da foz do Pirajuí (*rio dos dourados*), fez pouso na barra do rio Mutum-i (*rio dos mutuns*), de onde se ouvia *distintamente* o barulho do salto das Sete Quedas. No dia 13, depois de observar que o Paraná é semeado de ilhas, informa: *entramos no Iguatemi*, com trinta e três braças e meia de largura com quatorze palmos de fundo. No dia 14, encontrou, no lado sul, *muitas árvores de congonha de qualidade superior*, apanhando *alguma para fazer erva-mate*.

No dia 15, encontrou um porto de índios, do capitão Matias, que *morava duas léguas retirado* daí. Adiante, encontrou *uma canoa e porto dos índios no lado meridional*. Naquela altura do Iguatemi, deu a um ribeirão o nome de Sucuri e a outro, pouco acima, de Claro. Por original, está anotado um incidente: *matou-se aí um sucuri com vinte e nove palmos de comprimento; o réptil estava com a barriga cheia, abrimos para ver o que continha, era outro sucuri com dezesseis palmos de comprimento. Que vivacidade!*

Acima, deu o nome de Pé de Areia a um córrego e de Verde a um ribeirão. Encontrou aí um *lugar estreito que serve de passagem aos índios, a qual eles chamam Itapó (pedra de pular)*. No dia 19, encontrou índios do capitão Perón e alcançou o rio Escopil, *chamado pelos índios Iguai (rio Claro)*, afluente, pela esquerda, do Iguatemi. O capitão contou-lhe *que tinha muitas aldeias de sua gente no lado meridional do Iguatemi e que todos moravam em matos de cultura; conservava relações com os paraguaios, ajudando-os nos ervais e recebendo em troca de seus serviços machados ingleses, machetões, facas e facões ingleses e pano de algodãozinho*.

Nos dias 20 a 23 explorou o rio Escopil, onde *o maior inimigo que se encontra aí é o terrível sucuri*. Examinada a topografia, anotou: *por esta mesma coxilha pode ir-se aos Dourados no passo do Iguaicuru*. Acrescente-se que diariamente o Sertanejo encontrava índios, como no dia 24, os dos capitães Cangaçu (*cabeça grande*) e Ramos.

No dia 26, queimou campinas de sapezais, atingindo *bastante erva-mate, que deu lugar a fazerem uma porção*. A 27 passou pelo *pequeno rio Iputã*. A 28, começou a enfrentar as quatorze cachoeiras do Iguatemi; às três horas da tarde viram os expedicionários *um porto de índios muito freqüentado e outros vestígios que não eram de índios em pique aberto cortado rente os ramos do chão e o rasto de dois cavalos, onde tinha uma canoa com dois remos feitos*

por oficiais de carapina. (...) Achou-se também o lugar de dois fogões, com uma trempe de gancho à maneira dos tropeiros paulistas, e outra à moda dos curitibanos, que é de duas forquilhas e uma travessa, e ossos de gado. Os vestígios eram, como soube, de desertores de uma guarda paraguaia, distante dali seis a oito léguas, provavelmente dos ervais da serra de Maracaju.

No dia 4 de outubro, passou pela barra do *pequeno rio Bogas (chamado pelos índios Iguaterai-Mirim)*. No dia seguinte, procurou e encontrou o *lugar do forte abandonado de N. S. dos Prazeres do Iguatemi, demolido pelos espanhóis em 1777, duas léguas acima do Bogas.*

No dia 6 encontrou os primeiros vestígios do forte: *uma vala ou poço quase entupido que embicava em um brejo, seguindo por este as valas, continuamos sempre formando ângulos, alguns bem salientes, alguns destes ângulos tinham trinta passos de comprimento, outros com mais de duzentos; depois de passar este entramos num que tinha pelo menos cinquenta palmos de largura com vinte e cinco a trinta de fundo; tem outros paralelos de distância de vinte passos e do mesmo tamanho, tão bem conservados que alguns lugares ainda se distinguem os sinais de enxadas; neste lugar parece-me que estava o portão. Do forte, partia um caminho para o rio e a serra de Amambaí, anotando que daí até os primeiros moradores vacarianos havia de trinta a trinta e cinco léguas, e até o primeiro forte paraguaio (a Bela Vista) do lado meridional do Apa a mesma distância pouco mais ou menos. Por fim, registra que o local dos Prazeres, muito bem localizado, é muito aprazível avistando-se o curso do rio Iguatemi, bem longe, serpeando por matos, especialmente pelo meridional onde até alcança a vista tudo é mato.*

Argumentando que *todo o terreno daí por diante* já havia sido explorado por ele, em derrota anterior, deu por encerrada a exploração, iniciando o retorno.

No dia 7 encontrou um índio *que se intitulava capitão Pedro Ivo; era um velhinho de seus sessenta anos, trazia uma farda paraguaia de alferes, e uma qualidade de barretina azul com divisa encarnada, muito jovial, oriundo dos ervais do Paraguai, reclamando que o serviço era muito e o dinheiro nada. No dia 10, já abaixo da foz do Escopil, fez erva-mate por haver aí muita. Nesta altura, consta no relatório a descrição do rio Iguatemi e seus afluentes, principalmente o Escopil. No dia 25 de outubro fez pouso na baía da ilha da Meia Lua. Nesta parte do*

relatório está a descrição de *parte do rio Paraná*, destacando que *a corrente deste rio é pouco apressada mas com o vento forte levanta ondas como oceano*. No dia 11 de novembro, entrava a comitiva no rio Tibagi para, no dia 14, desembarcar no Jataí.



Resenhas

Reconstituindo as teias da relação entre o universal e o singular

Silvia Helena Andrade de Brito*

“Agora a nossa realidade se desmorona.
Despencam-se deuses, valores, paredes...
Estamos entre ruínas.
A nós, poetas destes tempos, cabe falar dos morcegos
que voam dentro dessas ruínas.
Dos restos humanos fazendo discursos sozinhos nas ruas.
A nós cabe falar do lixo sobrado e dos rios podres
que correm por dentro de nós e das casas.”

Manoel de Barros

Se ao poeta destes tempos cabe alertar sobre a fragmentação da sociedade e, sobretudo, sobre a fragmentação que atinge nossa visão sobre a mesma – tarefa cumprida com maestria pelo cantador do Pantanal, Manoel de Barros –, a perspectiva do pesquisador é procurar compreendê-la. Em outras palavras, como mesmo aponta Gilberto Luiz Alves na obra **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**, a importância do conhecimento está exatamente em captar a condição humana que nos aproxima, em sua relação com os singulares nos quais esta humanidade vem se expressando, em diferentes espaços e momentos da história.

Esta é a proposta central desta obra: discutir o movimento histórico de como se constituem, em permanente relação, o *universal de nossos tempos*, a

* Departamento de Ciências Humanas e Sociais. CCHS/UFMS. shbrito@terra.com.br

sociedade capitalista, e suas diferentes expressões singulares, marcadas pelas particularidades próprias ao desenrolar da constituição histórica do capital em diferentes paisagens sociais. Ao adentrar tal caminho, contudo, o autor acaba por confrontar-nos com discussões centrais na historiografia atual, de interesse não só àqueles que se dedicam à temática educacional e regional, nas quais Alves tem concentrado seus trabalhos de pesquisa¹.

Mais que isso, o autor nos brinda com uma reflexão acerca do próprio significado epistemológico e da importância heurística destas duas categorias, *universal* e *singular*, dentro do campo teórico marxista. Com isso, apresenta uma discussão profícua para que sejam discutidos os particularismos que ainda hoje se apresentam no campo teórico das Ciências Humanas, ainda mais quando as manifestações de um regionalismo estreito têm impregnado diferentes análises, sob o invólucro da defesa do direito à diferença.

Neste sentido, Alves rejeita qualquer análise que desconsidere o singular e sua importância enquanto espaço de manifestação das leis gerais que operam na sociedade capitalista. Já que o universal, nunca é demais lembrar, encontra aí seu espaço de materialização histórico-social; mas também alerta para o perigo de autonomizar-se o movimento do particular, tornando-o auto-explicativo, perdendo a perspectiva de que seu móvel encontra-se no próprio movimento do todo, encontra-se na sociedade capitalista do qual é parte constituinte. Como forma específica de realização do universal, portanto, os distintos singulares presentes na realidade social estão a ela subordinados, e somente nesta relação dialética serão encontradas as chaves para seu entendimento.

Tais reflexões tornam-se ainda mais interessantes quando ao exercício teórico somam-se os resultados das pesquisas de campo realizadas pelo autor, momento em que expõe seu enfrentamento com os problemas concretos trazidos pela necessidade, imperiosamente colocada ao teórico marxista, de considerar

¹ Eis, a título de exemplo, algumas das obras do autor nestes campos temáticos: ALVES, Gilberto Luiz. *Educação e história em Mato Grosso: 1719-1864*. 2.ed. rev. Campo Grande: UFMS, 1996.; Id. *Mato Grosso e a história: 1870-1929* (Ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial à hegemonia do capital financeiro). *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, v. 2, n. 61, p. 5-81, 1984; Id. *O pensamento burguês no Seminário de Olinda: 1800-1836*. 2. ed. rev. Campo Grande: UFMS; Campinas: Autores Associados, 2001.; Id. *A produção da escola pública contemporânea*. Campinas: Autores Associados, 2001.

adequadamente a relação universal/singular. Necessidade esta, diga-se de passagem, que vai além do campo meramente explicativo, mas que tem raízes na própria práxis do profissional engajado nos embates sociais de seu tempo.

Como resultado deste confronto, vemo-nos frente a quatro trabalhos, escritos em distintos momentos da vida acadêmica do autor, mas alinhavados teoricamente, como declara este último, pela proposta metodológica de destacar como o marxismo se posiciona frente à relação entre o universal e o singular, objeto de suas reflexões no primeiro texto desta coletânea (**Universal e singular: em discussão a abordagem científica do regional**). Para a apresentação de suas conclusões, nada melhor do que evidenciar a própria trama de que resulta o processo de formação e consolidação da sociedade capitalista, materializada nas expressões singulares que conformaram esta mesma sociedade no Novo Mundo. Estas últimas são trazidas à cena histórica, por um lado, fazendo menção àquilo que universaliza a ação humana nesta parte do globo, ou seja, as manifestações do capital enquanto elemento inerente e essencial no processo societário em curso; por outro, este capital, na sua dinâmica concreta, encontrou sua materialidade nas formas distintas por meio das quais expressou-se nesta parte do mundo, manifestas na atividade jesuítica, nas diferentes formas de colonização das Américas, na maneira como se deu a utilização da força de trabalho índia, negra ou imigrante, ou mais modernamente, como se expressou no continente a doutrina de segurança nacional.

O autor destaca, contudo, a necessidade de que sejam desveladas, neste esforço teórico-metodológico, as representações ideológicas que reforçam o estranhamento entre os povos americanos, na medida em que desviam a atenção do pesquisador da relação dialética necessária entre o singular e o universal. Na verdade, os regionalismos, os nacionalismos, em seus diferentes matizes, levam ao esquecimento da necessidade de se enfatizar a subordinação dos distintos singulares ao movimento universal da sociedade capitalista, uma vez que estes singulares são formas de realização desta mesma sociedade. Na práxis política, destaca ainda, isso significa a construção das bases para uma ação política significativa para o conjunto da humanidade, isto é, capaz de colaborar para o projeto emancipatório do homem hodierno.

O segundo texto (**Nacional e regional na historiografia educacional brasileira: uma análise sob a ótica dos estados mato-grossenses**) promove

um balanço da historiografia educacional produzida no e sobre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, entre os anos 70 e 90. O critério a partir do qual esta parcela da historiografia regional será analisada está centrado na relação universal/singular, desta feita discutida a partir de algumas das expressões desta singularidade, a questão regional e a questão educacional.

Com base nestas premissas é discutida a historiografia sobre esta região do país, tanto aquela que teve a educação como objeto como aquela que, embora não centrada nos fenômenos educativos, é essencial para que se compreenda a constituição do processo capitalista nesta parte do Brasil. Revelam-se assim, no exercício cotidiano da pesquisa em História da Educação, os liames que permitem reconstituir os processos educativos em curso naquela determinada região do país, em determinado momento de sua história, a partir da reconstituição das relações que os processos em foco guardam com a totalidade da sociedade capitalista.

Para esta exposição, são retomadas as obras da historiografia educacional diletante, marcadas essencialmente pelo registro e reconstituição factual da história. Entre estes trabalhos que antecederam a produção acadêmica destaca-se a obra de Melo e Silva, único intelectual a lançar-se à análise do momento histórico que era foco de suas preocupações – a década de 40 do século XX, em especial na fronteira sul do então estado de Mato Grosso, obra que ainda permanece como um desafio para a historiografia regional, dada esta sua especificidade.

O surgimento da produção acadêmica a partir dos anos 70, fortalecida na década seguinte pelo aparecimento dos primeiros cursos de pós-graduação naqueles estados, dá ensejo não só ao maior conhecimento e problematização da questão educativa regional, como à sua incorporação no debate nacional. A formação de coletivos de pesquisa, o levantamento de fontes para a pesquisa, a organização de arquivos, centros de documentação, entre outras iniciativas, fortaleceu a discussão sobre os entraves representados pelo regionalismo, e a necessidade do fortalecimento da discussão acerca da relação universal/singular, no entendimento das formas assumidas pelo processo educativo nos dois estados.

Além disso, mais recentemente, como o demonstra este próprio texto, escrito por ocasião do I Congresso Nacional de História da Educação, realizado sob os auspícios da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), as reflexões sobre a historiografia educacional mato-grossense e sul-mato-grossense, na

medida em que desvele as singularidades assumidas pelo processo educativo nessas regiões do Brasil, pode contribuir para iluminar a produção historiográfica sobre o tema em todo o país, em dois sentidos. Primeiro, ao levantar hipóteses de trabalho sobre como fenômenos produzidos nacionalmente, fruto do processo de expansão capitalista, singularizam-se nestes estados, e de como estas singularidades podem ou não tornarem-se expressões presentes em outras regiões do Brasil. Segundo, colaborando para que certas idéias que se tornaram comuns na historiografia educacional brasileira sejam confrontadas com sua materialidade, o que pode favorecer a crítica científica de certos equívocos que vem se perpetuando entre os estudiosos da área.

O terceiro texto retoma a mesma discussão sobre o singular e o universal, desta feita ao tratar sobre **A trajetória histórica do grande comerciante dos portos em Corumbá: 1857-1929**.

Tendo como preocupação central analisar o surgimento da casa comercial em Corumbá, na segunda metade do século XIX, o autor demonstra, em um texto de rara inspiração, os liames que fazem desta uma expressão, no *distante* Mato Grosso, do período de transição da fase manufatureira para aquela centrada na Revolução Industrial, ou seja, na produção de bens industrializados, no interior da etapa concorrencial do capitalismo.

Alves demonstra, recorrendo a exemplos relativos ao mesmo fenômeno em outras partes do continente sul-americano, como se deu a formação, o desenvolvimento e, posteriormente, o ocaso desta atividade comercial que marcou tão intensamente a vida daquela região de Mato Grosso². O autor destaca ainda como essas marcas provocaram a cosmopolitização da vida em Corumbá, dando ensejo a manifestações culturais e sociais até hoje presentes naquele município fronteiriço, como é o caso do conjunto arquitetônico denominado *Casario do Porto*. No momento em que se discutem propostas de revitalização destas e de outras edificações em Corumbá, nada mais importante do que se ter sob os olhos este passado, base para as reflexões presentes sobre o seu uso continuado e, acima de tudo, centrado nos interesses de construção de uma sociedade cidadã.

² Trata-se aqui do estado de Mato Grosso antes do processo de divisão, ocorrida em 1979, que deu origem a duas unidades federativas: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

No quarto e último texto o autor volta suas preocupações aos primórdios da atividade que, em momento histórico posterior ao comércio, virá a ser determinante na região pantaneira. Estamos falando da pecuária na segunda metade do século XIX, e sobre um de seus principais mentores no Pantanal neste período, temas do trabalho **José de Barros: a formação de um pioneiro**.

Sobre os destaques deste texto, é interessante assinalar, primeiramente, a utilização sistemática da obra de cronistas e viajantes para descrever aspectos da região neste momento histórico, destacando a forma como se davam as relações humanas nesta etapa da sociedade capitalista no Pantanal. Em outras palavras, como se singularizou, na região da Nhecolândia, uma determinada forma de expressão, particular a este espaço e momento histórico, da sociedade capitalista.

Num segundo momento, Alves demonstra ainda como os limites materiais impostos a esses homens neste processo de formação e consolidação das fazendas de gado levaram-nos a determinadas soluções no processo de recolonização da região. Neste sentido, por exemplo, embora valorizasse o ensino formal, - traço este que parece ter destacado a sua família frente a outros pioneiros -, José de Barros teve que abandonar a escola regular, após ter aprendido os seus fundamentos (ler, escrever e realizar as quatro operações aritméticas), dados os precários recursos materiais de sua família.

As necessidades impostas pelas dificuldades inerentes ao trabalho com a família lhe impuseram continuar sua formação na “*escola do trabalho*”, aquela que lhe permitiria, junto aos conhecimentos e hábitos adquiridos graças à escola regular, alguns anos depois, criar as condições concretas para o sustento e a formação de uma vasta prole, criada e ambientada na região pantaneira.

À guisa de conclusão, consideramos aqui as palavras iniciais do autor quando, na página de abertura da obra **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**, dedica seu trabalho ao poeta Manoel de Barros, “poeta que se universalizou ao cantar o Pantanal.” Da mesma forma, cremos que Alves, partindo de uma discussão centrada na temática regional, - intenção claramente exposta desde o início no próprio título dado a este trabalho, - tenha alcançado seu intento de demonstrar e discutir questões que são de interesse para pesquisadores de todas as áreas do conhecimento. Em outras palavras, o autor também se universaliza,

trazendo a baila um trabalho que, pelo rigor com que discute uma questão central no universo metodológico marxista, contribui para o debate teórico enfrentado pelos estudiosos de hoje, sejam quais forem seus recortes temáticos específicos. Neste sentido, torna-se uma obra importante para quantos tenham interesse de trabalhar, teórica e ou praticamente, a relação entre o singular e o universal na pesquisa científica.

A fronteira referida à nação*

Carla Villamaina Centeno**

Fronteiras Guaranis: com um estudo sobre o idioma guarani ou ava-ñee-ê, de autoria de José de Melo e Silva, foi publicada em 1939, dois anos após a instauração do Estado Novo (1937-1945) e no princípio de uma guerra mundial. Tornou-se mais acessível ao público com o lançamento da segunda edição em 2003¹. O responsável por essa edição foi o Professor Hildebrando Campestrini².

Influenciado pelo contexto histórico que colocava a necessidade de nacionalizar a fronteira, Melo e Silva realizou um estudo sobre a fronteira com o Paraguai, ou seja, sobre uma fronteira que era brasileira, de direito, mas, segundo ele, *culturalmente guaranizada*, daí denominá-la “fronteira guarani”, para propor uma reforma de sua organização econômica e social. Daí, também, o título do livro. Sua crítica mais incisiva recai sobre três questões: a cultura, o trabalho e a educação.

Nascido no ano de 1892, em Missão Velha, no Estado do Ceará, Melo e Silva foi seminarista e auxiliou nos trabalhos das missões franciscanas no Pará, em

* Resenha de MELO E SILVA, José de. *Fronteiras guaranis: com um estudo sobre o idioma guarani, ou ava-ñee-ê*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1939.

** Doutora em Filosofia e História da Educação. UEMS. UNIDERP. carla.centeno@uol.com.br

¹ A obra pode ser acessada, também, no site do Instituto: www.ihgms.com.br

² Co-autor de *História de Mato Grosso do Sul* (2003) e autor de *Breve Memória da Justiça Sul-Mato-Grossense* (1987) e *Santana do Paranaíba* (2003), hoje Campestrini é Presidente do Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso do Sul – IHG-MS e membro da Academia Sul-mato-grossense de Letras.

meados da década de 1910³. Formou-se pela Faculdade de Direito do Ceará, concluindo o curso em 1919 e em 1932, foi aluno da primeira turma do Curso de Doutorado, criado pelo decreto federal nº.19.852, pela mesma Instituição. Em 1933, foi contratado pelo Governo do Estado de Mato Grosso para exercer o cargo de juiz de direito na fronteira com o Paraguai. No final da década de 1940, foi transferido para o Território Federal de Guaporé, hoje Estado de Rondônia. Em Mato Grosso do Sul ele é Patrono da Cadeira nº.14 do Instituto Histórico Geográfico. Escreveu outra obra que incorpora temática sobre a fronteira, denominada de **Canaã do Oeste**, publicada em 1948.

A primeira parte foi construída, segundo o autor, para estudar aspectos da cultura guarani a fim de compreender os costumes que vinham influenciando a fronteira brasileira⁴. Foi dividida em cinco capítulos: I- O Guarani versus Tupi; II- As reduções de Guairá; III- República ou Confederação dos guaranis em Paraguai; IV- Destruição da República dos guaranis; V- O jesuíta e sua obra – opiniões e confrontos – comunismo cristão e doutrina de Marx

Nessa primeira parte, Melo e Silva realiza um diálogo com a historiografia acerca dos guarani, discutindo a formação da “raça”, suas origens e a influência da educação jesuítica na transformação dos costumes indígenas. De fato, evidencia a necessidade de o autor travar um combate ideológico dirigido a uma corrente de escritores hispano-americanos, *marxistas*, segundo ele, que reivindicavam o “verdadeiro” sentido da civilização guarani⁵. São textos muito ricos que mostram a singularidade desse autor combativo por dialogar mais incisivamente com intelectuais, algo pouco comum na historiografia regional.

A Segunda Parte apresenta cinco capítulos: VI- Aspecto geral da fronteira: o solo e suas riquezas, clima, condições sanitárias, chuvas, elementos povoadores, nacionais e estrangeiros, descendentes guaranis; VII- Remanescentes de famílias indígenas na fronteira: vias de comunicação, regime de segurança; VIII – Os guaranis nas fronteiras: costumes, deturpação da língua, música, dansas e festas, religiosidades, tabus, práticas místicas, abusões e crendices; IX- Situação econô-

³ MELO E SILVA, José de. Id., *ibid.*, p. 170.

⁴ Id., *ibid.*, p.93.

⁵ Id., *ibid.*, p. 21.

mica das fronteiras: meios de produção, pecuária, agricultura, aversão do descendente guarani pelo amanho da terra, carestia de vida, regime alimentar deficiente, indiferença pela caça, sistemas de habitação, de trajar e de transporte, corrida de cavalos; X- Aspectos morais: a honra da mulher, desrespeito à condição de virgem, amor livre e casamento. Nela, o autor discute as condições da fronteira em sua época, a geografia, as condições naturais, trata dos guarani “modernos” e dos problemas econômicos encontrados pelo homem.

Quatro capítulos compõem a Terceira Parte: XI - Município de Bela Vista; XII- Município de Dourados; Município de Porto Murtinho; XIV- Município de Ponta Porã – Companhia Mate Laranjeira e sua organização. Nessa parte são expostos dados sobre cada um dos municípios da fronteira, com descrição sobre rendas, escolas, população, economia, dentre outros.

A quarta parte é organizada em dois capítulos: XV- Colonização e nacionalização das fronteiras; XVI- Medidas indispensáveis à colonização e conseqüente nacionalização das fronteiras. Nessa parte, o autor retoma todos os problemas apontados no decorrer da obra para apresentar um projeto de nacionalização para a fronteira.

Finalmente, a quinta e última parte, também denominada de Parte Especial, é dividida em 15 pequenos títulos em que o autor denominou de capítulos e neles são discutidas “noções da língua guarani”. Para ele aprender o guarani era “armar-se de um excelente meio para transmitir o conhecimento da língua portuguesa”⁶. Daí a inclusão de um estudo sobre essa língua.

Importante observar que em Fronteiras Guaranis o critério adotado para a definição dos limites da fronteira é cultural. Para Melo e Silva, as “lindes guaranis” eram delimitadas pelos municípios de Ponta Porã, Bela Vista, Dourados e Porto Murtinho, locais marcados, segundo ele, pela influência da *civilização guarani*⁷.

⁶ Id., *ibid.*, p. 292.

⁷ Estranha-se a não inclusão de Nioaque e de Corumbá, municípios em que a presença de trabalhadores paraguaios era elevada. Sobre Nioaque o autor nada menciona, mas no caso de Corumbá, negava a influência da cultura guarani. A princesa do Paraguai, afirmava, tinha quase todas as características de uma cidade moderna, de sentido “spengleriano”. Id., *ibid.*, p. 99.

A fronteira, na sua consideração, era um *Brasil à parte*; tudo lá era *diferente*: “costumes, língua e, nalguns pontos, o próprio caráter do povo sofreu grande modificação”⁸.

Dominada pela população paraguaia, a fronteira teria sido influenciada por modos de vida incompatíveis com os costumes nacionais. Essa população, numerosa e desconhecida oficialmente, com os seus costumes tão arraigados influenciava toda a população lindeira. Todavia, para Melo e Silva, o que seriam os costumes dessa população “guaranizada”? O autor aponta várias características no decorrer da obra, mas a que se sobressai é a “aversão ao trabalho”⁹.

Ainda que reconhecesse que a fronteira era servida por muitas dádivas da natureza, apontada que a vida lá era caríssima, quase tudo era importado de São Paulo e de Campo Grande¹⁰. Além disso, não existiam adequados meios de transporte e de comunicação, bem como incentivos financeiros que atraíssem o *elemento nacional*, inclusive outros estrangeiros mais adaptados ao trabalho sistematizado. Para ele, era necessário, então, implantar uma nova organização de trabalho na fronteira. Contudo, como introduzir novos elementos sem incentivos?

Nesse sentido, o autor parece ter escrito a obra para chamar a atenção para essa parte “esquecida” do Brasil. E, ainda que a crítica ao trabalho seja central em sua obra, o autor reflete sobre todos os problemas da região: educação, saúde, comunicação, meios de transporte, produção, dentre outros, e clama pela atenção do Governo Federal. Melo e Silva traçou uma plataforma para a fronteira e considerou ser necessária a *mão forte* do Estado para resolver os problemas apontados.

A publicação de **Fronteiras Guaranis** ocorreu após a tomada das primeiras medidas orquestradas pelo Governo Vargas visando à centralização das políticas de desenvolvimento. Mas, apesar da formulação dessas políticas centralizadoras, inclusive para a fronteira, Melo e Silva as considerava não satisfatórias à época¹¹.

⁸ Id., *ibid.*, p. 116.

⁹ Id., *ibid.*, p. 272.

¹⁰ Id., *ibid.*, p. 148.

¹¹ Id., *ibid.*, p. 117.

A escolha de Monte Arraes¹² como prefaciador da obra sugere pistas que permitem identificar a aproximação de Melo e Silva com a vertente do pensamento nacionalista autoritário, que estabeleceu como critério definidor da Nação a unidade étnica e lingüística. É evidenciada por seu prefaciador, inclusive, a sintonia de Melo e Silva com essa corrente de pensamento expressa e determinada, segundo Arraes¹³, pela Constituição de 1937, especialmente quando defende o controle das fronteiras pelo Governo Federal.

Para expor sua tese – a necessidade de nacionalização da fronteira –, o autor analisou a região em todos os seus pormenores, e deu preferência ao estudo do homem fronteiriço, o *guaranizado*, *problema máximo* da fronteira.

Mas, de fato, quem era esse homem? Melo e Silva ora o denomina *paraguaio guarani*, ora *descendente guarani*, ora *paraguaio*. Segundo ele, os homens da fronteira não eram “puros”, pois haviam se *misturado*, “em parte já fundidos com representantes de etnias européias e hispano-americanas, e modificados pela influência da civilização dos nossos dias”¹⁴. Melo e Silva reconhece, também, que muitos brasileiros possuíam os mesmos hábitos desses *guaranizados*, pois *misturados*, descendentes de paraguaios. Para ele, a cultura dos *guaranizados* prevalecia e, devido aos casamentos “livres”, seus costumes multiplicavam-se entre a população¹⁵. Ou seja, para o autor, não fazia diferença se esse trabalhador era nascido no Brasil ou no Paraguai. O que importava eram seus costumes, sobretudo se a mãe fosse guarani ou mestiça: “se guarani ou mestiça a mãe, e apenas brasileiro o pai, este pouco influe na educação dos filhos, mesmo porque entre os guaranis há resíduos bem patentes de matriarcado”¹⁶.

¹² Raymundo de Monte Arraes nasceu no Ceará em 1888 e faleceu no Rio de Janeiro em 1965. Arraes foi advogado autodidata. Foi, juntamente com Francisco Campos e Azevedo de Amaral, um dos três teóricos do Estado Novo. Quando deputado federal ingressou em várias comissões técnicas, sobressaindo-se na Comissão de Educação do Ministro Capanema (PAULA, 1987). Segundo a neta de Arraes, a escritora Vânia Moreira Diniz (2004), logo após a instituição do Estado Novo, em 1937, o Presidente Vargas teria lhe oferecido um cartório. Seu avô, conforme ela, resistira inicialmente, mas acabara aceitando por insistência de seus amigos. Após a década de 1950, seus escritos passam a criticar a revolução de 1930 e o regime ditatorial de Vargas.

¹³ MELO E SILVA, José de. Op. cit.

¹⁴ Id., *ibid.*, p. 121.

¹⁵ Id., *ibid.*, p. 122.

¹⁶ Id., *ibid.*

Na realidade, é o trabalhador que preocupa Melo e Silva e a quase totalidade dos trabalhadores fronteiriços eram paraguaios ou descendentes. Era preciso, na visão do autor, fazer um “caldeamento em que preponderem os bons elementos”¹⁷.

Grande parte de **Fronteiras Guaranis** é reservada ao estudo da denominada *dissolução de costumes*. Para discuti-la, Melo e Silva traça um panorama minucioso dos costumes indígenas da fronteira e, para tanto, usa autores ligados ao estudo da antropologia¹⁸, da psicanálise¹⁹ e da psiquiatria²⁰. Mas, é necessário frisar, sua preocupação é demonstrar de que forma os costumes fronteiriços, como por exemplo, o lazer, festas, músicas, carreiradas²¹, etc., acabavam interferindo na vida dos homens, ocasionando prejuízos ao desenvolvimento do trabalho. Se há uma preocupação racista em Melo e Silva, ela se torna secundária ao observar que é o trabalho a questão que o move.

De fato, os hábitos e costumes dos trabalhadores, resistências tão abominadas por Melo e Silva, eram manifestações culturais do trabalhador fronteiriço e estavam ligadas ao tipo de trabalho desenvolvido na região. Grande parte desses trabalhadores empregava-se no trabalho de elaboração da erva-mate, organizado nos moldes da manufatura. Na fronteira, o trabalho era manufatureiro, isto é, ele ainda não sofrera o suficiente a divisão do trabalho para baratear as mercadorias. Nas atividades mais atingidas pela especialização, como era o caso da erva mate, significa dizer que o trabalho ainda não fora suficientemente objetivado.

Para resolver o conjunto de problemas apontado, Melo e Silva sugeria que os homens fronteiriços fossem ensinados por culturas diferenciadas, próprias dos nacionais, como os nordestinos, por exemplo, acostumados ao trabalho metódico, diferentemente dos *guaranizados*, que não tinham *noção de propriedade* nem de nacionalidade e viviam no sul de Mato Grosso *como se fosse sua própria terra*, comportamento que, segundo ele, ocorria em todo território sul americano²².

¹⁷ Id., *ibid.*, p. 175.

¹⁸ D’Orbigni. Evreux, Levy-Bruhl, Martius, Metraux, Nordenskiöld, Frazer, Estevão Pinto.

¹⁹ Freud, por exemplo.

²⁰ Franco da Rocha e Nina Rodrigues.

²¹ Corridas de cavalo.

²² MELO E SILVA, José de. *Op. cit.*, p. 121.

É necessário observar que ainda que a questão relativa ao trabalho fosse determinante, observa-se a incorporação de teorias racistas, responsáveis por uma interpretação preconceituosa e idealizada do homem da fronteira. **Fronteiras Guaranis** incorpora noções discutíveis e atrasadas, do ponto de vista da ciência, por meio das idéias de Oliveira Vianna, estudioso que desenvolveu conceitos como o do *apuramento* da raça brasileira.

Incorpora, também, as motivações de nacionalização associadas às políticas de centralização do Governo Vargas, que se transformaram em projetos, em planos de colonização e em movimentos tal como a *Marcha para Oeste*, e, ao mesmo tempo, é expressão de como interpretava a realização mais apropriada dessas políticas na região de fronteira onde vivia. A partir da década de 1930, em razão das medidas de centralização do Governo Vargas foram adotadas novas políticas de controle, impondo a centralização do poder. A Companhia Matte Larangeira, monopolizando a exploração ervateira, sofreu perseguição do Governo Vargas que a obrigava a empregar trabalhadores nacionais em dois terços de sua força de trabalho. Além disso, estava sendo pressionada a desocupar o rendimento do qual ocupara há quase 50 anos.

Mas, Melo e Silva não incorporou o discurso nacionalista contra a Companhia Matte Larangeira. Importante frisar que Melo e Silva foi o único historiador a defender abertamente, à época, a referida empresa²³. O “nacionalismo” encontrado na referida obra parece estar mais ligado a uma concepção de desenvolvimento capitalista na qual se fazem presentes as idéias de modernização e de maior presença do Estado na economia.

A incorporação do neotomismo, por meio de Alceu de Amoroso Lima, também é evidente na obra, sobretudo para fazer o combate ideológico ao comunismo, revelando seu posicionamento conservador. Ideologicamente, portanto, o autor mesclou idéias que postulam uma forma mais avançada de desenvolvimento do capitalismo na fronteira, o neotomismo e o racismo do século XIX.

Outra observação se faz necessária. Ainda que Melo e Silva tenha incorporado ideologias racistas em seus textos e que, em alguns momentos, essas idéi-

²³ Id., *ibid.*, p. 257/262.

as tenham sido incisivas, o autor acreditava, também, na possibilidade de modificar a *cultura fronteiriça* pela educação.

Em **Fronteiras Guaranis**, a educação é vista de forma mais ampla, como processo de socialização. Melo e Silva defende uma educação que pudesse modificar os costumes dos guarani em relação ao trabalho. Para tanto, acreditava na “lição do exemplo”. A educação teria um papel fundamental, homogeneizando a cultura, inserindo novos hábitos no trabalho, eliminando, assim, as *diferenças*. Para ele, a introdução de colonos brasileiros na fronteira poderia causar um impacto na educação dos trabalhadores *guaranis ou mestiços*, pois criaria a possibilidade de que absorvessem um *novo modo* de encarar e de fazer o trabalho.

Sugeria, sim, a modificação em seus costumes graças ao contato com outros povos, sobretudo o nordestino, trabalhador que poderia lhes dar “a lição do exemplo”²⁴. Além disso, para que esses trabalhadores permanecessem na fronteira deveriam permitir que seus descendentes, nascidos no Brasil, fossem educados “à moda brasileira”. Mas não era qualquer tipo de educação que resultaria em modificação para o autor. Essa educação teria como princípio a moral cristã, o mesmo princípio dos missionários jesuítas²⁵.

Seguramente, **Fronteiras Guaranis** é referência imprescindível para o estudo da fronteira de Mato Grosso, no período em que esta região passava por um controle mais rigoroso do Governo ditatorial de Vargas (1937-1945). É uma obra que se destaca por ser a primeira da historiografia mato-grossense que faz uma análise com maior profundidade e riqueza de detalhes sobre a fronteira paraguaia. Mas sua importância não reside apenas nisso, pois é, também, expressão regional de um contexto de grandes mudanças no país; é fruto desse momento histórico em que a “nação” e a “raça” tornam-se uma preocupação central de muitos intelectuais conservadores.

²⁴ Id., *Ibid.*, p. 275.

²⁵ Id., *ibid.*, p. 179.

NORMAS EDITORIAIS

1. A revista **Albuquerque** é uma publicação semestral com o objetivo de apresentar a produção científica do corpo docente e discente dos cursos de História da UFMS, e também permitir o intercâmbio com a produção intelectual de outras instituições de pesquisa.
2. A revista deverá veicular artigos/ensaios completos, entrevistas, traduções, resenhas, relatórios de pesquisas produzidos por toda comunidade dos cursos de história e áreas afins (incluindo relatórios de IC e TCC, desde que realizados com aval e co-autoria de um orientador e avaliado por comitê externo), dossiês temáticos, documentos históricos comentados e analisados.
3. A revista é dirigida por uma Câmara Editorial composta por professores vinculados aos cursos de História da UFMS e membros externos convidados.
4. Todos os artigos publicados deverão ser previamente aprovados por um Conselho Científico, composto de consultores internos e externos. Cada trabalho deverá passar pela aprovação de no mínimo dois consultores. Caso o trabalho não receba parecer de recomendação para publicação por um dos consultores, será consultado um terceiro parecerista.
5. O artigo/ensaio completo encaminhado à Câmara Editorial pode ser escrito em português, espanhol ou inglês, tendo no máximo 20 laudas, formato A-4, digitadas em fonte *Times New Roman*, tipo 12, com espaço 1,5, margens 2,5 cm. As notas devem ser colocadas no rodapé.
6. Caso houver imagens, deverão ser escaneadas em 300 dpi no formato TIFF ou JPG e dimensionadas no formato de aproximadamente 5 x 5, preto e branco.
7. O artigo/ensaio a ser apresentado deverá vir acompanhado de resumo em português/inglês, de no máximo de 7 linhas, e de três palavras-chave em português/inglês, independentes da língua utilizada no texto completo.
8. Abaixo do nome do autor deverá constar a instituição a qual está vinculado e seu endereço eletrônico.
9. As resenhas poderão conter até cinco laudas e as entrevistas até 10 laudas. A publicação e os comentários a respeito de documentos inéditos seguirão as mesmas normas especificadas para os artigos. As traduções devem vir acompanhadas de autorização do autor e do original do texto.
10. Em se tratando de pesquisa com apoio e recursos institucionais, estes deverão ser mencionados com o respectivo órgão público ou privado financiador.
11. Os trabalhos deverão ser entregues em CD ou pelo endereço eletrônico do Câmara Editorial *revista_albuquerque@nin.ufms.br*. O programa utilizado deve ser compatível com *Word for Windows*.
12. Os textos a serem publicados deverão obedecer rigorosamente às normas da ABNT, com as convenções utilizadas na área de conhecimento em História.

12. Exemplos de bibliografia:

- a) SOBRENOME, Nome. *Título do livro em itálico*: subtítulo. Edição. Cidade: Editora, ano, p.
- b) SOBRENOME, Nome. Título do capítulo ou parte do livro, In: *Título do livro em itálico*: subtítulo. Edição: Editora, ano, p. x-y.
- c) SOBRENOME, Nome. “Título do artigo entre aspas”. *Título do periódico em itálico*. Editora, vol. fascículo, p. x-y, ano.

13. Fontes:

- a) Entrar pelo nome do autor ou do órgão produtor em CAIXAALTA (maiúsculo). Título. Data. Localização no arquivo. Nome do arquivo.
- b) Para jornais, entrar com o *título do periódico em itálico*. “Título do artigo entre aspas”. Nome do autor (se houver). Cidade, ano, número da edição, data. Localização no arquivo. Nome do arquivo.

14. Citações:

- a) Até cinco linhas no corpo do texto “entre aspas”. Mais de cinco linhas, usar recuo esquerdo, na linha do parágrafo, de 2 cm, letra 11, espaço antes e depois da citação, sem aspas.

15. Cabe ao Câmara Editorial a decisão soberana referente à oportunidade da publicação das contribuições recebidas.

16. A revisão ortográfica e gramatical é de responsabilidade do(s) autor(es).

17. Junto com o trabalho do autor deverá vir o termo de autorização de sua publicação na Revista Albuquerque sem remuneração.

18. O autor do trabalho publicado receberá, a título de compensação, três exemplares da revista gratuitamente.